

MARIO FRANCESCONI, C S



JOÃO BATISTA SCALABRINI:
ESPIRITUALIDADE DA ENCARNAÇÃO

JOÃO BATISTA SCALABRINI
Espiritualidade da Encarnação

Título do original

Giovanni Battista Scalabrini
Spiritualità d'Incarnazione

JOÃO BATISTA SCALABRINI
ESPIRITUALIDADE DA ENCARNAÇÃO

Mário Francesconi, C.S.

Tradução

IRMÃ MARIA LETICIA NEGRIZZOLO, MSCS

CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS
Missionários e Missionárias de São Carlos
1991

Versão digital
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PRIMEIRA PARTE - VIDA DE FÉ: UMA ESPIRITUALIDADE DA ENCARNAÇÃO	11
1. Premissa doutrinal	11
1) Viver na fé = divinização	11
2) Divinização = conformidade com o Verbo Encarnado	12
3) Divinização = continuação e extensão da Encarnação em nossa pessoa	16
4) Divinização = continuação e extensão da Encarnação na Igreja	19
5) Divinização = continuação e extensão da Encarnação na história humana	24
2. A fé vivida	33
A - Divinizar-me	33
1) Pudessem santificar-me	33
2) Vida de oração	39
3) Oração mental e oração vocal	43
4) A Eucaristia	48
5) A Cruz	57
6) As práticas de piedade e a devoção a Maria e aos Santos	64
B - “Fazer-me tudo para todos” Espiritualidade da ação	71
1) “Fazer-me tudo a todos”	71
2) Espírito missionário	83
3) A pastoralidade	88
SEGUNDA PARTE - “CREIO NA IGREJA” ESPIRITUALIDADE ECLESIAL	97
1) Fazer na Igreja, a experiência de comunhão com Deus	97
2) Experimentar na Igreja, a comunhão fraterna	112
3) Experimentar a Igreja como a própria família	120

TERCEIRA PARTE - “HOMEM ESPIRITUAL”	129
A - Homem humano	129
1) Espiritualidade e humanidade no pensamento de D. Scalabrini	129
2) O retrato do homem Scalabrini traçado por seus contemporâneos	137
3) O retrato do homem J. B. Scalabrini traçado no processo sobre as virtudes	144
4) “A integridade do caráter”: o retrato do homem Scalabrini na correspondência com Bonomelli	157
B- Scalabrini empenhado na ação social	164
1) “O socialismo e a ação do clero”	164
2) Os problemas sociais da emigração	175
C - D. Scalabrini empenhado no campo político	177
1) Uma escolha política em clave pastoral	177
2) Política humana e política evangélica	189
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E ABREVIACÕES	197

INTRODUÇÃO

Quando refletimos nas vicissitudes terrenas de D. Scalabrini, espontaneamente reconhecemo-lo em atitudes plásticas, dinâmicas, vivas, próprias de um típico “homem de ação”.

Não conseguimos enquadrá-lo numa “escola” teológica, filosófica ou espiritual, nem etiquetá-lo com categorias históricas convencionais.

E natural contemplá-lo prostrado por terra, adorando o Santíssimo Sacramento, por longas horas, dia e noite, ou com o rosto inflamado e os olhos resplandecentes, proclamar as palavras da Consagração, ou, comprimido pela mordida da dor pelos pecados, ou pelas contrariedades, apertar ao coração, a cruz peitoral e suspirar: FAC ME CRUCE INEBRIARI! Ou ainda, sentado à escrivaninha, após longas reflexões, escrever ao Papa a súplica para que pusesse fim ao “funesto dissídio” entre a Igreja e o Estado; ou em audiência com Leão XIII, dirigindo-lhe, com franqueza e humildade *verba veritatis*, agradassem ou não; ou chorar com D. Bonomelli, sobre as discórdias internas dos católicos italianos.

Ainda revemo-lo levantar-se a meia-noite para recolher no episcopado, um pobrezinho abrigado sob o pórtico, ou receber dos policiais um infeliz surdo-mudo e procurar ensiná-lo a falar, ou levar ao Monte da Piedade, para penhorar, o cálice presenteado por Pio IX e transformá-lo em refeição, para milhares de esfomeados. Ou imaginá-lo grimpar no dorso de uma cavalgada, ou também a pé, as ásperas encostas dos Apeninos, para visitar os filhos mais distantes, que nunca tinham visto um bispo, e logo ao chegar, depois de seis a oito horas de viagem, endereçar uma calorosa saudação à uma população que o esperava quase como ao Espírito Santo, interrogar afavelmente as crianças do catecismo e participar alegremente da modesta mesa de um pobre pá roco de montanha e prolongar até a meia-noite, o ministério da reconciliação, num confessionário apertado.

Frequentemente, nós, Scalabrinianos, vemo-lo fixar o olhar pensativo e cheio de compaixão à multidão de migrantes aglomerados nas calçadas da estação de Milão, à espera do trem para Gênova; ou brincando com os duzentos orfãozinhos do Instituto Cristóvão Colombo, em São Paulo, ou balouçando-se sobre uma carreta primitiva, atravessar os bosques do Rio Grande do Sul, para alcançar as “colônias” italianas.

Finalmente, vemo-lo, ele mesmo, escolher o vaso dos Santos Óleos para a unção dos enfermos, ouvimo-lo pedir perdão a todos e repetir: “Seja feita a tua vontade” e num último suspiro, volver os olhos aquele que vem, e dizer-lhe: “Estou pronto, vamos!”

Não podemos deixar de nos perguntar: Qual era o móvel dessas atitudes? Qual a mola que fazia funcionar essas actividades? Quais os critérios da escolha? Quais as motivações do seu agir?

Uma única resposta vem-nos à mente: uma palavra explica-nos tudo: uma Palavra que é uma Pessoa, porque é o Verbo Encarnado: Cristo!

Cristo realmente presente na Eucaristia, Cristo presente na Igreja, Cristo presente no Papa, presente na História, no esfomeado, no encarcerado, no surdo-mudo, no operário que monda o arroz, no migrante.

Cristo presente “assimilado” na meditação do Verbo, na adoração da Hóstia, na comunhão do Corpo e do Sangue, na confinação na Cruz ...

Usando as mesmas expressões do Bispo: “se prolonga” no seu servo, “estende sua encarnação” no homem, João Batista Scalabrini, “se difunde” no apostolado do catecismo e dos migrantes.

E então compreenderemos qual foi a “espiritualidade” de D. Scalabrini. Nada mais fez que viver o ideal que propunha a todos os cristãos.

“Deus ama o seu Filho, ama-O essencialmente e é impossível comprazer-se em outrem, que não seja Ele, porque o amor de Deus é infinito e não pode ter senão um objeto infinito: *‘Hic est Filius meus dilectus, in quo mihi bene complacui’* (Mt 17,5). Mas, seu Filho dileto fez-se Homem. Portanto, n’Ele, ama o homem. Com uma única complacência e dileção abraça tudo em Jesus, seu Corpo, sua Carne, sua Alma. Ora, nós somos sua carne, seus ossos; somos sua natureza, somos um Corpo com Cristo e nele e por Ele, fomos feitos filhos de Deus; antes, é o próprio Filho de Deus, que ‘se prolonga’ em nós. Portanto, nós nele somos envolvidos e abrangidos pelo Pai, num único ato de amor e como em nós e sobre nós se alarga e se estende a filiação pela qual Cristo é Filho de Deus, assim, também em nós, se alarga e se estende, o amor do Pai. Por isso, no seu Filho, por si, agradável e dileto a Ele, também nós somos feitos seres agradáveis e diletos: *‘gratificavit nos in dilecto Filio suo’*” (Carta Pastoral (...) Quaresma de 1878, Placência, 1878, pp. 16-17).

“Não sou eu mais que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2,20). Em Cristo, revela-se o amor do Pai. Deus é amor. O Espírito difunde a caridade em nossos corações. Em Cristo e por Cristo foram feitas todas

as coisas: então todas as coisas são sinais de amor e onde há plenitude de amor, todas as coisas são amadas e no amor conciliadas e harmonizadas.

“Deus o quer. Quer a razão conciliada com a fé, a natureza com a graça, a terra com o céu, a obra das criaturas com os direitos do Criador. Quer que o trabalho e capital, liberdade e autoridade, igualdade e ordem, fraternidade e paternidade, conservação e progresso se atraiam e se ajudem, como contrapostos harmoniosos. Quer que todos os elementos da civilização: ciências, letras, artes, indústria, cada interesse legítimo, cada aspiração legítima tenham na Religião, na Igreja, no Papado, impulso, normas, socorro, elevação, consagração divina” (Discurso pelo 8.º Centenário da I Cruzada, 21-4-1895. AGS 3018/26).

Se na primeira citação descobrimos os fundamentos da unificação que Scalabrini soube criar em sua vida, em seu amor a Deus e ao próximo, na segunda, individualizamos a profunda razão de seu poder conciliatório, de ter sido ponte e comunicação, caracterizando assim sua presença na história da Igreja, naquele determinado momento histórico.

Todas essas coisas foram feitas em Cristo e por Cristo, para que Ele submeta a Si todas as coisas e os homens que vivem nestas e destas coisas, a fim de que Cristo submeta tudo a Si mesmo e depois se submeta ao Pai e Deus seja tudo em todos.

Quem imerge no desígnio divino vive as virtudes teológicas da fé, da esperança e da caridade; é o homem ressuscitado com Cristo, vive “vida nova”, na verdadeira “vida interior”, da qual as práticas, métodos, opções operativas são unicamente expressões, meios, a “via” particular que ele escolhe e percorre, com fidelidade e coerência em “grau heroico”.

Tal é a espiritualidade de Scalabrini: homem, sacerdote, bispo; desta maneira, ele encarnou o propósito de fazer-se tudo para todos, para ganhar todos para Cristo, “única e suprema aspiração de sua alma”.

“Fazer o bem, fazer todo o bem possível, fazer do melhor modo possível”, com coerência, globalidade, totalidade; com entusiasmo, alegria, ardor, com a densidade do homem “indiviso”, com um amor aceso pela fé, nutrido pela esperança, sustentado pela fortaleza, regulado pela prudência, dirigido pela justiça, equilibrado pela temperança, fortificado pela paciência, moderado pela mansidão, clarificado pela sinceridade, alicerçado na humildade, transparente na castidade, intrépido na obediência.

O “grau” de espiritualidade de Scalabrini foi mensurado por um longo e metucioso “Processo sobre as virtudes”, concluído com uma solene declaração do Papa João Paulo II:

“O Santo Padre declarou solenemente: Constatam-se as virtudes teológicas da Fé, Esperança e Caridade para com Deus e para com o próximo, bem como as cardeais de Prudência, Justiça, Temperança e Fortaleza, e as virtudes correlatas em grau heroico, no Servo de Deus, João Batista Scalabrini” (Decreto de 16-3-1987).

PRIMEIRA PARTE

VIDA DE FÉ: UMA ESPIRITUALIDADE DA ENCARNAÇÃO

1. PREMISSA DOUTRINAL

1) Viver na fé = divinização

A espiritualidade de Scalabrini consiste essencialmente na vida de fé, que compromete as três virtudes teológicas:

“A vida do cristão é vida de fé. O justo vive de fé. A luz desta chama divina, o cristão conhece de modo infinitamente mais perfeito, do que qualquer um dos mais renomados sábios, o verdadeiro objetivo da vida presente e seu destino futuro; julga as coisas humanas, seus deveres para com Deus, para com o próximo e para consigo mesmo, de maneira contrária à apreensão dos sentidos e superior a todas as luzes da razão humana. Assim como, com os sentidos corporais vê, toca e sente as coisas materiais e sensíveis, com a fé, que lhe é infusa, vê, toca e sente as coisas futuras e celestes. O justo vive de fé. Crê: e sua inteligência ocupa-se em entender e contemplar as coisas acreditadas, melhor do que se as visse com os próprios olhos do corpo. Espera: e suas esperanças são concretas, reais, substanciais de tal modo que seus afetos a elas se agarram tenazmente, com toda a energia de que são capazes. Ama: e seu coração é flama que destrói toda a dúvida; é chama de fogo que se eleva ao céu. Quase não sente mais a terra; sente somente o seu Deus, vive de seu Deus, pensa, fala e opera com seu Deus e por seu Deus, combate, sofre e morre. O justo vive de fé (Carta pastoral (...) Santa Quaresma de 1884, Placência, 1884, pp. 11-13).

Viver de fé, portanto, é viver as três virtudes sobrenaturais; ver sobre naturalmente, no sentido teológico-escolástico da palavra, com preferência expresso por Scalabrini, com os termos da antiga tradição patrística: divinização da humanidade. Ele abraça plenamente a concepção dos Padres Gregos: a Encarnação, divinizando a humanidade de Cristo, divinou toda a humanidade. Nenhum evento é subtraído a Cristo, separado da graça, do “sobrenatural”. Toda a realidade é envolvida pela história

da salvação; toda gravita ao redor de Cristo e foi criada por Ele, nEle e para Ele, e toda está a caminho para Deus, através de Cristo.

“Jesus é o centro da criação; é o anel precioso que une a obra do Onipotente, do Criador divino; é a meta de todas as obras e desígnios da Providência; é a razão suprema e última de todo o projeto de Deus, a respeito da humanidade, da qual é a Cabeça; é a norma de todos os nossos progressos, a única e verdadeira luz que ilumina todo o homem e a humanidade inteira” (Carta Pastoral (...) Quaresma de 1878, Placência, 1878, pp. 25-26).

“Quem é, portanto, Jesus Cristo? É o Filho Unigênito de Deus, feito Homem para nós; é o Verbo, por quem foram criadas todas as coisas no céu e na terra e sem o qual, nada do que existe, foi feito (Jo, 1,ss.) (...). Quem é Jesus Cristo? É o Alfa e o ómega, o princípio e o fim (Apoc 1,8). Ele, anterior a todos, o Primogênito de toda a criatura (Cl 1,15). Ele, o herdeiro, o centro do mundo visível e invisível (Hb 1,2), o compêndio dos séculos (Hb 13,8). Sem a luz que se irradia dEle, tudo é escuridão; sem sua obra, a ordem da natureza e da graça, o homem e o mundo, o passado e o futuro serão um livro fechado a sete selos” (Ap 5,1) (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1877, Placência, 1877, pp. 5-6).

2) Divinização = conformidade com o Verbo Encarnado

Segundo Scalabrini, a fé é essencial e eminentemente crença em Jesus Cristo. “Jesus Cristo é a luz do mundo (Jo 8,12), é o Caminho, a Verdade e a Vida (Jo 14,6), é o vínculo de união, o ósculo da paz entre o céu e a terra, entre o homem e Deus (Ef 2,14). É Jesus, o nosso Redentor, o nosso Mestre, o nosso Médico, o nosso Chefe, o nosso Companheiro, o nosso Irmão, o nosso Amigo, o nosso Conforto, o nosso Asilo, a nossa Glória, o nosso Júbilo, a nossa Grandeza. Ele é o Pontífice da nova aliança, o Sacerdote eterno, o Mediador entre Deus e os homens, a Vítima dos nossos pecados, a nossa verdadeira e única felicidade. Ele, a porta pela qual devemos entrar em seu Reino, a Pedra angular e o fundamento, sobre o qual deve elevar-se o edifício espiritual. Ele, o Pão de nossas almas, o Autor e o Consumador de nossa fé, o nosso Prêmio, a nossa Coroa, a nossa Vida, o nosso Tudo. É a Ele, a Jesus, que devemos a graça e a amizade do Pai, a confiança e a liberdade dos filhos de Deus. É a Ele, a Jesus, que devemos todos os bens, da graça e da natureza, que recebemos de Deus. É a Ele, a Jesus, que devemos a conservação, o sustento que recebemos de Deus, que nos defende, a fim de não sermos castigados na medida de nossas

faltas, e pacientemente nos suporta e nos espera. De Jesus, derivam-nos todos os lumes, os conselhos, as inspirações, os bons pensamentos, os desejos piedosos. De Jesus, a coragem nos perigos, a força nas tentações, o sofrimento nas dores, a paciência nas adversidades, a perseverança no bem: *In omnibus divites facti estis in Christo* (1 Cor 1). Sim, tudo temos em Jesus, tudo podemos em Jesus, tudo esperamos e tudo obtemos de Jesus. Pois foi Jesus que quis humilhar-se por nós, sacrificar-se por nós, fazer-se tudo para nós” (1 Cor 1) (Carta Pastoral (...) Quaresma de 1878, Placência, 1878, pp. 21-22).

A fé é, antes de tudo, conhecer e reconhecer Cristo, Filho de Deus e Senhor: é, conseqüentemente crer, no sentido de “escutar”, de ter fé na palavra (esperança) e amar, obedecendo a sua palavra (caridade).

Scalabrini insiste no conceito de fé, com luz, a fé é visão, é ver quem é Cristo; e ver a Cristo é ver o Pai em Cristo e toda a realidade humana e histórica: a ver Deus. E uma vez visto e conhecido o Cristo e nEle, Deus, Ele é revisto e reconhecido em tudo: VIDEO DOMINUM INNIXUM SCALAE (legenda do brasão de D. Scalabrini).

Toda a realidade é uma escada. Deus doa-se ao homem e desce em direção a ele, na encarnação do Filho. Toda a criação é elevada pelo Verbo Encarnada e sobe com Ele, para Deus. Jesus Cristo presente corporalmente na Eucaristia é o centro da criação; é a escada que desce de Deus e a Deus remonta e pela qual todas as coisas descem de Deus e continuamente retornam a Deus.

“A Eucaristia é no mundo espiritual, o que é o sol, no mundo físico. Do mesmo modo que tudo gravita no firmamento, em torno daquele astro magnífico, cuja luz e calor difundem, por toda a parte fecundidade e vida; assim, tudo gravita em torno da angustíssima Eucaristia. É por ela que a universalidade das coisas criadas descem incessantemente do Criador e a Ele retornam incessantemente. Portanto, Jesus Cristo é tudo para todos nós” (idem, p. 15).

Igualmente, o centro do mundo é o Crucifixo:

“Jesus Crucificado é o centro comum (...) ; é a norma de todo verdadeiro progresso social, sendo Ele, a única luz verdadeira, que ilumina todo homem e a sociedade toda (. . .). Todo o progresso, outra coisa não é, senão Jesus Cristo; Jesus Cristo vivo no homem; Jesus Cristo, que incorpora em si, toda a humanidade; Jesus Cristo, que se estende e se eleva, de grau em grau, nos espaços e nos séculos; Jesus Cristo, centro de toda harmonia, que se recompõe; de toda beleza, que se renova; de toda a grandeza que

umenta. Tudo o que existe de verdadeiro, de santo, de perfeito deve sair dEle para retornar a Ele, pois Ele é o Princípio e o Fim, e é o Caminho que a todos conduz” (Discurso sobre o Santo Crucifixo, 1880, AGS 3017/3).

Concentrada em Cristo, Centro da criação e da história da salvação, a espiritualidade de D. Scalabrini é eminentemente cristológica e cristocêntrica: está toda centrada na Pessoa humano-divina de Cristo, presente na Eucaristia e na Cruz, isto é, na continuação do mistério pascal, que marca a história da humanidade e de cada homem.

O centro e o ponto de consistência da criação, o único mediador entre Deus e todo o criado, o vértice da história é Cristo. O homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e só se realiza como imagem de Deus. Mas, a verdadeira imagem de Deus é Jesus Cristo; quem quiser ser imagem de Deus, deve ser imagem de Cristo. B este o verdadeiro significado da “imitação” de Cristo; é o verdadeiro processo de “divinização”: os trilhos sobre os quais se locomove a vida do Bispo de Placência.

A humanidade foi divinizada pela Encarnação do Verbo. Nossa humanidade individual é divinizada pela extensão da Encarnação em cada um de nós. Não se trata de um processo automático e estático, mas de um dinamismo coordenado de graça e ascese. “Foi salvo tudo o que foi assumido”: mas Scalabrini continua a recordar que tudo foi salvo através da kenosis do Verbo Encarnado, através do mistério pascal, da morte e ressurreição, do abaixamento-exaltação.

Nossa existência está envolvida neste dinamismo e nesta dialética, como também a vida do corpo místico de Cristo, continuação da Encarnação do Verbo, e ao mesmo tempo, continuação da existência histórica de Cristo, em todas as suas fases: do nascimento na pobreza, ao despojamento da crucificação, passagem obrigatória para a ressurreição e para a glória.

É esta a razão pela qual Scalabrini não separa a Eucaristia da Cruz, a piedade eucarística da devoção ao crucifixo, a alegria da comunhão sacramental do “inebriamento” da cruz.

A realidade da justificação, operada pela morte redentora de Jesus, a realidade da graça santificante, com a qual Deus se doa aos homens, fazendo-os seus “filhos no Filho”, co-herdeiros do Unigênito, participantes da natureza divina é vivida por homens, feitos à imagem de Deus, portanto, livres, responsáveis. vivida, em outras palavras, de maneira que não possa ser separada da plena imagem de Deus, que é o Cristo.

É vivida, portanto num relacionamento pessoal com Jesus, no estar-em-intimidade-com Cristo: na prática, no *conformes fieri imaginis Filii sui*, no conformar-se a Cristo, no seu mistério pascal de morte e ressurreição, confirmado na Eucaristia e representado pela Cruz; no com-viver, com-moner, com-ressuscitar, para ser com-glorificados.

A imitação de Cristo não é uma mera imitação de gestos, das palavras e das virtudes de Jesus, mas é uma união mística, uma incorporação. Não é somente um fato moral e voluntário, isto é, um esforço em assemelhar-se a Cristo, mas uma verdadeira com-unhão com os atos salvíficos, históricos de Cristo: minha vida não é contemporânea, mas simultânea à vida do Salvador: “Cristo incorporou-nos a si, fez-nos seus membros. Eis-nos tornados Cristo, nEle. Somos realmente o seu corpo; nEle dependemos de Cristo: *Christi sumus*; mais ainda, *Christus sumus*, não somente de Cristo, mas Cristo mesmo” (Sto. Agostinho, *Enarrat. in Ps. 26, 11, 2*).

D. Scalabrini está claramente convencido desta realidade mística, mas está, ao mesmo tempo, consciente de que o mistério da encarnação continuada realiza-se em nós somente na medida em que historicamente se realiza a Encarnação de Cristo. A teologia da encarnação é a *theologia crucis* (ele a chama “a filosofia da cruz”). Numa época em que ainda se lutava com o quietismo, ele estava bem distante de um misticismo desencarnado, tanto que, se fosse inquirido se era um místico, ter-se-ia embaraçado em definir-se como tal, no sentido usual da palavra. Quem lhe imputou uma “mística amor”, por algumas de suas atitudes para com o Papa, isolou e separou um particular de todo o contexto de uma pessoa, que não podia, nem mesmo imaginar, uma mística sem ascese, sem o sacrifício de si, sem a cruz.

Analogamente é historicamente falso procurar em D. Scalabrini justificações para certos desvios pastorais, como a “mera presença”, o ativismo, a política, o conservadorismo obtuso, ou, ao contrário, a absolutização do compromisso temporal.

Para ele, era um conceito de vida, - eis uma prova ulterior, - a estreita identificação entre o mistério da Eucaristia e o mistério da Cruz.

“Como a Eucaristia é uma extensão da Encarnação, assim também o é, do sacrifício do Gólgota” (A devoção ao SS. Sacramento, Placência, 1902, p. 26).

“Aos pés de nossos altares encontra-se o Gólgota, onde choramos abraçados à Cruz e o Tabor, onde nos constituímos tabernáculos, para inebriarmos-nos da paz celeste (..); aí tem lugar a agonia do Getsêmani e a manhã da Ressurreição, a morte mística e a fonte da vida” (idem, p. 5).

Tendo presente esta asserção, podemos perceber em que termos D. Scalabrini concebia a vida individual do cristão e a vida coletiva da Igreja, como continuação e extensão da Encarnação.

3) Divinização = continuação e extensão da Encarnação em nossa pessoa

Da doutrina da incorporação em Cristo, D. Scalabrini deduz que, em Cristo, tornamo-nos filhos de Deus, não só, mas somos extensão da Encarnação; antes: é Cristo que se prolonga em nós; “somos um só corpo em Cristo, e nEle, e por Ele, tornamo-nos filhos de Deus, aliás, o mesmo Filho de Deus se prolonga em nós” (Carta Pastoral, Sta. Quaresma de 1878, Placência 1878, p. 16).

Por isto o Filho de Deus se encarnou:

“Jesus veio à terra para fazer-nos viver a sua vida, para tornar-nos, por assim dizer, uma única coisa com Ele. Eu vim, diz Ele, para que tenham vida e a tenham em abundância. Ora, a vida que Jesus veio comunicar-nos, unindo-se à nossa alma é a sua mesma vida.

A união de Jesus com a alma cristã: eis o fundamento de toda ordem sobrenatural. Por ela o homem eleva-se até a participação da natureza divina e nela eleva toda a criação. Tudo é vosso, grita o Apóstolo: o mundo, a vida, a morte, o presente, o futuro. Porém, vós sois de Cristo e Cristo é de Deus. Palavras admiráveis que nos revelam a divina economia do Evangelho. Unida ao Verbo, pela Encarnação, a humanidade sacrossanta de Jesus Cristo tornou-se nele uma só pessoa. Unidos nós a Jesus Cristo por uma união menos perfeita, sim, mas além de íntima, nós somos como que a extensão dEle mesmo; pertencemos-Lhe, como os membros pertencem ao corpo. *Unum corpus sumus in Christo*” (Homilia do Natal, 1904. AG.S. 3016/1).

Viver de Jesus Cristo significa viver unido a Ele no amor:

“Ó Jesus, vós sois a verdadeira fonte de todo o nosso bem; fostes sempre, constantemente, e o sois, ainda agora. Jesus! Ao proferir este nome, o coração se enternece, o espírito se comove e a alma desfere o vôo da

esperança. Jesus, este nome é mais doce à boca que um favo de mel, mais agradável ao ouvido, que o som da harpa, ao coração, mais suave, que a alegria mais pura. ó amemo-Lo! amemos a Jesus. E quem amaremos nós, se não amarmos este dulcíssimo Salvador? (...).

Amai a Jesus; permaneçei unidos a Jesus, porque toda a perfeição da vida cristã está aqui: na união com Jesus Cristo. Aqui está o princípio de todo o bem, o fundamento e a origem de toda a nossa grandeza. Eu sou a vide verdadeira, disse o Senhor, e vós sois os ramos: *Ego sum vitis vera et vos palmites* (Jo 15,5). Ora, como um sarmento separado da videira seca e morre, assim também vós morrereis, se separados de Jesus Cristo. A união com Jesus Cristo é coisa vital para nós; tolhida esta, seremos mortos e mortas serão nossas obras; tornamo-nos cadáveres, como é cadáver um corpo despojado da alma” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1878, Placência, 1878, pp. 22-23. 26-27).

Viver a vida de Jesus Cristo tem uma valia fortemente dinâmica e global; envolve não somente o nosso espírito (“a alma cristã”), mas todo o nosso ser em sua historicidade (vida, morte, presente, futuro) e na sua corporalidade e criaturalidade (“tudo é vosso”). Envolve, sobretudo, a nossa “vida”: o nosso “viver” como cristãos é constituído por Cristo que vive em nós, Cristo encarnado, Cristo que nasce, morre e ressuscita, Cristo que ama, pensa, fala e atua:

“Não somente devemos viver em Jesus Cristo, mas Ele mesmo deve ser a nossa vida e deve viver em nós. Viver em nós com seu espírito, com sua graça, com a marca de seus mistérios, com a eficácia de seus sacramentos, e sobretudo, com seu Corpo e seu Sangue, para que possamos dizer com o Apóstolo: não sou eu que vivo, mas é Jesus Cristo que vive em mim: *vivo autem jam non ego; vivit vero in me Christus* (Gl 2,20). Isto quer dizer, escreve o melífluo doutor de Genebra, São Francisco de Sales, que Jesus habita em nossos corações e nele reina como Senhor e Rei; que seu espírito se estende, se dilata em nós; como um calor vital abrange-nos, indireita tudo, tudo aquece, santifica tudo e tudo diviniza; ama com o coração, pensa com a mente, fala com a língua, opera com as mãos e as forças se consomem nEle; para a sua glória fazem-se os estudos, cumprem-se os deveres pela sua graça, padecem-se as dores para agradá-lo, e é para agradá-lo também, que se torna o alimento e o lazer. Seu trono é elevado no meio dos cristãos: *regnum eius intra vos est* (Lc 17,21).

Uma moeda deve ter a efígie do seu Soberano; caso contrário, não valerá, não terá circulação no comércio. As obras do cristão devem ter a marca de Jesus Cristo; se não, não conseguirão comprar o céu, porque nada agrada

ao Pai Eterno, se não tiver a imagem e o caráter de seu Filho. Nós mesmos, não seremos introduzidos na glória se não formos encontrados conforme este divino exemplar” (Rm 8,29) (idem, pp. 27-28).

A divinização operada em nós por Cristo, perpetua sua Encarnação; Cristo encarna-se de tal forma, que nossa humildade torna-se instrumento de seu amor para com o homem, como é instrumento a humanidade pessoal de Cristo, hipostaticamente unida à divindade, na sua Pessoa. Aceitando e vi vendo o dom do seu amor, emprestamos nossa humanidade a Cristo, para que nela e por meio dela, continue a pensar, falar, operar, ser mediador e glorificar o Pai.

“É necessário que Jesus Cristo viva em nós, opere continuamente em nós; só Ele pode reconciliar a terra com o céu, amar a Deus quanto é amável e prestar-Lhe as honras que Lhe são devidas.

Como pode Jesus Cristo viver em nós? Já dissemos, mediante o seu Espírito: *in hoc cognovimus quia in eo manemus et ipse in nobis quoniam de spiritu suo dedit nobis* (IJo 5,13). E o espírito de Jesus Cristo é o espírito de humildade, de caridade; é sobretudo, espírito de abnegação, de sacrifício, de penitência” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1883, Placência, 1883, pp. 13-14).

No empenho ascético, imprimamos em nossa vida, o sinal da salvação, que é a “imitação de Cristo”. Devemos, portanto, colocar-nos “nas pisadas do Salvador, dirigindo toda a nossa solicitude em conformidade com nosso divino Modelo, revestindo-nos de seu espírito, imitando-o, já que é a Vontade de Deus e a absoluta condição para alcançar o céu: *quos praescivit et praedestinavit conformes fieri imaginis Filii sui*” (idem, pp. 9-10).

Cada um de nós, em seus limites naturais e pessoais deve ser uma cópia de Cristo:

“Que faz um pintor que quer retratar na tela, uma pessoa amada? Tem sempre os olhos fixos nela, a fim de não dar sequer uma pincelada que não sirva para imprimir qualquer traço do original. Devemos fazer assim. É necessário que todos os nossos pensamentos, nossas palavras, nossas disposições, nossos sofrimentos sejam como traços de pincel que imprimem em nós, algum traço da vida de Jesus Cristo, até tornarmo-nos sua cópia.

Sabeis quando isso sucederá? Quando julgarmos todas as coisas como Jesus julgou; quando amarmos como Ele amou; quando tivermos no coração, os mesmos sentimentos e disposições que Ele teve.

É verdade que nem todos somos obrigados a viver numa tão grande pobreza exterior em que Ele viveu, como também, nem todos somos obrigados a sofrer os inefáveis padecimentos que Ele suportou; mas todos, indistintamente, pequenos e grandes, ricos e pobres, sacerdotes e leigos somos obrigados a ter suas mesmas disposições interiores, de pobreza, humildade, de caridade, de sacrifício e de todas as outras virtudes cristãs, a ponto de estarmos prontos a tudo sacrificar; a sofrer tudo, até a morte, antes de transgredir a sua lei: *hoc enim sentite in vobis quod et in Christo Jesu* (Fl 2,15).

Não nos iludamos, diletíssimos. Não teremos nunca esta conformidade interior com Jesus Cristo, se não tivermos com Ele alguma conformidade exterior. A vida de Jesus Cristo, diz o Apóstolo, deve manifestar-se em nossa carne mortal (Ad Cor 5,11)" (idem, pp. 10-11).

Na prática, a conformidade com Jesus Cristo significa:

"O modo de conversar seja o de Jesus Cristo; o olhar, a mansidão dos modos sejam os de Jesus. Jesus, nosso modelo, nosso espelho, nosso selo. Ele deve proferir os juízos, traçar os caminhos, decidir as escolhas; Ele a governar, a dirigir, a dominar a nossa vida. Ele, finalmente, o nosso amor, a nossa alegria, a nossa coroa, o pensamento de nossa mente, a palpação do nosso coração, o objeto das nossas aspirações, o som que dulcifica nossos ouvidos, o bálsamo que dá lenitivo aos nossos corações, o bastão que nos guia na peregrinação terrena, o hino e o cântico, que ecoam em nossos lábios e nos acompanham do tempo até a eternidade" (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1878, Placência, 1878, pp. 33-34).

4) *Divinização continuação e extensão da Encarnação na Igreja*

Fé não é só crer na Santíssima Trindade, mas crer também na Igreja.

"*Creio na Santa Igreja Católica*: creio nesta Igreja que, à semelhança de Jesus Cristo, de quem é imagem bela e fiel, foi e será sempre a mesma, em todos os tempos, em todos os lugares e para todos os homens (...).

Creio na Santa Igreja Católica: creio-a divina, porque divino é o princípio que a informa (...). *Creio, creio sim, na Santa Igreja Católica* e estou pronto a dar mil vezes a vida, do que perder esta crença" (A Igreja Católica, Placência, 1888, pp. 4-5).

“Cristo fundou a Igreja, para que retornado ao céu, ela continuasse a Sua Missão aqui na terra” (idem, p. 6). missão que é a salvação dos homens, finalidade da Encarnação.

Por isso, a Igreja é a “extensão moral da Encarnação, no decorrer dos séculos” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência 1896, p. 8). “É aqui na terra, a Encarnação permanente do Filho de Deus” (idem p. 11). “A continuação perpétua da obra do Redentor e do Santificador dos homens sobre a terra” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1878, pp. 17-18).

Já nas conferências sobre o Concílio Vaticano, (Como 1873) D. Scalabrini escolheu a definição de Bossuet: “A Igreja é Jesus Cristo, mas Jesus Cristo difuso e comungado” (p. 5). A Igreja é a verdadeira continuação da Pessoa de Jesus Cristo, sua boca viva, o órgão inefável do Espírito Santo” (p. 27).

“Pela Igreja, Jesus Cristo vive no mundo e continua nEle a obra de sua regeneração. A Igreja ensina? É Jesus Cristo que ensina. A Igreja batiza? É Jesus Cristo que batiza. A Igreja absolve? É Jesus Cristo que absolve. A Igreja condena? É Jesus Cristo que condena. A Igreja combate, sofre, triunfa? Nela e por ela, Jesus Cristo combate, padece e triunfa. A Igreja, segundo a sublime frase do Apóstolo, é o corpo místico do qual Jesus Cristo é a Cabeça, que a informa, anima, fecunda e constitui, com ela, uma única Pessoa Moral” (Homilia de Pentecostes, 1898. AGS 3016/6).

Daqui deriva uma consequência lógica:

“Para ir a Jesus Cristo é preciso passar pela Igreja, como para passar de uma margem a outra de um rio, é necessário passar pela ponte, ou pela nave. Cristo disse: Não se vai ao Pai senão por Mim, que sou o Mediador entre Deus e os homens; também, não se vai a Cristo senão pela Igreja, que é Mediadora entre nós e Cristo” (idem).

A afirmação de que a Igreja é a continuação e o prolongamento da Encarnação não é entendida no sentido que a união hipostática da humanidade com a divindade realizada na Pessoa de Cristo diviniza toda a humanidade, como divinizou a humanidade de Cristo. O. Scalabrini reforça, nas homilias de Pentecostes, que a santificação da humanidade realiza-se por obra do Espírito Santo, que Cristo nos deu, no mistério de sua morte e ressurreição. O dia natalício da Igreja é o dia de Pentecostes; é este o momento no qual a carne de Cristo se torna vivificante por obra do Espírito Santo, pelo qual Cristo torna-se Cabeça da Igreja e centro do cosmo. Por isso D. Scalabrini, à definição da Igreja, como continuação “moral” da Encarnação, acrescenta que a Igreja é um Pentecostes prolongado, através

dos séculos (Homilia de Pentecostes, 1879. AGS 3016/6), e especifica que ela é a “continuação da obra do Redentor e do Santificador dos homens, sobre a terra”, isto é, na história (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1878, Placência 1878, pp. 17-18).

Para o Filho de Deus, a Encarnação foi uma “Com-descendência”: desceu para estar conosco, abaixou-se até nós, assumindo a condição de servo; esvaziou-se de si mesmo, fazendo-se obediente até a morte de cruz e por isso foi exaltado. Assim, a Igreja passa através da perseguição e da paixão, para tornar-se o “Reino”. Conclui-se que o caminho da fé e da espiritualidade cristã e a missão do anúncio devem passar obrigatoriamente através das etapas da Encarnação redentora, isto é, a cruz e a ressurreição. Os hinos triunfais, com os quais D. Scalabrini celebra a Igreja vitoriosa e invencível, supõem sempre, a passagem pascal do sacrifício. *Memoria crucis e spes resurrectionis* são os aspectos típicos de quem quer viver a autêntica espiritualidade da Encarnação, seja como indivíduo, ou como povo de Deus. Como Cristo desceu até o humano e até se fez homem, assim a Igreja e o homem da Igreja, debruçam-se, como o Samaritano, sobre o homem ferido (vítima dos homens e do pecado) e se comprometem com as coisas temporais e sociais, sempre com a “reserva escatológica”.

A fé e a espiritualidade são “encarnadas”, no sentido em que atingem o homem na sua integridade de corpo e de espírito, de indivíduo e de sociedade; mas o homem de fé sabe que, se atinge a integridade e a plenitude somente passando pela fase histórica da Encarnação, que é a operação mesma da salvação, mediante a descida à condição humana na sua fragilidade, doenças, morte a que corresponde a fase da plena realização e exaltação.

Citamos somente um, dos numerosos passos, que revelam o pensamento de D. Scalabrini, neste sentido:

“A vida da Igreja emana diretamente de um princípio divino, que anima e governa seu organismo; a totalidade dos fiéis, em que se posiciona, sublimando-a assim a uma sociedade de natureza diversa das outras, porque sociedade terrena-celeste, verdadeira imagem de seu Fundador: Homem-Deus ao mesmo tempo. Quase encarnação vivente de Cristo sobre a terra, uma continuação de sua vida mortal; Jesus Cristo é difundido e comunicado em toda a sua plenitude. A vida da Igreja, de fato, é radicalmente, o Espírito de Deus, segundo o Apóstolo: *Multi unum corpus sumus in Christo: haec omnia operatur unus atque idem Spiritus*.

Ora, assim como Jesus Cristo, aqui na terra, experimentou, desde seu nascimento, todas as dores de nossa humanidade e foi o alvo da ira e das perseguições dos infelizes, assim deve ser a sua Esposa. Ela se reveste de sua autoridade, perpetua sua ação no mundo, retrata os caracteres e divide com Ele, os destinos. Vede: Ele foi perseguido e ela é perseguida; Ele foi caluniado e ela é caluniada; Ele sofreu e ela sofre. Todas as dores da Paixão de Jesus Cristo, nela se renovam continuamente” (Homilia da Páscoa, 1879. AGS 3016/4).

Outra analogia com a Encarnação é aplicada à estrutura da Igreja, como corpo místico de Cristo:

“Diz-se bem que a Igreja, outra coisa não é que a extensão moral da Encarnação, através dos séculos. E como em Jesus Cristo, a humanidade e divindade, embora distintas, estão intimamente unidas e inseparáveis, assim a Igreja, que o representa, continua sua obra, produz os mesmos efeitos sobrehumanos e é, ao mesmo tempo, divina e humana. Mais claramente: a Igreja, que segundo seu fim, é sociedade espiritual, orientada para a santificação e salvação eterna das almas, tem, também, uma parte material, visível e externa, principalmente em função dos membros que a compõem: os homens, que não são puros espíritos, mas seres compostos de alma e corpo. E como a missão reparadora do Homem-Deus, embora entendida quanto ao resgate e a salvação das almas, foi sob as formas corpóreas e sensíveis da Encarnação, pregação, paixão, morte e ressurreição, assim Ele quis ligar à forma material e sensível, os atos de sua Religião e os meios comuns de santificação: culto, magistério, sacramentos.

Nesta sociedade religiosa percebe-se uma parte espiritual que se chama: alma da Igreja: é a que vivifica, informa, rege todos os membros místicos, coloca-os em comunicação com seu Chefe divino e entre si e opera aquele bem-aventurado comércio de méritos e de riquezas, que se chama Comunhão dos Santos, e que abraça todos os justos e os amigos de Deus (...). A isto pertence tudo o que a Igreja tem de interno e espiritual: a fé, a caridade, a esperança, os dons da graça, os carismas, os frutos do Espírito Santo e todos os tesouros celestes que derivam dos méritos de Cristo Redentor e de seus servos.

Forma o corpo da Igreja a outra parte, que consiste naquilo que ela possui de visível e externo, seja na associação dos congregados, seja no culto e no ministério do ensino, ou na sua ordem e regime.

Estas duas partes essenciais, constituintes da Igreja são inseparavelmente unidas entre si, como é a alma com o corpo; assim, entre os membros, deve reinar, pela caridade, uma harmonia e reciprocidade de serviços que

se tornam a imagem da unidade que constitui o físico do indivíduo, como descreve o Apóstolo: todo o corpo estruturado e conexo pelas articulações da comunicação, em virtude da proporcionada “operação de cada membro, recebe de Cristo, nossa Cabeça, o aumento próprio do corpo, mediante a caridade” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência, 1896, pp. 9-10).

A que consequências D. Scalabrini chega para a espiritualidade?

a) Se a Igreja é continuação da finalidade e da obra da Encarnação, isto é, a salvação dos homens, o homem da Igreja se propõe essa mesma finalidade e trabalha na mesma obra. Empenho apostólico total: “Fazer-se tudo para todos, a fim de ganhar todos para Cristo”.

b) Se a Igreja é continuação da Encarnação na forma, isto é, “sob as formas corpóreas e sensíveis”, o homem da Igreja empenha seu compromisso apostólico em forma encarnada: “culto, magistério, Sacramentos”.

c) Se o que constitui a Igreja em seus dois aspectos de comunhão e de estrutura social, de “alma” e de “corpo” é a caridade (o Espírito Santo, que é caridade), o homem da Igreja trabalha pela unidade da Igreja, na caridade e só na caridade e verdade, porque o Espírito do Senhor é caridade e verdade (Homilia de Pentecostes, 1889).

d) Se a Igreja é nesta terra, a Encarnação permanente do Filho de Deus, se Cristo e a Igreja são inseparáveis (...), não há, nem pode haver salvação fora da Igreja, irmãos e filhos meus. Mas vede que não deve ser uma união qualquer (...): para participar ativamente da Igreja, como membro atuante, não basta a agregação interna, mas requer-se a posse da graça santificante, a bagagem das virtudes que ligam o homem a Deus: fé, esperança, caridade e as obras meritórias com os outros membros do Corpo místico” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência 1896, p. 11).

“Quereis portanto, meus filhos, ser de Cristo e ter parte nos bens de Cristo? Conservai-vos unidos ao corpo de Cristo, conservando-vos unidos a sua Igreja; unidos pela mente, através da fé; unidos de coração, pela caridade” (idem, pp. 12-13).

e) Ser unido com a Igreja significa ser unido na Igreja: “Procurai, dir-vos-ei com o Apóstolo, conservar a unidade d e espírito em união de paz, com toda a humildade e mansidão (pois a soberba, não conhecendo a sujeição, é contenda e desordem), com paciência, suportando-vos uns

aos outros com caridade, pois sois um só corpo, uma só mente e sois chamados a uma única esperança” (idem, pp. 13-14).

f) “Se por divina ordenação, há uma autoridade unitiva e dirigente, e esta, como vimos, reside na ordem sacerdotal, deveis reconhecer que na Igreja há distinção de classes, de ofícios e de poderes; há superior e súdito; há o que ensina e o que é ensinado, o que alimenta e o que é alimentado” (idem, p. 14), “é portanto, estrito dever de todo cristão sincero, de viver em união com o sacerdote, com os pastores da Igreja e com o próprio Pastor” (idem, p. 16).

A “união fecunda e perfeita” com a Igreja realizar-se-á “na tríplice unidade de fé, de comunhão e de obediência” (idem, p. 17). A Igreja é realmente “uma sociedade de viandantes, reunidos pela profissão de uma única e mesma fé cristã e na comunhão dos mesmos sacramentos, sob o governo dos legítimos Pastores, e principalmente, do Romano Pontífice” (idem, p. 18)).

Destes princípios deriva-se a concepção teológica e a espiritualidade do episcopado:

“Embora imerecidamente, eu sou o vosso bispo. Quem me deu autoridade sobre vós se não Jesus Cristo, por meio daquele que lhe faz as vezes aqui na terra? Cristo vive no bispo como num sacramento vivo e a vida do bispo obtém todo o vigor da íntima união com Ele, o Príncipe dos Pastores e com seu representante visível, o Papa. É só por essa união que o bispo possui, nos limites de sua Diocese, autoridade de magistério, de governo, de perdão, de punição; que ele é pregador do Evangelho, ministro de todos os sacramentos, consagrante dos mesmos ministros de Deus, Juiz, Mestre, Pontífice, Legislador. Portanto, se a autoridade da Igreja é humana nos órgãos que a exercitam, ela nada tem de humano, na fonte da qual se origina. São homens, os que vos dizem o que deveis crer, mas eles não ensinam sua própria doutrina. Eles nada mais são do que o eco do ensinamento do Verbo de Deus. O que propõem à vossa fé e o mesmo que eles mesmos crêem. Governando, obedecem; não exercem um domínio, mas fazem-nos participantes da alegria de sua certeza” (idem, pp. 19-20).

5) Divinização = continuação e extensão da Encarnação na história humana

Cristo é o centro do cosmo e da história humana: “é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim”, “é o compêndio dos séculos”, “o centro da criação”,

“a meta de todas as obras e de todos os desígnios da Providência” (Carta Pastoral, (...) Santa Quaresma, 1878, Placência 1878, pp. 25-26).

Cristo é também, “a única luz verdadeira, que ilumina todo o homem e, portanto, toda a humanidade” (idem. “Sem a sua obra, a ordem da natureza e da graça, o passado e o futuro são um livro fechado a sete selos” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1877, Placência, 1877, p. 6). Ao invés, com a fé “a inteligência humana desliza pelo tempo e pela eternidade e o nosso pensamento passa do último grânulo de areia à imensidão do Ser Incrariado” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1884, Placência 1884, p. 7).

À luz da fé, que é a luz do Verbo, D. Scalabrini lê na história da humanidade e do mundo, a história da salvação. “Deus tudo fez e faz pelo seu Verbo (...). Cristo fez tudo pela sua Igreja”: portanto, a história é orientada ao cumprimento “da grande palavra de Cristo: um só rebanho, um só Pastor” (Discurso pelo IV Centenário de Cristóvão Colombo, 1-12-1892. AGS 3018/21).

A história é um contínuo transformar-se, um contínuo e irreversível progresso, mas “Jesus Cristo é o verdadeiro progresso, e o verdadeiro progresso outra coisa não é senão o próprio Jesus Cristo: Jesus Cristo vivo no homem; Jesus Cristo que se incorpora na humanidade e que incorpora a humanidade em Si mesmo; Jesus Cristo, que se estende e se eleva, de grau em grau, no espaço e nos séculos” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1879, Placência 1879, p. 35).

Mesmo aquilo que parece doloroso e negativo é assumido por Jesus Cristo, para o advento do seu Reino:

“Glória e ignomínia, dor e alegria, perturbação e paz, vida e morte, maldição e bênção, tudo está em suas mãos. Ele disse ao mar: - acalmate; e ele se acalmou. Os mesmos cataclismas sociais, que põem em confusão os reinos, são submetidos a Ele, e está em seu poder detê-los para dirigi-los, ao bem dos eleitos, quando Lhe aprouver” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1877, Placência, 1877, p. 11).

O mundo católico de então olhava com apreensão e não raramente com terror, a “revolução”; frequentemente atribuía-a ao demônio e às vezes a exorcizava. D. Scalabrini, nela lia um desígnio de Deus.

“Vemos agora a sociedade agonizar para implantar nova ordem de coisas; não sabe a coitada, que trabalha até maturar-se para o Reino do Homem-Deus; que trabalha para preparar o campo para a vitória universal da

Igreja e para cumprir a profecia infalível de Jesus Cristo: ‘Confiai; eu vençi o mundo’. Como a grandeza material do Império Romano foi ordenada por Deus, para dispor a grandeza religiosa do Império de Cristo, assim, este afã do progresso hodierno e todos os esforços do nosso século, suas descobertas, seus cálculos, seus empreendimentos são ordenados pela Providência para o acabado triunfo de seus eleitos, esparsos por toda a terra. *Omnia propter electos* (2Cor 4,15)” (Idem, pp. 15-16).

Omnia propter electos, isto é, para o cumprimento do “grande desígnio de Deus [...]: a salvação de todos os homens, por meio de sua Igreja, criação admirável de seu amor infinito, sua casa, sua cidade, seu reino”.

D. Scalabrini refuta a atitude defensiva, ou melhor, negativa de muitos de seus contemporâneos, diante da ideologia do progresso, porquanto conclamada em chave positivista e anti-religiosa da ciência oficial do tempo. É fascinado pelo progresso científico ou tecnológico e exclama:

“Quem não vê manifesto o desígnio de Deus? Enquanto o mundo se agita, embalado pelo seu progresso; enquanto o homem se exalta pelas suas conquistas sobre a matéria dominada, e domina como senhor sobre a natureza, subjugando o raio, misturando as águas dos oceanos, pelo corte dos istmos, suprimindo as distâncias; enquanto os povos se desenvolvem e se renovam, as raças se misturam, se estendem, ou perecem, através do rumor e sobre estas obras inumeráveis e não sem elas, está se realizando uma obra mais vasta, mais importante, mais sublime: a união de todas as almas de boa vontade, em Deus, por Cristo. Os servos de Deus, que trabalham na terra, para a realização de seus desígnios são numerosos em todos os tempos, mas nas grandes épocas históricas de renovação social, existem mais do que se vê, que se conhece, que trabalham inconscientemente às suas ordens, para a sua glória. Porque, o último escopo fixado para a humanidade, não é a conquista da matéria por meio de uma ciência, mais ou menos desenvolvida, nem a criação daqueles povos em que se encarna, de um momento para outro, o gênio da força, da literatura, da ciência, do governo, da riqueza, mas a união das almas com Deus, por Jesus Cristo” (Discurso pelo IV Centenário de Cristóvão Colombo, 1-12-1892. AGS 3018/21).

De modo particular, Scalabrini vê verificar-se o advento do Reino de Deus, no fenômeno histórico e social da imigração, embora reconhecendo-lhe os aspectos negativos.

“Emigram as sementes, nas asas do vento; emigram as plantas de continente a continente, levadas pelas correntes das águas; emigram os pássaros e os animais; e mais do que tudo, emigra o homem, ora de forma coletiva, ora isolada, mas sempre instrumento da Providência que preside

e guia os destinos humanos, também através de catástrofes, em direção à meta, que é a perfeição do homem sobre a terra e a glória de Deus, no céu. Isto nos ensina a Revelação divina, isto nos ensinam a história e a biologia modernas... ” (A emigração dos operários italianos, Ferrara, 1899).

A emigração é, segundo O. Scalabrini, uma das realidades “Ordenáveis” ao bem supremo, que pertencem à história da salvação, embora possa o pecado desviá-las do fim para o qual as ordena a Providência:

“Pode ser um bem individual ou nacional, conforme a maneira em que se realiza, mas é quase sempre um bem humano, porque abre novos caminhos ao comércio, facilita a difusão das descobertas da ciência e da indústria, funde e aperfeiçoa a civilização e alarga o conceito de pátria, além dos confins materiais, tornando o mundo, a pátria do homem; mas sobre tudo, porque, à semelhança do Antigo Império Romano, preparado pelo Céu, para a difusão mais fácil e mais rápida do Cristianismo, serve admiravelmente para propagar, por toda a parte, o conhecimento de Deus e de Jesus Cristo” (idem).

Portanto, se um dia, a inércia, a ignorância dos caminhos de Deus, se o repouso sobre as conquistas, se a opressão das santas inspirações não desviarem o povo do plano divino, todas as nações terão gerações numerosas, ricas, felizes, moralizadas, religiosas, as quais, embora conservando os caracteres da própria nacionalidade, estarão estreitamente unidas.

Desta terra de bênçãos elevar-se-ão inspirações, desenvolver-se-ão princípios, surgirão forças novas, secretas, que virão regenerar, reavivar o velho mundo, mostrando-lhe a verdadeira economia da liberdade, da fraternidade, da igualdade: ensinando-lhe que povos diferentes pela origem, podem conservar muito bem a própria existência nacional, embora sendo política e religiosamente unidos, sem barreiras dos ciúmes, das divisões, sem se armarem para não se empobrecer e se destruir uns aos outros [...].

Através do rumor de nossas máquinas, acima deste labor febril, destas obras gigantescas e não sem elas, vai amadurecendo aqui na terra, uma obra bem mais vasta, mais nobre, mais sublime: a união de todos os homens de boa vontade, com Deus em Jesus Cristo” (Discurso no Clube Católico de New York, 15-10-1901).

Cristo “reúne toda a criação do universo. Tudo foi feito por Ele e sem Ele nada existiria. Todas as coisas se referem ao Reino de Jesus Cristo: presentes, passadas e futuras; e este Reino é a Igreja” (Discurso no jubi-leu de Leão XIII, 1887. AGS 3017/6).

Também dessa visão histórica derivam consequências de ordem espiritual. Poder-se-ia resumir numa só palavra: a esperança.

a) A esperança, fundada sobre o primeiro princípio da história da salvação: Deus é amor. A esperança, baseada na fidelidade de Deus, à promessa, encarnada em Cristo e garantida pelo Espírito, que nos faz semelhantes e nos une a Cristo; e assim nos reconduz ao Pai.

A esperança que confia em Deus, na certeza de que sua iniciativa, soberanamente livre e respeitosa das criaturas segundo a própria natureza, tem um único escopo: *omnia propter electos*.

É a esperança da chegada do Reino, que é a esperança na Igreja:

“Os obstáculos que ainda surgem para dificultar o plano divino desaparecem pouco a pouco, e virá o dia em que todas as nações conhecerão onde está a sua verdadeira grandeza, sentirão a necessidade de retornar ao Pai e retornarão. Que dia será esse? Dia feliz, no qual todos os acentos, todas as vozes, em diferentes línguas, como no grande Concílio Placentino elevarão ao Altíssimo, o canto de louvor e ação de graças. O sol da verdade resplandecerá mais luminoso; o arco-íris da paz, como disse um eloquente orador, curvar-se-á sobre a terra com o esplendor de suas delicadas cores. Será como um arco de triunfo, sob o qual passará vitoriosa e pacificadora, a Igreja, atraindo a si o mundo moderno; e a sociedade recristianizada, continuará na ordem e na justiça, o caminho da verdadeira liberdade, da verdadeira civilização, do verdadeiro progresso” (Discurso pelo VIII Centenário da I Cruzada, 21-4-1895. AGS 3018/26).

b) “A vida da Igreja é uma vida de esperança imortal e sua esperança não pode falhar” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1877, Placência, 1877, p. 10). Quem tem esperança sabe esperar, porque a esperança é espera. A pedagogia progressiva, que se desenvolve num arco de tempo, que corre ponde à «plenitude dos tempos” é a lei da história da salvação:

“A quem pergunta como e quando Deus fará que todos os eventos humanos e os acontecimentos de todo o mundo sirvam ao seu desígnio de triunfo da Igreja e de seu Chefe augusto, enquanto tudo parece o contrário, poder-se-ia responder: esperai que o desígnio de Deus seja ultimado, então vê-lo-eis. Deus conhece o tempo, edifica e destrói” (Discurso pelo Jubileu de Leão XII, 1887. AGS 3017/6).

“Finalmente, os momentos de sua graça não são sempre os momentos de nossa impaciência (...). Quem firmou em Deus, a âncora da esperança, espera contra toda esperança” (idem).

“Elevemos o espírito entre as opressões, dilatemos nossos corações; esperemos; mas seja nossa esperança, calma e paciente; esperemos, sem nunca nos cansarmos. O servo fiel, que espera seu patrão, não esmorece em seu dever, porque o patrão tarda a vir. Se Deus, em seus adoráveis desígnios, demora a ouvir-nos, redobremos nossa confiança, contrapondo a inefável verdade das divinas promessas, ao juízo dos homens, e à incredulidade do século, uma ilimitada confiança” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1877, Placência, 1877, p. 11).

c) Portanto, fé é confiança: confiança em Deus, mas também no homem e na história, guiados por Deus. A salvação já foi realizada e por isso o cristão é alegre e entusiasta, olha com otimismo os homens e os acontecimentos, que estão nas mãos de Deus; olha com confiança o futuro, porque, na esperança de que ele se realize, já goza com a posse da certeza.

A paciência e a constância são postas à prova pelas tribulações e pelas contrariedades; mas esta é a lei da Cruz, “vitória de Cristo, esperança dos cristãos”; “madeiro de vida”, “bálsamo para toda a ferida, conforto para toda dor, força para toda a fraqueza, esclarecimento para toda dúvida, luz para toda obscuridade. Nas aflições, nos desencorajamentos, nas desilusões, apertai ao coração a Cruz que lhe entreguei e com força de um inteiro abandono nas mãos de Deus repeti: *fac me cruce inebriare; absit gloriari nisi cruce D. N. Jesu Christi*, e vosso coração dilatar-se-á e vossa alma abrir-se-á a todas as doçuras da esperança cristã e vossas obras tornar-se-ão preciosas para o céu” (Palavras aos Missionários que partiam de São Calocero, em Milão, 10-6-1884. AGS 3018/2).

d) Na confiante espera do futuro definitivo, da escatologia, o cristão de dicar-se-á responsabilmente à construção de um futuro histórico, social, continuando a Encarnação de Cristo, no contexto humano e social dos contemporâneos, fazendo próprias as aspirações à dignidade humana, acertando o passo com a evolução histórica e saudando, no progresso, uma aproximação gradual do Reino de Deus, não considerado abstratamente, mas, encarnado na Igreja, porquanto ela é o Reino da Graça.

A história humana não é salvífica de per si, porque está condicionada pelo pecado do homem livre; cabe ao cristão reconhecer a própria responsabilidade e preparar o futuro, não destruindo os fatos históricos, mas submetendo-os ao juízo do Senhor da história, discernindo-os no Espírito Santo e purificando-os com o fermento do Evangelho.

“É lei da filosofia da história que os grandes acontecimentos da humanidade, como têm razão de efeito em relação a outros acontecimentos que os prece deram, assim, têm razão de causa em relação aos acontecimentos que os seguem.

Portanto, esta cadeia de causas e efeitos representa o princípio de causalidade, na ordem histórica. A Providência ordena e dirige o conjunto de séries desta cadeia aos fins por ela escolhidos.

Segue daqui que pretender destruir os grandes fatos contemporâneos, que são consequência dos precedentes, e querer destruí-los com “o doce fazer nada” ou então com uma sistemática oposição a priori, é muito pouco racional. Que, ao contrário, não desconhecendo o que o tempo operou, às leis da moral e da justiça com os argumentos que, em outras ocasiões, converteram o mundo; então poder-se-á esperar que os acontecimentos penetrados no domínio da história sejam purificados das escórias que os envolvem, e sejam orientados para uma verdadeira vantagem para o gênero humano” (Transigentes e Intransigentes, Bolonha, 1885, pp. 22-23).

Os fatos são fatos e devem ser levados em consideração; mas a consciência de que eles também dependem de nossa liberdade, e preparam, em certo sentido, o futuro, impõe-nos uma reflexão ética que oriente nossa responsabilidade para o futuro, não só individual, mas também coletivo.

Esta leitura da história na fé e pela fé, impele o cristão a assumir sua parte de empenho pessoal, em obediência ao apelo pessoal recebido de Deus, e de inteira dedicação pessoal, no cumprimento da respectiva vocação:

“Creio que a seguinte máxima contém uma grande sabedoria: Permanecer em perfeita tranquilidade a respeito de tudo que advém por divina disposição, não somente ao que diz ao próprio respeito, mas também ao que se refere à Igreja, atuando em favor da mesma, conforme o chamado divino” (Carta a D. Bonomelli, Janeiro de 1886).

e) A fé-obediência e a fé-confiança tornam-se fé-caridade. A fé produz o amor ao homem em sua consistência histórica, o amor a quem é teu “próximo”, vizinho a ti, ao qual tu podes e deves dar algo que ele te pede, a procura daquilo que une e não do que divide; o amor à Igreja como sacramento da grande unidade do Povo de Deus, à qual conduz, ou ao menos abre o caminho para a unidade parcial, à qual tende o progresso histórico. D. Scalabrini gosta de apresentar o exemplo da emi-

gração, que prepara uma certa unificação da humanidade, etapa para a unificação da humanidade em Deus, por Cristo.

f) À edificação da unidade concorre a unificação entre os vários elementos que pareciam obstacular essa mesma unidade. A conciliação, sobretudo no âmbito da “Conciliação Romana” foi o ponto pelo qual se empenhou D. Scalabrini, com particular dedicação e sofrimento.

“A pátria terrena e a pátria celeste! Oh! sim. Amemos a primeira. É um dom de Deus. Amá-la, procurar-lhe a prosperidade e a grandeza, entra no sublime preceito da caridade, ordenada pelo Evangelho; mas para amá-la, devemos associar ao seu amor, o amor à Religião, que nos guia à Pátria eterna. Religião e Pátria! Esses dois amores supremos de nossos antepassados, estas duas aspirações de cada coração delicado, devem, como filhas do mesmo Pai, dar-se o ósculo da paz, devem amar-se e ajudar-se mutuamente: *quod Deus conjunxit homo non separet*” (Discurso pelo VIII Centenário da H Cruzada, 21-4-1895. AGS 3018/26).

Para conseguir a conciliação entre a Igreja e o Estado era necessário, antes de tudo, construir a unidade dentro da própria Igreja:

“Olhai este santo edifício e vede como a variedade não prejudica a admirável unidade. Cada pedra tem sua forma, sua posição, seu destino particular. Uma colocadas à base, outras no cume; as mais ricas e esplêndidas adornam o santuário e o altar; as mais comuns, mas não menos úteis, disseminam-se por toda a parte, formam o corpo principal da construção (...).

Eis uma imagem viva da sociedade, da família, da Igreja, como foram instituídas por Deus. Nelas, cada um deve ocupar o próprio lugar, aceitar com docilidade inalterável, a posição em que Deus o colocou. Já que Deus é o Autor da dignidade e o Arbitro supremo da nossa sorte, a verdadeira glória da alma cristã consiste em cumprir a Divina Vontade, para edificar sobre o fundamento dos Apóstolos e Profetas, como escreve S. Paulo, sendo Jesus Cristo, Pedra mestra e angular, sobre Quem, o edifício conexo inteiramente, eleva-se em templo santo do Senhor; sobre Quem, vós mesmos sois também edificados em habitação de Deus, mediante o Espírito.

Mas como estas pedras (...) não formariam um edifício sólido se não estivessem umas às outras, com uma certa ordem, unidas em paz e quase com amor recíproco, assim os cristãos não formam verdadeiramente a casa de Deus, se não quando unidos estreitamente, com o vínculo da caridade: *Domum Domini non jaciunt, nisi quando charitate compaginantur*. A caridade (...) é o nobre cimento da sociedade cristã; é a grande lei da atração que confirma e aperfeiçoa o amor mútuo, que devemos aos nossos irmãos; que dá ao coração humano a firmeza e a elasticidade, enchendo-o

de força, de compaixão e de misericórdia” (Discurso na inauguração do Templo do Carmo, em Placência, 17-2-1884. AGS 3018/2).

As condições indispensáveis para edificar a unidade na Igreja são a verdade e a caridade:

“Diremos a todos: sede firmes, sede impávidos, sede irremovíveis no sus tentar e defender os direitos sacrossantos da Igreja e de seu augusto Chefe; mas sempre, como Leão XIII escreve, com aquela temperança de modos e de linguagem, que não tolhem, mas ajuntam as forças ao direito e a verdade e tornam-na acessível também às inteligências mais rebeldes.

Se insistimos tanto neste ponto é porque estamos num tempo em que as máximas do cristianismo, mesmo as mais elementares, são perturbadas ou negligenciadas por muitos e por isso não são repetidas suficientemente. Portanto, torne-se nossa fortaleza, amável pela prudência e pela caridade, e a prudência e a caridade recebam eficácia da fortaleza: *Resistite fortes in fide*.

Fortes na verdade, fortes na caridade, fortes ainda na unidade, que é efeito e cumprimento da caridade. Unidade de mente, unidade de coração, unidade de obras. Nos tempos difíceis que atravessamos, não poderemos sustentar-nos senão permanecendo unidos e sólidos e não deve haver sacrifícios de opiniões, que não devamos fazer para manter essa unidade, somente na qual está o segredo da vitória” (No seu retorno de Roma, Placência, 1882, pp. 21-22).

A sociedade humana, no seu progresso, deve concorrer à edificação da grande unidade:

“Tudo faz vislumbrar uma lenta, mas progressiva evolução de Ideias; tudo deixa entrever que a sociedade, nauseada de materialismo imundo, que a corrompe e degrada, esteja se preparando para a suspirada renovação; tudo anuncia, como dizia De Maistre, não só uma grande unidade, em direção da qual caminhamos a largos passos! É, sem dúvida, a unidade predita pelo Evangelho, a unidade religiosa por meio da Igreja, a unidade de toda a terra, que fará no fim, um só rebanho, sob a guia de um só Pastor. Meus caros, o homem se agita, mas Deus conduz. Rezemos e esperemos” (Ao Venerável clero e diletíssimo povo de Placência, 1896, p. 15).

A esperança de D. Scalabrini é a que se despoja da auto-suficiência e da auto-segurança, para repousar somente em Deus, mas, ao mesmo tempo, se põe a caminho da libertação, de êxodo e de salvação, percorrendo a via da Encarnação: *per crucem ad lucem*.

2. A FÉ VIVIDA

A - DIVINIZAR-ME

1) *Pudesse santificar-me*

“Pudesse santificar-me e santificar todas as almas que me são confiantes!” (Carta a C. Fogliani Pallavicino, 29-1-1903. AGS 3025/14). “Se pudesse santificar-me, fazer-me santo! *hoc est omnis homo*” (Carta a D. Bonomelli, 24-1-1897).

A fé, a esperança e a caridade geram o desejo da santidade que, segundo D. Scalabrini, é o primeiro meio para alcançá-la:

“O primeiro degrau ou meio da santidade é um desejo ardente e veemente. Não é suficiente um desejo, uma decisão qualquer. É necessário um desejo e uma vontade comparáveis à fome e à sede. ‘Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados’. A santidade é a verdadeira sabedoria, que é preciso invocar, desejar como a riqueza, cavar como um tesouro. Ninguém atingirá o cume da santidade, se não a tiver desejado ardentemente” (2.º discurso do 2.º Sinodo, *Synodus Dioecesana Placentina Secunda...*, Placência, 1893, pp. 1811-82).

Esse desejo D. Scalabrini renovava e reavivava nos exercícios espirituais.

“A dignidade episcopal é divina - *Deus honor omnium dignitatum* - deve ser especialmente da episcopal. E eu devo tornar-me digno, elevando-me, purificando-me, divinizando-me” (“Propósitos”, 30-1-1894).

“Em todas as ações, o bispo deve ser movido pelo Espírito Santo, motor secreto da humanidade santíssima de Jesus Cristo. Deve fazer-se violência para tornar-se santo. O bispo deve ser virgem, confessor, mártir (...). Elevar-me, nobilitar-me, divinizar-me! *Tantum proficies quantum tibi vim intuleris*” (Idem, 24-8-1894).

“Homem de vida virtuosíssima e de perfeição suma”, foi definido pelo vice-secretário – depois Arcebispo de Gênova – Mons. Francisco Siodoli (Test. A. De Martini, Processo diocesano, f. 271). “Sua vida foi verdadeira mente heróica uma vida de Bispo, verdadeiramente santa!” (Test. C. Mangot, idem, f. 67). “Somente aqueles que tiveram a felicidade de aperceber-lhe a vida íntima (...) podem saber até que ponto de perfeição

evangélica, exercitava as virtudes cristãs; eu nunca teria podido imaginar” (Test. C. Spallazzi, idem f. 69). “Não se entenderia D. Scalabrini, se não tivesse exercitado todas as virtudes em grau heróico (Test. L. Cornaggia Medici, idem, f. 727).

O Bem-aventurado Guanella “considera-o um santo” (Test. M. Rinaldi, idem, f. 681). O beato Orione augurava sua beatificação (cf. Tes. L. Orione, idem, f. 820). Pelo servo de Deus, Mons. Francisco Torta, “foi sempre considerado um homem santo, pela sua extraordinária fé e caridade” (Test. F. Torta, idem, f. 355). O santo bispo D. Rinaldi julgava-o “digno das honras dos altares” (Test. Mons. Rinaldi, idem, f. 676). Bento XV admirava-lhe “as elevadíssimas virtudes” (Autógrafo de 30-6-1915). Santa Francisca Cabrini julgou-o um homem, “que só em Deus encontrava o segredo das mais nobres e árduas virtudes” (Carta de F. S. Cabrini a J. B. Scalabrini, 22-12-1899. Arquivo Episcopal de Placência). O servo de Deus, D. Calabria, reputava-o “um grande santo” e implorava de Deus a glorificação de “seu heróico Servo” (Carta de G. Calabria a F. Milini, 15-8-1954). O cardeal A. Richelmy afirmava: “Morto para si mesmo, ele vivia a verdadeira vida do discípulo de Jesus Cristo” (No XXV aniversário do Instituto dos Missionários de São Carlos, Roma, 1912, p. XVI).

Entretanto, o seu comportamento não era o de um santo de pescoço torto e de atitudes tradicionais, consideradas “ascéticas”.

“Ele gozava de conceito de um homem de vida santa, mas apresentava uma maneira desenvolta e normal, evitando toda a manifestação de austeridade exterior, que impressionava as massas; não causava a ideia de uma santidade de altar, como o povo concebia vulgarmente. Como se lê de tantos outros santos, que sabiam esconder a santidade interior” (Test. G. B. Nasalli Rocca, Processo Diocesano, f. 762).

Esta observação, compartilhada por outras testemunhas, explica, de uma parte, a ausência de uma fama clamorosa de santidade e de outra, o tipo, ou melhor, o estilo de sua espiritualidade: um estilo todo interior, baseado numa profunda vida de fé e de “retidão de coração”, isto é, de constante e total orientação para Deus, que era a alma de sua vida “exterior”. E esta nada apresentava fora do normal se se devesse julgar somente por algumas expressões de santidade, que são manifestações exteriores e frequentemente, não com provadoras. Mas não podemos definir como “normal” a vida de D. Scalabrini, se entendermos por “normal” a média das pessoas que se empenham na perfeição cristã. Tal “média”

é amplamente superada, tanto na “plena conformidade com a vontade de Deus, expressa no contínuo e exato cumprimento de seus deveres”, segundo a definição que Bento XV deu à heroicidade das virtudes (cf. “*Acta Apostolicae Sedis*, 1920”, p. 173) - quanto à continuidade dos dois aspectos que então eram identificados, como vida interior e vida exterior: “Faz-se verdadeiramente por fora, quanto se vive por dentro” (Carta a E. Piazza, 1899. AGS 3021/17).

“Sinto cada vez mais vivamente, que levar, sem cair debaixo dele, o fardo episcopal da vida exterior é necessário vida interior, - na qual somente se encontra a consolação, a força, o sentimento interno, a luz, a paz que sustenta o maná escondido” (Carta a N. Bruni, 1901. AGS 3021/17).

“A vida cristã está toda nisto: observar fielmente a lei de Deus e cumprir exatamente os deveres do próprio estado. Há um grande número de pessoas, que atingiram a santidade, seguindo somente este caminho. Nem todos os santos fizeram ações estrepitosas (...). Maria mesmo, não se fez notar por nenhum dom extraordinário e não se lê, na Sagrada Escritura, que Ela, durante a sua carreira mortal, fizesse milagres. Nem por isso, Ela deixa de ser considerada, a mais santa das criaturas. Não são, portanto, os milagres e os dons extraordinários, que fazem os santos, os maiores santos, mas sim, a virtude. Não é necessário, para atingir o cume da santidade, ser profeta, taumaturgo ou contemplativo: basta ser humilde, casto, manso, obediente, piedoso, atento em fugir dos perigos do mundo, inimigo de todo mal, zeloso de todo bem, cheio de caridade para com o próximo e todo amor para com Deus” (Homilia de Todos os Santos, 1898 - AGS 3016/8).

D. Scalabrini insistia sobre a reta intenção, mas sobretudo sobre a retidão do coração, que assim explicava:

“O que significa um coração reto? Um coração que procura unicamente a Deus, um coração simples, um coração puro (...). É verdadeiramente uma grande coisa, o coração reto origem de toda virtude, fonte de santidade, raiz da vida sacerdotal (...). O sacerdote, qual sábio arquiteto coloca o fundamento de um coração reto isto é, orientado para Deus, para depois edificar sobre ele” (3.º discurso do 3.º Sínodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia* . . ., Placência, 1900, p. 248) .

A excepcional e quase incrível atividade do Bispo de Placência, polarizou frequentemente a atenção dos observadores superficiais, até se esquecerem da “alma de todo Apostolado”, para secar uma expressão de

1800: “Tanto se faz, quanto se é»...! aqui, não tanto no operar, quanto no ser, que devemos descobrir sua espiritualidade.

Na ordem do ser, o cristão vive a vida da graça, a vida nova, concebida pela escola patrística grega, à qual D. Scalabrini era ligado particularmente, como “divinização”, ou prestamente como “conformação” com Cristo, operada pelo Espírito Santo. A graça é dom de Deus, como a fé, sem a qual, o homem não é justificado. A ida na graça é vida na fé, vida no sobrenatural, que significa: “herdeiros de Deus, coerdeiros de Jesus Cristo” (Rm 8,17), “filhos no Filho” (Sto. Agostinho), incorporados em Cristo, mediante a.. conformação com Cristo Crucificado, “ser conformes a imagem do Filho” (Rm 8,29), em uma dimensão precisa: “Estou crucificado com Cristo e não sou mais eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim; esta vida na carne mortal, eu a vivo na fé do Filho de Deus, que me amou e que deu de Si mesmo por mim” (Gl. 2,20).

Tal dimensão é tríplice.

Dimensão sobrenatural, mística, ontológica: “Somos um corpo com Cristo e nele e por Ele, tornamo-nos filhos de Deus; antes, é o mesmo Filho de Deus que se prolonga em nós” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1878, Placência 1878, p. 16).

Dimensão moral, ascética: tornar-se “cópias” de Cristo; “o que acontecerá [...] quando amaremos o que Ele amou e da mesma maneira como Ele amou; quando tivermos em nosso coração os mesmos sentimentos e as mesmas disposições que Ele teve em seu coração” (Carta Pastoral [...] para a Santa Quaresma de 1883, Placência, 1883, p. 10).

Dimensão apostólica: agir com Cristo e como Cristo, isto é, testemunhar, ou antes, continuar a Encarnação de Cristo, para a salvação dos irmãos. “Todos vos tornastes participantes do sacerdócio eterno, que o mesmo filho de Deus não usurpou para Si, mas recebeu do Pai” (1.º Discurso do 3.º Sínodo, 28-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia* ..., Placência 1900, p. 229). Espelhar-me-ei, com o Apóstolo, no Autor e Consumador da nossa fé, que para a glória de Deus e pela salvação das almas, fez-se Homem e obediente até a morte de cruz” (Primeira Carta Pastoral, Como 1876, p. 2).

Nas realizações concretas da vida de fé os testemunhos, enfatizam a intensidade da “vida sobrenatural” de D. Scalabrini:

“Não conheci pessoa alguma que demonstrasse uma fé mais ardente que a sua” (Test. L. Mondini, Processo Diocesano, f. 114). “Era um homem de

fé extraordinária; possuía a fé dos santos” (Test. L. Tammi, idem, f. 833). “Era um homem de muita fé. Recordo-me ter ouvido de seus lábios [...] “Nada há mais natural que o sobrenatural” (Test. G. Dodici, idem, f. 163).

“O sobrenatural era a vida de sua vida. Irradiava-se dos olhos, do trato, das palavras, de toda a sua pessoa. Bastava aproximar-se dele para percebê-lo, para compreender que agia continuamente guiado pelo Alto (...). Tinha o senso do divino que o guiava sempre” (Test. L. Comaggia Medici, idem, f. 731). “Do fúlgido princípio, ao término de seu Episcopado, revelou-se sobretudo homem de Deus, que busca a Deus na elevação do estudo, no ardor das fadigas apostólicas, Deus na conversação com grandes e pequenos, Deus só e Deus sempre” (G. B. Nasalli Rocca, Comemoração..., Placência, 1909, p. 7).

É toda uma série de testemunhas que nos dá o nível da fé a que D. Scalabrini se havia elevado: “O sobrenatural” torna-se “natural”, uma segunda natureza e mais precisamente uma natureza “divinizada”, na posse da virtude, no sentido onipresente do divino, na constante orientação a Deus da vida e da ação, da mente e da vontade, da análise e do juízo, da contemplação! do amor a Deus.

Para usar suas próprias expressões, pode-se dizer que a fé, “segunda criação”, fazia nele “as coisas celestes subsistirem na sua subsistência”; fazia-o ver “com os olhos de Deus”. “Jesus Cristo é que proferia os juízos, traçava os caminhos, decidia as escolhas, governava sua vida” (cf. Carta Pastoral (...) Santa Quaresma, 1878, Placência, 1878, pp. 7, 8, 9, 34).

Nomeado Bispo, sentindo-se “pobre de virtudes e bem consciente de suas fraquezas” pedia para ser isento dos “divinos encargos” do episcopado, mas tendo reconhecido manifestamente a Vontade de Deus na Autoridade do Vigário de Cristo”, obedeceu:

“Com temor e tremor, mas resignado, submeti-me ao ministério que me foi imposto, longe de querer investigar as razões da Bondade Divina e tranquilizado pela firme esperança de que, Aquele que opera em mim, o querer e a ação, não deixará de sustentar-me e socorrer-me constantemente, com seu beneplácito” (Primeira Carta Pastoral, Como, 1876, pp. 12).

No 18.º aniversário da consagração episcopal anotava:

“Hoje, dia da minha consagração. Meu Deus, tende misericórdia desse pobre bispo! Quantos anos perdidos! É o 18.º. Assusto-me com minha indigníssima indignidade. É necessário que eu comece, desde o início:

tornar-me menos indigno da dignidade divina do Bispo: elevar-me, nobilitar-me, divinizar-me” (Nota da meditação, 30-1-1893. AGS 3027/1).

No jubileu episcopal, escrevia a Leão XIII: “Uma só coisa posso assegurar-Lhe, Beatíssimo Padre, e é, que, em todas as coisas, tive em mira unicamente a glória de Deus e a salvação das almas a mim confiadas” (Carta a Leão XIII, 21-1-1901. AGS. 3019/2). E às vezes que o preconizavam cardeal, replicava: “Viver, santificar-me e morrer em Placência é o propósito que renovo todos os anos, no retiro espiritual” (Carta a G. Bonomelli 3-3-1901).

Se “a santidade consiste em um contínuo esforço para alcançá-la” (2.º Discurso do 2.º Sínodo, *Synodus Dioecesis Placentina Secunda* . . . , Placência, 1893, p. 180), é mister dizer que a vida de D. Scalabrini foi um contínuo esforço de santificação.

Ao esforço de perfeição, à vontade de deixar-se “divinizar” pela graça, ele juntava, realisticamente, à ódio e a fuga do pecado.

Até o fim da vida, como aparece nos “propósitos” escritos nos anos 1900-1902, teve que lutar contra graves tentações, explicadas, ao menos em parte, pela extrema sensibilidade do seu temperamento (“Custódia rigorosa dos olhos, o que para os outros é nada para mim é fatal”. “Propósitos”, 24-8-1893), e que explica, por sua vez, o extremo pudor que o caracterizou até os últimos dias, o que fez seu médico particular repetir: “Scalabrini é um amor; é de uma pureza extraordinária; é um anjo!” (Test. L. Cella, Processo Diocesano, f. 613). Em suas notas espirituais, encontramos o eco de sua árdua batalha:

“Prontidão em afastar todo pensamento imundo. Sem isso, perecer-se-á, perecer-se” (“Propósitos, 2481893). “Confessar-me-ei logo que sentir aproximar-se a tentação, logo no início, ou quando, incautamente, me expus a algum perigo. Atirar-me diante de Deus, chorar minha miséria e confessar-me” (idem, 248-1893). “Purificar-me a todo custo, com o divino auxílio, de meu defeito capital ó meu Jesus: quero afastar, com toda a prontidão, qualquer pensamento que me possa prejudicar: guardar, prudentemente, os olhares” (Idem, agosto de 1900).

As testemunhas são concordes em afirmar a grande delicadeza de consciência, do Bispo.

“Tinha a consciência delicadíssima” (Test. L. Mondini, Processo diocesano, f. 121). “Odiava o pecado mortal, com um ódio implacável e evitava também o pecado venial” (Test. G. Dodici, idem, f. 169). “Sua piedade

singular, seu porte sempre reservado e delicadíssimo, denotavam que o servo de Deus estava sempre vigilante sobre si mesmo, temendo as mais leves culpas” (Test. A. Ranza, *idem*, f. 649).

Foi sempre fiel à confissão semanal, mas muitas vezes confessava-se mais frequentemente, não evitando de confessar-se com padres jovens e até a seus familiares (Test. L. Mondini, *idem*, f. 121), isto é, com seu secretário (Test. C. Spallazzi, *idem*, f. 83).

E um aspecto a ser levado em conta para não cairmos na tentação de considerar, em D. Scalabrini, somente, uma espiritualidade de ação. A esta chegou, através de uma progressiva configuração com Cristo, adotando como meios, que ele considerava indispensáveis, a abnegação, a mortificação, a renúncia a tudo que obstaculizasse sua inserção no mistério pascal, do Santo dos Santos. *Tantum proficies quantum tibi ipsi intuleris*: é o preceito da Imitação de Cristo, que frequentemente repetia a si próprio e aos outros. Retomando uma definição de Santo Tomás, dizia:

“A santidade é pureza consagrada a Deus; pureza empenhada na glória de Deus. A santidade, portanto, com a pureza da mente exige uma imolação contínua: santo é realmente aquele que se queima sobre o altar, em louvor a Deus. Assim, santidade autêntica significa uma vida sacerdotal isenta e qualquer vício e empenhada continuamente na glória a Deus” (2.º discurso do 2.º Sínodo, *Synodus Dioecesana Placentina Secunda...*, Placência, 1893, p. 181).

Deste modo, a vida espiritual integra toda a vida e torna-se a base de toda a fama de santidade. “Os contemporâneos de qualquer classe e até de religiões diversas tinham um elevado conceito de D. Scalabrini, como homem e como Bispo: estimavam-no pela sua inteligência, cultura e capacidade extraordinária de governo, mas, sobretudo, pela sua santidade, que emanava de cada uma de suas palavras e de cada um de seus atos” (Test. L. Mondini, Processo Diocesano, FF. 146-147).

2) Vida de oração

Se o “primeiro degrau, ou meio de santidade é o desejo ardente e veemente”, raciocina D. Scalabrini, “do amor à santidade brota a meditação frequente e quotidiana da lei e dos mistérios celestes” (2.º discurso do

2.º Sínodo, *Synodus Dioecesis Placentina Secunda ...*, Placência, 1893, pp. 181-182).

Se a santidade é “retidão de coração”, eis como garantir o caminho da retidão: meditar a lei de Deus e conversar assiduamente com Ele, na oração” (3.º discurso do 3.º Sínodo, 30-9-1899, *Synodus Dioecesis Placentina Tertia ...*, Placência, 1900(p. 248). Nestas palavras sentimos o eco da distinção de Evagrio entre a oração e a “elevação” da inteligência a Deus e a oração como “homilia”, isto é, conversação com Deus.

“Se Jesus orou, Ele que é o Santo dos santos, quanto mais não devem orar os pecadores? Se a cabeça ora, como não orarão os membros? E se o Divino Mestre sentiu tão profundamente a necessidade da oração, como não devem senti-la, seus discípulos? Também o exemplo da Igreja, nossa Mãe, deve persuadir-nos da necessidade da oração. Toda a sua vida, como a do Divino Fundador é, pode-se dizer, uma prece contínua” (A oração, Placência, 1905, pp. 14-15).

A necessidade da oração portanto, deriva da necessidade da santidade, da conformidade com Cristo e da participação ao mistério da Igreja, portanto, de motivos de fé. A oração não é a fé, mas é sua expressão primeira, natural e fundamental. É o reconhecimento de que não nos pertencemos, que não somos autossuficientes, autônomos, mas pertencemos a Deus.

“Se a vida nesta terra é um dom, se nós não nos pertencemos, mas pertencemos a Deus, é claro que devemos a Ele, a homenagem perene de nossa gratidão, a oferta de nossa sujeição, o tributo de nossos louvores, o culto de nossa adoração, o sacrifício de nós mesmos. E o sacrifício é oração; o culto é oração; o louvor é oração; pois oração, no seu mais nobre e amplo significado, é a elevação da mente e do coração a Deus; é a homenagem da criatura a seu Criador” (Idem, p. 5).

Quem tem fé sente pela oração “uma necessidade ingênita, instintiva, irresistível” (Idem, n. 7). “Quem não reza não tem alma. Ou não entende, ou não sente, ou não ama” (Idem, p. 20). Quem não reza, na prática diz: “Não preciso de Deus” (Idem, p. 9). Cristo disse-nos: Sem mim nada podeis fazer - *Sine me nihil potestis facere* (Idem, p. 10). “Admitir a necessidade da graça é o mesmo que admitir a necessidade da oração” (Idem, p. 12).

“Sabe viver bem quem sabe orar bem” diz Sto. Agostinho: *Recte novit vivere, qui recte novit orare*. A oração é o sinal do verdadeiro crente, é, por si só,

uma completa profissão do cristianismo e compendia em si, o exercício das mais excelsas virtudes. Exercício de fé, esperança, caridade, humildade, arrependimento, adoração, conformidade com a Vontade Divina e assim, ela nunca deixará de ser premiada. Elevando nosso coração a Deus, ela nos desprende dos bens ilusórios desta mísera vida e alimenta em nós a vida do espírito, habitua-nos às coisas da eternidade e nos faz prelibar, na terra, a alegria e a paz dos eleitos.

A oração é a luz, o calor, o alimento, o conforto, a vida da alma humana. A alma sofre e define-se se não respira esse ar do céu. Como o peixe, retirado da água debate-se e morre, a alma que se subtrai desse alimento vital, que é a graça de Deus, respirada na oração, também morre, assim diz S. João Crisóstomo" (Idem, pp. 1819).

Também neste campo entra o conceito da "divinização", nos seus vários aspectos: participação da vida de Deus, participação da vida da Igreja; participação da família de Deus, reunida no centro do Amor:

"A oração é, sem dúvida, a função mais nobre e gloriosa que o homem possa exercer neste mundo e lhe confere uma grandeza soberana. Não somente coloca-nos em relação com tudo que existe de verdadeiro, de belo, de santo, no céu e na terra, mas torna-nos participantes da amizade de Deus, de suas efusões mais ternas, de suas confidências mais íntimas. A oração é Deus, que invocado, desce, Deus derramado, infundido em nosso coração, segundo a bela expressão de Sto. Agostinho. Deus nosso Criador, nosso Pai, nosso Redentor, nosso Amigo, nosso Irmão, que nos olha e nos escuta e sorri benévolo, às nossas homenagens e aos nossos afetos" (Idem, p. 24).

"A oração torna o homem superior a si mesmo, transfigura-o, sublima-o, diviniza-o (...). A oração é o vínculo de toda a humanidade (...). Ela tudo aproxima, tudo reúne. É a oração que abraça os vivos entre si e com os que já partiram; que liga a família da terra à família do céu. Que forma, entre a Igreja Militante, Padecente e Triunfante um fluxo e refluxo de súplicas e de intercessão, que a Teologia chama de Comunhão dos Santos. Acima de qualquer obstáculo, a oração estabelece como uma corrente elétrica, que vai de irmão a irmão, e passando pelo Coração de Deus, centro e foco de amor, forma, pode-se dizer, de todos os corações, um só coração e de todas as famílias, uma só família" (Idem, pp. 23-24).

D. Scalabrini não foi um contemplativo, no sentido que a história tradicional da espiritualidade confere a este termo. Não encontramos traços visíveis de dons ou fenômenos místicos. Nos seus escritos podemos perceber alguns traços que vislumbram o pensamento de Santo Tomás,

quando define a contemplação *simplex intuitus veritatis* e consequente *fruitio, possessio veritatis*:

“Este colóquio, no céu, chama-se louvor, êxtase, beatitude, felicidade sempiterna; aqui na terra, há um pouco de tudo isso e se chama: oração. Esta é, portanto aqui na terra o prelúdio da vida imortal” (idem, p. 26).

D. Scalabrini frequentemente define a oração: “conversação com Deus”. Aqui aproxima-se de seu modelo declarado: São Francisco de Sales; e como o Doutor de Genebra, insiste muito no exercício da: presença de Deus; objeto de conhecimento e de amor. Não fala nunca de “noite obscura” mas conhece bem a sua equivalente: a “renúncia”, isto é, o trabalho de purificação e a “noite da fé”, isto é, a obscuridade própria do ato de fé. Através desses passos chega-se, não a estados místicos da “oração simples”, ao menos pelo que sabemos, mas a algo mais importante ainda: aquilo que São Francisco de Sales definia: *simple remise en Dieu*, o perfeito e confiante abandono em suas mãos.

Outro mestre de D. Scalabrini, na oração, foi Santo Afonso Maria de Liguori, a cujos ensinamentos ele se refere muitas vezes, na Pastoral da Quaresma de 1905, dedicada à oração. Sabemos que o Santo dedicou escassa atenção à mística. Ele sustentava que para a santidade basta a “união ativa” com Deus, para a qual são meios indispensáveis a oração mental e a oração afetiva, que são as características da oração de D. Scalabrini.

A meditação é meio e alimento insubstituível da vida espiritual, o instrumento da salvação e da perfeição cristã, que consiste, de acordo com a dou trina de Santo Afonso, no am9r a Deus, concretizado na obediência e no abandono à Sua Vontade. Como para Santo Afonso, “a devoção de todas as devoções” é o amor a Jesus, assim, para D. Scalabrini, o amor a Cristo, presente na Eucaristia é a “mais salutar de todas as devoções” (1.0 Discurso do 3.º Sínodo, 28-8-1899, *Synodus Dioecesana Placimтина Ter-tia* ...; Placência 1900, d. 232).

Como Santo Afonso, do princípio que a afirmação do amor consiste na conformidade à vontade de Deus, D. Scalabrini deduz a necessidade da purificação, que não depende só de uma ascese voluntária, mas também e muito mais, dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, dos exercícios espirituais e do exame de consciência, e de modo particular da oração. Reveste-se de fundamental importância a meditação, para a qual muito mais que um método, valem a assiduidade e a constância.

Se nos atermos às classificações de Santo Afonso, devemos dizer que a oração de D. Scalabrini não foi a “contemplação passiva ou infusa”, mas a “contemplação ativa”, isto é, olhar “aquelas verdades das quais se adquire conhecimento por meio de pensamentos e esforços árduos» (*Práxis Confessarii*, c. 9).

Enfim, através da mediação de São Francisco de Sales e de Santo Afonso, remonta-se à principal guia espiritual de D. Scalabrini: a Imitação de Cristo. Também pela Imitação, a contemplação é possível a todos os cristãos, que chegam ao conhecimento próprio, eliminando o amor desordenado de si mesmos, com a renúncia. Deste modo conhecem a Deus, sua providência e bondade, manifestada na redenção, e na caridade e humildade, abandonam-se a Deus, que se manifesta em Cristo. O perfeito abandono a Deus é alimentado pela assídua meditação... da Paixão e pela amorosa união com Cristo na Eucaristia.

A meditação é a via de purificação, a Eucaristia é o sacramento da união: são os dois aspectos que caracterizam a oração de D. Scalabrini, como via mestra da divinização, isto é, da conformação com Cristo.

3) *Oração mental e oração vocal*

A meditação, para D. Scalabrini é bem mais que uma “prática de piedade”; é a escuta da Palavra de Deus, na fé e no amor; é o discernimento, à luz da Palavra de Deus; é a orientação de toda a vida a um único ponto de referência: Cristo, que é a Palavra e o Pão (“vossa meditação se concentre em Cristo Eucarístico”).

“A reflexão ou meditação, da qual deriva a oração, oferece estas vantagens: purifica a mente, isto é, a mesma fonte de onde provém, corrige os excessos, regula os costumes, torna a vida virtuosa e ordenada; enfim, procura o conhecimento das cosas divinas e humanas.

É a meditação que esclarece o que está ambíguo, recompõe o que está desconexo, recolhe o que está disperso, prescruta as coisas secretas, intui as verdadeiras, submete a exame as verossímeis, tira a máscara às enganadoras e fingidas.

É ainda a meditação que programa a nossa atividade, e durante o seu desenvolvimento, reexamina-a, para que em nossa vida, nada fique de

menos correto, ou necessitado de correção. É finalmente, a meditação, que na prosperidade, conserva-nos prontos para as contrariedades e isto é prudência, enquanto que nas contrariedades faz com que não as percebamos, e isto é fortaleza. (De Consid. I, c. 7).

Eis a eficácia da meditação para a retidão do coração e para a integridade de nossa vida espiritual. Da meditação obtém-se riquezas incalculáveis, enquanto que sem meditação, será desolação sobre desolação e absoluta esterilidade de boas obras.

Jamais poderemos desempenhar dignamente os deveres de nosso ministério, se não os tivermos constantemente diante dos olhos, num assíduo e intenso contato com Deus (...).

Convençei-vos de que a caridade cresce e se nutre com a meditação. Na meditação, diz o Profeta, acende-se um fogo (...). A meditação cotidiana deve fornecer sempre novo alimento à piedade sacerdotal, a fim de que esse fogo se conserve e se desenvolva. Se as meditações com devoção e assiduidade, as divinas perfeições de Cristo e os tesouros incalculáveis de sabedoria escondidos n'Ele, serão alimento da caridade (...).

Vossa meditação se concentre, sobretudo, em Jesus Eucarístico (...). Persuadi-vos de que o coração do sacerdote não pode ter paz e segurança, se não coloca em Cristo, a sua felicidade; e sem esta felicidade, ninguém pode viver (...). A Eucaristia, feita objeto de meditação, acenderá no coração do sacerdote, a caridade de Cristo e atrairá como um ímã, o seu coração; será um mel delicioso, que brota da rocha; será a adiposidade substancial que nutre a alma do sacerdote até repletar dos bens de Cristo, também o povo fiel" (3.º Discurso do 3.º Sínodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecesana Tertia* ..., Placência, 1900, pp. 249-251).

O objeto da meditação é, portanto, o Verbo Encarnado: Palavra e Pão.

"A palavra de Deus é viva; é a mesma vida de Deus, que em certo sentido, anima a sua Palavra e torna-se operante. É eficaz; tem à sua disposição a Onipotência Divina, pronta a executar o que ordena. Mais penetrante que uma espada que retalha a alma sensível e a alma espiritual, prescrutando lhe o íntimo e operando no homem tudo o que agrada a Deus, de Quem é instrumento. Tudo é desvelado e aberto a seus olhos. A palavra eficaz tudo vê, torna tudo inteligível à alma; dando um juízo de discernimento, trans porta a alma, da iniquidade à justiça e a reconcilia com Deus.

A alma foi criada pelo Verbo, para ser a primícia de sua criação: 'Por sua vontade Ele nos gerou com uma palavra de verdade, a fim de que

fôssemos primícias de suas criaturas’ (Tg 1,18). Que acontece quando, no momento propício, Cristo fala à alma? Consome-se de amor para encontrá-la e grita: ‘Sou de meu Dileto e meu Dileto é meu. Minha alma se liquefaz, quando meu Dileto falou’ (Cântico dos Cânticos). Tal é a potência da Palavra” (2.º Discurso do 3.º Sínodo, 29-8-1899; idem, pp. 237-238).

Realmente, a Palavra de Deus não é só “a verdade, verdade por essência, a verdade absoluta, verdade suprema, imutável, eterna”, mas é o mesmo Verbo de Deus. o seu Verbo, a 2.a Pessoa da angustíssima Tríade. O Verbo Divino se fez homem e veio, palavra inefável, falar aos homens, a Palavra de vida eterna” (A Divina Palavra, Placência, 1897, p. 5). “O grande meio a que está ligada e da qual depende nossa salvação eterna é a palavra de Deus” porque “se se recebe a fé, ouvindo a Palavra de Deus, a Palavra de Deus é tão necessária quanto a fé” (Idem pp. 7-8). “Minha Palavra é espírito e vida, disse o divino Redentor. Ela tem a força, não só de mudar a vontade, mas de purificar os corações, de formar os santos” (Idem, p. 11).

A palavra de Deus é meditada e “transformada em afeto”.

“É somente com a reflexão que o homem aprende a conhecer aquilo que ele é, e o que deve ser; a pensar e julgar cristãmente, em todas as coisas. A Palavra de Deus deve tornar-nos cristãos de coração e de obras? Primeiramente é transformada em afeto. Não só devemos entender a verdade, mas amá-la; e não só amá-la, mas também praticá-la. *Veritatem facientes in charitate*, como escrevia o Apóstolo” (Idem, pp. 33-34).

Foram estas as razões que levaram D. Scalabrini a fazer da meditação cotidiana um ato de culto, obrigando-se *sub gravi* a dedicar-lhe meia hora de tempo, todos os dias e depois prolongá-la por uma hora. “Oh! as belas coisas ouvidas a respeito dela! ...” Quem deixa a meditação não tem fé ou não tem juízo!... (“Propósitos”, agosto 1900). “Proponho uma hora de meditação, compreendida a preparação para a Missa” (Idem, 23-2-1901).

Aos sacerdotes recomendava:

Estabelecei um tempo, diariamente, para a meditação das coisas celestes e não as transcureis nunca. Não vos deixeis arrastar por um desejo insano de ajudar os outros, transcurando-vos a vós mesmos: quem é mau para si mesmo, com quem se mostrará bom? Frequentemente sobrevêm, não o neguemos, circunstâncias que obstaculam esse exercício; mas neste caso proveem mal a si mesmos, os sacerdotes que deixam a meditação.

Nestes casos é mister recordar que se deve antecipar ao sol, para render graças a Deus. É justo que vos façais tudo a todos; mas feito o que se deve fazer para a salvação do próximo, recordai-vos dos Anjos que na escada de Jacó subiam a Deus e desciam à terra. Em vosso comportamento deveis reproduzir esse modelo: também vós sois os anjos do Senhor dos exércitos.

Ao exercício da oração, deveis unir a leitura das Sagradas Escrituras. A leitura inculcada pelo Apóstolo e recomendada pelos Santos Padres com a máxima insistência. “Os homens da Igreja, disse S. Gregório Magno, leiam e meditem cada dia as Sagradas Escrituras, para reconstruir, mediante a palavra do ensinamento divino, o que um comportamento humano continua a destruir” (*Allocutio in prolusione Synodi*, 2-9-1879, *Synodus Dioecesana Placentina Prima...*, Placência, 1880, pp. 228-229).

Recordava aos seus missionários: “A meditação e os exercícios espirituais são o essencial na vida sacerdotal e é necessário querê-los a todo o custo” (Carta a P. Zaboglio, 21-9-1895. Arquivo do Seminário de Como).

Os exercícios espirituais – que ele fez pontualmente, cada ano, por oito dias, com seus sacerdotes – são necessários se se quer empreender aquela vida, da qual, cada um possa dizer com o Apóstolo: Não sou mais eu que vivo, mas Cristo vive em mim (*De Exercitiis Spiritualibus*, Placência 1876, p. 13).

“Quem não necessita que Deus lhe fale, e lhe diga verdadeiramente ao coração, aquela palavra que é mais cortante que uma espada de corte duplo e penetra até a divisão da alma e do espírito? Se por nós mesmos não somos capazes de pensar em algo que tenha origem em nós mesmos, mas nossa capacidade vem de Deus, como é importante que Deus, por primeiro fale em nós e que prestemos ouvidos atentos, dóceis, plenamente obedientes ao que Deus fala ao nosso coração, para poder instaurar uma norma de vida reta e santa, segundo a vontade divina, que conhecemos; ou para confirmá-la e consolidá-la, se por graça de Deus já a temos instaurada!” (Idem, p. 19).

A meditação, na espiritualidade de D. Scalabrini é um fato fundamental. É o comportamento do homem que se coloca na presença de Deus e o ouve, tornando-se consciente da iniciativa de Deus, “que nos amou primeiro e reconciliou-nos consigo mesmo por meio de Jesus Cristo”. Jesus é a Palavra substancial do Pai, o qual fala também mediante as realidades criadas todas no Verbo e pelo Verbo, e, sobretudo, mediante a criatura humana, imagem de Deus e morada de Cristo. Na meditação

“o conhecimento profundo das coisas divinas e humanas”, D. Scalabrini, compreende Deus, chega a entender o homem, como foi feito por Deus; consegue decifrar a história humana, como história da salvação e os sinais dos tempos, como vozes de Deus. A resposta à palavra multiforme de Deus é uma palavra que se exprime na oração e ao mesmo tempo, é um compromisso de caridade, de justiça e de solidariedade para com o homem. A meditação é a ciência que gera fé; a fé em um Deus vivo, pessoal, próximo; a “fé viva” que se torna “oração”; a fé que se torna confiança absoluta e se exprime na oração confiante. D. Scalabrini tem uma confiança indestrutível na eficácia da oração.

“O homem fala e Deus escuta, o homem pede e Deus atende e digamo-lo ousadamente: o homem manda e Deus obedece: *Voluntatem timentium se sciae, et deprecationem eorum exaudiet*” (A oração, Placência, 1905, p. 17). Duas grandes coisas admiro no céu e na terra: no céu, a Potência do Criador; na terra, a potência da oração. Seja o homem fraco, quanto se queira, se ele ora, torna-se forte, da mesma força de Deus: *nihil potentius homine orante*. Ouvi o Apóstolo: Eu, disse ele, tudo posso, absolutamente tudo: *omnia possum*. E como? Eu posso tudo pela oração; posso tudo n’Aquele que, invocado por mim, me fortalece, me conforta, me consola: *omnia possum in eo qui me confortat*.

A oração, quando humilde, não só iguala, mas supera, direi assim, a potência de Deus: Deus é onipotente, diz o Profeta, quem pode resistir-Lhe? A oração, respondo eu” (Idem, p. 26).

A oração, é “a parte mais viva, mais forte, mais poderosa do apostolado” (Discurso aos missionários que partiam, 24-1-1889. AGS 3018/1).

O sacerdote torna-se santo e santificador, pela oração. Nos dias de hoje, é necessário que o sacerdote saia do templo, se quiser exercer uma ação salutar no templo. Porém, entendamo-nos: Saia do templo, mas só depois de haver haurido luz e conforto da piedade e da oração; saia do templo, mas tendo sempre o olhar voltado para o templo; saia do templo como o sol que sai de sua tenda, esplêndido da luz de Deus e do fogo da caridade, que ilumina, aquece e fecunda” (Ação Católica, Placência 1896, p. 13).

“Um piedoso escritor assim se exprime, sobre a oração: Se alguém me perguntasse do que mais necessita um sacerdote, na cura das almas, responder-lhe-ia: de oração! Se depois me perguntasse: de que outra coisa necessitaria? Repetir-lhe-ia: da oração! E se ainda, repetidamente insistisse sobre a pergunta, minha resposta seria sempre a mesma” (3.º Discurso

do 3.º Sínodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia ...*, Placência, 1900, p. 248).

4) A Eucaristia

A divinização da pessoa efetua-se principalmente na união amorosa com Cristo, substancial e corporalmente presente na Eucaristia. Neste caso, D. Scalabrini chama-a também de “cristianização” (hoje diríamos “cristificação”). Apoiando-se na doutrina de São Francisco de Sales, assim se explica:

“A comunhão é a fonte da qual a alma atinge a água que jorra para a vida eterna, é o lugar onde se cicatrizam as feridas; é, em uma palavra, o princípio e o fim da união com Deus elevada à mais sublime potência e conduzida ao último grau de perfeição que se possa alcançar na vida presente. Realmente, se na Encarnação, o Verbo uniu-se pessoalmente à natureza humana, na comunhão une-se mais à nossa personalidade. Ele diviniza, de tal modo, nossa essência, cristianiza nosso ser individual e sua união conosco tem por símbolo o mesmo que transforma na substância do corpo que se nutre. Porém, os que comungam, como deixou escrito um santo Doutor, tem Jesus na mente, no peito, no coração, nos olhos, na língua. Este Salvador endireita, purifica e vivifica tudo. Ele ama pelo coração, entende pela mente, infunde vigor ao peito, vê com os olhos, fala pela língua e move todas as potências. Ele opera tudo em todos, que não vivem mais em si mesmos, mas é o Verbo de Deus, que vive neles” (A devoção ao Santíssimo Sacramento, Placência, 1902, pp. 22-23).

Retoma sempre o mesmo assunto: a extensão da Encarnação em nós, tanto no aspecto sacramental quanto no sacrificial, com uma particular conotação pessoal, que põe a ênfase sobre o indivíduo, isto é, numa relação interpessoal entre a Pessoa de Cristo e a pessoa do cristão.

“Como a Eucaristia é uma extensão da Encarnação, assim ela o é do sacrifício do Gólgota. Este, realmente, foi oferecido uma única vez, em poucas horas, em Jerusalém, enquanto aquele é oferecido, a todos os instantes, em todos os quadrantes da terra. Se o Filho de Deus, em sua primeira oblação ofereceu-se por todos, no Sacrifício da Missa oferece-se a cada um em particular. Ele se realiza em todos os momentos, cancelando o decreto lavrado contra nós, por causa de nossos pecados, e anula-o, fixando-o, com seu Corpo adorável, no altar da Cruz” (Idem, pp. 27-28).

Portanto, a Santa Missa é o fundamento e o vértice, não só da Liturgia e da piedade da Igreja, mas também da piedade e santidade pessoal.

“A missa não é somente a redenção cotidiana e a salvação do mundo, mas também, o alimento da piedade sólida e verdadeira e a fornalha onde se acende a vida sobrenatural da Igreja. Perguntau a esta Virgem, esposa do Nazareno, como nutre e suscita em tantos filhos seus, o sentimento do sacrifício até o heroísmo, e como a pobreza, as misérias que nos oprimem, lhe são causa de amor especial para conosco. Ela responderá, apontando-nos a inscrição que adorna seu altar: Assim Deus amou os homens! Sublimes palavras, que exprimem a mais sublime verdade. Realmente, desde que a eternidade gerou o tempo, nunca o horizonte da caridade cristã se dilatou tanto, como no momento em que o Verbo de Deus se imolou a Si mesmo, sob as espécies de pão e de vinho. Somente assim compreendeu que o sacrifício é a consumação da vida pura, nobre e santa; somente então almejou dar vida por vida, amor por amor” (Idem, p. 29).

O mesmo conceito da extensão da Encarnação alicerceia a “devoção” eucarística, à qual pertencem, além da missa e comunhão, a adoração, a visita ao SSmo. Sacramento, a oração reparadora e todo culto público. As 365 páginas do Sínodo Eucarístico, dedicado à doutrina e à disciplina, descendo aos particulares mais minuciosos (“pois que, em relação à Missa, ao culto eucarístico, nada há de supérfluo, de ocioso, mas tudo é grande, tudo é divino”. Idem, p. 34), nada mais são que a expressão do amor à Eucaristia “daquele padre que para abrasar-se do amor para com Jesus Sacramentado, daria de boa vontade, o sangue e a vida” (idem, p. 37), mas de uma devoção que busca de toda maneira, a substância da piedade e santidade cristã, como ele a entende:

“Finalizarei esta carta pastoral, (...) exortando-vos a todos, pelas vísceras da caridade de Nosso Senhor, a zelar, de todas as maneiras, pelo amor e pela glória de Jesus Sacramentado: numa palavra, a serdes sinceramente devotos, a fim de que Sua Vida se manifeste em vossa carne mortal. A vida eucarística, não ignorais, é o triunfo do espírito sobre a carne, da caridade sobre o egoísmo, da fé sobre a razão orgulhosa. Embora seja vida de sacrifício, porque alimentada pelo Sangue do Redentor, imolado por nós sobre a Cruz, ela não é dura e penosa, pois na mesma, não é o homem que vive em si mesmo, mas Jesus Cristo que vive nele” (Idem, p. 36).

Mais que as palavras, as exortações, as disposições sinodais, a inculcar e difundir a piedade eucarística, contribui o exemplo do sacerdote, que enquanto “personificação do povo cristão oferece a Deus, as coisas que são do mundo, personificação de Cristo, ele dá generosamente ao

mundo, as coisas sagradas de Deus” (O Padre Católico, Placência 1892, p. 12).

“Se realmente desejais reavivar a devoção eucarística em vossas paróquias, mostrai-o com o exemplo de tê-la vós mesmos em primeiro lugar enraizada profundamente no coração.

Seja vossa devoção interior e exterior e proceda de uma fé viva e de um amor sincero por Jesus, Hóstia divina.

“Mas, ai de mim! Devo confessá-lo: a fé, muitas vezes é lânguida e frequentemente, depois de muitos anos de sacerdócio, não se ama ainda o Divino Mestre, ou ama-se com um amor sem vida. Entretanto, o verdadeiro sacerdote é um homem que vive, trabalha e sacrifica-se por Jesus Sacramentado, o único Objeto de suas aspirações! Sois assim? Que vos dizem o santuário, o altar, o tabernáculo? Que impressões vos causam? Depois de haver recebido o Corpo e o Sangue de Jesus, não vos sentis, como dizia São Vicente de Paulo, a seus sacerdotes, não vos sentis abrasar o coração pelo fogo divino? Ora, esse fogo que ardia vivíssimo no peito daquele humilde Padre, daquele herói da caridade cristã, devora o vosso, ou ele permanece frio, gelado? Como podereis ter zelo para inspirar nos outros uma devoção que está a mil milhas de distância de vós? Exorto-vos: se não vos sentis chamados a uma vida profundamente interior e de alta contemplação, permaneci unidos a Jesus Sacramentado, pelo coração e pelas obras, em particular e em público, agora e sempre. Frequentemente vossa língua fale dEle, por Ele suspire vosso coração e não transcorra uma hora sequer do dia sem Lhe terdes dedicado um pensamento de grato e afetuoso reconhecimento” (A devoção ao SS. Sacramento, Placência, 1902, pp. 34-36).

A Eucaristia é o tesouro e o “depósito” confiado aos sacerdotes.

“A Igreja é formada por este sacramento e todas as suas riquezas se unificam no pão e no vinho. A vós, a incumbência de enriquecer-vos de tal tesouro e de enriquecer os outros. Desta forma instituiu este sacrifício: quer confiar sua administração somente aos sacerdotes, aos quais compete recebê-lo e dá-lo aos outros” (Off. Corp. Ch.).

A Eucaristia, tesouro dos sacerdotes é um depósito confiado à sua fidelidade e à sua guarda. Mas trata-se de um “depósito” de natureza particular, bem diversa dos outros. Por lei, quem recebe um “depósito” deve guardá-lo e conservá-lo fielmente, de modo a restituí-lo integralmente ao requerente. Não é assim a Eucaristia: é um depósito de trigo, que escondê-lo, seria um delito: “Quem esconde o trigo será amaldiçoado pelo povo” (Prov. 11,26) (...)

A Eucaristia é o sinal sob o qual fostes reunidos: “O Senhor reuniu-vos com a comunhão do cálice, com o qual assumimos a Deus mesmo, não com o sangue dos bezerros” (Off. Corp. Christi).

A Eucaristia é a vossa estrela. Apareceu-vos na infância e conduziu-vos a Cristo; guiou-vos na adolescência; fortaleceu vossa juventude; seja na vossa maturidade e velhice a vossa poderosa proteção, sustento da virtude, refrigério e sombra, prevenção dos tropeços, auxílio em toda a dificuldade, exaltação da alma, luz dos olhos, saúde, vida e bênção!” (Ecl. 36,19-20).

Tudo o que sois e que tendes deriva da Eucaristia; é a pura verdade dizer que por todos os lados o sacerdote está entrincheirado na Eucaristia e está marcado pela Eucaristia” (1.º Discurso do 3.º Sínodo, 28-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia*. ..., Placência, 1900, pp. 229-231).

O primeiro a dar exemplo de uma intensa vida eucarística foi o mesmo D. Scalabrini:

“As manifestações de fé do Servo de Deus que mais me comoveram foram as relativas à celebração da Santa Missa, na qual demonstrava na voz, no recolhimento e nas cerimônias, um espírito absorto na contemplação dos divinos mistérios. Edificava pela longa ação de graças individual, depois da liturgia. E o mesmo deve-se dizer de suas frequentes visitas ao SS. Sacramento, que fazia várias vezes ao dia e diante do qual era visto recitar lentamente o breviário” (Test. E. Caccialanza, Processo Diocesana, f. 221).

“A fé do servo de Deus manifestava-se especialmente na devoção à SS. Eucaristia. Quando celebrava a Missa, habitualmente devoto em todas as partes, chegado à Consagração, transformava-se sensivelmente, até causar impressão” (Test. L. Cornaggia Mediei, idem, ff. 733-734): “Dava a impressão de que ele via o Senhor, com os olhos corporais” (Test. L. Mondini, idem, f. 114).

Milhares de vezes surpreendi-o com os joelhos por terra, prostrado diante do SS. Sacramento” (Test. C. Spallazzi, idem, f. 69).

Várias testemunhas recordam que ele levava também materialmente a contato com o SSmo. Sacramento os problemas e as decisões mais difíceis: “Quando tinha algo árduo e difícil, colocava o relato sob o corporal, na confiança de ser iluminado” (Test. A. Bianchi, ff. 664-665).

“Nesses momentos, transfigurava-se: via-se que se comunicava com o Mistério, tornado tangível para ele, por dom de Deus. Não devemos

maravilhar-nos se depois tomasse decisões extraordinárias, declarando inocentes, pessoas contra as quais estavam para ser tomadas severíssimas medidas disciplinares e conversando lia no seu coração” (Test. L. Cornaggia Medici, *Un profilo di Mons. Scalabrini*, Roma, 1930, p. 4).

Acreditava que tal dom fosse concedido a todos:

“Queria que lesseis esta minha carta aos pés do Santo Tabernáculo. De lá, vir-te-á a força de colocares em prática este meu conselho” (Carta a um sacerdote, s.d.). “Colocai-vos por instantes aos pés do Sacrário e depois respondi-me: Resigno-me à Vontade de Deus e aceito” (Carta a N. Bruni, 12-9-1894. Arquivo do Semirário de Bedônia). “Ficai calmo e não vos deixeis surpreender por vãos temores. Cumpri vossos deveres com prudência e franqueza. Por que desencorajar-vos? Não tendes no Tabernáculo Jesus Cristo que vos repete: Por que temeis? (*Quare dubitasti?*)” (Carta a um sacerdote, 13-3-1897. AGS 3022/34).

O que significava para ele a celebração da Santa Missa podemos auferir do que dizia aos sacerdotes:

“Reporto-me a vossa experiência. Não é verdade que celebrado o Divino Sacrifício, o que o mundo apresenta como bom torna-se insípido? (...). Da celebração da Missa resulta uma mais suave propensão para o recolhimento, uma maior tendência para a oração, uma secreta doçura no desprezo de si, um desejo de perpétua imolação, a escolha da vida escondida em Cristo, as maravilhosas ascensões a Deus” (1.º Discurso do 3.º Sínodo, 28,8,1899, *Synodus Dioecesisana Placentina Tertia ...*, Placência, 1900, pp. 228229).

Algumas formas de piedade eucarística, muito caras em 800, que viu florescer uma verdadeira “restauração” da devoção à Eucaristia, depois do inverno do jansenismo e o despertar suscitado especialmente na Itália, por Santo Afonso Maria de Ligório, foram também caras a O. Scalabrini, seja na piedade pessoal, como na ação pastoral. Uma destas, era a visita cotidiana ao SSmo. Sacramento, que recomendava também aos fiéis.

“Um meio eficaz para estabelecer e desenvolver a devoção a Jesus Sacramentado, encontrá-lo-eis, inicialmente na piedosa prática da visita cotidiana a Ele, prisioneiro de amor, em nossos tabernáculos (...). Como é belo colocar nossas almas em frequente colóquio com Jesus, com uma prática tão salutar! Feliz, exclama o profeta, aquele que habita junto ao tabernáculo! O Senhor é a sua força e sua luz, o remédio a todos os seus males, o bálsamo para todas as suas feridas, o conforto para toda a pena. Aos pés do altar, a alma esquece-se do mundo, das misérias da vida, por-

que onde está Jesus, não está a dor, mas alegria, mesmo entre as mais amargas tribulações. Este é o lugar, onde a fé no segredo do coração, escuta vozes misteriosas e suaves” (A devoção ao SS. Sacramento, Placência, 1902, pp. 1112).

Da seguinte exortação aos sacerdotes, pode-se auferir a importância que D. Scalabrini dava ao frequente encontro e ao colóquio com Cristo:

“Nada é mais necessário e salutar que este encontro. (...) O coração não se dirige e não habita onde está o seu tesouro? Cristo, na Eucaristia, é para o sacerdote, sabedoria, conselho, defesa e força; sabedoria que o ilumina, conselho que o dirige, defesa que o protege, força que lhe torna fácil toda a coisa difícil (...).

Pode ser que nos primeiros anos de nosso sacerdócio, tenhamos feito tal experiência, mas com o passar do tempo, ofuscou-se e apagou-se esse esplendor, tornando-nos, como diz o Apóstolo, como aqueles simuladores de uma piedade, que é só máscara. Há vinte, trinta, quarenta anos, estamos em íntima relação com Cristo, neste Sacramento, mas pouco recebemos de sua plenitude. Entretanto, como participantes, ou antes, artífices deste mistério, enriquecemos os outros, enquanto nos exaurimos em nossa miséria. Mas por que isso? Não será talvez porque nossa fé engalhesce? Estamos em cantata com a materialidade deste mistério e não sabemos penetrar suficientemente no seu íntimo: são mudas, para nós, as vozes que nos falam de Cristo, neste Sacramento.

E que dizer da adoração a Cristo, neste Sacramento, feita pelos sacerdotes? Seria sumamente louvável e desejável que o sacerdote se apresentasse diante do Tabernáculo, de manhãzinha, e ali, quase antecedendo ao sol, em seu louvor a Deus, fizesse a sua meditação, se preparasse convenientemente, sempre diante da Eucaristia, ao Sacrifício da Missa; e depois da celebração, se demorasse para um justo agradecimento. No entanto, acontece, frequentemente, que os sacerdotes, sem nenhuma preparação e transcurando qualquer prece, põe-se imediatamente, em ocupações profanas (...). Suportando, de má vontade, permanecer, cada dia, por um quarto de hora, diante do SS. Sacramento, em oração a Jesus e se distanciam impacientes, como o são frequentemente diante de Deus. Não poderia Cristo, hóspede descuidado e forasteiro em nossa casa lamentar-se assim: ‘Tornei-me um estrangeiro para os meus irmãos e um forasteiro para os filhos de minha mãe’?

(...) Vossos paroquianos vos vejam presentes, com frequência, diante do Santo Tabernáculo, ora para a recitação do breviário, ora para o exame de consciência; vejam-vos aproximar de Cristo, antes de sair de casa, para

implorar-Lhe auxílio e graça e notem, que ao regresso apresentai-vos para agradecer-Lhe. Feliz aquele sacerdote, que interrompendo suas ocupações, emprega parte de seu tempo no culto assíduo a Cristo Senhor, e aprendeu a dar sabor ao seu trabalho com o colóquio amigo com Cristo" (3.º Discurso do 3.º Sínodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecesana Placentina Ter-tia...*, Placência, 1900, p. 252-254).

Não se trata de uma devoção individualista e interior, como frequentemente será reprovada na espiritualidade do 800. Antes de tudo o sacerdote será convidado, no seu ministério, a transmitir ao povo, a palavra e a vida de Cristo, haurida pessoal e diretamente do tabernáculo:

"Sugiro-vos preparar vossos discursos diante do tabernáculo, para transmitirdes ao povo as mesmas palavras que Cristo vos sugeriu. Assim fizeram Moisés e os Profetas.

O sacerdote diante do tabernáculo suplique para que o gelo de seu coração se derreta pelo fogo celeste, que arde em Cristo; que sua alma se alimente de divino fervor e assim possa tornar-se uma testemunha fiel diante do povo de Deus" (Idem, p. 255).

Em segundo lugar, a devoção eucarística é orientada para a recristianização da sociedade.

"A primeira chaga do nosso século é a corrupção do coração (...). Compete-vos fazer todos perceberem a imensa caridade de Cristo, para com o Pai e para com os homens. Somente ela poderá eliminar os males mortais de nossa época e transformar a face da terra. O amor impele ao amor (...).

A segunda chaga do tempo é um certo fel de amargura pelo qual os homens olham-se entre si, não como irmãos, mas como inimigos e assim, todos procuram a própria comodidade e não o que favorece o bem comum (...). Devemos propor a toda criatura a divina e infinita paciência e mansidão de Cristo, neste mistério (...).

A terceira chaga do tempo é a inveja e a ânsia de superar a posição social em que cada um se encontra (...), esquecendo completamente a pátria celeste. Daqui resultam inúmeros males, um número infinito de deslocados e o conseqüente descontentamento e desilusão de muitos, além da instabilidade da sociedade civil e finalmente, a negligência total pelas coisas espirituais e divinas. É evidente que esta múltipla enfermidade só pode ser remediada pela humildade de Cristo, neste sacramento (...).

Para concluir: A Eucaristia é o centro da Igreja, o compêndio do culto divino, a árvore da vida plantada no meio da Igreja, cuja fronte dá refregério aos povos. É o fermento escondido da Sabedoria Encarnada, neste sacramento (...). Se o fermento for imerso na Igreja pelo ministério dos sacerdotes, nos diversos estratos sociais, isto é: nas classes dirigentes, na juventude e na sociedade conjugal, tornará mais judicioso este mundo insípido, reunirá os povos dispersos ao único Corpo da Igreja e tornará constante em toda Obra virtuosa aqueles que antes permaneciam inertes diante do bem" (Idem, pp. 257-259).

Para realizar a regeneração da sociedade, é necessário partir de uma só lida e profunda instrução (...), primeiro requisito da devoção eucarística. Eis o motivo da suma importância atribuída por D. Scalabrini à Liturgia da Palavra:

"O que seria da Igreja sem a pregação eucarística? Uma religião sem sacrifício, uma sociedade de utópicos, uma casa fundada sobre a areia: Cristo mesmo, tornado uma fábula, um mito (...).

Cristo, na Eucaristia, é a força e a sabedoria de Deus, e nós anunciamos Cristo poder de Deus e Sabedoria de Deus. Refleti sobre o conceito da pregação. Cristo instituindo o sacrifício e consagrando o sacerdote disse: *Hoc facite in meam commemorationem* - 'Fazei isto em memória de Mim' (1Cor 11). Com seu peculiar modo de agir, uniu a pregação ao sacrifício: o sacrifício sem a palavra seria uma comemoração ineficaz. Sabeis com que divina e sublime eloquência, Cristo falou aos sacerdotes na última ceia, antes e depois da instituição da Eucaristia (...). Os Apóstolos continuaram a sua pregação (...), se dedicavam à pregação da palavra, e os fiéis, escutando-os, perseveravam na participação comunitária da fração do pão" (2.º Discurso do 3.º Sínodo, 29-8-1899, idem, p. 240).

A fim de intensificar a proclamação da Palavra de Deus, não omitindo nunca a homilia nas missas dominicais, D. Scalabrini juntou todas as iniciativas possíveis para difundir a piedade eucarística. Introduziu ou fez reflorescer várias práticas eucarísticas. Instituiu a adoração perpétua para os sacerdotes, a fim de que não passasse uma hora, nem mesmo à noite, em que na Diocese, ao menos um padre estivesse em adoração ao Santíssimo; introduziu a adoração diurna, em turnos, para os fiéis; fez reflorir as Quarenta horas e a Confraria do SSmo. Sacramento. Mas, em primeiro lugar, devia permanecer a missa:

"Acreditam alguns que a Missa seja obra boa, mais ou menos como a recitação do rosário, uma esmola, uma via-sacra etc. Quanto se enganam! Es-

sas práticas são todas boas e santas, mas a Santa Missa supera-as infinitamente, de um valor infinito foi e será sempre, no cristianismo, a devoção das devoções, o mistério dos mistérios, o vértice, a coroa, o centro da vida espiritual. Na Missa, todos os sacrifícios e todos os atos de culto são assumidos e compendiados” (Como santificar a festa, Placência, 1904, pp. 6-7).

“Uma Missa é a imolação de um Deus que de certo modo colocou-se em nossas mãos, a fim de que tomemos a parte que nos convém nos tempos, nas condições, na medida e para os fins determinados pela Providência. Uma Missa! É um Deus que adora, um Deus que agradece, um Deus que aplaca, um Deus que implora! Uma Missa! Ainda uma Vez, ela é a coroa do culto religioso, o centro da vida cristã” (O padre católico, Placência, 1892, pp. 11-12).

Para que todo o povo participasse da “oblação com a qual todo o corpo da Igreja se oferece com Cristo, assim que o Cristo Todo (Christus totus) é ao mesmo tempo, oferente e vítima (2.º discurso do 3.º Sínodo, 29-8-1899, *Synodus Dioecesis Placentina Tertia ...*, Placência 1900, p. 239), atuou todas as possibilidades, desde o início de seu episcopado, para inculcar e obter, também no plano civil e social, a observância do repouso festivo. Duas de suas últimas Pastorais da Quaresma, em 1901 e 1904, são dedicadas à santificação da festa, “dia do Senhor o dia de suas maravilhas, de suas bênçãos, de seus triunfos ... dia de verdadeira liberdade, da verdadeira igualdade, da verdadeira fraternidade; dia de nosso resgate, de nossa grandeza, de nossas esperanças, de nossa glória, de nossa alegria” (Santificação da festa, Placência 1903, p. 7).

Na Pastoral da Quaresma de 1902 revelou as metas a serem atingidas pela ação pastoral:

“Quando o Senhor, em sua infinita misericórdia, conceder-me ver radicalmente, a devoção eucarística, em minha querida Diocese, então não me restará senão excluir como o profeta Simeão: ‘Agora deixai, Senhor, que teu servo parta em paz, porque meus olhos viram o Salvador que nos destes’, amado, agradecido e venerado por aqueles que são no tempo e serão na eternidade, minha alegria e minha coroa” (A devoção do SS. Sacramento, Placência, 1902, p. 37).

E na última pastoral, escrita 26 dias antes de sua morte, para anunciar a 6.ª visita à Diocese, expressou o desejo de realizar, na Eucaristia, o encontro mais íntimo e vivificante, com todos os seus fiéis:

“Nada poupeis, meus veneráveis cooperadores, a fim de que, chegando no meio de vós, possa dispensar o Pão dos Anjos a todos os meus filhos,

dos pequenos da 1.ª Eucaristia, àqueles que estão nos umbrais da eternidade. Esta será, irmãos e filhos meus, a mais doce consolação que podeis propiciar a vosso Bispo, em meio aos cuidados incessantes e às graves preocupações de meu ministério pastoral” (Carta Pastoral de 5-5-1905, Placência, 1905, pp. 4-5).

Chegava o momento que o servo do Senhor devia partir em paz com o viático Eucarístico; passou toda a noite precedente à operação que lhe seria fatal “em oração em sua capelinha particular”. Na vigília da morte, pediu que lhe fosse administrado o Viático, em forma solene (...). Pediu que lhe fossem colocados tapetes nas janelas do palácio, que fosse bem preparado o quarto, onde estava seu leito. Quis a sobrepeliz, a murça, a cruz peitoral recebida do Papa Pio IX (...). Chegado o SSmo. Sacramento da Paróquia, como ele havia disposto, acolheu-O com sinais da mais edificante piedade, recitando orações de preparação e fez a solene profissão de fé (...). Recebido o Viático, em perfeita lucidez; enquanto desafogava seu amor para com Nosso Senhor, em preces ferventes, recuperou suas energias de tal modo, que o médico presente, Dr. Luís Marchesi, qualificou esta melhora como um milagre, exclamava textualmente: É um milagre! É um morto que fala” (Test. C. Spallazzi, Processo Diocesano, ff. 78-79).

Não era um milagre, mas um vislumbre da bem-aventurança, da qual o Senhor lhe havia feito pregar, durante a vida, nas horas de adoração.

“Este gozo da alma peregrina, este estado da calma, pleno de esperança, esta harmonia repleta de suavidade, esta paz cheia de amor é em verdade, a verdadeira imagem da bem-aventurança celeste” (Carta Pastoral [...], Santa Quaresma de 1881, Placência, 1881, p. 26).

Desejou ser sepultado junto ao altar do SSmo. Sacramento, aos pés do qual fez preparar seu túmulo e sonhou poder celebrar uma última Missa no dia do juízo universal; sonho ingênuo, mas revelador de um amor à Eucaristia, que foi a nota característica de sua espiritualidade.

5) A Cruz

A Eucaristia nasceu da Cruz: “Cristo abriu-nos esse caminho novo (à salvação e à santidade) com sua paixão: seu fruto nos é comunicado pela

Eucaristia" (1.0 Discurso do 3.º Sínodo, 28-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia...*, Placência 1900, p. 225). Se ela nasceu da Cruz, logicamente, deve-se perder a vida para ganhá-la. "No momento em que o Verbo de Deus se imolou sob as espécies de pão e de vinho (...) só então compreendeu que o sacrifício é a consumação da vida, pura, nobre e santa; só então, desejou dar vida por vida, a mor por amor" (A devoção ao SSmo. Sacramento, Placência, 1902, p. 28).

Para D. Scalabrini, viver a Eucaristia, memorial da Paixão é conformar-se com Jesus Crucificado; é viver a nova Aliança, da qual a Eucaristia é o Sacramento; é viver a nova união com Deus, estabelecida por Cristo, com o sangue da Cruz. Ele retorna a este conceito sob diversos aspectos.

"Na semelhança com Ele, como afirma S. Paulo, consiste o segredo de nossa predestinação. Isto posto, pergunto: Que caminho tomou Ele para subir ao céu? (...). Toda a sua vida, escreve S. Crisóstomo, não foi outra coisa que Cruz e martírio (...). Se o meu Deus, vindo à terra, não quis enganar-me, se, para ser meu guia, tornou-se visível aos meus olhos, sou constrangido a saudar, na penitência, a única esperança dos filhos de Adão, o único meio para satisfazer à divina justiça" (A penitência cristã, Placência, 1895, pp. 9-10).

"De Belém ao Calvário, Ele só se apresentou como homem das dores (...). E isto para que? Para ensinar-nos e animar-nos a sofrer, *ut sequamini vestigia eius*. Que pode ser a vida cristã se não um contínuo sacrifício, um combate contínuo à imitação de Jesus Cristo? Como ser filhos de sua humilhação, de seus padecimentos, de sua cruz e não tolerar nem humilhação, nem sofrimentos, nem cruzes? (...) Ou renunciar a ser cristão, ou viver conforme à vida e aos ensinamentos de Jesus Cristo (...). Não foi esta a obrigação que contraímos no Batismo? Naquele momento tornamo-nos seus, revestindo-nos d'Ele e fomos incorporados a Ele. Desde aquele momento, todos os cuidados maternos da Igreja voltaram-se para formar em nós Jesus Cristo e esculpir sua imagem viva em nossos corações" (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1883, Placência, 1883, pp. 6-8).

Não podemos apresentar a Deus "a oferta de um sacrifício, ao qual não participamos; o culto de uma cruz, da qual nenhum vestígio levamos em nossos membros" (A penitência Cristã, Placência 1895, p. 11).

"É mister suprir o que falta de nossa parte, à sua paixão: *adimpleo ea quae desunt passionum Christi in carne mea* (Cl 1,24). Nossa salvação está subordinada a esta lei suprema. O sacrifício de Jesus Cristo e o nosso sacrifício são dois sacrifícios igualmente necessários; são dois sacrifícios que só

aplaçarão a justiça divina se estiverem unidos; porque nosso sacrifício, isolado do sacrifício de Cristo, é indigno de Deus, o sacrifício de Cristo, desacompanhado do nosso sacrifício é inútil para nós” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1883, Placência, 1883, p. 16).

“Sendo discípulo de um Deus pobre, humilde e crucificado” (idem, p. 11), devemos pôr em prática as condições que Cristo ditou a quem deseja segui-Lo:

“Quem deseja vir após mim, disse nosso divino Mestre, renegue-se a si mesmo, carregue sua cruz e siga-me (...). Renegue-se a si mesmo, isto é, à própria inteligência, submetendo-a à fé; à própria vontade, fazendo a vontade de Deus; aos apetites desregulados, seguindo em tudo, o Santo Evangelho. Leve, em segundo lugar, a sua cruz, isto é, sofra, com paciência e resignação todos os males da vida presente, as tribulações, as dificuldades, as fadigas inerentes ao próprio estado. E siga-me, isto é, caminhe sobre as pegadas de Jesus Cristo, revista-se de seu espírito, harmonize-se com seus pontos de vista, seja animado de seus sentimentos, conduza-se segundo suas máximas, conforme-se a sua vontade e abandone-se a sua providência. O que significa tudo isto, se não, que é necessário o exercício da mortificação evangélica para viver a vida cristã? Ela é tão necessária, que sem ela estamos perdidos para sempre: *nisi poenitentiam egeritis*, é a Verdade encarnada que nos fala, *omnes similiter peribitis*” (Idem, pp. 14-15).

A mortificação de algumas tendências humanas exalta as tendências mais profundas: tornar-se filhos de Deus, alcançar a felicidade que não se perde mais. As palavras: luta, vigilância, mortificação e penitência não devem produzir engano. Não é o “masoquismo religioso” (Sartre). Ao contrário, é libertação, vida nova, edificação do Reino; é a restauração da dignidade do homem; é, portanto, alegria.

“Alguns fazem da penitência cristã uma ideia muito superficial e mesquinha, crendo que mortificar-se é querer padecer por simples gosto de sofrer. É bem mais alta a meta que aspiramos. Mortificando-nos, direi com um ilustre filósofo, queremos edificar e não destruir; queremos reprimir a carne, mas para dar liberdade ao espírito; despojamo-nos do homem velho para revestirmo-nos do homem novo; renegamos nossa vontade corrompida para substituí-la pela santa vontade de Deus; fazemos morrer nosso amor próprio para viver a caridade, abatemos o reino do mal, perseguindo-o em seus cúmplices internos e externos, para fundar em nós o reino do bem, o reino da verdade e do amor; perdemos algo no presente para assegurar-nos o futuro. Queremos retomar nossa coroa; ser-

mos não somente homens, mas cristãos, reinar no tempo e na eternidade” (A penitência cristã, Placência, 1896, p. 13).

Pessoalmente abraçou com decisão e alegria interior aquela que ele chamava “a filosofia da cruz”.

“Considerai as cruces, as tribulações, as humilhações, os desprezos como meios preciosos de santificação. Não se queixar, não se entristecer, não se desencorajar: oferecer cada coisa em união com os sofrimentos de Jesus Cristo. *Fac me cruce inebriari*” (“Propósitos”, 28-8-1896).

“A cruz é a única tábua de salvação no naufrágio borrascoso da vida. Pa-decer, mortificar-se, humilhar-se, aceitar as humilhações, eis a Cruz: *qui tenuerit eam beatus*. Não deixá-la nunca: *absit gloriari nisi in cruce D.N. Jesu Christi*. É a única verdadeira sabedoria. O Bispo carrega a cruz sem a imagem do querido Jesus. Por quê? Porque devemos amar a cruz também sem o conforto da visão dEle: amá-la por ela mesma: *fac me cruce inebriari*: os confortos de Jesus virão depois: estão num estado de perfeição adquirida; eis o lenho da vida, não deixá-lo nunca. Sereis felizes na vida, na morte, na eternidade” (Notas da meditação. AGS, 3027,1).

“*Fac me cruce inebriari*! Deus nos educa com as tribulações, com as penas, com os aborrecimentos do ministério, das audiências; conserva-nos, ilumina-nos, torna-nos grandes. Amemos, portanto, as cruces. A cruz ... amá-la, uni-la aos padecimentos de Jesus Cristo, apertar a cruz peitoral ao coração e repetir frequentemente: *fac me cruce inebriari* ...” (“Propósitos”, 24-8-1893).

“Deus foi para mim de uma bondade particular: quantas graças extraordinárias para santificar-me; quantas cruces! As cruces são inseparáveis dos desígnios de Deus ... Nunca me faltaram!... Deus seja bendito! *Te Deum laudamus*! Cantei-o a pouco, na Catedral. Graças a Deus e coragem na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo” (Idem, 30-1-1894).

Encontram-se os mesmos sentimentos em sua correspondência:

“Quanto a mim, graças a Deus, conservo uma perfeita tranquilidade de espírito e sei que um Deus seja bendito (como dizia o meu São Francisco de Sales) recitado entre as tribulações, vale mais que um rosário na prosperidade, e recebo todos os contratemplos das mãos de Deus, por quem são permitidos e ordenados e procuro aceitá-los com amor. Eles não são partículas da Cruz de Jesus Cristo?” (Carta a um Superior Provincial, s. d. AGS, 3022/1).

“O Senhor quis visitar-me neste ano com toda espécie de tribulação, mas parece-me não ter perdido nunca a resignação e a calma. Tive presente o *omne gaudium existimate cum in tribulationes varias incideritis* e senti até alegria. Oh! a sublime filosofia que se encerra nestas palavras: verdadeiro amor à cruz!” (Carta a L. Carnaggia Mediei, 12-5-1896. Arquivo Liberiano de Roma).

“Bendigo a Deus em tudo e sinto verdadeira alegria em sofrer com resignação todas as penas, as contradições que Ele me envia. Recebo esses contratempos das mãos de Deus, por quem são permitidas, ordenadas para o nosso maior bem e creio, com isto, ser útil às almas. De minha parte, só desejo a maior glória de Deus e o bem das almas, mesmo quando devesse consegui-los com as maiores penas. *Ita Pater, quoniam sic fuit placitum ante te*” (Idem, s.d.).

Na correspondência confidencial com Dom Bonomelli, “a mística da cruz” está continuamente presente:

“Vós me falais de cruz, ó meu Deus, é a nossa porção. E a Igreja no-la faz levar de ouro, ao peito, mas frequentemente muda-se em ferro áspero, que dilacera a alma. Oh! quantas vezes aperto-a ao peito e levando os olhos aos céus, repito, com ardente desejo de ser ouvido: *fac me cruce inebriari!*” (17-9-1883).

“O Senhor neste ano dignou-se visitar-me com dores físicas e angústias morais; que sua vontade seja feita por todos e sempre (...). Caminho direito pela minha estrada, bendizendo o nome santo de Deus, em meio a esta tribulação de palavras, esperando que de tudo Ele tirará um grande bem (...). Será o que Deus quiser: *sicut Domino placuit, ita factum est, sit nomen Domini benedictum!*” (13-11-1884).

Durante o período do cisma do Miraglia, nos cinco anos que foram o calvário mais doloroso de sua vida, D. Scalabrini aperfeiçoou-se sempre mais na participação da Cruz do Senhor:

“Aquele infeliz sacerdote vai me tecendo uma verdadeira coroa de espinhos, com uma audácia de sectário matriculado, mas devo dizer-vos que, ao menos até agora, o Senhor concedeu-me tanta força que quase não sinto as graves e contínuas picadas. Vejo que Ele me governa com uma providência cheia de mistérios e sinto, ou parece-me sentir, disposto em cada evento, a repetir:

Ita, Pater, quoniam sic fuit placitum ante Te. Vós que sois tão fervoroso, obtende-me a graça de uma perfeita conformidade com o querer do Céu” (9-11-1895).

“O Senhor flagela-me realmente e tem mil razões. Concede-me, porém, calma e tranquilidade singulares. *Calicem quem dedit mihi Pater non bibam illum?*” (21-2-1896).

“Quando me visitou o Cardeal Agliardi, meu irmão, disse-lhe: O Bispo que é um homem equilibrado, há alguns anos, entregou-se a um ascetismo excessivo. O Cardeal respondeu-lhe: Olhe que eu também suspeitava que o Monsenhor fosse aquele gênero etc. Eu sorria melancolicamente e pensava que se o Senhor não me tivesse dado a graça de um pouco de ascetismo, em tempo oportuno, não sei como teria agido. Assim, no meio de provas de todos os gêneros e por tais coisas padeço, mas pouco, fazendo tudo o que posso e colocando nas mãos de Deus, o êxito final” (24-1-1897).

Nesta carta acena às práticas de ascetismo. Nota-se que D. Scalabrini usava de instrumentos tradicionais de penitência, seja para domínio próprio, seja pela *satisfactio vicaria*.

“Não raras vezes seu camareiro encontrava a camisa do Santo Bispo manchada de sangue e percebeu que era consequência do uso de áspero cilício” (Test. C. Mangot. AGS, 3000/8).

“A pálida luz da lâmpada do SS. Sacramento entrevi a figura de um homem e avizinhandome percebi o Santo Bispo Scalabrini, que, com as costas desnudas, disciplinava-se. O cônego D. Rolandi ficou maravilhado e grandemente edificado e o Bispo, voltando se para ele, todo confuso, exclamou: ‘Por caridade, não diga nada a ninguém. Estou aqui a rezar e a fazer um pouco de penitência, por um pobre sacerdote de minha Diocese, que me dá tantos desgostos e é uma verdadeira cruz’ ” (Carta de G. Gatti a F. Prevedello, 19-8-1939. AGS, 3035/3).

Porém, sustentava que o “cilício do sacerdote deve consistir principalmente no cumprimento exato de todos os seus deveres e na resignação diante das cruces e grandes sacrifícios que se encontram no ministério” (Test. E. Preti, Processo Diocesano, f. 252). Ele, por exemplo, “nunca se queixou do modo com que era tratado durante as visitas pastorais e especialmente nas pobres casas canônicas das montanhas” (Test. C. Spallazzi, idem, f. 141).

Durante a difícil viagem ao Brasil, recorda-se o Santo Bispo D. Rinaldi, “que era muito frugal a nossa mesa e teve que apressar os preparativos, porque D. Scalabrini insistia que ficasse perto dele, em vez de cuidar da cozinha. Igualmente, naquele período, tomou brevíssimo

repouso depois de jornadas muito laboriosas” (Test. M. Rinaldi, idem, f. 678). “Somente quem viu aqueles lugares pode calcular quão penosas eram as viagens empreendidas pelo Servo de Deus, que, por causa de certo incômodo que sofria, não podia cavalgar. E quando não aguentava mais, faziam-no subir numa carreta improvisada, conduzida por dois ou três cavalos. Pode-se então imaginar o que o Servo de Deus sofria, acrescentados ainda, os rigores do inverno e a contínua chuva” (Test. L. Gorlin, idem, f. 856).

“Era observantíssimo dos jejuns e abstinências prescritos e consta-me que às vezes, os excedia. Catarina, a sua empregada, conta-nos que, na 6.^a feira santa, limitou-se a alimentar-se com uma fatia de polenta” (Test. F. Gregori idem, f. 574). “Parcíssimo, dormia poucas horas” (Test. L. Scalabrini, idem, f. 919).

Inculcava em seus missionários, a espiritualidade da Cruz:

“Eis-me, pobre mártir! Com todas as virtudes que adornam vossa alma, não tendes ainda o entusiasmo do homem da cruz, do padre sacrificado? Entretanto, é tão belo!” (Carta a D. Vicentini, setembro, 1894. AGS 3023/2).

“Verdadeiramente as notícias dolorosas sucedem-se com rapidez. Que fazer? Desanimar? Não. Deus quer provar-nos com o fogo da tribulação. Deus seja bendito agora, sempre e por todos. Meditemos frequentemente, o texto: *Recogitamine eum qui talem sustinuit contradictionem et ne fatigemini animis vestris, deficientes*. Coragem, calma e confiança em Deus” (Idem, 28-11-1893).

Na cerimônia da partida dos missionários, entregava-lhes o crucifixo e aproveitava para enfatizar o significado do rito que revela a verdadeira fonte e força do apostolado:

“O sinal da redenção universal elevado no meio dos povos é a Cruz (...). Desde que no Gólgota foi alçado aquele lenho, desde que no mundo apareceu a Igreja, a palavra que anuncia a glória de Deus, que ilumina as mentes, reaviva os corações, regenera as almas, e atraindo de todas as partes, os irmãos dispersos, recompõe na unidade da fé, da esperança e do amor, a família humana, não cessou nunca de fazer-se ouvir.

(...) Esperam-vos, bem o sei, grandes fadigas, perigos não leves, muitas tribulações, lutas e sacrifícios contínuos, mas não temais: acompanha-vos a cruz; a cruz que é a defesa dos humildes, o abatimento dos soberbos, a vitória de Cristo, a derrota do inferno, a morte da infidelidade, a vida dos justos, a plenitude de todas as virtudes. A cruz, que é a esperança dos

cristãos, a ressurreição dos mortos, a consolação do pobre, o penhor da vida eterna, a força de Deus. Não temais: acompanha-vos a Cruz; a Cruz que forma os heróis da religião, anima-os, guia-os, arrebatá-os, torna-os superiores à carne, ao sangue, às suas alegrias, às suas dores, infunde em seus ânimos, os santos desejos do mártir de Cristo, que sabe viver e morrer exclamando: Viva Jesus! Viva a Cruz! Viva o martírio!: *absit gloriari nisi in cruce Domini Nostri Jesu Christi*.

A Cruz é loucura para o mundo, mas para vós, caríssimos sacerdotes e catequistas tornar-se-á sabedoria e vida (...). Nas aflições, nos desânimos, nas decepções, apertai ao coração, a Cruz que vos entreguei; com acento de inteiro abandono nas mãos de Deus, elevando os olhos aos Céus, repeti: *fac me cruce inebriari; absit gloriari nisi in cruce D.N.J.C.* e vosso coração dilatar-se-á e vossa alma abrir-se-á a todas as doçuras da esperança cristã e vossas obras tornar-se-ão preciosas ao Céu” (Discurso aos missionários que partiam, 24-1-1889. AGS 3018/2).

6) As práticas de piedade e a devoção a Maria e aos Santos

A devoção a Cristo Eucarístico e Crucificado é a verdadeira “devoção de D. Scalabrini, devoção a Cristo, em que se concretiza o verdadeiro culto”: (a base de todo o nosso ato religioso) é a “homenagem do espírito crente, que se prostra, adorando a divindade de Jesus Cristo” e a “homenagem do coração que se comove, rememorando os benefícios da redenção”. Por tanto, a devoção é “fé e amor”, que “querem manifestar-se com o reconhecimento prático da autoridade de Jesus Cristo, com a observância de sua lei” (homília da Páscoa, 1903. AGS 3016/4).

Da “devoção” são expressões “as devoções”, assim chamadas “práticas de piedade”, a piedade mariana e o culto aos santos.

Sabe-se que o século XIX foi o século das devoções que conheceram também desvios sentimentais e mecânicos, nos casos em que perderam o contato com a bíblia e a liturgia, mas contribuíram para alimentar uma piedade mais ardente, correspondente ao clima de romantismo, quando, no tempo em que surgia o ideal medieval, retornavam-se as expressões mais autênticas da piedade cristã do medievo, enquanto centrada na Pessoa de Cristo, verdadeiro Deus, mas também, verdadeiro Homem, Pessoa realmente presente e operante na vida do cristão e da Igreja. Em

outras palavras, as “formas” da piedade cristã foram autênticas na medida em que foram cristológicas e eclesiais. Tais foram as características das práticas de piedade e da devoção de D. Scalabrini, além, naturalmente, das devoções da Eucaristia e da Cruz.

Como práticas quotidianas impôs-se um quarto de hora de leitura espiritual, a visita ao SSmo. Sacramento, o rosário, o ângelus, as orações da manhã e da noite, o uso frequente de jaculatórias. A fim de ter o tempo necessário para cumprir todas essas práticas, em dias já tomados por uma atividade, que ele mesmo definia como “febril”, fixou o horário de levantar-se às 6 horas (mas frequentemente, ao menos nos últimos anos, levantava-se às 5 horas) e para as 9h45min da noite estabeleceu a “oração, exame, pontos de meditação” (“Propósitos”, 24-8-1894).

“Era homem de muita piedade e de muita oração” (Test. G. Dodici, Processo Diocesano, f. 163). “Era belo ver como ele orava e sua compostura admirável, durante o dia e pela noite adentro” (Test. A. Bracchi, idem, ff. 469-470). “Preenchia o dia com atos de piedade sacerdotal” (Test. F. Torta, idem, f. 344). “Era exatíssimo nas práticas de piedade, que não deixava de realizar mesmo nos dias de intenso trabalhos e de grandes fadigas” (Test. E. Preti, idem, p. 242).

A oração do ofício divino era calma e devota como se propusera.

“Recitar o ofício do melhor modo possível, aplicando-lhe cada dia uma intenção particular. Cada noite, examinar como o recitei. Cada mês, uma meditação sobre o ‘digno, atenta devotamente’” (“Propósitos”, 24-8-1893). “Farei nos dias um pouco livres, um estudo sobre os salmos. Anotarei em pequenas folhas conservadas no breviário o sentido, as inspirações, a interpretação profética etc. Começarei pelas Horas; um salmo por dia! Quantas bênçãos atrairei sobre mim e sobre a Diocese, se eu recitar santamente o Ofício!” (Idem, 23-2-1901).

Segundo D. Scalabrini, a devoção a Nossa Senhora e aos santos só tem sentido para aqueles que “apoiando-se, como a degraus, ao culto aos santos e à Mãe de Deus, querem chegar a Deus (...). É necessário observar que enquanto insistimos sobre a meditação e o exemplo dos santos, não diminua a nossa fé e nosso amor a Jesus Cristo” (1.º Discurso do 3.º Sínodo, 28-8-1899, *Synodus Dioecessana Placentina Tertia...*, Placência 1900, p. 225).

Também na piedade mariana encontramos a espiritualidade da encarnação: “Como a Encarnação do Verbo foi a efusão do perdão e do amor de um Deus para com o mundo que O tinha olvidado completa-

mente, assim, Maria Imaculada, no alvorecer do século XIX é a humanidade regeneradora que retorna aos braços de seu Deus” (A memória do primeiro felicíssimo jubileu da definição dogmática da Imaculada Conceição de Maria Santíssima, Placência 1879, p. 27).

A devoção mariana é cristocêntrica:

“Quem ama Maria ama Jesus e não pode amar verdadeiramente a Jesus quem não ama a Maria. O cristão ama a ambos com um amor ardente. Ama a Jesus, como Deus; ama a Maria, como Mãe de Deus; ama a Jesus como Redentor do gênero humano; ama a Maria como co-redentora. Jesus e Maria jamais são separados no pensamento e no afeto do crente” (Homilia da Assunção, 1888. AGS 3017/71).

“Maria, realmente é a cópia acabadíssima do Verbo Divino” (idem). “Tem em comum com Jesus os desejos, os sentimentos, os afetos” (Homilia da Assunção, 1893. AGS 3017/1). Se fosse possível, a glória do assemelhar-se superaria àquela de ter-Lhe dado a vida (cf. Panegírico de M. V. Imaculada, 1866. AGS. 3017/8), tendo si do “criada para ser a imagem mais viva das virtudes e perfeições de Jesus Cristo, seu Filho e seu Deus” (idem). “O Coração de Maria é o espelho, o retrato fiel do Coração de Jesus *imago bonitatis illius*” (Discurso sobre a Senhora do Povo, 5-8-1880. AGS 3017/2).

Assim, encontra-se, na piedade mariana, a espiritualidade eclesial:

“Em Nazaré, o Espírito Santo consagrava-a Mãe de Deus, no Cenáculo, Mãe da Igreja (...). No Cenáculo a figura desta Igreja era Pedro, o Príncipe dos Apóstolos e Vigário de Jesus; era Maria, Rainha dos Apóstolos, a Mãe de Jesus. Que quer dizer? Pelo príncipe, se pertence à Igreja, pela Igreja, ao Filho de Maria, e pelo Filho de Maria, ao Deus verdadeiro e vivo, que se comunica a nós pelo Espírito Santo (...). Indubitavelmente, Deus, Jesus Cristo, Maria Virgem, a Igreja Católica, o Romano Pontífice, são todos anéis de uma misteriosa corrente, que liga o tempo à eternidade. Ai, três vezes, ai de quem rompe um só desses anéis” (Homilia de Pentecostes, 1900. AGS 3016/6).

“Toda a vida da Virgem, os mistérios que se realizaram nela, as graças que a adornaram, os bens difundidos a Ela, foram vivamente, no dizer de Sto. Ambrósio, um tipo, uma figura, uma imagem, quase uma profecia da Igreja Católica: *Maria figuram in se gerebat Ecclesiae*. Não se pode negar que a existência de Maria está diretamente associada à de Jesus e participa muito mais que o gênero humano, dos destinos dEle. Pois bem, examinai a natureza da Igreja Católica e vereis como, à semelhança de Maria, ela forma uma única coisa com Cristo, vive de seu Espírito, procura a sua

glória e ama-O com o amor mais perfeito. A águia dos doutores assegura que a Carne de Cristo é a mesma carne de Maria: *caro Christi, caro Mariae*. Não se poderia comentar com maior veracidade e precisão, a sentença evangélica: *de qua natus est Jesus*. Pois bem. Quem conserva, defende, dispensa aos homens a carne virginal de Maria? Não é a Igreja Católica? E em todos os Sacramentos, de que a Igreja Católica é ministra, se reproduz, se estende, observando bem a maternidade divina, pela virtude de Cristo. Vereis em tudo, a virtude do Sangue de Cristo, sabereis que este Sangue nos foi dado por Maria e é-nos aplicados pelo ministério da Igreja Católica. Que bela e evidente união entre a Mãe e a Esposa de Cristo! E é tão íntima esta união entre Cristo, a Virgem e a Igreja, que não é possível separá-las” (Homilia da Assunção, 1882. AGS 3017/1).

A prática mariana mais cara a D. Scalabrini foi o rosário, que é o “quadro mais atraente do que Jesus Cristo fez pelas nossas almas; é o memorial das mais estupendas maravilhas; é o nobre sinal da piedade católica” (Comunicação da Encíclica *Supremi Apostolatus*, Placência, 1883, p. 7). Como aprendeu a devoção ao Crucifixo, “nos joelhos maternos” assim, aprendeu a recitar o rosário diariamente, à noite, na intimidade da família, e esforçou-se para introduzir esta prática nas famílias da Diocese.

“É o rosário a oração mais agradável a Maria, que lhe recorda os títulos mais caros, e seus méritos mais excelsos, seja nas alegrias da vida ou nas dores da paixão, ou nas glórias do triunfo. Com sua própria proposta unida à promessa de deferimento, declarou que o rosário é a homenagem mais agradável ao Céu (...). Com a recitação do rosário, unimo-nos a Jesus Cristo e a Sua Mãe bendita, honrando a Divindade do melhor modo que comporta a fragilidade humana e repetindo aquelas orações, retribuindo ao Céu o que o Céu nos enviou. Se as repetimos mais vezes, demonstramos que nossa alma não pode deixar de expandir-se diante de nossa celeste Benfeitora; se as repetimos continuamente significa que nossa língua não se cansa de aclamá-la; se repetimos as mesmas expressões com tanta frequência, quer dizer que nosso coração não encontra limites em manifestar-lhe nossa dileção (...). O rosário une harmoniosamente a oração vocal à oração mental; e se aos simples torna-se muito fácil, aos mais inteligentes, toma-se sublime e todos podem encontrar nele um alimento substancial e suavíssimo e aprender grandíssimas lições” (Idem, pp. 5-6).

Com o rosário, o cristão aprende que “Deus é amor que dá, Jesus Cristo, o amor que se imola e Maria, o amor que ajuda”. “No rosário, Jesus mesmo ora por nós e em nós”, contempla-se “Jesus, a Beleza infinita”. “Assim, enquanto contemplamos esse divino protótipo, Ele, de modo misterioso, mas efficacíssimo, fala-nos ao coração e nos diz: Aprendeis de

Mim (...) porque Eu sou a Vida, o único Caminho da salvação eterna e ninguém vai ao Pai senão por Mim (...). Mas se é doce contemplar Jesus no rosário e ouvir-Lhe a voz, quão doce é também contemplar Maria! E nos mistérios do rosário, Maria apresenta-se sempre ao lado de Jesus” (Discurso na festa do Rosário, 7-10-1894. AGS 3017/2).

D. Scalabrini atribuía um particular valor eclesial e social ao rosário recitado em comum: “Esta devoção é muito oportuna para estreitar sempre mais os laços da fraternidade cristã, para promover entre os homens, as virtudes que formam o bem-estar e o decoro do consórcio civil” (Idem).

“O Servo de Deus possui uma alma verdadeiramente mariana; era devotíssimo da Mãe de Deus, favorecendo seu culto com funções ordinárias e extraordinárias” (Test. A. De Martini, Processo Diocesano f. 269). “Possuía uma devoção filial e admirável para com a SS. Virgem. Refiro-me à solene coroação de N. Sra. de São Marcos à quem ofereceu as preciosas coroas nas quais estavam engastadas as joias de sua mãe. Eu estava presente ao rito sagrado imponentíssimo pela presença de muitos. bispos e pela intervenção de todos os habitantes da região, aos quais falou ao ar livre e elevou à Virgem, um hino de louvor, que pareceu inspirado por um anjo” (Test. G. Squeri, idem, f. 530). “Lembro de um sermão que ele proferiu na Catedral, em honra da Imaculada, depois de seu segundo retorno da América. Encontrava-me perto do Pe. Trussardi, jesuíta. Quando terminou, o religioso prorrompeu nesta exclamação: “Somente Anjos falam assim!” (Test. G. Cardinali, idem, f. 300).

As devoções a Nossa Senhora e aos Santos são expressões típicas da religiosidade popular: D. Scalabrini secundou-as com entusiasmo, arrastando os fiéis a manifestações que poderiam parecer folclóricas, a quem esquecesse que eram preparadas por uma pregação intensa da Palavra de Deus e de uma total participação aos sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia. Em 1893, quando coroou Nossa Senhora do Povo, na Catedral, o Bispo dispôs que a festa fosse preparada por uma missão de nove dias, para que os placentinos a celebrassem “não atraídos pela extraordinária pompa, nem pela solenidade excepcional, mas, compungidos e devotos, se aproximassem dos sacramentos da Confissão e da Comunhão”. Realmente na manhã de 10 de janeiro, em bora o termômetro descesse a 14 graus abaixo de zero, 20.000 placentinos receberam a Santa Comunhão. Na circunstância, ao jornal maçônico que havia definido a festa, como “uma pomposa manifestação do preconceito das imagens sacras,

onde é materializado o sentimento religioso, em um espetáculo pagão”, o bispo respondeu, citando uma página de Gioberti, que condenava a incrível levandade que não sabe reconhecer a ideia sob as formas que a vestem” (Carta Pastoral (...) Santa Quaresma de 1893, Placência 1893, p. 7).

Pela festa da coroação de Nossa Senhora da Consolação (ou de São Marcos) em Bedônia, em 1889, escreveu ao reitor do Santuário: “Sim, façamos uma grande festa da coroação (...). Mas, entendamo-nos: uma grande festa que agrade lá em cima. Antes, deve-se preceder uma bela missão, à qual de vem acorrer todas as vilas vizinhas, tão devotas de Nossa Senhora, com unhões gerais, etc., etc... Por caridade, não se converta em orgia a festa de Nossa Senhora; vai bem a iluminação etc., mas nada que desdiga uma festa puramente católica” (Carta a N. Brun i, 27-11-1888. Arquivo do Seminário de Bedônia).

É bastante evidente que para D. Scalabrini, a essência da devoção a Nossa Senhora e aos Santos consiste na imitação de suas virtudes:

“Considerai que a devoção à SS. Virgem deve ser sólida, isto é, não deve ser uma daquelas devoções superficiais e levianas, que terminam na exterioridade de poucas práticas: mas deve conduzir-nos a purificar a alma de seus defeitos e a enriquecê-la de virtudes (...). Nestes encontros, voltai-vos a Ela com o íntimo do coração, protestando-Lhe que quereis antes morrer, que ofender a seu Divino Filho, e não temais, a vitória será vossa (...). Vosso cuidado de agradar à Virgem deve animar-vos a enriquecer vossas almas de suas virtudes; se A amais, não será difícil porque o amor impele à imitação e produz semelhança. Fixai o olhar nas virtudes de Maria, observai como Ela se comporta e procurai retratá-La em vós mesmos” (Discurso no encerramento de maio, 1870. AGS 3017/2).

A proclamação do dogma da Imaculada Conceição, quando ele tinha 15 anos, conservou sê-lhe impressa como um evento extraordinário na história da Igreja, confirmada pelas aparições em Lourdes, quatro anos depois. Testemunham-no as extraordinárias solenidades anunciadas para o 25.º e 50.º aniversário da proclamação, solenidades que foram bem mais que suntuosos festejos; no dia 8 de dezembro de 1904, somente na cidade de Placência houve 30.000 comunhões. D. Scalabrini realmente não podia conceber a devoção mariana separada da piedade eucarística, como não podia separá-la da devoção à Igreja: “dois amores nobilíssimas que inflamaram nossos corações, o amor à Igreja e o amor a Maria; juntos se confundem” (Homilia, festa da Assunção, 182. AGS 3017 /1).

Cada manhã renovava sua consagração a Maria e nos retiros espirituais reforçava a confiança filial na Virgem, “a quem tudo devia”.

“Grande e verdadeira devoção à cara, suavíssima Mãe Maria. *Ora pro me peccatore: nunc et in hora mortis meae. Amen* (“Propósitos”, 24-8-1893). “Entregar-me com maior afincio à devoção a Nossa Senhora, atirar-me a seus pés, em seus braços maternos cada dia” (Idem, agosto, 1900). “Constante e terna devoção a Maria: é minha Mãe e tudo me obterá se eu lhe for verdadeiro e sincero devoto” (Idem, 23-2-1901).

Também a devoção aos Santos (São José, São Carlos Borromeu, São Francisco de Sales, os Santos “Placentinos”, “pais da Diocese, na fé”) e o zelo para difundir lhes o culto são radicados na fé e no zelo pela fé.

“Ponderai agora a constatada necessidade que temos de que aqueles santos, com os quais mantemos certa familiaridade, movidos por nossa particular veneração e culto, impetrem para mim e para meus diletos filhos aquela fortaleza na fé, tão necessária em nossos tempos aos cristãos, para vencerem; desejando suscitar no meu rebanho aquele sentimento de devoção para com os Santos, que alimentou a fé e a piedade de nosso antepassados e pensando de que maneira alcançar este objetivo, achei que me restava fazer uma única coisa: para inflamar meus filhos na devoção aos benéficos Patrono e Pai: divulgar os seus empreendimentos, o sepulcro, as relíquias e o culto, com doutos e oportunos estudos, que ilustrem acurada e inteligentemente os monumentos e documentos, que se referem a eles e apresentá-los à sua reflexão; recolocar os ossos dos Santos Antonino e Vitor, de modo que, em determinadas solenidades e na iminência de alguma calamidade, possam ser expostos publicamente, aos olhos e à veneração dos fiéis” (*Relatio Status Ecclesiae Placentinae ...*, 11-12-1879. Arquivo Episcopal de Placência).

Reveste-se de uma importância particular a analogia que D. Scalabrini estabelece desta forma com a concepção da pastoral para os migrantes: é conservada a religiosidade popular, porque é um dos sustentáculos da fé. Falando de imigração, ele se refere sempre ao conceito da “fé dos ancestrais” da “fé dos pais”, o tesouro mais precioso do patrimônio espiritual e cultural dos migrantes. Os santos venerados no país de origem são símbolos vivos e concretos de uma fé transmitida através das gerações.

A Igreja quer que, empenhando-nos a nela exaltar os santos, unamo-nos a Ela “no fim para o qual os exaltamos. Eles agradaram a Deus com suas virtudes e nós devemos imitar seu exemplo” (Homilia de Todos os Santos, 1882. AGS 3016/8).

O fruto principal que O. Scalabrini espera da devoção aos Santos é o aumento da fé:

“Grandes, no Reino de Deus, pelas obras praticadas aqui na terra, na fé e pela fé, os santos pregam-nos a glória da fé sobre todas as coisas, daquela fé que é o tesouro da vida doméstica, que reaviva o amor dos filhos para com os pais e tudo conduz à perfeição e à santidade; daquela fé que aperta os vínculos de suaves relações entre todas as pessoas e as coisas do mundo e conserva-nos despertos para o grande dia da prestação de contas recorda-nos, com o exemplo dos Santos, que a vida do cristão é uma luta sobre a terra; que aqui somos soldados que combatemos batalha difícil, a fim de conseguirmos a bem-aventurança imortal; estamos agora, em meio ao fogo, onde nos purificamos das escórias; somos peregrinos em direção à pátria, mas assediados continuamente por inimigos cruéis e poderosos. Se a fadiga da luta nos enfraquece, se a chama da purificação nos queima, se o caminho nos prosta, olhemos a coroa do triunfo; olhemos a fé dos Santos, olhemos a fé que também nós professamos e os espíritos crescerão” (Homilia de Todos os Santos, 1876. AGS 3016/8).

B - “FAZER-ME TUDO PARA TODOS” ESPIRITUALIDADE DE AÇÃO

1) “Fazer-me tudo a todos”

A “divinização” enquanto continuação da Encarnação, torna-se continuação da missão salvífica de Cristo. A conformação com Cristo Crucificado torna-se conformação com a obra redentora da Cruz. A oração cristã, enquanto resposta à iniciativa de Deus-Amor, torna-se amor do Homem. A oração mais autêntica é o “Pai-Nosso” que nos oferece a perspectiva da integração entre fé e vida, entre atenção à vontade salvífica de Deus e a prontidão da resposta-compromisso de toda pessoa, na solidariedade fiel e criativa com os irmãos.

A meditação da história humana, como se lê na Bíblia e como se interpreta na leitura *in fide* dos sinais dos tempos, cria no cristão a exigência de tornar-se coautor, na história da salvação. A Eucaristia, ação de graças, imergindo o homem na dimensão da gratidão, torna-o participante da obra redentora de Cristo. A prece eucarística indica o caminho da salvação: “é fonte de salvação render graças sempre em todo o lugar”.

Anunciando a morte e a ressurreição do Senhor e esperando a sua vinda, consolida-se, torna-se operante a fé na redenção, operada pela Cruz. Celebrando e vivendo o memorial da Paixão e da Ressurreição do Senhor, a vida do cristão torna-se testemunha viva, reconhecida e entusiasta da salvação e proclamação da boa-nova. “Uma vez que temos conhecido a Palavra de Deus (que em Jesus se fez Carne) não temos o direito de recusá-la; uma vez que a recebemos não temos o direito de deixar de encarná-la; uma vez que ela se encarnou em nós, não temos o direito de conservá-la só para nós; daquele momento, pertencemos àqueles que a esperam” (M. Delbrêl).

Parafraseando a expressão de Bonhoeffer, poder-se-ia dizer que duas coisas são igualmente necessárias: falar de Deus ao irmão e falar do irmão a Deus. As duas vias do testemunho cristão são o anúncio e a oração.

Esses foram os princípios que nortearam a vida de D. Scalabrini: de sua vida de oração brota sua vida apostólica; de sua “devoção”, entendida no sentido cristão de absoluta adesão a Deus, jorra total doação ao homem: das “práticas” de oração, nasce a que ele chama de “oração perpétua”. A vida torna-se oração enquanto integra completamente a contemplação com a oração, o amor de Deus como amor ao próximo, “a glória de Deus e a salvação das almas”. “Vivia sempre na presença de Deus e de si mesmo” (Test. L. Cella, Processo Diocesano, f. 612).

Aqui encontramos a explicação da unidade que D. Scalabrini soube criar em sua vida; a sua “coerência”, a indivisão que admirava em S. Carlos; o acordo permanente entre convicção e ação, o resultado de viver a crença, a passagem imediata e ininterrupta entre a adoração do Cristo presente na Eucaristia e o serviço a Cristo presente, na visão da fé, nos homens e nos acontecimentos: *VIDEO DOMINUM INNIXUM SCALAE*.

A longa série de disposições sinodais Scalabrinianas abrem-se com estas palavras: “A fé, eis o precioso depósito, do qual achamos que todo o discurso deve ser iniciado” (*Synodus Dioecesis Placentina Prima ...*, Placência 1880, p. 2).

As “práticas” de devoção de D. Scalabrini são atos de fé; que o habilitam a “ver o Senhor” em tudo, escutá-lo continuamente, seja quando Deus fala diretamente, no silêncio da meditação e da adoração, seja quando se exprime através da mediação humana da Igreja, ou dos apelos dos homens, do grito dos pobres, dos sinais dos tempos. Lendo seus

escritos, refletindo sobre seu modo de falar, de enfrentar um problema religioso, humano ou social, de decidir e de agir, percebemos que ele está à escuta de Deus, esperando vigilante o Senhor que vem, em doce disponibilidade ao Espírito Santo.

“Tanto na ordem da natureza, como na da graça, tudo é conduzido pela mão de Deus e o querer do Céu; torna-se, às vezes, manifesto em pequenas circunstâncias, que fogem, no momento, aos olhares humanos, mas que a seu tempo resplandecem com luz vivíssima, a quem as observa bem” (Discurso na inauguração do Templo do Carmo, Placência, 1884. AGS 3018/8).

“Possuí a o senso divino, que o guiava continuamente” (Test. L. Cornaggia Medici, Processo Diocesano, f. 731). “Nós trabalhamos, Deus realiza” O verdadeiro Autor, o Protagonista da vida é Deus, e ele é o instrumento, o operário e o servo. Semelhante disponibilidade às iniciativas divinas absorve-lhe todo o ser, talentos, força, tempo em uma atividade que ele mesmo define como “febril”, mas que permanece sempre oração.

“Ele que criou o homem, sem o homem, não quer salvá-lo sem a sua cooperação, diz Sto. Agostinho, e a oração é a parte fundamental desta cooperação (...). Bendigamos, portanto, o Senhor, filhinhos meus, por esta bela necessidade, que nos impôs, de invocá-lo, rendamos-Lhe graças por esta fonte de bens que nos abriu, dignando-se admitir-nos a seus divinos colóquios, a sua íntima familiaridade e saibamos aproveitar-nos dela. Tomai, dir-vos-ei com o Apóstolo, o elmo da salvação e a espada do espírito que é a Palavra de Deus, orando em todo o tempo e modo e vigiando com perseverança”.

Sim, meus queridos, em todo o tempo e de toda a maneira, não só em particular e a sós, não somente com os lábios e o coração, mas também publicamente e em comum e com as ações mais ordinárias do dia. A esse respeito, dizia o Apóstolo aos Coríntios: Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a maior glória de Deus. Eis a oração perpétua, o perpétuo sacrifício de louvor ao Senhor, oração que não toma tempo, mas que o multiplica, oração que não impede nenhuma das ocupações de vossa vida, mas que as aperfeiçoa. Operai com o pensamento e o afeto em Deus e em sua Lei e cumprireis o preceito: - É mister orar sempre! (Fé, vigilância, oração, Placência, 1899, pp. 20-21).

A trajetória da vida episcopal de D. Scalabrini transcorreu entre duas aspirações expressas significativamente na sua primeira e última carta pastoral:

“Quanto a mim, devedor de tudo a todos, de acordo com minhas forças, abraçarei a todos com meu ministério, fazendo-me servo de todos pelo Evangelho” (Primeira Carta Pastoral, Como, 1876, p. 2).

“Serei feliz, se ao término da visita, puder realmente repetir com o Apóstolo: ‘Fiz-me tudo para todos, a fim de ganhar a todos para Cristo’. ‘Ganhar todos para Cristo, eis a constante, a suprema aspiração de minha alma!’” (Carta Pastoral, 5-5-1905, p. 2).

Os contemporâneos ficavam estupefatos com a atividade do novo Bispo, que se propusera:

“Alegremente consumirei o que é meu e consumir-me-ei a mim mesmo, pelas vossas almas. A fim de que não me esmoreça o ânimo, espelhar-me-ei com o apóstolo, no Autor e Consumador da nossa fé, que para a glória do Pai fez-se Homem e obediente até a morte de Cruz (...). Tudo vos será inteiramente dedicado, a fim de que o Reino de Deus se dilate entre vós, domine a paz, e cada um possa conduzir sua vida plácida e santamente. Não recusarei fadigas, VF e FD, para fazer-me pai dos infelizes, preceptor dos ignorantes, reitor dos sacerdotes, pastor de todos, a fim de que, feito tudo a todos, possa ganhar todos a Cristo” (Primeira Carta Pastoral, Como, 1876, p. 3).

No fim da vida, consumido pelas fadigas e doenças, continua, todavia, a fazer a visita pastoral, no estilo e com o empenho com que havia amedrontado os convisitadores da primeira, iniciada com 36 anos de idade. Em agosto de 1902 escreveu:

“É esta a 123.ª paróquia que visito neste ano; é coisa quase de louco, mas quero recuperar o tempo perdido no ano passado (na visita aos migrantes, nos Estados Unidos), Minha saúde, graças a Deus é sempre ótima. Dizem-me que rejuvenesço, sim, a juventude da flor que nasce pela manhã bela e cheia de vida e à tarde é bela e liquidada. Mas pouco importa, se chegamos aonde nos dirigimos” (Carta a Bonomelli, 8-8-1902).

Em outubro de 1903:

“A minha indisposição não foi senão uma febrezinha de 24 horas que me surpreendeu no retorno de uma fatigosíssima visita às Paróquias do Alto Apenino. Foram fadigas de todo o gênero, que paguei com três ou quatro dias de repouso e depois retornei às minhas corridas. Não sei moderar-me; não me posso adaptar ao pensamento de mudar de sistema; entretanto, devo fazê-lo. Os anos aumentam: 64. As fadigas se fazem sentir, as necessidades tornam-se cada vez mais graves, a maré socialista cresce

e tudo me persuade que é uma batalha superior a minha fraqueza física e moral e, avante *in nomine Domini* até que eu possa” (Idem, 4,10-1903).

O irmão, professor Ângelo, evocará com emoção:

“Vejo-te agora, como te vi na última vez, quando corri, ao anúncio de tua enfermidade, no escritório, diante da mesa de trabalho, onde, durante 30 anos desenvolveste uma atividade sem par. Disseste-me: - estou cansado até a morte. Passaste assim da plenitude de tua atividade ao repouso do sepulcro, rapidamente, como o pôr de um sol tropical.

Poucos meses antes percorreste as vastas regiões do Brasil, apóstolo da religião e da pátria, entre as comunidades italianas, com uma vida de fadigas e de sacrifícios, que teriam abatido qualquer energia; poucos dias antes, corrias pelos penhascos Apeninos de tua Diocese, para cumprir os deveres episcopais e agora paras, cansado até a morte.

A atividade do espírito havia consumido o corpo e o teu coração que palpitava por tudo o que faz a vida bela e santa, teu nobre coração ficou exausto.

O afeto e a ciência afligiam-se em torno de teu leito de morte, em um silêncio amargurado; toda a cidade trepidante e chorosa aglomerava-se no átrio de tua casa; só tu, tranquilo e sereno, tinhas um sorriso, uma palavra de conforto para todos e recitavas, tu mesmo, as orações dos moribundos.

Descansavas como um bom trabalhador que encerrou sua jornada, como o peregrino que alcança a meta almejada” (Trinta anos de apostolado - Memórias e documentos, Roma, 1909, pp. 5-6).

Sua atividade apostólica era como a desejava a seus sacerdotes:

“Na pessoa do grande hospedeiro, é recomendado a todos nós: ‘Tende cuidado dele e tudo o que gastares a mais, no meu retorno, reembolsar-te-ei’. Como se dissesse: ‘Dei-te pouco; toca a tua descrição ajuntar o resto’. O dinheiro existe: os talentos que vos foram dados para cumprirdes o vosso ministério, para edificardes o Corpo de Cristo.

Comerciai, trabalhai, gastai. Se necessário consumi-vos; gastai quanto tendes; gastai-vos a vós mesmos para cumprir o vosso ministério; chegai até o martírio” (3.º Discurso do 3.º Sinodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecesis Placentina Tertia ...*, Placência, 1900, p. 247).

O pároco, como bem o sabeis, é o devedor de todos, sempre pronto a ajudar a todos (...). Outros, em vez, estabelecem-se em suas casas paroquiais,

como os negociantes em suas lojas. Solicitados, metem-se imediatamente à disposição e nem transcuram a instrução aos fiéis presentes; mas para o resto, não são movidos de nenhum zelo. Não pensam nas necessidades e perigos de suas ovelhas, transcuram, por prudência intempestiva, pusilanimidade, ou indolência, os meios necessários. Esses homens são comparados às bandeiras hasteadas bem à vista, em seus territórios, que não desfraldam, nem se encrespam ao sopro dos ventos. Fala o Profeta: *Nihil patiebantur super contritione* Israel. Não deve ser assim a vida de um pastor. Recordai o que o pai de família recomendou aos seus servos: *Exi in via et compelle intrare*. Tais pastores, repletos de zelo, são exigidos pelos nossos dias” (3.º Discurso de 2.º Sínodo, *Synodus Dioecessana Placentina Secunda...*, Placência, 1893, p. 194).

A salvação das almas é a única razão de ser para os que são chamados ao apostolado:

“Trabalhar forte, alegre e incansavelmente para fazer o bem, para ganhar almas a Deus e salvá-las: *in hoc positi sumus*: somos padres para isto. A salvação das almas é nossa vida, a razão de ser de toda a nossa existência deve ser de uma contínua busca das almas. Não devemos comer, beber, dormir, estudar, falar, nem mesmo recrearmo-nos senão para fazer bem às almas, sem nos cansarmos nunca, nunca.

Como o cristianismo obriga o cristão em todas as horas da vida, a proceder como cristão, assim o sacerdócio obriga o sacerdote a agir como sacerdote, em todas as horas” (Circular 7-2-1898, p. 26).

A única “ambição” do ministro de Deus é sacrificar-se pelo advento do Reino:

“Trabalhar, afadigar-se, sacrificar-se por todos os modos, para dilatar o reino de Deus aqui na terra e salvar as almas; colocar-se de joelhos diante do mundo para implorar, como uma graça, a licença para fazer-lhe o bem, eis a única ambição do padre. Quanto tiver de pujança, de autoridade, de indústria, de engenho, de força tudo empregar para esse fim.

A inocência está em perigo? Assume-lhe a custódia. Surge uma desgraça? Voa a aliviá-la. Estoura um litígio? Ele é o arauto da paz. Faz-se guia dos transviados, sustento dos vacilantes, escudo dos oprimidos, olhos dos cegos, língua dos mudos, pai dos órfãos, mãe das criancinhas, companheiro dos encarcerados. Dá-se todo a todos, para ganhar todos para Jesus Cristo.

Do tugúrio do pobre, corre ao palácio dos ricos, do altar à cabeceira dos moribundos, do monte ao vale, em busca das ovelhas tresmalhadas e

somente descansa quando consegue apertar uma ao seio, carregar outra aos ombros, àquela enfaixar as feridas, a esta saciar a fome com o alimento que lhe fora negado. Sente a máxima alegria, quando, ao deitar-se, lembra uma lágrima estancada, uma família consolada, uma inocência protegida, o nome de Deus glorificado”· (O Padre Católico, Placência, 1892, p. 25).

Citando Santo Agostinho, assim descreve o ministério sacerdotal:

“Nada mais difícil neste mundo, escreve Sto. Agostinho, nada mais cansativo, nada mais perigoso, que o ofício do Bispo. *Nihil in hac vita difficilius, laboriosius, periculosius Episcopi officio.*

Realmente, dirigir a milícia sacerdotal e movê-la em falange ordenada, à conquista das almas: escolher terreno adaptado para a luta pacífica da verdade contra o erro e as paixões humanas; indicar a cada soldado de Cristo o posto que lhe convém às suas capacidades; repartir os cargos conforme os méritos, moderar a impaciência de uns e estimular o ardor dos outros, afervorar os tíbios, encorajar os fortes, a todos comunicar o fogo sagrado do apostolado; e saber, por outro lado, unir a severidade à compaixão, o rigor da justiça à ternura paterna; guardar os rebanhos contra o ataque dos lobos, especialmente dos lobos que rodeiam o rebanho com aparência de cordeiros, dilatar o próprio coração para abraçar todo o povo, estudar, dia e noite, as necessidades das almas, vigiar com zelo o cuidado seus interesses espirituais; multiplicar os remédios segundo suas enfermidades, apascentá-las com a palavra e com o exemplo, dar-se a elas inteiramente, a cada instante e sem reserva, não esperando recompensa dos homens; defender corajosamente a honra da cruz, que lhe adorna o peito, sempre preparado a banhá-la com o próprio sangue, antes que abandoná-la, tornar-se, enfim, o centro da santa doutrina e do poder sagrado para tornar-se o fogo, donde irradia a luz, o calor e a vida: eis a missão do Bispo” (Discurso na consagração de D. Angelo Fiorini, 26-11-1899. AGS 3814/4).

Não podemos olvidar os 2.000 dias que ele dedicou à visita pastoral, empreendimento em que orava ao Espírito Santo “para que concedesse luz e força iguais à vontade imensa que tenho de ser útil e possa também o vosso Bispo repetir, em verdade, com o Apóstolo: Fiz-me todo para todos, a fim de ganhar todos para Cristo’, expressando estes propósitos:

“Apressamo-nos, com os mais ardentes votos do coração, a abraçar-vos a todos, veneráveis irmãos e filhos diletíssimos, e apertar-vos todos ao peito, abençoar-vos, apascentar-vos com a Palavra e os Sacramentos (...). Iremos a vós (...) para animar-vos à prática das virtudes cristãs à piedade, à concórdia e à paz; para elevar nossa voz em defesa dos oprimidos, para ser o alívio dos pobres e o consolador dos aflitos; para acolher os

transviados e misturar as lágrimas de consolação às do arrependimento; pronto a sacrificar por vós, não só aquilo que temos, comodidades, descanso e sossego, mas também a própria vida, se for necessário; pois que o bom Pastor dá a vida pelas suas ovelhas (Jo 10,11). Guardas e mestres da verdade com a ordem de não a conservar oculta (Cor 9,5), declará-la-emos sem reserva, e com liberdade apostólica, em todo o tempo, lugar e a todos. Não espereis de nós sublimidade de eloquência, artificiais do saber humano; iremos, com toda a simplicidade pregar-vos Jesus Cristo e Este, crucificado” (Visita pastoral, Placência, 1876, pp. 8,10,11).

Mons. Pedro Piacenza, que foi frequentemente co-visitador, descreve uma daquelas jornadas:

“Chega o Bispo (...) à tardinha e entra na igreja, à multidão do povo devoto e festivo, comovido até às lágrimas dirige sua palavra ardorosa de afeto e coloca-se logo à disposição dos homens para ouvi-los em confissão. Este exercício prolonga-se pela noite adentro. Os outros sacerdotes já ter minaram, estão livres. Avizinha-se a meia-noite, e à porta da saleta onde o bom pastor acolhe para perdoar ainda há longa fila de penitentes (...). Pela manhã, muito cedo, já está de pé, novamente ouve as confissões e na hora estabelecida, depois de um breve discurso, celebra a Santa Missa, na qual se faz a comunhão geral (...). Termina a Missa... dir-se-ia que também o Bispo tem direito a algum repouso ... Que repouso!... Nos dias de visita não se conhece repouso ... tudo leva a não o buscar! Terminada a Missa, enquanto a multidão se retira, o Bispo, para não perder tempo, visita a sacristia, os paramentos, os altares. Entretanto, reúnem-se as crianças para a crisma. Os bancos estão cheios, a igreja é fechada, o Bispo dirige algumas palavras aos crismandos e aos padrinhos e administra o sacramento da confirmação. Termina-se a primeira celebração; em certos lugares é necessária uma segunda e uma terceira; já todos os circunstantes estão cansados; o Bispo está de pé, encoraja a todos e volta para o altar. As crianças estão todas crismadas e a igreja fica vazia. O Bispo faz uma minuciosa inspeção na igreja, nas alfaias e em todos os objetos do culto, fazendo com que tudo seja anotado, a fim de emanar os necessários decretos. Passa depois à casa canônica e enquanto aos outros é concedido um pouco de repouso, o Bispo visita o arquivo paroquial, os registros de batismo, crisma, matrimônios, óbitos e do estado das almas. Revê as contas da igreja e os legados (...).

É meio-dia; (...) o almoço está terminado (...) o sino festivo chama o povo à igreja. Já está repleta. Dificilmente pode-se entrar na sacristia e no coro. Eis o Bispo no meio das crianças do catecismo! Oh! aqui ele se acha em seu lugar predileto, ouve-os, examina-os, dirige-lhes uma palavra paterna e abençoa-os (...).

Na visita pastoral o Bispo deve fazer uma visita ao cemitério. D. Scalabrini não sabe fazê-la de outra forma senão conduzindo todo o povo ao campo santo (...). Dirige um discurso aos vivos; desperta os sentimentos mais afetuosos (...) e sufraga os mortos. A procissão retorna à igreja e pronuncia um discurso de encerramento, o Pastor, pela última vez dá a bênção ao seu rebanho, que tristemente o vê partir.

Ele, saudado por mil vozes comovidas e ao som dos sinos, já está a cavalo e parte (...), mas para começar amanhã, em outra paróquia, uma jornada de visita pastoral" (P. Piacenza, "O Jubileu Episcopal", n. 6, 16-6-1900).

Aqueles períodos de Visita Pastoral afadigavam-no? O arcediácono Francisco Tedeschi, que o acompanhava frequentemente, na qualidade de co-visitador, formulava seu juízo, com estas palavras: "São demasiadas as fadigas do Bispo; se continuar neste passo, abreviará sua vida" (F. Gregori, *A vida e a obra de um Bispo ...*, Turim 1934, p. 81). Tanto mais que só se podia atingir muitas paróquias, com difíceis cavalgadas: "Em três semanas, visitei 20 paróquias, nas mais altas montanhas, fazendo, a cavalo, várias centenas de milhas" (Carta a Bonomelli, 17-6-1884). "Não poupava fadigas, nem sacrifícios, para visitar mais vezes sua Diocese, fazendo cavalgadas de 8 a 10 horas)". (Test. A. Bracchi, Processo Diocesano, f. 498). Durante a quinta visita pastoral o ritmo foi igual ao da primeira, embora o cansaço, devido a idade e a doença, tornou-se excessivo. "O organismo se consome e caminhamos a grandes passos para o momento fatal. Entretanto, fala-se, prega-se, escreve-se, cavalga-se, gira-se, sua-se, trabalha-se, a fim de que, ao menos o Senhor, torna-se-nos Propício" (Carta a Bonomelli, 11-8-1903).

O ardor do zelo tornava-se "febre", quando via que, por razões mais terrenas que evangélicas, boa parte dos católicos contemporâneos se firmavam na defesa, até o fim, "dos direitos pontifícios", esquecendo praticamente que o primeiro direito-dever da Igreja é a salvação dos homens.

"Acometeu-me uma outra febre e é a de ver como tantos cristãos se distanciam da Igreja, por obra de quem só devia aproximá-los. Sabeis quanto esta febre me atormenta" (Carta a Bonomelli, 16-8-1887).

Teve a coragem de recordar a Leão XIII que a Igreja deve dedicar-se somente aos "interesses de Jesus Cristo e das almas" e não a interesses políticos e pior ainda, a facções políticas.

“Escrevi, a quem de direito, diversas vezes e sempre bem alto e forte, talvez forte demais. Disse-lhe, finalmente, que logo deve encontrar-se diante de Deus, a Quem deverá dar conta do exército de almas que se vão perdendo e das dores inefáveis dos Bispos, que não têm mais liberdade de palavra, nem de ação” (Idem, janeiro de 1887).

Não foi, porém, nunca um zelo a margo, tanto que vence as manifestas tentações de desânimo:

“As coisas vão mal, muito mal. Todos as veem e ninguém pensa em remediá-las! Só se pode esperar em Deus. Agora, que nem as trombetas mais fortes são suficientes para despertar do sono os adormecidos, e fazer abafar as últimas ilusões, deixemos que Ele atue um pouco. Sigamos adiante tranquilos e pensemos em salvar o maior número de almas, que nos é possível” (Idem, maio de 1889).

Semelhante tomada de posição em relação ao Vaticano pode dar a um observador superficial, a impressão de um zelo inoportuno e intempestivo. D. Scalabrini refutava um zelo deste tipo e recordava continuamente que o Espírito de Cristo é espírito de mansidão, de caridade misericordiosa:

“É de fundamental importância conhecer a maneira como se deve realizar as obras de Deus. Algumas realizam-nas com espírito puramente humano e por isso pouco, ou nenhum proveito tiram delas. Sabeis qual é o Espírito de Deus. *Mitissimus Dei spiritus est et mansuetissimus qui non turbine glomeratur, non in nubilo lucet, sed merae serenitatis, apertus et simplex* (Tertull. ad Marc). Cristo procedeu com esse espírito e seus discípulos devem ser assim. O Senhor não se encontra na agitação do fogo; é necessário continuar no ministério sagrado com o mesmo espírito de mansidão. Disse o sábio, *Fili, in mansuetudine omnia operatus perfice et super hominum gloria diligeris* (Eccl. 3,19). Com um espírito diferente, os párocos e todos os que cuidam das almas, obstaculizarão a própria salvação e a obra de Deus. Tal espírito de mansidão torna-se ainda mais necessário, pelo fato de que, as obras de Deus costumam ser cheias de dificuldades; somente podem ser empreendidas com magnitude e grande confiança em Deus. Quem, no ministério, encontrar dificuldades e perseguições, que todos os santos experimentaram, não se deve admirar; antes deve preocupar-se se tudo corre bem. *Si me persecuti sunt et vos persequentur; se sermonem meum servaverunt et vestrum servabunt*. Perseverai, portanto, até o fim, com ânimo convicto” (3.º Discurso do 2.º Sínodo, *Synodus Dioecessana Placentina Secunda...*, Placência, 1893, pp. 195-196).

O pastor deve ser ministro de Deus na paciência:

“Há uma tentação muito sutil, que às vezes se insinua na alma daqueles que têm autoridade sobre os outros. Vêm que às suas fadigas não corresponde um fruto imediato e abundante. A situação é desesperadora, dizem, não há remédio! E se deprimem deixando cair os braços, no ministério.

Por que se maravilhar, se se verifica nos outros o que o Apóstolo experimentou em si mesmo? *Misericordiam consecutus sum, ut in me primo ostenderet Christus Jesus omnem patientiam ad intormationem eorum qui credituri sunt illi in vitam aeternam* (1 Tm 1,16). Portanto, estes pastores apresentem-se como ministros de Cristo, com toda a paciência, recordando as palavras do Senhor: *Alius est qui seminat, alius est qui metit. Ego misi vos metere quod non seminastis. Alii laboraverunt et vos in laborem eorum introistis* (Jo 4,37-38). Semeiam a palavra, deixando a outros, a ceifa. Recordem-se que, com a ordenação sacerdotal receberam a ordem de tratar, não de curar. Sejam, porém, ardorosos na caridade, porque *caritas omnia credit, omnia sperat, omnia sustenit* (1Cor 13,7)” (ivi, pp. 194-195).

O sacerdote deve espelhar-se no Bom Pastor:

“Compadecei-vos dos defeitos de todos, querei bem a todos, a todos sem exceção. Imitai o Bom Pastor. Seu zelo, que ajusta e não dilacera, seja o vosso zelo; o seu espírito de mansidão o vosso espírito. Condenai o vício, jamais o culpado. Guardai-vos tanto de uma excessiva condescendência como de uma rigidez sombria” (O padre católico, Placência, 1892, p. 38).

No discurso de agradecimento pelo seu jubileu episcopal fazendo um retrospecto de 25 anos de episcopado, D. Scalabrini acredita não dever penitenciar-se de uma única coisa: de um amor paterno e forte, que soube unir a força à suavidade:

“Os anos de episcopado que, devido a vossa fé e bondade, são hoje, motivo de festa, para mim são de · trepidação e temor. Hoje, mais do que nunca, sinto a carga formidável que me pesa sobre os ombros. Penso em tantas graças particulares, insignes, extraordinárias, graças de predileção, que me teriam, graças a uma assídua cooperação, elevado a um alto grau de perfeição e temo. Penso nas contas que deverei prestar ao Juiz Divino, dos cinco lustros, na função de Bispo; penso no perigo que encerra a cura pastoral; penso que devo responder por tantas almas que me precederam na grande viagem, para a eternidade, por todos e cada um de vós; se o futuro me aterroriza, o passado humilha-me profundamente, e me conturba: *me terret quod vobis Episcopus sum*, direi com Sto. Agostinho.

Humilha-me, confunde-me o pensamento de todo o bem que ter-vos-ia proporcionado uma vontade mais enérgica, um zelo mais iluminado, uma vida mais operosa.

Lembro-me de uma promessa que vos fiz, no dia do meu ingresso solene, a primeira vez que tive a consolação de falar-vos. Depois de ter-vos prevenido de que nada encontraríeis em mim de tudo aquilo que admirastes nos meus predecessores, francamente ajuntei: Asseguro-vos, porém, filhos caríssimos, que encontrareis um coração de pai. Os fatos corresponderam às palavras? Não ousou dizê-lo.

Uma coisa, porém, asseguro-vos: sempre vos amei, que vossas alegrias formam sempre minhas alegrias, vossas dores, as minhas dores. Meu amor por vós, ó Placentinos, não conhece vicissitudes e nem foi diminuído por contradições ou ofensas. Se odiei a culpa, procurei sempre abraçar o culpado. Vim, desejoso unicamente da vossa salvação; vim, como o Apóstolo aos Coríntios, não confiando nas palavras da sabedoria humana, mas *in ostensione spiritus et virtutis*. Vim, anunciando a paz e não poupei sacrifícios para fazer crescer em meio a vós, a modesta oliveira, procurando que à sua sombra, florescessem a caridade, o amor a Jesus Cristo, à Igreja, ao seu Chefe augusto, o desejo eficaz do bem desta cidade e Diocese amadíssima. Amei-vos a todos, sem distinção. Se por acaso, alguma vez, alguém viu meu rosto mostrar traços de insólita severidade, enquanto uma nuvem de tristeza passava por minha frente e minhas palavras assumiam um tom de reprovação, saiba que aquela tristeza e aquela severidade, aquela reprovação, brotavam do fundo do amor, partiam de um coração que gemia, porque contrariado no seu desejo do bem. Amei-vos por dívida de justiça porque sois meu povo, e oh! se não me faltassem os meios e eu vos demonstraria, não por palavras, este amor! Cada ano que passa é um anel da corrente, que me une a vós; corrente forjada pelo amor recíproco, corrente que, longe de enfraquecer-se com o tempo, reforça-se sempre mais, torna-se inquebrantável” (Pelo meu jubileu episcopal, 1901. AGS 3018/3).

Também aos leigos recomendava o ardor simultâneo da atividade apostólica e da caridade:

“Tende a energia do apostolado; cada cristão deve ser um apóstolo. Como possuir a verdade, vê-la, amá-la e não sentir a necessidade de difundir-la, de comunicá-la aos outros?

Tende a energia que sabe resistir na hora da prova e do combate; cada cristão deve ser um soldado (...) . Combatei fortes, mas com caridade. Os

adversários, direi com um insigne escritor moderno, porquanto malignos pertencem ainda à arquitetura do bem e se Deus vibrar-lhe golpes vigorosos, mudarão. Levai vossa mão ao santuário do coração; percorrei uma a uma todas as fibras, encontrareis também a fibra do amor. Tocai-o com a cortesia, que é irmã da caridade; aquela fibra se moverá e tereis conquistado uma alma imortal e curvado um novo coração, ao cetro da verdade. A verdade cristã quer a seu serviço, não homens que matam, mas que salvam” (Palavras na II Reunião Regional dos Comitês Católicos, 24-4-1889. AGS 3018/18).

2) *Espírito missionário*

A vocação missionária, manifestada por D. Scalabrini, no início de seu sacerdócio, quando se inscreveu no Instituto Missionário para o Exterior, de Milão, permaneceu viva e caracterizou sua vida episcopal. Pio XI, Papa das Missões, definiu-o “Bispo Missionário”. Nos discursos aos missionários que partiam, emerge a nostalgia das missões:

“A palpação do coração, confesso-o, parece provocada pela fé mais vigorosa e forte; a infinita caridade de Deus alarga-me o peito, a mente se sublima à vista e no desejo do apostolado, e apertando ao peito a cruz de ouro do Bispo, docemente, quase me queixo com Jesus, que me negou a cruz de madeira do missionário e não posso deixar de expressar-vos, ó jovens apóstolos de Cristo, a mais alta veneração e sentir uma santa inveja de vós” (Discurso aos missionários que partiam, 24-1-1889. AGS 3018/2).

Por ocasião de sua viagem ao Brasil, escrevia:

“Costeia-se a África misteriosa. Olho por horas inteiras, quase imóvel e tomado de uma secreta tristeza, aquelas terras, outrora tão florescentes, penso no vigor da vida católica dos primeiros séculos do cristianismo (...), penso naquilo que foram e que são e sinto-me ansioso até as lágrimas!... porque nós, padres, não corremos a evangelizar aqueles povos e regar com nosso sangue, a semente fecunda do cristianismo! ...” (Carta a C. Mangot, 21-6-1904. AGS 3022/22).

Convidado pelo presidente do Paraná a interessar-se pela então vastíssima paróquia do Tibagy, na qual viviam 20.000 habitantes entre brasileiros, índios e italianos, D. Scalabrini aceita imediatamente colocar-se em contato com o chefe da tribo semi-selvagem, promete e manda seus missionários e propõe à Santa Sé um projeto de subdivisão do campo missionário no Brasil, para as diversas ordens e congregações religio-

sas, que, ao lado de suas atividades tradicionais e específicas, encontrassem uma maneira de se dedicarem à catequese dos índios.

Pode-se afirmar que a vida de D. Scalabrini não foi senão obediência ao mandato missionário de Cristo: “Ide e evangelizai; ide e ensinai”. Ele se refere explicitamente a este mandato, discorrendo sobre três obras características com o termo: “proclamação da Palavra”, kerigma, evangelização. Para o kerigma é obviamente necessária a proclamação da palavra: “A religião é revelação e a revelação é palavra; porque a inteligência divina só se comunica à inteligência humana, por meio da palavra”. (A respeito da instrução das surdas-mudas, Placência 1880, p. 7). “A palavra: esta potência concriada com o pensamento e reveladora de mundos ideais, este vínculo misterioso que conjuga a natureza física com a moral, que une intelecto a intelecto, coração a coração (Idem, p. 5).

A instrução dos surdos-mudos é comunicação da palavra às criaturas mais isoladas da comunicação e da comunhão social e eclesial; a catequese é comunicação inteligível e assimilável da Palavra, que funda a comunidade dos crentes; o apostolado dos migrantes é o estabelecimento da comunicação interrompida e obstaculizada, pela emigração: restabelecimento que reconduz ao seio da comunidade social e eclesial, e que, para D. Scalabrini é definido como “reconquista da fé”, analogamente à conquista da fé junto aos gentios, e “evangelização”.

A pastoral dedicada à instrução (note-se: não à assistência) dos surdos-mudos inicia-se assim:

“Desde o dia em que os lábios de Jesus dirigiram aos Apóstolos, aquelas palavras: Ide por todo o mundo, ensinai a todos os povos, começaram a surgir igrejas cristãs, e junto delas multiplicaram-se os asilos e as escolas para a juventude, especialmente para os órfãos e abandonados e todos os modos de orientação e socorro, onde a Religião de Cristo vem sempre em auxílio dos infelizes e oprimidos” (Idem, pp. 3-4).

Ele afirma que o Catecismo “fundamenta-se inteiramente na Palavra de Deus, revelada à sua Igreja e contém o gérmen de toda a ordem do Divino Mestre aos Apóstolos: Id e ensinai a todos os povos” (0 Catecismo Católico, Placência, 1877, p. 3).

Dizia a seus missionários que partiam: “Cada expedição de missionários é a repetição, ou melhor, a continuação daquela que o Divino Mestre realizou, quando disse aos Apóstolos: Ide e ensinai a todos os povos” (Discurso aos Missionários que partiam, 9-9-1891. AGS 3018/2).

O fato de que ele definira “o projeto de evangelização” a Congregação dos Missionários para os emigrantes, reveste-se de um valor particular, numa época em que o termo “evangelização” significava, quase que exclusivamente, o anúncio aos infiéis, ou a *plantatio Ecclesiae*, lá onde nunca fora plantada. Naquele tempo também se falava de salvação, prevalentemente, em termos individualistas e escatológicos, enquanto o relacionamento do Evangelho com o mundo era relegado à condição de relacionamento entre Igreja e Estado, a tal ponto que, na Itália, por exemplo, o conflito entre Igreja e Estado paralisava a evangelização e contribuía para a progressiva descristianização do povo.

Com o alarme frequentemente lançado por D. Scalabrini, em tons, às vezes, também pessimistas, suscitado pelo progressivo rompimento entre o campo da cultura, ciência, trabalho e sociabilidade e o campo da fé, o Bispo insistia sobre a conciliação entre fé e razão, entre a natureza e a graça, entre a Igreja e o Estado, entre a sociedade e o indivíduo, etc. Considerou ultrapassada a pastoral tradicional, amoldada no modelo rural e em certo sentido, feudal, deplorou o integralismo do elemento aristocrático e oligárquico, que monopolizava a obra dos Congressos e direcionava a ação católica na defesa dos “direitos da Igreja”, percebeu claramente que o estímulo do anúncio do Evangelho, não se adequava, a predicação fora esvaziada de seu conteúdo fundamental e não era mais compreendida pelo povo. Afirmou categoricamente, que a tarefa da Igreja “é a evangelização dos filhos da miséria e do trabalho” e que a cristandade só seria recristianizada, evangelizando a massa operária, novo componente determinante do povo.

“Os filhos do trabalho constituem, em todos os países do mundo, a massa da população. Modelar os operários no espírito pacífico e salutar do cristianismo é o mesmo que salvar a sociedade civil” (Associações Católicas, Placência, 1885, p. 4).

“A revolução esforçou-se por arrebatar da Igreja as multidões, principalmente os operários, é mister que a Igreja os reaproxime de si. É necessário harmonizar as mentes e os corações com as grandes verdades do “Evangelho” (Centenário de São Luis - Encíclica do Santo Padre - óbolo do amor filial, Placência, 1891, p. 10).

Certamente, apercebemos-lhe o eco, nas palavras citadas, D. Scalabrini estava convicto na concepção da Igreja como “sociedade perfeita” e ao anseio de uma sociedade cristã, mas já havia compreendido que a

atividade missionária da Igreja não pode ser distinta da “pastoral”; que missionários não são somente aqueles que partem dos países cristãos para as nações não-cristãs, mas todos os militantes pastorais, em qualquer parte do mundo.

Na visão da pastoral missionária scalabriniana, o primeiro lugar é ocupado pela catequese. O catequista é missionário, porque comunica a boa-nova, depois de havê-la, ele mesmo, aprendido, e deste modo continua a *plantatio Ecclesiae*, como sucedeu na primitiva missão da comunidade cristã, que se formava à base da comunicação do Evangelho, da boa-nova, anunciada por Cristo.

“A catequese da Igreja primitiva era uma verdadeira fonte de vida cristã, onde ela se desenvolvia e florescia” (O Catecismo Católico, Placência, 1877, p. 10).

“É necessário que os Mestres tenham um grande zelo pela salvação das almas, adquiridas pelo precioso Sangue do Salvador” (Idem, p. 86). “Sede apóstolos da nova geração, os salvadores de vossos irmãos” (Aos Mestres e Mestras das Escolas Catequéticas, Placência, 1877, p. 5).

A catequese dos adultos objetivava fazer dos pais, os primeiros catequistas, de maneira que não fosse indispensável a presença do sacerdote, na primeira *plantatio Ecclesiae*: para os emigrantes, ainda carentes da assistência religiosa, aconselhava que se reunissem aos domingos, para a oração em comum e para o ensino do catecismo e assim, de fato, foi “plantada a Igreja” em muitas colônias de imigrantes, antes mesmo da chegada do sacerdote.

Padre Sílvio Riva compreendeu bem o espírito que animava o Apóstolo do Catecismo:

“Homens e Apóstolos como João Batista Scalabrini deveriam descer até nós, levando sacerdotes e cristãos a alimentar-se da doutrina de Jesus, e do ensino da Igreja com ardor evangélico, com espírito missionário, conscientes de palmilhar a estrada mestra do Cristianismo; aquela que preparou as primeiras conquistas do Evangelho e deu à Igreja, o seu surto de expansão” (S. Riva, Monsenhor Scalabrini, “catequista”, em L. Rebecchi, *Considerações catequéticas do Servo de Deus, Mons. João Batista Scalabrini*, Placência, 1956, p. 11).

Se nos limitamos às expressões verbais, poderemos ter, às vezes, a impressão de que D. Scalabrini firmou-se na consideração de uma Igreja em posição de defesa, e portanto, voltada para si mesmo. Na realidade, en-

tretanto, o impulso missionário leva-o à abertura em direção da história em movimento. Tem-se até a impressão de que ele sonhe com o retorno à christianistas, da idade média; entretanto, na realidade, ele está aberto à novidade e à diversidade, tanto que foi considerado um pioneiro a mais, no campo do interesse pastoral e social. Prova-o a concepção da vida religiosa dos missionários e das missionárias para os emigrantes, concepção que foge da rigidez de formas tradicionais, para dar espaço a uma elasticidade que consinta a liberdade de movimento necessária à missão. Diga-se o mesmo da concepção da pastoral da emigração, que deixa entrever claramente, os sinais da novidade e da abertura, superando barreiras, não só linguísticas e culturais, mas também a rigidez de certas estruturas eclesiais locais, salva sempre, a estrutura episcopal.

Ainda mais significativa é a interpretação da história à luz da fé, que o leva a ver na emigração, um meio de expansão do Evangelho, de disseminação das sementes do Verbo. A atenção de pautar seus passos com o “mundo que caminha” leva-o à “transigência”, que para ele, em substância, é tomar consciência dos fatos irreversíveis da história em contínua transformação e colocar neles, o fermento evangélico. O passado não retorna mais, portanto é anti-histórico e anti-pastoral permanecer fixo nos métodos passados, como “pólipos nos escolhos”.

“Convença-se que a Igreja, como sociedade universal e perpétua, recebeu o poder de adaptar suas leis às necessidades de todos os tempos e de todos os lugares. Deve, portanto, proceder na razão direta das leis providenciais que regem a humanidade, a cujo bem é preordenada; é mister que lhe siga os movimentos, lhes indague as exigências, satisfaça-lhes as necessidades, no âmbito de sua missão” (*Intransigentes e transigentes*, Bolonha, 1885, p. 16).

É, portanto, a história que entra na missão. A Igreja é una e imutável, mas vive na história e por isso, pode desenvolver sua missão, somente na historicidade:

“A Igreja Romana, permanecendo firme no elemento divino, como torre que não se abala, mostra sua juventude sempre viçosa, uma vitalidade sempre exuberante, curvando-se e recurvando-se ao fluxo e refluxo das gerações humanas, *circundata varietate*” (Idem, p. 10).

A transigência de D. Scalabrini é o discernimento dos meios mais idóneos para o cumprimento da missão eclesial, no interior dos “acontecimentos ingressos no domínio da história”, “não desconhecendo os que

os tempos operaram”, mas distinguindo serenamente “entre o bem e o mal” a fim de que “sejam purificados da escória que os envolve e endereçados à verdadeira vantagem do gênero humano” (Idem, p. 23).

Ainda uma vez, é especialmente na iniciativa pastoral para os migrantes, que procedemos a análise da situação sociocultural dessas pessoas, isto é, de sua situação histórica e depois a busca dos meios mais aptos e eficazes para comunicar a mensagem evangélica aos homens de nosso tempo” (*Evangelii nuntiandi*, 40), na sua condição concreta.

Um outro exemplo: a solicitação às Igrejas particulares, para que se tornassem “missionárias”, no confronto aos imigrantes: às Igrejas de partidas, tentadas a considerar os emigrantes como “fora” e por isso perdidos para sempre, e às “Igrejas de chegada” que custavam considerá-los “dentro”, ou inatingíveis.

3) A pastoralidade

No tempo de D. Scalabrini, a pastoral era considerada como “teologia prática”. Prevalecia a concepção super-histórica e super-terrena da Igreja. O sacerdote era colocado entre Deus e a comunidade, o “pastor” tendo diante de si a “grei” dos fiéis; o sacerdote, mero intermediário da hierarquia, assistida pelo Espírito Santo, sujeito, também ele, às leis ditadas pela hierarquia e ininfluyente no formulá-las, participante da Igreja “discente” e não da Igreja “docente”, como se exprime o próprio Scalabrini.

Daí resulta o risco de que a pastoral se restringisse à área das normas canônicas. Mas a eclesiologia de D. Scalabrini estava já positivamente influenciada pela Escola de Tubinga, e em particular de Moehler, segundo a qual, a Igreja se “autoedifica”, porque é um organismo vivo, responsável por sua vida e desenvolvimento. Em ou três palavras: é um organismo ativo: os membros do Corpo de Cristo são “ativos na Igreja”; são, portanto, “mediadores de salvação”. Ser mediador significa julgar a dimensão divina da Igreja e ao mesmo tempo, a dimensão humana, na qual a Igreja vive de “fato, até a Parusia. Volta-se, novamente, ao conceito de continuação da Encarnação. A Igreja é divino-humana, como Deus-Homem é o seu Fundador (cf. Conferências sobre o Concílio Vaticano, Como 1873, passim). Isto quer dizer que o pastor está contem-

poraneamente atento ao fator divino, “supra-temporal” e ao “singular temporalmente condicionado”: “estar completamente na revelação e ao mesmo tempo, inteiramente, no tempo” (F. X. Arnold).

É realmente este, o caso de D. Scalabrini: no mesmo momento em que respeitava rigorosamente a natureza teológica do discurso pastoral, hauriria-a diretamente de Cristo, Palavra e Pão, adquiria um efetivo conhecimento da situação histórica singular, atingindo-a com todos os meios que, naquela época, estavam a sua disposição. Como dissera Rahner, não era o homem que se contentava com a corrente: “escritura-magistério-tradição-reflexão especulativa”, mas acrescentava-lhe uma “análise teológica da situação”.

Quem consegue unir as duas coisas? Aquele que possui uma espiritualidade profunda e por isso lê a situação “com os olhos da fé”. A assistência do Espírito Santo não torna supérflua, antes, exige a reflexão humana. D. Scalabrini acredita firmemente na infalibilidade do Papa e da Igreja, assistida pelo Espírito Santo, mas cita, de boa mente T. Salzano:

“Considerar a Igreja como uma massa inorgânica, que deve receber o impulso de uma mão onipotente, sem que ninguém a possa iluminar e nem apresentar-lhe humildes e devotas reflexões é o maior dano que se possa causar-Lhe” (Católicos de nome e Católicos de fato, Placência, 1887, p. 24).

Um dos mais atentos conhecedores da Igreja italiana, no fim do século passado, Dom Bonomelli disse do colega da Placência

“A Providência colocou-me em contato com muitos homens colocados em posição elevada na Igreja de Deus, por ofício, por ciência e prática nos afazeres, e conhecedores da sociedade; mas posso afirmar em consciência: não encontrei um, ou bem poucos, que conhecesse como ele as nossas condições sociais e religiosas e as necessidades relativas do nosso tempo! Com seu grande coração, queria abraçar a tudo, imolar-se por todos, esquecendo-se quase inteiramente de si mesmo” (G. Bonomelli, em: O monumento, recordação de Mons. Scalabrini. As vozes do coração, Como, 11-9-1913).

Hoje, dir-se-ia que teve o “carisma da totalidade”, que seria propriamente, o carisma da pastoralidade.

Resulta evidente na interpretação do fenômeno migratório, a análise teológica da situação, mas resulta também, da reflexão sobre a situação da Igreja italiana, de seu tempo. Trata-se de uma reflexão teológica, que

ultrapassa a visão canonista. Não lhe importa que a Igreja perca privilégios, ou poder temporal, embora adquiridos legitimamente; não lhe interessa tanto que a Igreja possa gloriar-se de um passado, mas se prepare, e se construa um futuro, (se “auto edifique”). Preocupa-se com a ausência dos católicos na vida política, porque sua abstenção contribuiu para o espoliamento do terreno cultural da fé. “Se prosseguimos com esta legislação hostil à Igreja, será uma grande felicidade se restar, depois de muitos anos, algo com que possamos nos reedificar” (cit. do Test. G. B. Nasalli Rocca, Processo Diocesano, ff 745-746).

Porque pede a abolição do *non expedit*? “Para preparar, lenta, mas seguramente, um futuro melhor”. Mesmo o “erguer-se a maré socialista” é para ele “voz de Deus”, uma admoestação, que seria loucura deixar perder-se” (0 socialismo e a ação do clero, Placência 1899, p. 7).

A análise teológica não dispensa a análise científica, também “profana”. Como para o reconhecimento das relíquias de Santo Antonino e São Vítor, empreendido com um fim eminentemente religioso, não vacilou em solicitar contribuição do professor anti-clerical Dioscoride Vitali, por seus méritos científicos, assim também voltou-se à ciência “profana”, para analisar o fenômeno da emigração. Ouvimo-lo afirmar que ela é ordenada pela Providência, para o aperfeiçoamento do homem sobre a terra e para a glória de Deus nos céus, esclarecendo de que fontes extraiu esta convicção: “Isto diz da Revelação, isto nos ensina a história e a biologia modernas, e somente levando em consideração esta tríplice fonte de verdade, podemos deduzir as leis reguladoras do fenômenos migratório e estabelecer os preceitos da sabedoria prática, que devem discipliná-lo em toda a sua rica forma de variedade” (A emigração dos operários italianos, Ferrara 1899).

D. Scalabrini estuda os fenômenos migratórios em todos os pontos de vista; recolhe todos os dados possíveis, mas não para aí. O reconhecimento da situação e o recolhimento de dados são condições preliminares para a historicidade de um projeto, pela correlação da resposta à pergunta. Mas as exigências do homem não são esgotadas, e os dados não são exaustivos: permanecem muito parciais até que não se conheça, ou não se compreenda o desígnio de Deus sobre o homem e a sua história e não se toma consciência da parte que o Senhor confia a cada um, na execução de seus planos.

Para compreender o homem é necessário compreender a Deus que o criou, o amor com que o fez à sua imagem e semelhança. Para saber qual é o bem do homem é mister conhecer o projeto de amor de quem o formou com suas mãos. Para compreender as exigências do homem é necessário conhecer a solicitação do coração de Deus para com aquele que o chama de “Pai”.

Ora, somente pela fé, podemos aprender todas essas coisas. Em sociologia, não basta recolher os dados: é necessário, depois, interpretá-los correta mente. Em teologia, as informações humanas, embora necessárias, permanecem sempre inadequadas, sem as informações divinas.

Os critérios da análise e as referências interpretativas definitivas, são sempre, para D. Scalabrini, os teologais e eclesiais. À luz da fé e da missão da Igreja ele interpreta os dados adquiridos pela pesquisa humana, e de tal interpretação, que é interpretação de fé, faz nascer suas escolhas, sua intervenção operacional, sua ação.

Uma das referências constantes de D. Scalabrini é a consideração de que, cada homem custou o Sangue e a Morte de Cristo; sua grande preocupação é que não se torne vão o sacrifício de Cristo por culpa, indiferença, preguiça daqueles que, por vocação, são chamados a completar o que falta à paixão de Cristo, para a edificação da Igreja. e a preocupação subentendida na polêmica com os “intransigentes”, é a preocupação que o impele na sua intervenção pelos emigrantes. Quando vê “a miséria errante da pátria” e é interpelado: “Mande-nos um padre, porque aqui se vive e se morre como animais”, ele responde na fé: “Ai de mim se não evangelizar!”

É esta resposta na fé, a evangelização, a resposta realística completa. Todas as outras respostas: quer políticas, sociais, filantrópicas, são parciais, propedêuticas, porque estão sim inscritas no plano de Deus, mas não representam a plenitude. Pelo contrário: a resposta da fé, sendo da ordem da plenitude, não transcura os aspectos parciais, que são sempre os aspectos do homem projetado por Deus, e os detalhes da construção do Reino.

Das três estatísticas conduzidas por D. Scalabrini, (emigrantes, surdos-mudos e monda-arrozal) nasceram obras (não votos, proteção, programas) que correspondiam à globalidade das exigências destes pobres. Do mesmo modo, intervém nas outras “questões” do tempo: a questão operária, a questão filosófica, a questão romana. Era a intervenção típica

do pastor, que sabia “situar-se completamente na revelação e completamente no tempo”.

Ainda mais profunda era a escolha de um cristão, que faz a sua opção fundamental do único sacerdote, Cristo: fazer a vontade do Pai; fazer da própria vida um dom total ao Pai e aos irmãos, para realizar em plenitude, a comunhão com Deus e entre os homens. Ainda uma vez, vemos D. Scalabrini adotar como critério último de sua escolha pessoal e pastoral a imitação de Cristo, a conformidade com Cristo, a continuação da Encarnação, a opção de fé, esperança e caridade, como virtudes nas quais o Espírito nos torna “semelhantes a Cristo”.

A pastoral de D. Scalabrini é verdadeiramente marcada pelo “carisma de totalidade”: todo o tempo, todas as forças, todos os talentos, todos os dons da graça, todo o homem está empenhado em fazer a vontade do Pai, que quer a salvação de todos, em colocar-se nas mãos do Espírito, para ser instrumento dócil de Cristo, na missão salvífica: “Um Bispo deve em tudo ser movido pelo Espírito Santo, secreto motor da santíssima humanidade de Jesus Cristo” (“Propósitos”, 24-8-1894). Revela-a o carisma de “paternidade” para com todos os fiéis, fortemente sentido; prova-o, um dia de visita pastoral, na qual não se limita a anunciar um conjunto de doutrina e de normas éticas, mas revela e testemunha a experiência de um encontro com Cristo e sua escolha fundamental de viver com Cristo, em Cristo e por Cristo.

Ouvimo-lo dizer que o Bispo é quase um “sacramento, animado por Cristo” e que “a vida do Bispo extrai todo vigor dessa união íntima com Ele, Príncipe dos pastores, e com seu representante visível, o Papa” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência 1895, p. 19).

Com o Papa também, porque a totalidade do Ministério pastoral deriva essencialmente do relacionamento com a Igreja, representada pelos Santos Padres, como a união sponsal entre o Bispo e a sua Igreja à qual se uniu pela sua consagração e de quem traz no dedo o místico anel; ele colocou nela todo o seu coração. Sim, para o Bispo, a sua Diocese é tudo o que de mais caro possui no mundo: pai, mãe, filhinhos” (idem, p. 13).

Ao serviço de sua comunidade eclesial, ele dedica todos os valores de sua espiritualidade, de sua ascética e de sua humanidade; a contemplação, a adoração, a ascese, o estudo, o trabalho social, a amizade (Isto, entre parênteses, explica uma carência da qual, nós, Scalabrinianos, nos

lamentamos: não dedicou muito tempo à formação e ao governo de nossa Congregação, porque estava inteiramente empenhado em sua missão episcopal).

Sacerdos alter Christus, Episcopus post Deum terrenus Deus. Elo o é vezazmente, tanto quanto está habituado a contemplar a Deus e a concentrar seu espírito na Pessoa de Cristo até tornar-se sua cópia. Atinge este ideal, com um profundo hábito de meditação da palavra de Deus e dos mistérios de Cristo; com a configuração com Cristo, com a oração incessante: meditação, Eucaristia, oração, habilitam-no a tornar-se um “sacramento”, um mistério legível, porque escrito e anunciado na linguagem viva da experiência vivida na primeira pessoa e transmitida com o calor de pai e de esposo. Eis a sua celebração litúrgica que edifica, comove, aquece, arrasta à piedade e ao entusiasmo.

D. Scalabrini viveu o tipo de espiritualidade descrita pelo Concílio Vaticano II e tem seu fundamento na *charitas pastoralis*.

“Cristo, para continuar realizar incessantemente a vontade do Pai, no mundo, por meio da Igreja, opera através de seus ministros, e, para isso, permanece sempre o princípio e a fonte da unidade dos Presbíteros. Para alcançá-la, estes devem unir-se a Cristo, na descoberta da Vontade do Pai e do dom de si à grei, que lhes é confiada. Assim, representando o bom Pastor, no exercício da atividade pastoral, encontrarão o vínculo de perfeição sacerdotal, que realizará a unidade em sua vida e atividade. Esta caridade pastoral brota, sobretudo, do Sacrifício Eucarístico, que se torna o centro e a raiz de toda a vida do Presbítero; assim, a alma sacerdotal procura espelhar-se naquilo que se realiza no altar. Mas isto só será possível, se o sacerdote penetrar sempre mais a fundo no ministério de Cristo, com o recolhimento e a oração” (*Presbyterorum Ordinis*, 14).

O forte acento espiritual que dá tonalidade ao pensamento e comportamento de D. Scalabrini não significa uma espiritualidade desencarnada. Impele-o o carisma da totalidade e a caridade pastoral. Abandonando um tipo de pastoralidade administrativa e burocrática, um governo da Diocese realizado no gabinete, ele vai ao encontro dos homens; quer, quanto possível, conhecer pessoalmente sua grei; quer conhecer, “in loco” o “estado de alma”, muito além das relações e das estatísticas; não espera que o procurem no episcopado; e ele quem, desde os primeiros dias, vai encontrar os seus em suas casas, nos campos e nas oficinas, nas escolas e nas associações; vai em busca dos afastados do redil espiritual, agarra-se material e moralmente em penhascos e despenhadeiros, ansio-

so de abençoar e encorajar os fiéis, desejoso de apertar ao coração quem se distanciou ou extraviou, disposto a afrontar críticas e maledicências e também o escândalo dos pusilânimes, conquanto que recupere uma alma para Cristo: “Subirei até sobre os ombros do diabo, se tiver a certeza de que me levará a salvar uma alma”.

Parte, com abundância, o Pão da Palavra e da Eucaristia aos fiéis reunidos em assembleia, mas também visita os doentes, os encarcerados, os operários; passa quatro dias com os senadores do Monte Penna, a 1.700 metros de altitude; distribui socorro aos pobres, extingue ódios inveterados, conforta e estimula os sacerdotes.

A “caridade pastoral” abraça todas as necessidades e misérias humanas. Não somente à Sociedade de São Rafael, mas também à Congregação dos Missionários de São Carlos, ele estabelece o escopo: de “manter viva no coração de nossos patrícios emigrantes, a fé católica e de procurar, quanto possível, o seu bem-estar moral, civil e econômico” (Regulamento de 1888). Realmente, “o fim imediato da Religião é guiar as almas para Deus; sua missão indireta, mas intimamente conexa com aquela, é guiar a sociedade civil nas vias da verdadeira civilização” (Apontamentos para uma circular aos Bispos, sobre a migração, para audiência ao Papa, 9-11-1887. AGS 1/4).

A mesma totalidade encontra-se na intervenção de D. Scalabrini na “questão operária” e na organização da Ação Católica. É interessante observar o nexo entre o fim da Ação Católica: - “Reconduzir Jesus Cristo à sociedade” - e os meios, entre os quais, o primeiro lugar é reservado ao “saneamento moral”; mas neles estão compreendidos todos os da “ordem econômica que respondam às legítimas aspirações da classe especialmente operária”.

“Cabe especialmente a nós, homens da Igreja, esta missão de paz e de regeneração social; a nós, mais do que aos outros, porque recebemos de Deus, os meios e o mandato. Desejaria que todos os membros de meu clero entendessem isto. Em nossos dias, é quase impossível reconduzir a classe operária à Igreja, se não mantivermos com ela, um relacionamento contínuo, fora da Igreja. Devemos sair do templo, ó Veneráveis Irmãos, se quisermos exercer uma ação salutar no templo. Devemos ser homens do nosso tempo. Certas formas novas de propaganda, ou melhor, renovadas, que são usadas eficazmente pelos adversários, não devem espantar-nos. Devemos viver a Vida do povo, aproximando-nos dele com os jornais, com as associações, com os Comitês, com sociedade de mútuo-socorro,

com conferências públicas, Congressos, círculos-operários, patronatos para crianças, com toda a sorte de obras beneficentes privadas ou públicas.

Combatamos, com todo ardor, os preconceitos, mas com o mesmo calor, sustentemos os interesses e secundemos as legítimas aspirações, cuidando, porém, de não alimentar ilusões e muito menos de induzir ao desprezo das classes abastadas e dirigentes. Procuremos, antes, aproximar o mais possível essas classes e torná-las amigas. A exemplo dos católicos de outras nações, sejamos líderes dos movimentos modernos, colocando-nos à frente, trabalhando; e não permanecendo à parte e resmungando. Meus caros, o mundo caminha e nós não devemos ficar atrás por qualquer dificuldade de formalismo ou ditame de prudência mal-entendida. Se não se fizer conosco, far-se-á sem nós ou contra nós: recordemo-lo” (Centenário de São Luis - Encíclica do Santo Padre. Óbolo do amor filial, Placência, 1891, pp. 11-12).

Também na obra pró-mandadores de arroz, evidencia-se a globalidade do interesse pela totalidade da pessoa:

“Trata-se, como cada um pode ver, de uma obra de caridade insigne e da máxima importância. Realmente são muitos e gravíssimos os perigos e os males, aos quais aqueles pobrezinhos vão ao encontro. Perigos e males morais e físicos, fáceis de se imaginar.

Urge pensar no remédio; urge providenciar para que os míseros não caiam vítimas de ávidos especuladores; para que estejam premunidos contra as insidias que corroem sua fé; para que tenham tempo e modo de santificar os dias festivos; para que sua moral seja tutelada; para que suas fadigas sejam mais bem retribuídas; para que, finalmente, longe de suas famílias, encontrem defesa, proteção, conforto” (Circular de 22-8-1903).

Tanto na obra pró-mandadores de arroz, ainda mais evidentemente na obra para os emigrantes e sobretudo, referindo-se à questão social, D. Scalabrini ataca o problema da humanização do trabalho e o faz objeto de sua tarefa pastoral. Os âmbitos da família e da comunidade paroquial, no programa de aperfeiçoamento espiritual, mantém também, para D. Scalabrini, um lugar privilegiado; mas ao contrário da maior parte de seus contemporâneos, ele abre espaço no interior do mundo do trabalho.

D. Scalabrini convencera-se que cada ato orientado para a humanização do trabalho e em geral, da natureza, contribui, por isso mesmo, para a edificação do Reino de Deus. Está, também, ciente de que nada existe

de automático; que nenhum ato puramente humano é imediatamente salvífico, porque o mundo, também o do trabalho, está marcado pelo pecado, pela injustiça, pelo abuso, pela exploração, pela servidão, pela alienação. Seus livros sobre a emigração são uma denúncia impiedosa do pecado individual e social, raiz dos males do emigrante. Todavia, não se contenta com a denúncia: como pastor, empenha-se em extirpar a raiz do mal tanto no anúncio da justiça e da redenção, quanto no arregaçar as mangas e agir em direção da justiça e da caridade evangélicas.

Se o vemos frequentemente quedar-se sobre aquela que hoje denominamos “espiritualidade de intenção” – a intenção de agir e de fazer tudo a serviço de Deus e do próximo, em união amorosa com Deus e com confiança em sua Providência – este não é pretexto para subtrair-se à “espiritualidade do compromisso” – compromisso efetivo individual e comunitário, na extirpação das injustiças e dos pecados sociais, e na humanização do contexto do trabalho. A Igreja nunca esqueceu e jamais esquecerá a missão que lhe foi confiada por Deus, de evangelizar os filhos da miséria e do trabalho [...]. Onde está o povo que trabalha e que sofre, aí está a Igreja” (A emigração italiana na América, Placência 1887, p. 50).

Tal globalidade de empenho deriva do carisma da paternidade, que é o fundamento do cuidado e da autoridade pastoral. Este é garantido formalmente pela imposição das mãos e do fundamento apostólico do ministério episcopal. Sabemos com quanta força D. Scalabrini apelava para estas fontes de sua responsabilidade e autoridade pastoral, mas sua paternidade manifesta-se em toda a sua intensidade, na situação de vida em que voluntária e apaixonadamente se coloca, dando vivo testemunho de haver feito opção fundamental de vida pelo Evangelho e pela Igreja, no modo evangélico de executar a autoridade pastoral, de servo da comunidade, em nome de Cristo. Está convencido de ser “vigário de Cristo”, mas exprime tal convicção sobretudo no sofrer e no servir, no “beber do cálice” de Cristo, em viver o melhor de todos os carismas: a caridade.

SEGUNDA PARTE

“CREIO NA IGREJA” ESPIRITUALIDADE ECLESIAL

A espiritualidade de D. Scalabrini, consiste, substancialmente na vida *in fide*, isto é, na vivência das três virtudes teologais e manifesta-se no seu modo de viver na Igreja; crê na Igreja, confia na Igreja, ama a Igreja. Vive o mistério da Igreja, sacramento de Cristo na fé, na esperança e na caridade. Vive o mistério da Igreja, fazendo n’ela, a experiência de comunhão com Deus e com o irmão, e faz-se, com ela “sacramento” de salvação para a humanidade.

1) Fazer na Igreja, a experiência de comunhão com Deus

A eclesiologia, isto é, a espiritualidade eclesial de D. Scalabrini funda-se, sabemolo, sobremodo caro a ele, no conceito da continuação e extensão da Encarnação de Cristo. Ouvimos sua definição preferida de Igreja: A Igreja é a verdadeira continuação da pessoa de Jesus Cristo; “A Igreja é Jesus Cristo, mas Jesus Cristo anunciado e comunicado” (Concílio Vaticano, Como 1873, pp. 27 e 5); é «a extensão moral da Encarnação, através dos séculos” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência 1896, p. 8).

Disso deduz uma consequência imediata: “Aquele que não ama a Igreja, está fora de Jesus Cristo, portanto, está fora daquele único amor que nos nobilita, nos eleva e nos faz amar tudo o que, no universo, é digno do amor” (A Igreja Católica, Placência 1888, p. 35).

Para ele a “maternidade” da Igreja, não é pura especulação teológica, nem uma metáfora, mas uma verdade dogmática: deduz que, acreditar na maternidade da Igreja significa amá-la como a própria casa, a própria família, onde há um Pai: um Irmão Maior: Jesus Cristo, no qual todos são nossos irmãos; uma Esposa virgem e mãe, que por obra do Espírito

Santo produz em nós a vida, nutre-a, desenvolve-a, matura-a, para elevar-nos à estatura de Cristo.

Já que não se trata de uma figura de retórica, D. Scalabrini deduz que crer e amar a Igreja é crer e amar a Deus, em Cristo, inserindo-nos no mistério trinitário.

A luz da fé e o calor do amor são obras do Espírito Santo: “Espírito de Verdade, ao descer sobre os Apóstolos dá a suas mentes lume claríssimo e como Espírito de Amor, enche seus corações de ardente caridade (...). Eis as operações do Divino Espírito Santo, não só no espírito dos primeiros discípulos de Jesus Cristo, mas de todos os justos que ainda vivem sobre a terra”. Eis as consequências na vida espiritual:

“O Espírito Santo é essencialmente Espírito de verdade e caridade. Vivamos, portanto, conforme a verdade, dando às coisas o valor que possuem em si mesmas, abraçando o bem, fugindo do mal e não nos deixando iludir pelas vaidades estultas deste mundo. Vivamos conforme a caridade, amando a Deus sobre todas as coisas; procurando com todos os meios que estão ao nosso alcance ganhar para Deus nossos irmãos, buscando o verdadeiro bem de nossa alma. Se recebemos, como os Apóstolos, os dons do Senhor começamos a falar e operar como eles falavam e operavam; e quando a Providência assim dispuser, estejamos como eles, prontos, também, a sofrer. Como verdadeiros discípulos do Redentor, repletos do Espírito Santo, confessemos franca e publicamente o seu nome; rendamos-Lhe, quando possível, no mundo, testemunho digno de nossa fé, cooperemos, também, na medida de nossas forças, à grande obra, na qual os Apóstolos puseram suas mãos: a de destruir o erro e dilatar sempre mais, sobre a terra, o reino da caridade, o reino de Deus” (Homilia de Pentecostes, 1882. AGS 3016/6).

“Se vós, portanto, quereis viver do Espírito Santo, conservai a caridade; amai a verdade; desejai a unidade, para que possais alcançar o reino eterno: *si ergo vultis vivere de Spiritu Sancto, tenete charitatem, amate veritatem, desiderate unitatem, ut perveniatis ad aeternitatem* (Sto. Agostinho) (...).

O Espírito Santo é Espírito de unidade tanto na eternidade, como no tempo. Na eternidade é a união do Pai com o Filho, em absoluta unidade de natureza e no tempo, é a união do homem redimido por Deus, sociedade de adoção e de graça. Na eternidade, é o acabamento da Trindade em suas relações e operações intrínsecas; no tempo, é a revelação da augusta Trindade nas suas obras exteriores de criação, conservação, formação e unificação do Corpo de Cristo, que é a Igreja, que extrai dessa unidade a sua força invencível” (Homilia de Pentecostes, 1884. AGS 3016/6).

Esta verdade - a Igreja, continuação da Encarnação de Cristo - enucleada pela tradição patrística grega e chegada até D. Scalabrini, através de Bossuet e por ele interpretada mediante o desenvolvimento doutrinal da Escola de Tubinga, de Newman e da Escola Romana, que finalmente, sem equívocos, esclareceram a identidade entre Igreja visível e a Igreja invisível, endireitando a teologia da debandada espiritualista da Reforma e dos juristicistas da Contrarreforma (ainda hoje evidentes na pretetuosas contraposição entre a Igreja do Espírito e a Igreja das instituições).

Se a Igreja é uma Encarnação continuada, dizia Moehler, não se pode separar a alma (o Espírito) do corpo (hierarquia, pregação, sacramento). A experiência de Deus, arrazoava Newman, só se pode fazer em Cristo, mas a experiência de Cristo, só se pode fazer na Igreja e precisamente na autoridade e nos sacramentos. Passaglia, por sua vez, sublinhava a tarefa da Igreja, em termos muito semelhantes aos adotados por D. Scalabrini: a Igreja é órgão de transmissão da revelação, e realiza a salvação da humanidade, enquanto é órgão da Palavra de Deus, única palavra eficaz de salvação; portanto, transmite-nos a graça santificante, que não é somente a graça de Cristo transmitida a cada fiel, mas, a graça de Deus transmitida a todo o corpo e a cada fiel.

A Igreja, “corpo místico vivo na humanidade, é irrigado em todas as suas partes, pela linfa da vida de Cristo” (*Synodus Dioecesis Placentina Prima ...*, Placência 1880, p. 129), é a “sociedade dos crentes, unidos pela profissão de uma única fé, na comunhão dos mesmos sacramentos, na obediência aos legítimos Pastores e principalmente ao Pastor universal, o Pontífice Romano; é a grande família das almas que aspiram a Deus, constituída em ordem hierárquica; é o Corpo místico de Cristo, do qual, somos os membros (...). Da mesma maneira que um membro para viver a vida natural, que provém da cabeça, deve estar perfeitamente unido ao corpo, assim nós devemos permanecer estreitamente unidos à Igreja, se quisermos viver da vida sobrenatural da graça, que emana e se difunde nele, de seu Chefe, invisível, Jesus Cristo” (A Igreja Católica, Placência 1888, pp. 36-37).

“Certamente, Jesus Cristo teria podido, por sua virtude divina, salvar os homens, sem servir-se da obra de outros homens, mas, em sua infinita sabedoria, não o quis; e criou assim, também na ordem da graça, como havia feito na ordem da natureza, as causas segundas e intermediárias. Entre Si e os homens, Ele colocou os Sacerdotes e neles dignou-se con-

tinuar-se; e na sua oração ao Pai, Ele não reconhece outros discípulos, senão aqueles que acreditaram por meio deles. O Evangelho fala sempre de três: Deus, o Sacerdote e o homem. Quem exclui o Sacerdote, tira o anel de conexão, rompe a corrente, bate a ponte de passagem e cava um abismo. Isto é duro para o orgulho humano, eu o sei; mas a Igreja, meus caros, é como Jesus Cristo a quer; constituiu-a a Sabedoria Eterna (...). Ele quis dar-lhe uma organização divino-Humana; quis fundá-la sobre Pedro e sobre os Apóstolos e estes na pessoa dos legítimos Pastores, estes repito, e não outros; é absolutamente necessário ouvi-los (...), pois foi o Espírito Santo que os colocou para reger a Igreja; ouvi-los, como ouviria a Jesus Cristo, ouvi-los com tanta firmeza, até dizer anátema, mesmo que fosse um Anjo, se viesse dizer o contrário do que eles dizem” (União com a Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência, 1896, pp. 22-23).

No seu realismo e na sua solidez pastoral, D. Scalabrini quer que nossa confiança e nossa fé, e mais ainda, o nosso amor, voltem-se não para uma Igreja quimérica, abstraída dos condicionamentos e das limitações humanas, dos homens que a compõem, nem para a Igreja arqueológica dos “primeiros tempos”, ou para a Igreja fantasmagórica, aquela que “deveria ser”; mas a Igreja histórica, atual, estruturada, feita de homens, que são sempre homens, mas sempre animados pelo Espírito de Cristo.

“Amemos a Igreja viva e presente, dos nossos tempos, que fala pela boca de seu augusto Chefe e de seus Bispos; que vive e sofre por nós; que conosco ora e espera. Amemo-la, como a coisa mais cara do mundo, depois de Jesus Cristo; amemo-la como a nossa família, como nossa Mãe belfíssima e afetuosíssima; amemo-la como quem melhor exprime e representa a infinita beleza daquele Deus, que é todo o nosso amor. Abandonemo-nos, confiantes, nos braços desta Mãe. Minha mãe disse, exclama a criança e proferida esta palavra, prossegue segura pelo seu caminho. Devemos dizer o mesmo: A Igreja disse e basta!” (A Igreja Católica, Placência, 1888, pp. 35-36).

D. Scalabrini - “*vir ecclesiasticus*”, no sentido entendido pelos Padres: homem da Igreja, - ama o passado da Igreja, medita sua história; explora e venera a tradição, não para refugiar-se nas épocas já ultrapassadas, nem para condenar a Igreja de seu tempo. Ama voltar com o pensamento à Igreja, recém-nascida, no Pentecostes, quando ecoava a pregação dos Apóstolos (pensamento de Sto. Irineu, citado por D. Scalabrini); mas, depois das primeiras e duras experiências, que o libertaram de uma certa ingenuidade; desconfia da “idade de ouro”, pretexto fácil para a conde-

nação e escândalo dos pusilânimes, porque sabe que Cristo está sempre presente na Igreja, até o fim dos séculos.

“Ai da igreja Romana, se tivesse sido atingida pela imobilidade, como a Igreja cismática!” (Intransigentes e transigentes, Bolonha 1885, p. 16). Porém, deplora o “axioma” dos conservadores: “Lutar contra as inovações, fechar-se na imobilidade, na abstração, na pirâmide da antiguidade, atacando aqueles que não sabem curvar-se e representar o sistema de mumificação, ou da idade da pedra” (Idem, pp. 21-22).

A tais atuações estéreis, ele opõe a “união íntima, perfeita” com a Igreja, que se realiza na “tríplice unidade da fé, da comunhão e submissão”; os três elementos que constituem o “princípio hierárquico” e ao mesmo tempo, torna-nos membros efetivos do Corpo de Cristo.

“Somos um só corpo em Jesus Cristo; e como no corpo humano, todos os membros não têm a mesma operação, assim, nem todos os membros da Igreja exercitam o mesmo ofício (...). Assim, surge uma cadeia, que partindo do Papa, chega ordenada e hierarquicamente até o último campesino, o qual, enquanto conduz penosamente o arado em seu campo, se possui o Espírito de Cristo, sente-se unido, do mesmo modo que nos sentimos unidos pela fé, caridade e obediência, com o Papa e com a Igreja” (A Igreja Católica, Placência, 1888, pp. 36-37).

D. Scalabrini não rejeita certamente, a definição da Igreja como sociedade perfeita, da qual “o primeira e essencial condição (...) é a unidade”; mas ele só concebe a unidade, na presença simultânea de três elementos da comunhão; comunhão de fé, de caridade e de obediência, que realizam a comunhão com Deus. Não se pode compreender a espiritualidade de D. Scalabrini, se se prescinde do fato de que ele considera a ordem hierárquica não como uma pura hierarquia jurídica, de autoridade, mas como um fato de vida de fé e de graça.

“Assim, forma-se de todos os crentes, uma única família, um só corpo, compacto e unido, organizado esplendidamente por mútua conexão e graus de hierarquia, da qual, Jesus Cristo é o divino Autor e a Cabeça invisível. E de Jesus Cristo, como da Cabeça aos membros do corpo, deriva, na pessoa moral da Igreja, a força, a beleza, o movimento, a vida: vida de graça sobre a terra, vida .de glória, no céu: *Crescamus in illo per omnia, qui est Caput, Christus*” (União da Igreja, obediência aos legítimos Pastores, Placência, 1896, pp. 8-9).

O protótipo da Igreja é o mesmo Cristo, na sua missão hipostática. Como no Verbo Encarnado unem-se inseparavelmente a divindade e a

humanidade, assim a Igreja é, ao mesmo tempo, sociedade visível e sociedade espiritual, como Jesus salva através das “formas corpóreas e visíveis da Encarnação”, assim a Igreja continua a obra salvífica, mediante o culto, o magistério e a autoridade.

Na Igreja existe uma “alma”, “que vivifica, anima e rege todos os membros místicos e coloca-os em comunicação com seu divino Chefe e entre si”. Compreende “a fé, a caridade, a esperança, os dons da graça, os carismas, os frutos do Divino Espírito e todos os celestes tesouros, que seus servos recebem pelos méritos de Cristo Redentor” (idem, pp. 9-10). Mas a alma não pode ficar sem o “corpo”, o que ela possui de visível e externo, seja na associação dos congregados, seja no culto, ou no ministério do ensino, seja em seu regime, ou ordem externa. “Opera-se a unidade entre as duas partes, por Cristo, mediante a caridade” (cf. idem, p. 10).

A caridade faz com que sejamos unidos à Igreja mediante a graça, que nos une propriamente à “alma”, e mediante o sacerdócio hierárquico, que nos une propriamente ao “corpo”. Os dois vínculos não se podem separar; sem a união com a hierarquia, não existe união com o Cristo, pela graça. “Quem não obedece ao Papa, ao sacerdote católico, poderá ser o que quiser, mas não cristão, não católico, seguramente. É um soberbo, um hipócrita e nada mais. Está fora da Igreja” (idem, p. 18).

Por conseguinte, a obediência é a prova da espiritualidade eclesial. A obediência não é somente a garantia da ordem social, mas um sinal de fé. É característica da espiritualidade de D. Scalabrini, vislumbrar a realidade invisível na realidade visível, isto é, na comunidade histórica da Igreja contemporânea, não obstante, a condenação, sem meios termos, da opacidade e dos embaraços interpostos pelos componentes humanos; não se escandaliza da lei da Encarnação, pela qual Deus quer salvar, através da mediação dos homens e dos acontecimentos, mesmo ofuscados pelo pecado; e continua a crer na Igreja, convencido de que acima das mediações humanas, Cristo permanece o único e verdadeiro Mediador, que continua a infundir nela o Espírito de verdade, de caridade e de unidade.

A obediência ao Papa foi uma constante de sua vida e constitui um dos elementos da heroicidade de suas virtudes. Quando ainda simples sacerdote, em seu primeiro livro, declara:

“Muitos de seus irmãos poderiam superá-lo na nobreza de estilo, na dignidade das maneiras, no raciocínio franco e seguro, mas nenhum poderia vencê-lo na submissão mais simples e ilimitada, ao Sucessor de Pedro, Vigário de Cristo, Pai e Doutor de todos os cristãos, Mestre infalível da verdade” <Concílio Vaticano, Como, 1873, p. 26).

A “devoção” ao Papa transparece em todos os seus escritos e do relacionamento, também se não idílicos, que teve especialmente com Leão X III. De sua concepção de Igreja, muito mais que uma obediência social e disciplinar, emerge uma obediência feita da fé e de amor cujo objeto último é Cristo, representado pelo Papa e presente na Igreja, como o “verdadeiro Monarca que visivelmente rege e governa”, “centro exclusivo da dúplice unidade de sua Esposa: a unidade do espírito e unidade do corpo. Centro da primeira propriedade essencial de sua vida interior e divina, que une seus filhos, com a mesma fé e caridade, num único Senhor; centro da segunda, que pertence à vida exterior, que os recolhe, com o batismo, em um mesmo culto substancial e visível “. Cristo designou “aquele único, que infalivelmente enriquecido com seu poder soberano, fizesse visivelmente as suas vezes. no meio dos homens; reunisse os filhos de Deus, dispersos, os ensinasse em seu nome e os santificasse com os dons de sua graça” (Idem, pp. 162-163).

Cristo conferiu a Pedro a infalibilidade e o Primado da autoridade e da jurisdição, para que na história continuasse sua missão de rei, profeta e sacerdote, uma missão de amor. “Pedro foi constituído pelo Salvador vigário de seu amor para conosco” (idem, p. 173). D. Scalabrini acentua sempre a ordem da fé e da graça, na qual, na lógica da Encarnação, “a Igreja traduz em si, a mais perfeita imagem de seu Fundador”:

“Do mesmo modo que seu Esposo celeste, na unidade de sua Pessoa, reunindo a natureza divina e humana, vive a vida de ambas e de ambas serve-se para a redenção do homem, assim a Igreja, enquanto vive de uma vida divina, porque unida e invisivelmente presidida por Cristo, também vive uma vida exterior, enquanto visivelmente governada pelo seu Vigário, que fixa e centraliza em si mesmo, todas as forças, toda a potência, todas as Igrejas da grande família católica, por seu intermédio, alegrada por uma misteriosa unidade de graça” (Idem, pp. 176-177).

São frequentes e notáveis os protestos de obediência, fidelidade, devoção e amor ao Papa:

“Obedecer-Vos e amar-Vos até a morte, será nossa ambição, o mais doce conforto de nossa vida” (Ao Venerável Clero e diletíssimo povo da Cidade e da Diocese, Placência, 1878, p. 5). “Pai Santo, falai e será nossa glória, obedecer-vos; guiai-nos e docilmente vos seguiremos; ensinaí-nos e vossos ensinamentos serão a norma constante, invariável de nossa conduta, conscientes de que só vós tendes palavras de vida eterna; porque está contra Jesus, quem não está convosco e que, de nossa união convosco depende nossa salvação eterna” (Notificação da eleição de Pio X, Placência, 1903, p. 6).

“Será nossa honra em tudo e sempre, pensar com Ele, julgar com Ele, sentir com Ele, sofrer com Ele, combater com Ele e por Ele; considerar-nos-emos felizes de poder dar o sangue e a vida pela sua causa, que é a causa de Deus” (Atos e Documentos do 1.º Congresso Catequético, Placência, 1890, p. 283).

Houve quem duvidasse da coerência entre estes protestos e a real obediência e devoção, devido a algumas expressões referentes -à Santa Sé e ao próprio Romano Pontífice, e também a algumas atitudes e comportamento que não davam a impressão de perfeita consonância de juízo e de sentimento, particularmente com Leão XIII.

Convém recordar as situações, das quais surgiram tais suspeitas. Quando D. Scalabrini, chegou a Placência, os padres de sua Diocese estavam dividi dos em duas correntes: intransigentes e transigentes. “O Bispo, de vistas largas e de longo alcance, conservando-se equânime e respeitador das diretrizes de Roma, inclinava-se para a parte mais benigna: entretanto, não faltaram os malignos e também alguns de boa-fé, que interpretavam sinistramente as disposições do servo de Deus, declararam-se contra ele. Mas erradamente. E o mesmo se dava em relação a certa imprensa” (Test. G. Cardinali, Processo Diocesano, p. 286).

“Mons. Scalabrini possuía ideias abertas e generosas: ele estava sempre absolutamente com o Papa e pelo Papa e como afirmava, teria deixado cortar a cabeça, vinte vezes por Ele, e por isso, referindo-se, às vezes, aos intransigentes, dizia que certamente não estavam com o Papa. (Test. F. Torta, *idem*, ff. 339-340).

A imprensa católica censurava o Bispo, porque julgava apoiar ele o partido político moderado, mais que o progressista. Por baixo, porém, havia um trabalho da maçonaria, que de modo particular, entre nós, tinha por escopo principal, a vantagem política e financeira; tanto é verdade, que seus expoentes principais, antes de morrer, reconciliavam-se

com a Igreja. Estas críticas eram infundadas e foram completamente desmentidas pelos fatos.” (Test. E. Martini, idem, ff. 190-191).

Em substância, D. Scalabrini é acusado de desobediência, ou ao menos, de transcurar as diretrizes pontifícias acerca da filosofia rosminiana, o liberalismo, a Obra dos Congressos, e, particularmente, o “*non expedit*”, isto é, a proibição feita aos católicos, de participarem das eleições políticas. E isto desenvolvia-se num clima de polêmica exasperada, provocado por uma conjuntura política, na qual conflitavam-se dois sentimentos igualmente legítimos e santos: o amor à religião e o amor à pátria. Igreja e estado estavam em conflito entre si, e nem todos conseguiam fazer distinção entre Igreja e política vaticana, como entre Estado e “ideologias liberais” que, reivindicavam para si a independência e a unidade da Itália. A Cúria Romana escolheu para protesto, a intransigência mais absoluta; o Parlamento e o Governo escolheram o anti-clericalismo mais feroz. Estavam em jogo a missão própria da Igreja, embaraçada, de um lado, porque parecia que o poder temporal fosse a máxima preocupação do Vaticano, acusado de ser inimigo da Pátria, e de outra parte, porque se multiplicavam os esforços para distanciar o povo da Igreja.

A motivação das atitudes de D. Scalabrini é encontrada no esforço de sanar esta situação deletéria pela ação pastoral da Igreja. Em última análise, quem obedecia realmente o Pastor Supremo e universal da Igreja era D. Scalabrini; e as circunstâncias eram tais, a tornar a obediência realmente heroica, para quem escolhera a via da verdade e ela caridade, como condição insubstituível para reconstruir a unidade. Na defesa, até o fim, da verdade e da caridade, o Bispo de Placência podia pensar e de fato pensava diversamente, do ambiente da Cúria Romana e considerava dever de consciência, alertar sobre os perigos e os danos que uma certa política eclesiástica causava à ação pastoral. Mas quando chegava uma decisão do Papa, “embora em sua mente, pensasse de modo diverso, cortava logo: é uma ordem do Papa e basta!” (Test. L. Mondini, Processo Diocesano, f. 132). Mesmo que se tratasse de simples indicação ou desejo: “Bastava que lhe conhecesse o desejo para submeter-se à vontade da Santa Sé”. (Test. F. Gregori, idem, p. 559).

Eram dois os pontos cruciais: que tipo de pastoral adotar nas mudadas condições da Igreja italiana e que rumo deviam adotar os bispos na condução das Igrejas particulares. D. Scalabrini, concretamente, pensava de modo diverso da Cúria Romana sobre a solução a ser dada à “questão

romana” e sobre a autonomia dos bispos na ação pastoral imediata, não nos confrontos ao Papa, mas a centros de poderes criados e regidos por “particulares”, sacerdotes ou bispos, isto é, de certos jornais católicos, ou da Obra dos Congressos. A Cúria Romana sustentava a ambos, porque se tinha proposto a defender os “direitos da Santa Sé” e não observava muito a sutileza se tal defesa, descuidava dos direitos e dos deveres da verdade e da caridade, acabando por comprometer a unidade.

A “questão romana” tornou-se um caso de consciencia, que confundia muitos católicos e misturou-se muito com a política, provocando uma grande confusão. Os “intransigentes” tornaram-se um “partido”, que sob pretexto de obediência absoluta ao Papa, permitia-se sindicar, suspeitar e até caluniar os bispos, semeando discórdias entre bispos e sacerdotes, entre o clero e o povo. Criou-se, desta forma, uma atmosfera de suspeita e de insinuação mais ou menos maligna, que provocava efeitos desastrosos no campo pastoral, porque produzia “gravíssima injúria ao Episcopado” e “enorme escândalo aos fiéis” (Carta a Bonomelli, 11-9-1881).

Diante de tal situação, D. Scalabrini achou ser seu dever de Bispo, isto é, de responsável por uma Igreja particular e corresponsável pela Igreja Universal, falar claramente ao Papa e pedir-lhe que se contentasse com “aquela porção de principado civil”, que também, segundo o direito internacional lhe garantisse a plena independência e o livre exercício do magistério e de Governo da Igreja Universal. Para isto, dever-se-ia chegar a uma conciliação entre a Igreja e o Estado, mas isto só se alcançaria através do Parlamento italiano. Disto é que resultou a proposta de abolir o “*non expedit*”, porque era óbvio que o Parlamento e o Governo, sua última expressão, teria feito cessar a hostilidade contra a Santa Sé, somente quando não fosse composto por uma maioria anticlerical.

O problema emerge em toda a correspondência de D. Scalabrini - Bonomelli, onde lemos expressões muito fortes, que deploram a “política” vaticana, mas infalivelmente encontramos que o único móvel dessa preocupação é a glória de Deus, o “decoro” da Igreja e o bem das almas, a palavra final é sempre ditada pela fé. Sobre os furiosos ataques dos “intransigentes”, disse: “Devemos opor-nos às suas tentativas insanas, conservando a calma, a pureza de intenção, buscando somente a glória de Deus, da Igreja, a salvação das almas” (Carta a Bonomelli, 22-9-1881). Não percamos a coragem ... calma, fortaleza e oração; com o olhar fixo

em Jesus Cristo e confiantes somente nele” (Idem, 1-2-1883). É necessário olhar para o céu, sofrer e calar” lidem, 6-5-1891). É mister procurar salvar o maior número de almas (Idem, maio, 1889).

É precisamente esta “febre tormentosa” pela salvação das almas que o leva a falar com tanta franqueza ao Papa:

“Há anos, Santo Padre, que gemo sobre estes males e os deploro amargamente, diante de Deus. Dissimulá-los mais é impossível. Não creiais, Beatíssimo Padre, que falo inconsideradamente, ou seja, movido por intenções particulares, não. Deus me é testemunha de quem sou servo e diante de quem todos compareceremos em breve que eu não conheço partido e não me incluo em nenhum deles. Somente a Ele por sua graça, estou preso e à vós, que sois seu Vigário e a sua Santa Igreja” (Carta a Leão XIII, 11-11-1881. AGS 30/9/2) .

A palavra “partido” é uma das palavras que nos permitem adentrarmos-nos na espiritualidade eclesial de D. Scalabrini. Para ele, não é possível haver “partidos” na Igreja, que tem como “norma” a unidade.

É esta uma das razões que o opõem aos «intransigentes», que na ocasião dominavam, seja a Cúria Romana, seja o seu “braço secular”, a Obra dos Congressos. Não se pretende negar sua fidelidade a Cristo e à Igreja, mas destacar somente que a concepção contrária de D. Scalabrini tem seu fundamento em uma visão mais espiritual e evangélica da Igreja, em confronto com uma concepção mais política e jurídica.

Os intransigentes colocavam a questão do poder temporal em termos, prevalentemente, de pirâmide hierárquica, fazendo da centralidade do Papa um problema, sobretudo, de autoridade; autoridade que exaltavam tanto, a ponto de ofuscar a autoridade jurisdicional e magisterial dos bispos. Para eles, a Igreja é como um Estado, e o Papa, um monarca absoluto; mas o mal é que queriam seguir os modelos do Estado e do Monarca terreno. D. Scalabrini prende-se ao “princípio hierárquico”, mas, antes de tudo, atribui grande importância aos “anéis” do episcopado e do presbiterado, e sobretudo, concebe o fato hierárquico não tanto como exigência de funcionalidade social, quanto como um nexos vital, entre Cristo e o seu povo, na ordem da graça.

Definindo a Igreja como continuação da encarnação de Cristo, “a encarnação de Jesus Cristo na terra, a continuação de sua vida mortal e sua perpétua manifestação sobre a terra”. (Homilia da Páscoa, 1879. AGS 3016/4) realça sua vida íntima com a vida de Cristo; com Cristo, a

Igreja está destinada a vencer e triunfar na eternidade, mas aqui, entretanto, deve sofrer com Cristo; e ser alvo de ira e perseguição. A Igreja participa da soberania de Cristo; antes, Cristo “reina e governa na terra pelo ministério da Igreja, sua Esposa, herdeira de sua soberania”; mas tal soberania tem unicamente um objetivo: “conduzir o homem à perfeição e torná-lo feliz, perfeição e fidelidade mesmas de Deus “ (A Igreja Católica, Placência, 1888, p. 8).

A obediência à Igreja, em substância, é uma das condições da “união íntima, fecunda e perfeita com a Igreja”, que se compõe de outros dois elementos: “a tríplice unidade de fé, de comunhão e de submissão”, pela qual devemos estar estreitamente unidos à Igreja, se quisermos viver da vida sobrenatural da graça, que dimana e se difunde nela, de sua Cabeça invisível, Jesus Cristo (Idem, p. 37). A unidade hierárquica, diz D. Scalabrini, é o “Corpo da Igreja; a união da graça é a “alma”. A união dos fiéis com a Igreja acontece mediante a graça santificante, que nos une à “alma” e mediante a união com o sacerdote hierárquico, une-nos ao “corpo”. Os dois elementos são indispensáveis e inseparáveis.

Uma nota característica da espiritualidade eclesial de D. Scalabrini é a globalidade da concepção eclesiológica, da qual deriva tal totalidade e coerência de comportamento que nos ajudam a compreender quais foram na ordem da fé e da espiritualidade sua atitude em relação ao Papa e à Cúria Romana.

Este foi um ponto muito discutido no Congresso dos Teólogos Consultores, sobre a heroicidade das virtudes de D. Scalabrini. Citamos aqui, as decisões do Relator da Causa, o pranteado Pe. Valentim Macca, OCD.:

“Após longos meses de estudo da Causa e da variada e vasta problemática a ela subjacente, especialmente das relações do Servo de Deus com os Sumos Pontífices, Leão XIII e Pio X, devo manter:

a) que a “mística da cruz” e da vontade de Deus, aliás, propostas de maneira tão clara e bastante completa, nos limites de um “voto” sobre as virtudes heroicas, pelo Consultor IX, parece-me poder coexistir com a franqueza e a insistência com as quais o nosso servo de Deus falava a Leão XIII “confidencialmente” como falava ou escrevia ao amigo Dom Bonomelli, bispo de Cremona.

Antes direi: que em um homem, no qual o empenho constante para a perfeição, admitido unanimemente pelo Congresso e tão documentado e fora de dúvida, o sofrimento profundo por uma Igreja com a face ofusca-

da pelo poder temporal, não podia deixar de ser um componente maravilhoso de um desejo de amor extraordinário pela Esposa de Cristo.

É mister lembrar da vida de comunhão constante com Deus, do culto tão acentuado, profundo e terno pela Eucaristia e por Maria, que possuem indícios de uma vivacidade teologal, verdadeiramente extraordinárias. Como é extraordinário também, o empenho de oração, que resulta dos breves escritos pessoais, chegados providencialmente até nós, expressões de uma fé, que conserva o bispo, orientado continuamente para Deus, até torná-lo de certa forma, uma “prece Viva”.

Não se deve esquecer o zelo apostólico inesgotável, que faz ver em D. Scalabrini, o autêntico “bom Pastor”, que “dá a vida pelas suas ovelhas”, que lhes vai ao encontro, com iniciativas pastorais apropriadas, modernas, que aspiram promover a vida dos fiéis, na fidelidade evangélica a Cristo e à Igreja, também em situações novas, como a imigração e o trabalho operário.

b) Em um homem assim devorado pelo amor a Deus, pelo zelo de sua glória, pela “salvação e o bem das almas”, como refere em seu estribilho de todas as ocasiões, o mesmo amor à Igreja, com características de amor humilde, sincero, generoso, tão marcante, de não escapar a quem examina atentamente a vasta documentação e disposições, é visto como causa notável do “místico” tormento e da “febre”, que o fizeram sofrer tão profundamente, por toda a vida.

Os homens da Igreja daquele tempo estavam divididos a respeito do poder temporal do Papa, cuja solução, D. Scalabrini e aliás, o mesmo Bonomelli, deixavam em última análise, aos juízos e decisões do mesmo Sumo Pontífice. Todavia, o Servo de Deus, graças a uma particular sensibilidade, não social, ou política, mas exclusivamente evangélica, evidente dom do Espírito, que anima a Esposa de Cristo, via -com clareza:

1) que o poder temporal, sonhado por boa parte da mesma hierarquia, antes, e sobretudo, em nível da Cúria Vaticana, diante de afirmadas vantagens materiais, de discutível influência validamente apostólica, na Itália e no exterior, ofuscava a face da Igreja, com evidente dano, do que D. Scalabrini julgava justamente, supremo princípio do ser e do agir da Esposa de Cristo, no mundo. Isto é: ser “relação com o mundo, numa linha prolongadora do mistério do Verbo Encarnado e em sua missão única tão repetida pelo Servo de Deus, como já dissemos: - a salvação das almas”.

2) Como consequência disto, e em correspondência à luz que o iluminava interiormente e em virtude da Ordem Episcopal; “com Pedro e sob

Pedro” sentia-se responsável por toda a Igreja (cf. Lumen Gentium, 22). A doutrina proposta pelo Vaticano II, na Constituição Dogmática sobre a Igreja, relativamente sobre os Bispos que “enquanto membros do Colégio Apostólico e legítimos sucessores dos Apóstolos, por instituição e preceito de Cristo, devem ter solicitude por toda a Igreja” (cf. LG 23), era a doutrina, que já possuía plenamente. E a oração, a meditação atenta da Palavra de Deus e da passagem de Deus pela história, impeliavam-no a intervenções de caridade para com o Papa, que procurava ajudar com uma compreensão crítica mais segura dos homens e dos tempos, em vista de um serviço mais evangélico, coerente com o pedido de Deus, acerca do mundo a salvar.

3) Nessa perspectiva, devem ser lidas as cartas que o Servo de Deus escreveu a Leão XIII e à Cúria Romana. Esse documento custava-lhe fadigas e constituía um martírio para seu espírito, tão terno e filial, a respeito do Papa. Todavia, como resulta do texto das cartas e da reveladora correspondência com Dom Bonomelli, depois de ter orado, refletido e pedido conselhos, unicamente com intentos sobrenaturais, escrevia, embora soubesse, que, também humanamente, teria tido sofrimentos e martírios.

Sempre foi inimigo das carreiras humanas. Prova-o sua oposição decisiva ao Cardinalato. Idade, saúde, costumes, dificuldades que enfrentaria com a mudança de hábitos de vida, foram apresentados com admirável simplicidade e força por D. Scalabrini, com a intenção de não deixar a Sede Episcopal de Placência, a qual se unira com amor excepcional, fortalecido pelas grandes provas dos casos de Miraglia e Rocca, assim como pela intromissão deplorável e pela luta sem tréguas de Pe. Davi Albertário, sobre o Observador Católico de Milão, causa de martírio para todos os bispos e sacerdotes. Neste sentido é compreensível, sobretudo em sua dimensão episcopal sobrenatural, a diversa gama de intervenções do Servo de Deus, junto a Leão XIII, aliás, tão estimado e amado por D. Scalabrini (*Relatio et vota Congressus peculiaris super virtutibus*, Roma, 1896, pp. 136-138).

Aqui o Relator responde a quem objetava que um homem verdadeiramente virtuoso teria imitado a Jesus Cristo (*Jesus autem tacebat*), recordando a “dureza” do mesmo Salvador para com os escribas e fariseus, e finalmente com Pedro, (motivo de escândalo, satanás) mas especialmente a resistência de S. Paulo a S. Pedro, nos confrontos “face a face”, em Antioquia. Compara, depois, D. Scalabrini com Sta. Brígida de Ivezia e Sta. Catarina de Sena”, que falavam ao Papa de maneira incandescente, diante da “reforma” e “renovação” da Igreja.

“Creio que nosso Servo de Deus esteja nesta linha ‘mística’. Com seu caráter, com sua cultura, com seu conhecimento tão vivo de seu tempo, com o tormento ‘enraivecido’ de suas expressões, está na mesma posição de Erigida e sobretudo, de Catarina. O realismo sofrido, de suas palavras a Leão XIII e a correspondência particular com Mons. Bonomelli, a propósito de Leão XIII e sobre a ação política ‘temporal’ da Cúria de seu período, são vistos sob a mesma perspectiva ‘mística’ de amor apaixonado pela Igreja, que impregnou seus escritos, como frequentemente foi sublinhado pelos Teólogos Censores. Isto resulta, não só de sua ‘profissão de amor’ à Igreja e ao Papa, mas sobretudo de sua operosidade incansável e heroica, a fim de que, a Esposa de Cristo refletisse mais o rosto de Cristo” (Idem, 139).

A sinceridade do amor à Igreja e ao Papa, a retidão das intenções, o senso de responsabilidade e corresponsabilidade episcopal, a totalidade da obediência e por isso, a coerência entre palavras e fatos são provados pela renúncia à defesa pública, em favor à vontade e também ao simples desejo do Papa, mesmo quando era arriscada a sua honorabilidade de Bispo.

Uma vez pediu a Leão XIII para defender-se publicamente dos ataques públicos do “Observador Católico”, e pediu candidamente à Suma Benignidade do Sto. Padre, ao menos uma palavra de conforto. “Ele não julgou por bem conceder-me; adoro submisso os juízos de Deus e irei avante *“per infamiam et bonam famam”*; procurando a salvação de minha alma e do rebanho que me foi confiado” (Carta a Leão XIII , 19-11-1881. AGS. 3042/2).

Outra vez preparou uma circular para desmentir as calúnias públicas do mesmo jornal, após a publicação, realizada, ou ao menos, com a plena aprovação de Leão XIII, do opúsculo: “Intransigentes e transigentes”.

“Tinha vontade de defender-me e escrevi uma breve carta pastoral, que incluo aqui. Enviei-a ao Santo Padre, o qual, pelas anotações em vermelho, demonstra que o deu a algum outro para ser examinada e depois devolveu-me, pedindo-me para não publicá-la. Impôs-me realmente um sacrifício heroico, que aceitei unicamente, confesso-o, por amor a Deus” (Carta a P. M. Schiaffino, 29-11-1886. AGS 3020/4).

Uma terceira vez, acusado publicamente de haver violado o *“non expedit”*, pediu para defender-se.

“Havia preparado uma carta pastoral na qual falava sobre as eleições políticas e tornava públicas as respostas recebidas de Roma e abordava

audazmente as questões ardentes, que são o tormento de tantas consciências; mas o Santo Padre, a quem a enviei, pediu-me para não publicá-la, porque poderia dar lugar a algum equívoco; obedeci ... ” (Carta a Bonomelli, início de 1887).

Justamente, o Cardeal Bevilaqua observou:

Nos momentos duros, ele padeceu pela Igreja, por uma tal Igreja! Justamente porque se voltara a essa essencialidade da Igreja, ele aprendeu bem a falar e também a calar. E seus silêncios foram mais expressivos, mais repletos de ensinamentos, que as próprias palavras. Depois de haver falado como filho da Igreja, submetia-se em silêncio, à obediência, na qual era verdadeiramente campeão (De uma conferência realizada em Placência, 1955).

Certas tomadas de posição, em confronto com a Santa Sé, impressionam-nos pela sua força e coragem, mas são o índice de uma robusta espiritualidade e de um verdadeiro amor à Igreja, porque, o que preocupava era, “não a causa pessoal, mas a do Episcopado aterrorizado, da Igreja desfalcada, da Religião traída”.

Que fazer? Devemos deixar-nos demolir?’ Por nossa pessoa, pouco importaria; ao menos pela minha, realmente insignificante; mas as almas? E a Igreja? E os interesses de Jesus Cristo? (Carta a Bonomelli, 2-3-1883).

2) Experimentar na Igreja, a comunhão fraterna

A consideração da divindade e da vida íntima da Igreja, vida da graça em Cristo, domina e determina o comportamento e as escolhas de D. Scalabrini.

A acentuação, realmente muito forte, da autoridade hierárquica e a tenácia em sustentar e defender a autoridade do bispo são guiadas e animadas pela vontade de salvaguardar e respeitar os canais ordinários da graça, como Jesus Cristo os constituiu.

O mesmo deve-se dizer da ânsia pela unidade, enquanto condição e efeito da caridade e por isso, da comunhão com Deus e da verdadeira comunhão com os irmãos. Pertencer à Igreja não é senão a resposta que damos, com a caridade, ao chamado “gracioso” e gratuito de Deus. A substância da Igreja, diz Santo Agostinho, é a caridade, a participação da

mesma caridade de Deus; ou seja, da caridade trinitária. A comunhão na caridade, que se vive na Igreja, pela virtude do Espírito Santo, é o reflexo e a comunicação da caridade, com a qual amam-se entre si as Pessoas da Trindade.

O sofrimento de D. Scalabrini, pela dilaceração da caridade eclesial, é sofrimento por um pecado, pela violação - da lei de Deus, que é a única lei da Igreja: a caridade, o “amor”. Como o discípulo dileto, nos últimos anos de sua vida, não repetia nas reuniões cristãs, outra palavra, que esta: “Filhinhos, amai-vos uns aos outros”, assim a Igreja diz e repete a seus filhos, a grande lei do amor. (A Igreja Católica, Placência, 1888, p. 30). “Ela ama, eis toda a sua vida!” (Católicos de nome e católicos de fato, Placência 1887, p. 24).

A luta extrema contra aqueles que subvertem o princípio hierárquico, explica-se com a visão própria e estritamente espiritual, que D. Scalabrini tinha da unidade hierárquica, que para ele é substancialmente a “unidade de caridade e de comunhão”.

“A inteira submissão ao mesmo Chefe, representante de Deus, ou seja, a unidade de comunhão, era o supremo pensamento do Divino Salvador, enquanto orava fervorosamente ao Pai pelos seus seguidores, presentes e futuros”, “a fim de que todos sejam um, como tu estás em mim, ó Pai, e eu em ti, que sejam eles uma só coisa conosco”. Era esta união que o Apóstolo inculcava com as palavras: “Sejam solícitos em conservar a unidade no espírito, mediante o vínculo da Paz” (Concílio Vaticano II, Como, 1873, pp. 119-120).

Neste ponto, é necessário sublinhar uma característica da espiritualidade escalabriniana: o amor, ou melhor, o culto da verdade: “*Pacientes veritatem in charitate*”.

“O padre é o homem de Deus, na comunicação da verdade. Ele a dá a todos, grandes e pequenos, como Deus dá a luz do sol ao cedro e ao fio de erva” W Padre Católico, Placência, 1892, p. 20).

“A religião é a verdade; todo homem que possui a verdade deve propagá-la a quem não a conhece e defendê-la com todas as forças, quando é atacada.

Neste sentido, todo homem é apóstolo da verdade, como todo homem pode ser seu mártir” (Discurso por ocasião da inauguração dos Comitês Diocesanos e Paroquiais, 18-4-1881. AGS 30/8/18).

Ó diletíssimos, será que o martírio não é para nós? O Espírito Santo diz a cada um nas Escrituras: agoniza em tua alma e combate pela justiça até a morte. Esta justiça é a verdade de Cristo. Por esta verdade deve-se combater até a agonia e a morte. (No solene reconhecimento das relíquias de Sto. Antonino e de S. Victor, Placência, 1880, p. 29).

Este é o mandamento que Jesus recebeu do Pai e deixou a seus amigos, em herança: o culto da verdade, até o sangue. O combate mais forte neste mundo é o de dizer a verdade de Cristo, aos inimigos como aos amigos; dizê-la na prosperidade e na dor, na sombra e à luz, nos cárceres e nas cortes, à plebe e aos poderosos, sem rodeios, sem receio, sem temor no coração, mas antes, com um sublime desprezo dos perigos, que é privilégio das grandes almas” (Homilia de Pentecostes, 1889. AGS 30/6/6).

O Decreto sobre a heroicidade das virtudes afirma:

“Defensor e propagador da fé, protegeu-a, não só contra os erros do tempo, mas também contra palavreados inúteis, que ofendiam a caridade e a verdade. Pela verdade, realmente, combateu e sofreu tanto, que se pode dizer dele, que soube traduzir o ‘*Studium veritatis*’ em intrépido ‘*Servitium veritatis*’, aceitando com coerência, fortaleza e paciência, o ‘*martyrium veritatis*’, e dando prova de uma extraordinária lealdade eclesial e participação à solicitude por toda a Igreja. Suportou com humilde silêncio as contradições e sofrimentos pessoais, alheio a qualquer interesse egoísta, mas considerou um delito o silêncio toda vez que se tratava de Jesus Cristo, da Igreja, do Papa e quando estava em perigo o ‘*bonum animarum, suprema lex*’, que regulou toda a sua escolha, frequentemente contra a correnteza inovadora”.

S. Pio X reconheceu-lhe publicamente esta virtude, definindo-o “o Bispo douto, doce e forte, que também em duras vicissitudes, sempre defendeu, amou e fez amar a verdade e jamais abandonou-a por ameaças e lisonjas” (Autógrafo 18-10-1913).

Uma virtude que este bispo de província acreditou dever exercitar também diante dos superiores, da Secretaria de Estado, do próprio Sumo Pontífice, ao qual, como costumava dizer, nunca deixou de apontar: *verba veritatis in camera charitatis*.

“Possuindo um talento de coração tão poderoso, modelado no de Jesus Cristo, de quem sois Vigário, não podeis deixar de amar a verdade, não podeis deixar de aspirar que vô-la façam conhecer, como a desejavam os santos” (Carta a Leão XIII, 26-9-1881. AGS 3042/2).

“Um vosso grande antecessor Santo Padre, costumava, vós o sabeis, dirigir-se a Deus, cada dia suplicando-lhe que inspirasse algum bispo a dizer-lhe abertamente a verdade, e este é, certamente o desejo de vosso nobilíssimo coração, por isso não duvido, que me perdoareis se desejo revelar-vos a verdade, toda inteira, embora amarga” (Carta a Leão XIII, 19-11-1881. AGS 3042/2).

E ao Secretário de Estado:

“Ai! exclamaria um doutor da Igreja, ai! da religião, quando os bispos são obrigados a calar!” (Carta a L. Jacobini, 8-4-1883).

“Não são eles colocados pelo Espírito Santo para regerem a Igreja de Deus? Não têm, portanto, mais que o direito, o dever de iluminar, se necessário, também os superiores? Tenho grande estima pelo Santo Padre e por aqueles que o auxiliam no governo do mundo, para crer que possa desagradar-lhes se um bispo franca e lealmente, sem fins secundários, diga-lhes a verdade, com o intuito nobilíssimo de evitar resoluções, que possam trazer conseqüências fatais e desastrosas. Onde afluem os negócios do mundo, o exame dos fatos particulares é muito difícil, e Deus providenciou, para o bem de sua Igreja, a instituição divina do Episcopado” (Carta a D. Rampolla, 17-7-1893 - Arquivo secreto do Vaticano, Rub. 3.1893).

“É um dever do nosso ministério fazer conhecer ao Papa o verdadeiro estado de coisas, com o objetivo de se salvar o que se pode”. (Carta a Bonomelli, agosto, 1882). Não admitia uma falsa e intempestiva prudência: a prudência da carne. “Cautela, quando se trata da verdade? Parecer-me-ia uma traição ao Verbo de Deus”. (Cit. L. Cornaggia Médici, Perfil de D. Scalabrini, Roma, 1930, p. 4).

Para ser fiel à verdade, teve que enfrentar incompreensões, também por parte do Papa, e contra hostilidades abertas ou ocultas. Sofreu, especialmente quando era atingido por interpretações distorcidas, malignas e caluniosas, e não raramente, reagiu com uma energia que atingia particularmente quem conhecia o ambiente adulator da época e o silêncio tímido de quase todo o episcopado: “Em meio à opressão geral dos colegas” (Carta a Bonomelli, 25-5-1883) foi quase o único que teve a coragem de denunciar as injustiças, as discriminações, a política muito terrena, o terrorismo psicológico, que maculavam as intervenções “intransigentes”, em defesa dos direitos do Papa e da Igreja:

“Não devemos confundir a vileza de ânimo com a prudência: Há tempo de calar, e calei por bem seis anos; mas há também um tempo de

falar, e falei quando julguei ser meu dever ... O acabrunhante silêncio do Episcopado inteiro, aterrorizado ou mortificado, diante das contínuas ataques da imprensa, que demonstrava profunda veneração pelo mesmo e sobretudo pela Santa Sé, era considerado já pelas almas mais sérias e bem pensantes, como um sinal de extrema fraqueza e de conivência com as desordens que se sucediam” (Carta a G. Boccali, 29-11-1881. Cf. Correspondência ScalabriniBonomelli, p. 4).

Todavia, o culto da verdade esteve sempre unido ao da caridade e D. Scalabrini, por isso, reprovava os “intransigentes” aquele descurar as virtudes mais amáveis do Cristianismo e quase escarnecer de quem as apregoa e demonstra considerá-las preciosíssimas e mui caras, acima de todas. Tudo isto está em aberta oposição ao espírito que deve animar o católico sincero, e quem não o compreende e não o sente, perdeu o sentido de Cristo” (Católicos de nome e católicos de fato, Placência 1887, p.p. 19-20).

Os ataques dos fogosos jornalistas intransigentes voltaram-se para os católicos que eles definiam como “liberais” e em particular, os “rosminianos”, porque, segundo os “intransigentes” o rosminianismo era o substrato do liberalismo. A mesma acusação foi dirigida a D. Scalabrini, pela remoção do cón. Rocca da direção da Seminário de Placência.

“Querem fazer de um ato simplicíssimo é privado uma questão rosminiana, eis o segredo de todo o barulho que quiseram levantar. O que de mais falso? Não sigo, digo sinceramente, o sistema do Filósofo Roveritano; se fosse verdade, diria altamente o contrário. Confesso, porém, que estimo, venero e amo na caridade de Jesus Cristo, todos os homens de boa vontade, que trabalham com pureza de intenção, pela santa causa de Deus e da Igreja, quaisquer que sejam as opiniões por eles professadas e deixadas pela Igreja, ainda livres para a discussão. Por que se quer tornar tirano o jugo de Jesus Cristo, chamado suave? Por que não deixar às opiniões aquela honesta liberdade que lhes outorga a Igreja, que foi sempre uma guardiã zelosa?” (Carta a G. Boccali, 29-11-1881, cit.).

Nesta carta ao secretário particular de Leão XIII, recordava haver prescrito aos seminaristas, desde o primeiro ano de seu episcopado, portanto, três anos antes da Encíclica *Aeterni Patris*, o estudo da filosofia tomista, mas aquele mesmo decreto se concluía com um veemente apelo à unidade fundada sobre a caridade e a fidelidade ao Magistério da Igreja, admoestando, como S. Paulo: “Se, pois, alguém tem o gosto pela contes- tação, nós, nem a Igreja de Deus, temos este hábito’ (1Cor 11,16). Teve

de lutar, durante muitos anos, para poder recompor a unidade do clero placentino, dividido entre tomistas e rosminianos, duas correntes que mais que filosóficas eram ideológicas e formavam quase dois partidos políticos. A desordem e a confusão já haviam contagiado grande parte do Clero da Alta Itália: “Os partidos que tomavam ora um pretexto, ora outro, para, pouco a pouco, subjugar o Episcopado e tomar, a seu bel prazer, a orientação da opinião pública, tornam-se cada dia mais audazes, até reduzir os bispos à impotência, no exercício de seu ministério” (Carta a Leão XIII, 26-9-1881, AGS 3042/2).

Para D. Scalabrini, este era um liberalismo de novo gênero, “sistema anárquico, que ter mina por desunir nossas forças e semear a discórdia entre os filhos do mesmo pai, entre os membros da mesma família; sistema bárbaro, que não evita de contristar frequentemente os espíritos imortais, e que mata, no coração de muitos, todo o germe de caridade” (Católicos de nome e católicos de fato, Placência 1887, p. 9).

O verdadeiro amor a Cristo, à Igreja e ao Papa só podia “desterrar o espírito de particularidade e de contestação às tendências exclusivas e egoístas”.

“Seja a caridade nosso distintivo, a arma de nosso combate. Nem o fogo, nem o vigor, nem o afeto que provém de uma alma enamorada de Cristo, da Igreja e de seu Chefe, nada têm a ver com os exageros, o estilo empolado e a injúria... Não digais, como aqueles a quem o Apóstolo reprovava: ‘Eu sou de Paulo, eu de Apolo e eu de Cefas, todos somos de Cristo’ ” (Sobre o opúsculo, A Carta ao Exmo. Cardeal Pita..., Placência, 1885, p. 18).

“A verdadeira Igreja de Jesus Cristo, que pela Palavra de Deus, é definida como a vinha, o campo, a nave, o redil, a casa, o exército, a cidade, o reino de Deus e o corpo de Cristo: deve levar na frente, resplandecente de luz vivíssima, a nota da unidade” (0 Concílio Vaticano, Como, 1873, p. 119).

Um homem como Scalabrini, que amava a verdade e considerava a caridade cara sobre todas as coisas, não podia deixar de ter esta apaixonada aspiração pela unidade. Sabia que é difícil, porque somos humanos. Aprendeu-o às suas próprias custas; quando jovem, via as coisas da Igreja, todas corderosas,

todas belas, santas, perfeitas Depois, percebeu que a realidade era diferente, mas não renunciou à conquista do ideal, lutando e sofrendo, para que se tornasse realidade.

“A experiência do mundo, caro irmão, fez-me desenganar de muitas e muitas coisas, e lamento aqueles dias em que minh’alma, toda ardor, via a Igreja toda perfeita e cor-de-rosa tudo o que lhe pertencia. Vieram, porém, as mudanças e essas têm o seu ‘porquê’. Desapegam-me cada vez mais das coisas deste mundo e fazem-me inclinar para aquele programa que lhe propus um dia” (Carta a Bonomelli, 23-5-1883).

O ideal que tinha da Igreja, na sua região mais elevada, era belo, sublime, quase celeste. Representava-o todo amor da verdade, da justiça, tudo zelo, tudo santidade; nem mesmo sonhava uma fraqueza. Que desengano cruel, ver desvanecer-se esse ideal, na maior parte! Agora entendendo, o que deveriam sofrer S. Pedro Damiano, S. Bernardo, S. Carlos etc., naqueles tempos, bem mais difíceis que os nossos (Idem, 25-5-1883).

A reação à desilusão, todavia, não foi o pessimismo, a anulação, a contestação amarga, a revolta, nem mesmo desencorajamento; o abono da luta, a retirada.

“A Igreja parece convertida numa verdadeira Babel. É necessário mesmo olhar para o céu, sofrer e calar. *SI TU SCIS TACERE ET PATI, STATIM ET PROCUL DUBIA VIDEBIS SUPER TE AUXILIUM DOMINI*. É uma grande máxima, repleta de sabedoria prática” (Idem, 6-5-1891).

Sofrer, calar, adorar: é o compêndio da espiritualidade de Rosmini, como de Rosmini é outra máxima cara a D. Scalabrini, que a recorda num dos momentos mais cruciais, quando, após haver escrito o opúsculo: “Intransigentes e transigentes”, de pleno acordo com Leão XIII, foi pelo Papa abandonado à ira dos adversários. (“Faz-se com o coração aberto e só pelo amor ao bem, aquilo que se permite, ou aconselha a fazer, e depois, não só se abandonam as primeiras sentinelas avançadas, mas unem-se ao inimigo para espancá-las e esmagá-las, se fosse possível, e boa noite!”) (Carta a P. M. Schiaffino, 21-1-1887).

“Creio que a seguinte máxima contém uma grande sabedoria: Permanecer em perfeita tranquilidade, a respeito de tudo que acontece por divina disposição, não somente ao que se refere a si, mas também em relação à Igreja, operando em prol dela, atendendo ao divino chamado” (Carta a Bonomelli, janeiro, 1886).

Apesar do sofrimento, a reação era positiva: operar, continuar, não obstante a tudo, trabalhar pela Igreja, segundo a própria vocação, fazendo sua parte e deixando o êxito nas mãos de Deus. Mas, quanto lhe

custava esta conformidade com a vontade divina, que aparentemente parecia a de um resignado e de um derrotado, que abandona as armas?!

Custou-lhe o despojamento de si mesmo, a conformidade com a Kenosis de Cristo, o preço que se deve pagar pela ânsia pura e desinteressada da purificação e da santificação, que passa através da cruz e ressurreição. Esquecendo-se de si mesmo, encontrou a força de lutar até o fim, frequentemente contra a corrente, na clareza e na pureza, com a coragem da fortaleza cristã. Chegou ao ponto de levar, não só a cruz imposta pelos inimigos da Igreja e dos adversários ideológicos, mas aquela que nasce da própria tensão da fase terrena da peregrinação, do gemido da gestação. Operar pela Igreja, sentir-se sempre Igreja, vencendo toda tentação de desânimo e de renúncia, ou de abdicação à própria responsabilidade, é a verdadeira e profunda espiritualidade, e torna-se para o bispo Scalabrini o lugar onde está em jogo a própria perfeição cristã.

Ele sentia vivamente a experiência da salvação, da pertença a um povo redimido, de “santos” e no mais profundo do coração, tal certeza proporcionava-lhe uma paz imperturbável, aquela da fé viva e vivida. Mas, ao mesmo tempo, sofria na carne – até adoecer – e no espírito, a experiência do caminho da conversão e da santificação, que empreendera, não tanto por própria conta, quanto com toda a Igreja, para alcançar, ou ao menos, aproximar-se do ideal. Aceitava conscientemente, viver na pele a tensão entre a Igreja e o Reino, entre santidade e purificação, entre unidade e divisão.

“Se depois deste gigantesco esforço de fazer reencontrar as questões religiosas, políticas, filosóficas, já que quero ocupar-me de todas, com o Santo Padre, em seus justos limites, não chegar a nada, o que é provável, então, chorando os males da Igreja, entregar-me-ei inteiramente ao exercício da oração e do sacro ministério, fazendo de mim, o que achar oportuno, para o bem das almas, e não buscando outra coisa senão preparar-me para a morte, combatendo fortemente, os reconhecidos inimigos da paz, da caridade e da religião” (Carta a Bonomelli, 19-9-1882).

Quando escrevia estas linhas, tinha 43 anos e o mesmo pensamento estará presente em 1897, com 58 anos, em uma análise que é também sua autocrítica e ao mesmo tempo, uma previsão da época moderna.

“O período que atravessamos é mais triste do que parece. No meio do Clero, fermenta algo de maligno, ainda não bem determinado e por enquanto, só os mais audazes vão se manifestando, com explosões de deli-

tos inauditos, (acena, sobretudo, ao Miraglia e a alguns outros sacerdotes, que o seguiram no cisma). Talvez também nós, Bispos, restringimos muito a liberdade individual e assim, a disciplina, pormenorizada, perdeu aquele 'quê' de grandeza austera, que possuía antigamente e também aquele prestígio, que exercia sobre as almas: talvez se quisesse todos ótimos, e o ótimo é o inimigo do bem: todos perfeitos e nem todos têm os dons para sê-lo.

A Filosofia, a ação católica e social, que têm tanto trabalho, serviram a alguns, de capa, a outros, de defesa, a muitos, de exaltação etc. São quesitos graves, a respeito dos quais poder-se-ia escrever um livro e nos quais penso constantemente, no governo da Diocese. Porém, aqueles que deveriam providenciar, não aprenderam nada, esqueceram nada, nada perdoaram. Deus nos proteja. É tempo de orar e estar preparado para tudo. Quanto a mim, resolvi a não pensar senão na minha Diocese, nas missões e nos amigos, que diminuem cada dia e não me preocupo em fazer novos. Se pudesse santificar-me! Fazer-me santo! hoc est omnis homo. Feliz de ti, que sempre o foste; tento tornar-me, mas temo não conseguir, nem mesmo com a via mais comum" (Idem, 24-1-1897).

Não era pessimismo, antes realismo, e ao mesmo tempo, confirmação do empenho em responder ao chamado de Deus, com empenho total de si mesmo: O "*laudatur temporis acti*" se verifica sempre no homem, com todas as suas conseqüências. Mas o mundo sempre foi assim e também a vida do bispo. Portanto, tenhamos a mente serena e tranquilo o coração. Um pouco de ascética fina é a panaceia dos humores negros. (Idem).

3) *Experimentar a Igreja como a própria família*

Contra a tentação do pessimismo e da desconfiança, defendeu-se sempre com o sentido de comunidade e de pertença à Igreja.

"Esteja sempre, filhos queridos, gravada em vossa mente, a grande sentença do mártir S. Cipriano: 'Não pode ter a Deus por Pai, quem não tem a Igreja por Mãe'.

A Igreja é verdadeiramente nossa Mãe. Não é uma frase oratória; é uma doutrina estritamente dogmática.

Como na ordem natural, entre Deus e nós, estão os genitores, está a série de nossos pais, por onde remontamos ao primeiro homem: Adão, assim,

entre nós e Jesus Cristo, na ordem sobrenatural da fé e da graça, está uma mãe, que é virgem e é a Igreja. Ela, pela série ininterrupta da geração espiritual, remonta aos Apóstolos e a Jesus Cristo. Como a onda da vida natural se expande de Deus, a toda a criação, por obra necessária dos genitores, segundo a carne, assim, a onda da vida sobrenatural e divina expande-se de Cristo a todos os cristãos, pela obra igualmente necessária da Igreja, que é sua Esposa, portanto nossa Mãe, destinada a nutrir-nos com o leite de sua doutrina e nutrir-nos na vida espiritual da graça, e enriquecer-nos com todos os tesouros do Céu e conduzir-nos à idade perfeita de Cristo” (idem, pp. 25-27).

“A Igreja, disse o Apóstolo, é o Corpo de Jesus Cristo. Ora, os membros de um corpo são unidos entre si, por uma troca contínua de serviços mútuos. Um membro sustém e ajuda o outro e todos juntos participam dos mesmos bens.

A Igreja é uma família. Ora, todos os membros de uma família são muito unidos entre si, da mesma maneira. O mais fraco se apoia no mais forte, e o mais forte protege o mais fraco. O nome, a fortuna, a saúde de um se difundem sobre todos e formam como uma reserva comum com ele; quando um membro da família sofre, todos sofrem com ele, quando um se alegra, todos se alegram com ele. Assim, a família humana é, como o corpo humano, um intercâmbio de serviços e funções recíprocas, em mútua união de amor” (Homília de Todos os Santos, 1897. AGS 3016/8).

A reunião de todos os homens nesta família de Deus, voto que D. Scalabrini exprime tão frequentemente também quando reflete sobre a emigração – começa nesta terra, num lugar e num tempo que são os confins concretos da cidade de Deus, a Igreja, durante a sua peregrinação terrena. Somente consentindo “em permanecer cada um em seu lugar”, isto é, “no operar em prol da Igreja, atendendo ao próprio chamado”, pode-se realizar a própria personalidade, em todas as dimensões e potencialidades, que lhe foram oferecidas pela criação e pela redenção.

É a Igreja que realiza nossa vocação de comunidade e de comunhão. Uma comunidade sempre impõe vínculos, mas esses são “libertadores”, justamente porque nos permitem a autêntica realização pessoal. D. Scalabrini admoesta-nos que é ilusório imaginar a unidade no Espírito, sem a unidade do corpo. Recorda-o também a seus missionários, com termos muito concretos:

“Ao seu chamado, respondestes, meus caros; partistes e realizastes muito bem; mas não basta, repito; é necessário que este bem seja durável: *ut*

fructum afferatis et fructus vestris maneat. O que se requer para que o ramo produza fruto? Que permaneça unido à videira. Ora, Jesus é a videira e vós sois os ramos, meus caros. Enquanto permanecerdes unidos a Ele, sentir-vos-eis cheios de energia sobre-humana e o fruto que produzirdes será ubertoso e duradouro. Desligados dele, tornar-vos-eis um corpo sem alma, estéreis de qualquer obra boa; sereis como ramos aptos somente para serem atirados ao fogo: ‘sem mim, nada podeis fazer’. Portanto, união, ó diletíssimos irmãos e filhos, união com Jesus Cristo, antes de tudo. O fruto de tal união será a união entre vós mesmos, aquela união, que Jesus Cristo tão ardentemente invocava para seus discípulos e que é tão necessária. Nenhuma categoria de homens, porquanto rica de forças individuais, se não se sujeitar à grande lei da unidade, jamais fará coisas grandes e muito menos o farão os Missionários, os quais, operando nas almas, como simples instrumentos de Jesus Cristo, tiram, desse soberano princípio que as informa, toda a sua eficácia. Por isso, vos conjuro, ó meus caros; suplico-vos pelas vísceras de Jesus Cristo e pelo bem de nossos irmãos, de não desagardes vossas forças, empregando-as cada um por própria conta e com outro guia, senão a própria vontade: mas de serdes unidos como uma única coisa; *ut sint unum*. Unidos em pensamentos, afetos e aspirações, como sois unidos a um único fim. E como consegui-lo? Com humildade, mansidão e paciência, suportando-vos uns aos outros. Cada um seja calmo e tolerante, no cumprimento dos próprios deveres, cada um se compadeça dos defeitos dos outros; cada um procure ‘conservar a unidade no espírito, no vínculo da paz’. Paz, meus caros, não somente entre vós, mas também, com os irmãos de ministério. Por condição de trabalho, deveis estar em contato com sacerdotes e missionários de diversas nacionalidades; deveis servir-vos de sua experiência. Tende para com eles, a máxima deferência; amai-os de coração; respeitai-os sempre. Paz em casa, paz com todos” (Aos Missionários para os italianos na América, Placência, 1892, pp. 4-6).

Acrescentava, concretamente:

“A paz não é possível sem a ordem; nem ordem alguma sem regra. E vós, irmãos e filhos meus, tendes a vossa regra, aprovada pela Santa Sé Apostólica. Sede exatos na sua observância até ao escrúpulo. A obediência aos legítimos superiores seja a vossa divisa. Obediência, antes de tudo, aos Veneráveis Pastores das Dioceses americanas. Recordai-vos, meus caros, de que exercitais o sacro ministério no campo reservado a sua imediata jurisdição; que somente eles são os juizes ordinários e legítimos das obras que se referem ao bem espiritual dos fiéis confiados aos seus cuidados, como também, do tempo e do modo mais oportuno para iniciá-las e conduzi-las a bom termo. Guardai-vos de empreender alguma coisa sem o beneplácito daquele que o Espírito Santo colocou para reger a Diocese,

na qual vos encontrais. Humildes e devotos, reconhecei nele o vosso pai, aquele que deve atrair as bênçãos de Deus sobre as vossas fadigas e circundai-o do amor mais reverente e do respeito mais afetuoso” (Idem, pp. 6-8).

Uma outra condição de paz, ouvimo-lo dizer, “é permanecer no próprio lugar”.

“Somente haverá paz entre os homens, escreve Sto. Agostinho, quando individualmente, os homens conservam-se fielmente no lugar em que a Providência Divina lhes determina: *Pax est in hoc, quod omnes teneant loca sua*. Quem, dentre vós está destinado a governar cumpra com firmeza e com modéstia o próprio ofício; quem deve obedecer, *libenter*, disse S. Bernardo, *simpliciter, velociter, indesinenter*, obedeça” (Idem, p. 7).

Explica a razão que se atém à dimensão teológica da estrutura espiritual da Igreja, Corpo de Cristo, dizendo que os “padres, verdadeiramente padres”, sabem que a graça de estado se prende aos limites da função, e que não há, nem luzes, nem forças, senão para a parte do ministério, que lhe é confiada. Eles sabem permanecer no próprio lugar, não se arrogam direitos que não lhes competem, não pretendem julgar o conjunto, porquanto só conhecem parte da coisa e limitando-se à tarefa que lhes é confiada, cumprem-na com fruto. São eles, são os bons padres, que pelo espírito de submissão, estabelecem e reforçam este grande corpo da Igreja, porque a obediência mantém a hierarquia, como a hierarquia produz a união e a união faz a força. (Obediência, união, disciplina. Esboço de uma Carta Pastoral, coletiva, ao Episcopado Emiliano. AGS 3018/20).

Estas são indicações que fariam pensar em uma concepção de Igreja, mais como *Ecclesia juris*, que como “*Ecclesia charitatis*”; são, entretanto, expressões daquela ânsia de unidade, por cuja edificação D. Scalabrini trabalhou e sofreu durante toda a vida, sacrificando o amor próprio, o tempo, a saúde, interesses pessoais.

“Não são os louvores que ambiciono; não é o meu ‘eu’ mesquinho, que procuro. Se assim não fosse, por que sofreria tanto, à vista das desordens presentes? Sofro, ao ver a Igreja, escrava de um partido, que altamente a desonra; sofro ao ver tantas consciências agitadas, tantas nobres inteligências, aviltadas. Sofro ao ver perpetuar-se um dissídio que atrai tanto dano à Religião e nutro a esperança de que Deus me atribuirá o mérito, se na escassa medida de minhas forças, tiver contribuído para fazê-lo cessar” (Carta a L. Jacobini, 16-7-1886. Arquivo secreto do Vaticano, Leão XIII, Miscellanea, IX A).

Tinha um conceito bem preciso da unidade da Igreja; não a confundia com a uniformidade, com a rigidez da centralização, com a asfixia das legítimas variedades e diversidades; com o autoritarismo intolerante da liberdade, que é própria dos filhos de Deus. A unidade é caridade:

“Os cristãos só formam verdadeiramente a casa de Deus, quando são estritamente unidos, com os vínculos da caridade. A caridade dá ao coração humano, a solidez e a elasticidade, cumulando-o de força, de compaixão e de misericórdia” (Discurso de inauguração do Templo do Carmo, em Placência, 16-2-1884. ASG 3018/2).

“Solidez e elasticidade” são os contrapesos seguros que lhe permitem navegar nas tempestades das polêmicas, com firmeza e lucidez, com “força, compaixão e misericórdia”. Força na ortodoxia e na obediência, fortaleza contra a culpa e a desordem, compaixão e misericórdia para com os homens, também para com aqueles que o faziam sofrer pessoalmente. Assim, soube conciliar a firmeza de suas ideias com o respeito às ideias dos outros, enquanto permaneciam no âmbito da liberdade, consentido pela Igreja, âmbito que para ele, era bem mais amplo, que aquele circunscrito pela intransigência e pelo fanatismo de quem se mostrava mais papal que o Papa.

“A Igreja está ameaçada por uma grande desventura: os partidos extremos, intolerantes, são as pragas mais cruéis. Rogo cada dia e me imponho sacrifícios especiais, a fim de implorar a Deus, que suscite um outro Francisco de Sales, que saiba pôr termo a esta desventurada questão filosófica, como aquele santo pôs fim à ferosa questão de ‘auxiliis’. Conto, entre meus padres, mais de 200 que estudaram Rosmini; minha preocupação prevendo uma condenação, nestes anos, foi a de cativá-los, deixando-lhes aquela honesta liberdade, que a Igreja lhes concede, e prepará-los para a submissão, quando o Papa decidisse. Com o auxílio de Deus, creio haver conseguido” (Carta a Bonomelli, 28-3-1882).

Semelhante busca de união e tal ânsia de caridade, frutos de oração e de penitência, são verdadeiramente a alma da espiritualidade eclesial de D. Scalabrini, e mola de sua incansável atividade, para a edificação da Igreja, na verdade e na caridade.

“Mãe desconsolada, ela tem sóbrios motivos de queixar-se de seus filhos, que a oprimem e lhe dilaceram o seio, mas, instituição viva e universal, no espaço e no tempo, encontra, em si mesma, os meios oportunos para prover eficazmente a salvação dos seus, quaisquer que sejam novidades ou estranhezas dos eventos humanos. Um vínculo maravilhoso une-lhe

todas as partes, e este vínculo é a caridade. Ai de quem o rompe! Ela ama; eis toda a sua vida! Feita para o homem, penetra-lhe todas as instituições, orienta e abençoa todo o progresso, compadece e corrige todos os erros, prepara a reparação e agradece um retorno a Deus ...

Acontece com a sociedade o mesmo que sucede com o indivíduo, e tanto para uma, como para o outro, é necessário o mesmo processo de cura, não violento, nem áspero, mas benigno, paciente, afetuoso. Sem dúvida, quando as circunstâncias o exigem, é mister usar firmeza apostólica e não trair a verdade, embora custe a vida; mas, sejamos filhos da Igreja Católica e esta Igreja, mesmo quando faz ouvir palavras de livre defesa, não esquece a doçura divina de seu Esposo Celeste e conserva sempre intata, a virtude da mansidão" (Católicos de nome e católicos de fato, Placência, 1887, pp. 24-26).

Monsenhor Scalabrini foi o defensor da indissolubilidade deste trinômio: verdade - caridade - unidade. Nele inspirou toda a sua vida e ação, palavra e exemplo, convencido de que só na integridade e na conciliação dos três elementos, nasce, cresce e persevera a grande família cristã, e se edifica o Corpo de Cristo, de modo a tornar-se "comunhão dos santos", isto é, "a superação das divisões, a demolição do muro de separação, a antibabel, a fraternidade nova e universal ..., uma com unhão de amor, de comunicação da experiência de Cristo, de um ao outro" (S. Dianich) .

"Se a vida dos membros se deriva, sobretudo, da cabeça, os membros não são estranhos a esta vida. Disse o Apóstolo: Deus modelou o corpo de tal forma, que os membros têm cuidados recíprocos, uns com os outros, a fim de que, a abundância de uns supere a indigência dos outros. Ora, se tal é a condição do corpo do homem, do corpo da família, do corpo da cidade, isto não deverá verificar-se na Igreja, que é o Corpo de Jesus Cristo, a família dos eleitos, a cidade de Deus?

Um olhar à inumerável multidão de Santos, que passaram pela terra e hoje triunfam no céu, quanto sofrimento, quantas orações, e quantos sacrifícios que vão desembocar, como tantos regatos, no mar infinito dos méritos de Jesus Cristo, que formam o tesouro da Igreja!

Vejo nesse tesouro, não somente os méritos superabundantes, satisfatórios e impetratórios de Cristo, mas também, da Virgem e dos Santos; vejo o sangue dos mártires, a austeridade dos anacoretas, o zelo dos apóstolos, a fé dos confessores, as palmas das virgens; também as vossas boas obras, as preces que hoje elevastes a Deus, em união com vosso bispo, lá estão. Em virtude da comunhão dos santos, nossa oração eleva-se deste

templo, voa nas asas dos Anjos, atravessa os oceanos e vai diretamente ao coração de nossos irmãos distantes, de nossos irmãos impenitentes, de nossos irmãos separados. Ela leva-lhes o bálsamo da consolação, a graça do remorso, o dom da perseverança. A Comunhão dos Santos estende-se por toda a parte. Não há, para ela, limites, nem no tempo, nem no espaço” (Homilia de Todos os Santos, 1897. AGS 3016/8).

A Igreja não é somente “a caridade perfeita” nem somente uma sociedade visível, hierarquicamente constituída, mas é o Corpo Místico de Cristo, é a Comunhão dos Santos, é a Esposa de Cristo, e portanto, nossa Mãe.

“Eis a Igreja, a nossa Mãe, o dom mais precioso que Jesus Cristo nos concedeu; eis a Igreja, nossa Mãe, a maior obra dele, o preço de seu Sangue, seu Corpo místico, do qual é a Cabeça; a Ele, associada da maneira mais íntima, santificada pelo seu Espírito, ternamente amada por Ele e com Ele, destinada a reinar eternamente, e constituída, na terra, intérprete de sua vontade, depositária de sua doutrina, dispensadora de suas graças, único porto e guia segura de salvação; por Cristo Senhor constituída Mãe Universal, e amando-a, devemos com santa operosidade, apressar o seu triunfo.

Não são as palavras, as provas de amor, mas as obras e pelas obras conhecem-se os verdadeiros filhos da Igreja. Estes, na expressão de Sto. Agostinho, regozijam-se e alegram-se pelas vantagens dessa Mãe e segundo suas condições e forças, concorrem, de boa vontade, com a voz e com os fatos, para dilatar-lhe os confins, aumentar-lhe as riquezas, publicar-lhe as glórias e agilizar-lhe os triunfos. O decoro dos templos sagrados e das sacras funções, o apego filial ao Mestre infalível da verdade, ao próprio bispo e pastor, a todos os ministros da Religião, os costumes, as leis, a instrução catequética são todos objetos sumamente caros aos filhos da Igreja. Estes, continua Sto. Agostinho, gemem e se entristecem com seus males e cheios de zelo, procuram defendê-la contra os ataques de tantos inimigos, que a combatem, subtraem tantos filhos seus da perversidade dos inimigos, que quereriam arrancá-los, perfidamente do seu seio; obstaculam a enchente das desordens e dos escândalos, que a deturpam e ameaçam” (Homilia da Epifania, 1877 - AGS 3016/3).

D. Scalabrini não definiu claramente o lugar dos leigos e a especificidade de sua missão, na Igreja, porém, confiou-lhe uma tarefa essencial, na evangelização, com o apostolado catequético; insistiu muito, sobretudo, sobre o dever que todos os fiéis têm, não somente o clero, de trabalhar pela sua defesa e pela sua edificação:

“Certamente a Igreja não perecerá vitimada pela presente batalha, como não pereceu por aquelas mais formidáveis de 18 séculos, mas seria desconhecer a economia da Providência divina, abster-se de cooperar para o seu triunfo. Sem dúvida, estamos nas mãos de Deus, mas não para permanecermos inoperantes. A salvação virá dele e seguramente será realizada, dado que não falte nossa cooperação. Ele tudo pode fazer por nós e sem nós, mas quer tudo fazer conosco. Em outros termos: Devemos persuadir-nos que a restauração da sociedade é dever de todos e nela, faz-se mister mais fatos que palavras. É necessário animar e ajudar a quem trabalha.

Não devemos iludir-nos; um catolicismo especulativo e neutro, uma religiosidade neutra, enquanto no seio da sociedade agitam-se e debatem-se as questões mais vitais, é um absurdo, se não uma espécie de traição. Entre esconder a fé e perdê-la, há somente um passo” (União, ação e oração, Placência, 1890, pp. 4-6).

Mas não se pode agir e sofrer pela Igreja se não a amamos; se não sentimos por ela uma verdadeira “paixão”. Amor e paixão que se demonstram com os fatos, mas, necessariamente *ex abundantia cordis*, exprimem-se também com as palavras verdadeiramente amorosas e apaixonadas, com as quais D. Scalabrini saúda a Igreja:

“Salve! santa, católica e apostólica Igreja! Quão doce é repousar a mente cansada e amargurada por tantos desvios humanos, na contemplação das tuas grandezas! Bendito Aquele que te desposou no próprio Sangue e bendito o dia em que me chamaste teu filho! Bendito o Batismo que me descerrou as portas dos teus tabernáculos! Bendito o Crisma que me ungiu teu soldado e ministro! Nem as tribulações, nem os tormentos, nem o mundo, nem o inferno, nem a mesma morte poderão separar-me de ti, meu refúgio, meu auxílio, minha vida! Quando olho meus pecados e minhas misérias, confundo-me e tremo; mas quando penso que sou teu filho e contemplo, com os olhos da fé, tuas incomensuráveis riquezas, as quais, como teu filho, posso alcançar livremente, dissipa-se todo o temor, o coração se me alarga, elevo confiante a fronte e transbordante de alegria, exclamo: Creio na Igreja Católica!” (Homilia de Pentecostes, 1898. AGS 3016/6).

“Ó Igreja santa, Igreja de Cristo! São belas as tuas tendas, são ricos os teus pavilhões! Tu, luz das gentes! Tu, nossa liberdade, nossa salvação, nossa paz, nossa alegria, até os confins da terra! Una, santa, católica, apostólica, Igreja Romana, salve! Seque minha mão direita, prenda-se-me a língua no paladar se não me lembrar de ti, se não te colocar acima de todo pensamento meu, se não fores, até o último suspiro de minha vida, o objeto de

meus cuidados, de minhas fadigas. Salve, ó Igreja de Deus! Em ti, encontramos Jesus!” (Homilia da Epifania, 1895. AGS 3016/3).

TERCEIRA PARTE

“HOMEM ESPIRITUAL”

A - HOMEM HUMANO

1) Espiritualidade e humanidade no pensamento de D. Scalabrini

A visão de fé que guiou a vida “interior” e “exterior” de D. Scalabrini brotava da meditação assídua da Palavra de Deus e da “conversação” familiar com Cristo, na adoração eucarística. Através da Palavra de Deus, ele conheceu o homem: a si mesmo, e aos outros. Assimilando a Palavra de Deus, tornou-se “homem espiritual”.

A Bíblia apresenta o homem como filho de Deus, diferente dele, porque criatura e condicionado aos limites materiais, mas, ao mesmo tempo, chama do à intimidade com Deus, em Cristo. O homem espiritual é aquele que aceita livremente este relacionamento com Deus. “E a Ele, a Jesus, que devemos a graça da amizade do Pai, a confiança e a liberdade de filhos de Deus. E a Ele, Jesus, que devemos todos os bens, da natureza, da graça e da glória, que recebemos de Deus (Carta Pastoral - Santa Quaresma, 1878, Placência 1878, p. 22).

A Bíblia vê o mundo como partícipe do destino do homem, como o lugar concreto no qual o homem se realiza, enquanto acolhe livremente na sua história o apelo do amor livre e gratuito que Deus lhe dirige na história. Jesus é o centro comum da criação; é o precioso anel que une a obra do Onipotente ao divino Criador; é a meta de todas as obras e de todos os desígnios da Providência: é a razão última e suprema do projeto de Deus em relação à humanidade redimida da qual é a Cabeça; é a norma de todos os nossos progressos, sendo a única luz verdadeira que ilumina cada homem, e conseqüentemente, a humanidade toda” (ib. pp. 25-26).

A Bíblia identifica no pecado a rejeição do Plano de Deus em Cristo. Cristo salva o homem do pecado porque Ele é o sentido e fim da própria existência do homem, e salva o mundo com a Redenção. O pecado verifica-se na história. A Bíblia afirma a “historicidade” do pecado; revela a relação das virtudes e dos pecados pessoais, com uma história humana de pecado e de salvação, revelando a solidariedade dos homens no bem e no mal, a união entre vários momentos da história; o momento inicial, da criação e da desobediência e o momento central, da “redenção”. Quer, com sua morte, fazer-nos ressurgir para uma vida nova, comunicando-nos o seu Espírito, a fim de que, unidos a Ele, e feitos quase uma única coisa com Ele; de escravos do demônio, que éramos, nos tornássemos filhos de Deus, por adoção, seus irmãos e coerdeiros do céu. (Idem, P. 13).

A Bíblia contempla o Senhor, como Senhor da história, que Ele domina com seu desígnio salvífico de misericórdia, “encarnando” em Cristo, nascido da Virgem Maria, morto sob Pôncio Pilatos, ressuscitado no terceiro dia. Como homem, Cristo é diverso de Deus, mas a encarnação, por obra do Espírito Santo, une o “diverso de Deus”, com Deus, de modo exemplar e per feito. O homem exemplar é Cristo. Sendo uma só coisa com o Pai, tem o poder de comunicar o Espírito a todos os homens, tomando-os “novos”, “espirituais”, unidos a Cristo e em Cristo, ao Pai, pelo Espírito, até tornarem-se “filhos no Filho”, também eles, diversos de Deus, mas unidos a Deus, no amor. Ele é o Alfa e o Omega, o princípio e o fim. Ele, anterior a todos, o primogênito, o príncipe de toda a criatura. Ele, o herdeiro, o centro do mundo visível e invisível, o compêndio dos séculos, (Idem, pp. S-6).

D. Scalabrini, embora não usando termos atuais de nosso dicionário, compreendeu que a antropologia desemboca na cristologia. Desta intuição, que invade todo o seu pensamento, deriva a convicção de que, a alteridade do homem e da história, embora permanecendo tal, e reconduzível a Deus, como a história humana de Cristo, “outra”, nos confrontos de Deus, é conduzida por Cristo à comunhão com Deus, embora conservando íntegra a sua alteridade humana.

É Cristo, por quem, e em vista de quem, foram criadas todas as coisas, princípio e fim de todo o criado, que opera a reconciliação, recapitulando em si todas as coisas, e todos os homens. Cristo, primícia da criação perfeita, assumiu uma humanidade já tornada espírito, uma realidade “criatura!”, habilitada a viver junto a Deus e em Deus. Quem se conforma e se

une a Cristo, deixa-se transformar nele, vive de seu Espírito, forma uma vida única com Cristo e realiza sua vocação de “chamado a ser deus” (S. Gregório Nazianzeno, epitáfio de São Basílio). Somente o Verbo humanizado transforma o homem carnal (*animalis homo, psychicós*) em homem espiritual (*pneumaticós*), não perdendo nenhum de seus componentes: carne-alma-espírito.

O homem espiritual “vive de Jesus Cristo”. Ainda mais: Ele mesmo deve ser a nossa vida e deve viver em nós. Viver em nós com seu espírito, com sua graça, com a impressão de seus mistérios, (Idem, p. 27). A docilidade ao Espírito não requer a negação da própria realidade corpórea e social, mas faz com que toda a nossa existência, pessoal, social e eclesial, seja caracterizada pela caridade; que toda atividade, também terrena, seja “espiritualizada”, isto é, torne-se expressão de nossa conformidade com Deus, na conformidade com Cristo e em testemunho de nossa intimidade com o Pai, segundo o “Espírito de Jesus” que é o vínculo de união, o ósculo da paz entre o céu e a terra, entre o homem e Deus”, (Idem, p. 21). “É necessário que o Espírito Santo habite em mim, me governe, me conduza - *sine tuo numine nihil est*, deve ser o motor secreto de toda a minha ação”, (Propósitos, 19-9-1894, AGS 3027/1).

Segundo a Bíblia, o homem “espiritual” é o homem “justo”. O sermão da Montanha diz-nos que o que a justiça do discípulo de Cristo deve ser superior à dos escribas e fariseus. Superior, enquanto o discípulo deve considerar tudo, não à luz da letra da lei, mas à luz da vontade do Pai: “Sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito”; “amai vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem”, “a imitação do Pai, que faz brilhar o sol sobre os bons e sobre os maus”. Os preceitos são resumidos no preceito do amor.

O segundo sinal da justiça é o da serenidade, de “beatitude”. Serenidade, que liberta da aflição, procura a salvação só na palavra de Deus, coloca a confiança somente no Pai. O “pacífico” não se subtrai à seriedade e à urgência do dever, mas cumpre-o suavemente, “feliz” se for contrariado, insultado, perseguido “por causa da justiça, pela Sua causa.

O terceiro sinal da justiça é confessar a Cristo, não com palavras, mas com os fatos; escutar a palavra e colocá-la em prática. O discípulo, é vigilante, emprega todos os seus talentos, empenha-se no tempo presente, à espera da volta do Senhor, que o julgará sobre o amor.

Tivemos a oportunidade de notar uma característica na vida de fé de D. Scalabrini: o vivê-la com alegria, com entusiasmo, com operosidade incansável, com amor para com todos e com tudo.

Para ele, serenidade, paz, felicidade e perfeição são sinônimos. Na ascese, aparentemente dura, com a qual busca a perfeição cristã, ele não pro cura senão perseguir e alcançar a felicidade, segundo o desejo inato de todo homem. Foi esta a via que ele escolheu, para ser “homem - humano”.

“A perfeição de nosso ser: eis do que propriamente depende nossa felicidade. Somente assim seremos felizes, de uma felicidade verdadeira, quando nossas faculdades tiverem alcançado seu próprio fim e possuído com estabilidade no que consiste a perfeição de todo o ser destinado a um fim. Qualquer bem que não nos eleve e aperfeiçoe, nobilite, não pode satisfazer-nos. A perfeição, portanto, é a fonte da verdadeira felicidade e a verdadeira felicidade supõe necessariamente a perfeição. Uma é inseparável da outra” (Carta Pastoral, Santa Quaresma, 1881, Placência, 1881, pp. 7-8).

“Elevar-me, enobrecer-me, purificar-me, divinizar-me” era esse o escopo do esforço ascético de D. Scalabrini (Propósitos, 24-8-1894, AGS 3027/1). Somente a fé realiza nossas faculdades, satisfaz todas as nossas necessidades; em uma palavra: nobilita-nos, aperfeiçoa-nos.

“Um olhar, antes de tudo, à primeira de nossas faculdades: a inteligência. Esta, na ordem atual da Providência é de tal forma orientada para a verdade infinita, que somente a verdade de Deus pode saciá-la inteiramente; assim como o coração humano é de tal modo feito para o bem infinito, que somente a caridade de Deus pode satisfazê-lo, proporcionar à mente todos os conhecimentos puramente humanos; ela nunca estará satisfeita, porque formada para verdade incriada; assim como todos os bens da terra não podem tornar feliz o coração que é feito para o bem incriado. Ora, a plena verdade de Deus, que se percebe no céu, através da visão beatífica, só é comunicada na terra, pela revelação de fé, assim como a caridade de Deus se difunde no coração, pela comunicação da graça” (Carta Pastoral, Santa Quaresma, 1881, Placência, 1881, pp. 8-9).

Sem a fé, a inteligência não atinge seu fim, não abraça seu objeto e agita-se na desordem, na guerra consigo mesma (Idem, p. 9); não está na serenidade, na paz. Não é, nem mesmo livre, porque fora da fé existe “liberdade, sim, mas que liberdade? A liberdade da dúvida, que é uma enfermidade dilacerante; a liberdade do erro, que é sempre vitupério e

escravidão.”, (Idem, p. 11). Na fé, ao invés, encontram-se o “repouso, a alegria, a felicidade de nossa mente, que possui o desejo inato de tudo saber, de conhecer tudo” (Idem, p. 14).

Para D. Scalabrini, não existia o conflito entre fé e razão, que perturbava tantos de seus contemporâneos: “filhas do mesmo Pai celeste, a razão e a fé derivam da mesma verdade, são dois raios da mesma luz; são como duas irmãs que se dão as mãos, na viagem deste mundo tenebroso, unem-se alternadamente e se socorrem, em uma aliança indissolúvel e perfeita” (Idem, p. 15).

D. Scalabrini apela também para a psicologia humana. O homem não pode viver sem a crença, sem uma fé, embora unicamente humana. O mundo é repleto de mistérios, o homem é cheio de mistérios, a ciência é cheia de mistérios, e a Religião que nos une a Deus, a Religião, que é o próprio Deus, a qual fala e age na humanidade, não deveria ter mistérios? (Idem, pp. 16-17). E cita o “seu” S. Cirilo de Jerusalém: “se o agricultor não tivesse fé no fruto futuro, que não vê e está distante, sujeitar-se-ia a tantas fadigas? Entretanto, ele realiza tudo isto, porque espera o que crê e ama aquilo que espera” (Idem, p. 18). D. Scalabrini integra, com segurança, a fé humana com a fé divina, sobrenatural, pelo que bem se pode dizer dele: que fez tudo o que fez, porque acreditava, esperava o que cria, e amava o que esperava.

Não se trata de uma “fé cega”, porque percebemos que D. Scalabrini foi uma pessoa que “procura razões de sua crença, interroga todos os tempos e todos os lugares, aproxima o passado ao presente, observa os acontecimentos” (Idem, p. 21) e desta maneira descobre os desígnios de Deus e “diante de tal espetáculo, sucedem-se na alma do cristão” a admiração, o amor, o respeito, a ternura, a alegria” (Idem, p. 22).

“Mas o repouso, a alegria, a felicidade” que a fé concede à inteligência “nada são diante do repouso, da alegria e da felicidade que esta proporciona ao seu coração”.

“Criado por Deus e para Deus, o coração humano não pode ser perfeito senão em Deus e com Deus, e assim como a perfeição é um estado natural e o fim para o qual tendem todos os seres, assim também o coração humano tem uma inclinação inata, necessária, indestrutível, de unir-se a Deus, de saciar-se em Deus e de identificar-se com Ele: *fecisti nos, Domine, ad te; et inquietum est cor nostrum, donec requiescat in te*. E a um homem que tem a Deus consigo, o que lhe faltará? *Quid non habet si Deum habet? Ipse*

est pax nostra. Possui sobretudo a paz, o repouso dos afetos, uma calma de coração tão suave, tão doce, tão inefável, que sobrepuja, no dizer do Apóstolo, toda a doçura terrena: *pax Dei quae exuperat omnem sensum*. Este gozo da alma peregrina, este estado de calma, repleto de confiança, este repouso cheio de consolação, esta harmonia cheia de suavidade, esta paz cheia de amor é verdadeiramente a mais bela prova, a mais verdadeira imagem da beatitude celeste, pois, segundo a grave sentença de Agostinho, a beatitude repousa na paz.

E o que no mundo poderia turbar esta paz do verdadeiro cristão? Não a solicitude pelos bens temporais, que ele não deseja; não, a dos bens espirituais, que ele não inveja; não as calúnias, que ele despreza, as ofensas, que ele perdoa; não os interesses, que ele sacrifica; não as pretensões, que ele reprime; não as paixões, que ele combate. Ó paz da alma, que o mundo sempre promete e jamais pode dar! Ó paz da alma, verdadeiro tesouro, conforto e delícia de quem a possui! Ó paz da alma, que iniciando na inteligência, pela fé na Palavra divina, desce ao coração pela posse da divina caridade!" (Idem, pp. 23-27).

Aqui encontramos muitos elementos que tornaram D. Scalabrini, "homem espiritual": a fé da inteligência, a fé do coração, a prática da caridade, que comporta o desinteresse, a recusa à inveja, o perdão, o sacrifício de si, o "combate espiritual", com o qual o cristão conquista a paz e a "beatitude", sem renunciar a nenhum dos impulsos mais profundos, que constituem a natureza humana.

"Sorriso de Deus é o seu coração sempre repleto das alegrias mais puras, mesmo quando é constrangido a combater o mundo e os instintos da natureza decaída; é este o enigma, que segundo o Apóstolo, o homem carnal não chega a compreender. Devemos assombrar-nos? Ah! estes ignoram as arcanas doçuras, que as paixões vencidas deixam o homem justo saborear! ó vida do justo, vida realmente invejável; vida serena e tranquila! Vida do justo, única vida verdadeira!" (Idem, pp. 30-31).

A insistência de D. Scalabrini sobre a estreita conexão entre perfeição, felicidade e paz, e o encontro de tudo isso na vida de fé, nos revela o seu aspecto humano e espiritual mais profundo, porque responde e sacia seu desejo mais radical. D. Scalabrini parece-nos um homem feliz, "bem-aventurado" porque é um homem em paz com Deus e com os homens, de uma paz interior e não perturbada pelas lutas, pelos sofrimentos, pelas contrariedades, que permanecem num "nível" exterior.

“Podemos resignar-nos a tudo; podemos resignar-nos à privação dos bens de fortuna, às enfermidades do corpo, à perda da mesma vida, mas não podemos renunciar à esperança da paz, pois que o desejo da paz confunde-se em nosso coração, com o desejo da felicidade; nem nossa inteligência pode conceber uma plena felicidade, sem a paz. Este é um dom do céu. É inefável a paz de uma alma que possui a Deus” (Homilia do Natal, 1896. AGS 3016/1).

A ascética do século passado dava a impressão de conceber, em sentido negativo, a mortificação, a renúncia, a penitência; parecia, quase, em alguns casos, que quisesse desencarnar o homem e fazê-lo viver numa recusa voluntária, da própria natureza e o fizesse encontrar o gosto do próprio sofrimento, pelo sofrimento. D. Scalabrini previne seus sacerdotes, desta concepção, contrária ao instinto da felicidade, colocado no coração do homem, pelo mesmo Deus. “O coração do sacerdote não pode ter paz, nem segurança, se não coloca sua felicidade em Cristo; e sem esta, ninguém pode viver” (3.º discurso do 3.º Sínodo, 30-8-1899, *Synodus Dioecesis Placentina Tertia ...*, Placência 1900, p. 250). O problema está em compreender onde se acha o segredo da felicidade, que D. Scalabrini encontra particularmente, em Cristo, na Eucaristia. “Este é o lugar onde o fiel, no segredo de seu coração, escuta vozes misteriosas e suaves, e da qual parte com o desejo de regressar, com aquele santo tesouro forças sobrenaturais” (A devoção ao SSmo. Sacramento, Placência, 1902, pp. 11-12).

“A vida eucarística, embora vida de sacrifício, porque alimentada pelo Sangue do Redentor, não é por isto, dura e penosa, porque na mesma, não é o homem que vive, mas é Jesus Cristo que vive nele; e então, entre as mais amargas tribulações, deve-se exclamar com o Apóstolo S. Paulo: Estou cheio de contentamento, transbordo de alegria em toda a aflição, pois meu viver é Cristo e o morrer, um ganho” (Idem, pp. 36-37).

O discurso de D. Scalabrini contém sempre a “reserva escatológica”, que está vinculada ao mistério da Cruz, que ele constantemente une ao mistério da Eucaristia. O reino de Deus é mistério, não um mistério que se faz, mas, que se recebe, no qual se entra. Ele recorda que a felicidade e a salvação do homem não são o resultado da obra humana e muito menos, da obra coletiva da humanidade. A obra humana é contributo válido para o advento do Reino, só quando obedece ao mandamento da caridade. O verdadeiro progresso, repete D. Scalabrini, é Jesus Cristo. E este pensamento torna-o “encarnacionista”. Prova-o a interpretação

progressista da história, na qual aparece “mesmo através de catástrofes” uma gradual aproximação ao Reino de Deus e, portanto, uma relação fundamental entre a obra humana e o advento do cumprimento escatológico.

Este relacionamento fundamental não se encontra somente no interior da pessoa de D. Scalabrini, pelo qual, podemos considerá-lo um homem completo e realizado em si mesmo, mas exprime-se em sua ação exterior que é constantemente iluminada pelo desejo de “divinizar-se”. Segundo a linguagem de seu tempo, ele fala sempre da “salvação das almas”, mas é evidente que se entende a salvação do homem e também, a salvação de todos os homens.

A raiz da salvação está na pertença a Jesus Cristo, o único Salvador e na pertença à Igreja, corpo vital, do qual Jesus é a cabeça vital e na pertença, por meio da caridade, difusa em nossos corações, pelo Espírito Santo, a toda humanidade e a todo o criado. Cristo, como Cabeça de todo o corpo, que é a Igreja e como Cabeça de toda a criação, com seu mistério de morte e ressurreição, oferece ao homem, que o Senhor colocou para dominar a terra, a possibilidade real de destroçar os males, de abolir as inimizades, de entrar na plenitude do amor e da vida, com os outros homens, descobertos na fé, como irmãos.

Ser filhos de Deus, em Cristo, continuadores da Encarnação e de sua missão salvífica, é dom de Deus e, ao mesmo tempo, cumprimento histórico que empenha a liberdade e a resposta do homem histórico. A “divinização” não é uma abstração e muito menos uma alienação mística, mas uma realidade vivida, no responder com a própria pessoa, ao dom gratuito de Deus. O encontro com Cristo, presente na Eucaristia e adorado na Cruz, é encontro real de pessoas e transforma o homem em nova criatura, verdadeiro filho de Deus, por adoção; em membro vivo do Corpo de Cristo, solidário, não somente com Cristo, mas também com todos os homens e com toda a criação, na co-hereditriedade da Ressurreição e de seu “Senhorio”, na história. A “salvação das almas” e o “ser salvos em Cristo” e ser nele, filhos de Deus, não destrói nenhum componente da humanidade, como a filiação divina não a destrói em Cristo e não destrói nenhum compromisso humano. Antes, o com promisso humano, histórico e terreno torna-se o modo com o qual o homem livre e divinizado no tempo realiza, movido pelo Espírito de Cristo, o programa grandioso

com o qual Deus mesmo constrói a história e a eternidade: “Eis, faço novas todas as coisas!”

A contínua tensão em conformar-se à imagem de Cristo e deixar-se transformar nele pela Eucaristia e a mesma aspiração de unir-se a Cristo Crucificado produzem em D. Scalabrini uma espiritualidade de paz e de alegria, sinal de uma autêntica vocação de participar da redenção do mundo, em união com Cristo. D. Scalabrini deixou-se recapitular por Cristo e por isso mesmo foi verdadeiramente um “homem humano”.

2) O retrato do homem Scalabrini traçado por seus contemporâneos

Testemunham-no os retratos traçados por aqueles que lhe foram mais próximos e puderam conhecê-lo a fundo.

O Cardeal João Batista Nasalli Rocca, arcebispo de Bolonha, comemorando, em 1909 o bispo, do qual desde os albores da vida provara “a ternura paterna”, dizia:

“Todas as belezas, que te enriqueciam, pude admirar, não obstante tua estudada humildade em ocultá-las; admirei-as nas afetuosas expansões de tua bela alma, que me abriste como um pai amoroso abre a alma a seu filho mais terno.

Penetrando o segredo de seu grande coração e de sua grande mente de Bispo, parece-me mais compreensivo o elogio que fiz dele, atribuindo-lhe aquele de Paulo a ‘seu’ Timóteo: Tu es homo Dei. Em Mons. Scalabrini, realmente, da aurora ao ocaso de sua vida mui breve, do fulgidíssimo princípio ao termo (atingido mui rapidamente) de seu glorioso episcopado, parece-me que se revela, sobretudo, o homem de Deus, que busca a Deus, na ascensão do estudo; Deus, no ardor das fadigas apostólicas; Deus na conversação pode-se dizer que Deus deixou vestígios em suas obras e em seu espírito. Daqui a veneração, o afeto, com os quais o povo circunda-o; daqui, o fascínio de sua palavra; daqui, sua influência benéfica sobre os homens e as coisas” (Comemoração de Mons. Scalabrini, Placência, 1909, pp. 6-8).

Também Padre João Semeria definiu-o: “o verdadeiro sacerdote, homem de Deus”:

“Um daqueles homens que encarnam em si as aspirações mais profundas de um momento histórico e acenam, com olhar profético, com palavra prematura e pela sua precocidade talvez incompreendida por quem a

ouve, perigosa a quem profere, aquela que será, porém, a via segura e fácil do futuro. Quando procuramos, no passado da história eclesial, figuras para colocá-las junto a D. Scalabrini, não nos devemos deter junto aos bispos da Idade Média, embora de grande operosidade civil, mas reconstruir a máscula figura daqueles Bispos antiquíssimos, que em nome de Cristo, sentiam-se chamados a realizar toda a sorte de bens para seu povo: - homens de piedade profunda, cuja profundidade mesma tolhia toda a sombra de pequenez e mesquinha.

Ele se elevou espontaneamente, pela grandeza de mente e largueza de coração, sobre um conceito técnico de piedade e um conceito puramente burocrático do sacerdócio. Parece-me que assim não se possa e se deva batizar a tendência de fazer do padre, um funcionário sacro, tão vigilante de não permanecer aquém da linha de seus deveres fixos, mas também atento para não ultrapassá-la, como são os bons funcionários civis. É o conceito clássico que os homens do mundo fazem do bom padre, os sequazes mais fiéis do partido liberal; de tal modo que quando vêm um sacerdote sair da esfera estritamente religiosa não sabem considerá-lo mais como sacerdote. É o conceito clássico do mundo: mas não será nunca o conceito ao qual se resignarão os verdadeiros sacerdotes de Cristo.

Assim entendeu D. Scalabrini a sua missão sacerdotal e estampou em sua vida aquele caráter multiforme que pode alternadamente fazê-lo parecer homem político, homem de arte, homem social, quando ele permanecia sempre e em tudo, o sacerdote, o ministro de Deus e em seu nome, o benfeitor do povo” (G. Semeria, Mons. João Batista Scalabrini - In Memoriam, Placência, 1905, pp. 3-9).

“Em todas as coisas, apresentamo-nos como ministros de Deus” (2Cor 6,4): já notamos que D. Scalabrini teve muitos interesses, ocupou-se em atividades multiformes, entrou em quase todos os campos de debates contemporâneos, dedicou-se a valores, que poderiam parecer “profanos”, mas, realizou tudo isto como padre e bispo. D. Bonomelli assim retratava este homem multiforme:

“Deus lhe havia concedido uma inteligência pronta, versátil, aguda, límpida, vasta; em qualquer ciência a que se dedicasse, conseguia êxito, sem sombra de dificuldade; e as questões mais árduas da filosofia, teologia, história, política eram tratadas e desenvolvidas por ele com tal segurança e clareza, que me deixavam estupefato; parecia que só daquelas coisas havia feito estudo especial. Cheio de uma dignidade amável, pronto, arguto, límpido ao expor suas ideias, franco, sempre coerente; só amava a verdade, sem olhar no rosto de quem quer que fosse. Sabia unir com arte admirável, a firmeza inalterável, com aquela condescendência e flexibi-

lidade necessárias nas coisas humanas, e que surte efeito nas obras mais árduas. Muitas vezes encontrei-me com ele em momentos escabrosos e dolorosos. De sua boca jamais saía uma palavra de desânimo, uma expressão menos comedida, um lamento. Tranquilo e senhor de si, parecia que não se tratasse de dores suas, mas de outrem.

Alta era sua inteligência, mas mais alto era o seu coração. Só era capaz de amar, de querer o bem, todo o bem, para todos, com uma generosidade e largueza maravilhosas; não conhecia interesse; recebia para dar” (J. Bonomelli, “O imigrante italiano na América”, junho, 1906).

Ainda o Cardeal Nasalli Rocca realçava a harmonia e a integridade de uma existência tão combatida:

“O Santo Padre tem bem razão de chamar nosso Venerável Bispo, de ‘Bispo incomparável’ porque, dificilmente se encontrará quem se lhe assemelhe no conjunto das qualidades, que o distinguiram. Poderá alguém superá-lo em uma ou outra virtude, em uma ou outra prerrogativa, mas bem dificilmente, no complexo dos dotes que refulgiram em sua privilegiada natureza. Caridade e ciência, piedade e largueza de vistas e de compreensão, rigidez de costumes e desenvoltura de modos, firmeza e suavidade; grave sem ser pesado, afável sem ser vulgar, popular e ao mesmo tempo, senhor, Dom Scalabrini foi ‘Bispo incomparável’, e possuiu realmente a virtude de fazer-se amar e venerar” (J. B. Nasalli Rocca, um elogio de S. Santidade Bento XV e um voto de um placentino para D. J. B. Scalabrini, “O Imigrante italiano na América”, 15-3-1916, pp. 1-2).

O Cardeal Afonso Capecebatro realçou a coragem cristã do amigo:

“Conheci D. Scalabrini em 1889, quando fui convidado a presidir um solene Congresso Catequético em Placência e tive a consolação de conviver com ele, diversos dias. Tornamo-nos então amigos e nossa amizade tornou-se mais viva e frutuosa, vindo ele, diversas vezes visitar-me aqui em Cápua. D. Scalabrini possuía em si, sob vários aspectos, algo dos bispos dos mais belos tempos da Igreja. Citarei aqui, somente, uma qualidade sua, muito rara em nossos tempos. Ele era um bispo singular, pela sua coragem cristã. Gostava muito de dizer a verdade a todos, com apostólica sinceridade, mesmo quando fosse dura e fazia-o com tanta caridade e tamanho garbo, que geralmente não descontentava quem o ouvia. Governou sua Diocese, onde provou muita amargura, com grande caridade, mas também com aquela fortaleza, que nasce da coragem cristã, a qual, ao realizar o bem, olha somente a Deus e nada teme” (A. Capecebatro, no XXV aniversário do Instituto dos Missionários de São Carlos, Roma, 1912, p. XIV).

O Cardeal A. Richelmy, Arcebispo de Turim e Presidente do Conselho Eclesiástico da Obra Bonomelli, recorda os dons naturais e da graça:

“D. Scalabrini possuía certamente, uma belíssima inteligência e o Senhor havia derramado sobre ele, com preciosa abundância, os dons mais eleitos. Dons que ele soube cultivar com o estudo, trabalho, suportando nobremente as mais árduas fadigas. Mas, creio que o maior elogio a fazer-lhe, é realçar lhe a bondade do coração.

Seu lema foi o do Apóstolo: *Charitas Christi urget nos*. Bem o pode dizer quem teve a ventura de conhecer-lhe as mais íntimas aspirações; de admirar constantemente as obras de seu episcopado e auxiliá-lo em suas instituições em favor dos pobres imigrantes. Sua caridade não tinha limites e o terrível inimigo do amor santo, o egoísmo, procurava em vão apagar as chamas de seu zelo.

Morto para si mesmo, ele vivia a vida do verdadeiro discípulo de Jesus Cristo: passou fazendo o bem! Sua memória é abençoada; uma luz suave e celestial circunda seu nome na terra, e seu espírito, parece-me dever buscá-lo entre os heróis do apostolado católico, entre os mártires da caridade” (Idem, pp. XV-XVI).

Agudo e profundo é o retrato traçado pelo barnabita Pedro Gozzola:

“O espírito do bispo de Placência era todo magnanimidade e humildade; ou antes, de uma humildade magnânima e de uma magnanimidade humílima. E a magnanimidade advinha-lhe de carregar em si a Igreja, que nele, como órgão vivo, sentia, falava, agia; e a humildade ao invés, fazia-o sentir-se como parte no todo, a tudo era ordenada, levada e sustentada pelo todo. Gota d’água no oceano espiritual da Igreja e por ela mesma, infinitamente engrandecida; tal era a alma de D. Scalabrini. Daqui aquela distinção que incutia reverência, e aquela afabilidade que induzia à confiança. Daqui a autoridade com que governava e aquela indulgência com que aceitava os pontos de vista dos outros.

Que todos, clérigos e leigos, sentiam-se conquistados pela sua superioridade de bispo, é proverbial entre os placentinos e entre todos os que se aproximavam dele; e não era a superioridade da inteligência, ou da doutrina, que experimentavam, embora possuísse uma e outra, mas a soberania de um ânimo revestido e penetrado pela ideia sublime do sacerdócio, do qual extraía o ímpeto e a força para operar. E este homem de ânimo régio, sabia tomar quase inadvertidamente, atitudes de humildade que arrebatavam. Sua bondade e gentileza eram tamanhas, que faziam até esquecer as exigências de sua alta dignidade” (P. Gazzola, O espírito de

D. Scalabrini, “O imigrante italiano na América”, novembro-dezembro, 1912, pp. 30-31).

Mons. Luís Cornaggia Medici, que recebeu muitas confidências de D. Scalabrini, quase como um filho espiritual, desde quando ainda era jovem leigo, escreveu um opúsculo sobre as “características” do Bispo, individualizando-o “numa ascética que não é prerrogativa de muitos e em uma liberdade da verdade mais rara ainda”:

“Ele amava a via mestra e não as vias oblíquas, as vias inventadas pelos homens, fossem embora eclesiásticos” (L. Cornaggia Medici, *As características de D. J. B. Scalabrini*, Reggio Emília, 1935, p. 6). “Filosofia, teologia, política, questão social, questão operária, questão romana, imprensa católica, ação católica, pessoas e seres viventes, ardorosos, operantes, no velho liberalismo e tomando novas formas, passavam pelos lábios do douto e santo bispo e caíam depois em palavras ouvidas e apreciadas” (Idem, p. 8).

“Tive a honra de viver com ele muito tempo, de aproximar-me muitas vezes e sempre tive a impressão de que algo incomum acompanhava-o continuamente. Aquele, não cuidar-se por nada, a si mesmo; aquele não pensar nunca naquilo que pudesse causar-lhe algum bem, ou algum mal; de uma atitude, de um ato de preferência a um outro; mas aquela vontade de sempre buscar o bem das almas, a grandeza da Igreja, a vantagem verdadeira da sociedade, falava eloquentemente que ele era assistido pelo Alto e podia repetir certamente, como o Apóstolo: *Caritas Christi urget nos*. A caridade de Cristo nos move, sim; esta e a caridade dos irmãos; o resto, para ele, era vaidade, e não o buscava nunca. Caridade de Cristo, que o fez um enamorado de seu Coração e de sua glória; caridade dos irmãos, que fez dele um apóstolo, na diocese e fora dela, aquém e além do oceano.

Tão forte inteligência, altamente apreciado – num e noutro campo – consciente da extraordinária missão que a Providência lhe confiava, ciente do dom de Deus, outro que não fora D. Scalabrini teria desdenhado os pequenos e ter-se-ia enclausurado numa espécie de sacrário, de onde daria audiências, com grandes ares de gravidade. Mas ele, sobretudo, e, antes de tudo, homem de Deus e de coração tão grande, não podia agir assim. Antes, nunca se sentia tão feliz, como quando podia entreter-se com os humildes, com os últimos do mundo. Homem dado a todos, porque possuía as virtudes intelectuais e morais para sê-lo; homem, ao qual todos se davam, com exceção, porque todos – segundo a própria capacidade, a própria necessidade e até segundo as próprias condições psicológicas, também adversas ao sobrenatural – sentiam-se, quase involuntariamente, atraídos por ele, em quem reconheciam quase por instinto, o homem

cheio de luz e de amor, de que não poderia advir-lhes, senão o bem” (Idem, pp. 20-22).

Antônio Fogazzaro assim recordava seu encontro com o Bispo:

“Acolheu-me em seu modesto escritório, com benigna dignidade. Não possuía ares, nem de recordar e nem de esquecer que era um bispo, diante de um simples fiel. Não sei por que sua bela fisionomia, que não me era desconhecida, fez-me, desta vez, uma impressão nova; recordou-me um pouco Sto. Agostinho, talvez porque recentemente eu havia apreciado aquele ato do testamento agostinianamente lacerado. Tinha uma fisionomia bela. Uma fisionomia um tanto máscula, exprimindo certa masculinidade de inteligência, certa aptidão para altos estudos, de fazer temer de encontrá-lo severo, mas tão impregnada de um espírito que demonstrava grande devoção interior a leis superiores; tão arguto para deixar transparecer que sua lombarda bondade de modos poderia tomar, de quando em quando, um ar de mofa, sem malignidade, mas com uma certa malícia.

Eu ardia pela esperança, que já lhe havia expresso, de que, para a Santa Sé teria sido grande ventura possuir um tal conselheiro, sábio, devoto sem medida e sem medida, livre” (A. Fogazzaro, *Uma Visita a D. Scalabrini*, “Resenha Nacional”, 1-7-1905).

Monsenhor José Cattaneo, pároco de Fino Mornasco, aluno de D. Scalabrini, tira de suas recordações pessoais:

“(O Senhor) concedeu-lhe uma alma nobre, consciência pura e delicada, inteligência límpida e vigorosa, sagacidade e prudência, coração grande, repleto de generosidade e de amor. Estava persuadido de que o ministro de Deus, porquanto, homem espiritual, não deve separar-se do mundo, nem da vida intelectual e civil de seus contemporâneos. Intuíva, maravilhosamente, os novos tempos e os caminhos da Providência. Observando-o, percebe-se que ele deu a todas as instituições, nas quais colocou as mãos, uma orientação nova, e nelas deixou profundos vestígios, que não se cancelam. De aspecto gentil, modos simples e dignos, delicadamente senhoril, revelava a calma da força, a bondade de coração, a elevação da alma e a integridade de uma natureza sã e vigorosa.

Não me posso esquecer dos belos dias de setembro de 1882, passados com ele. Como estava exuberante de vida, de juventude, de esperança! Como eram vastos os horizontes que se lhes descortinavam aos olhos! Depois de algumas horas de distração pela selva, que circundava a vila, rapidamente ele me ultrapassava na corrida pela encosta, e com o espírito assim recreado, recolhia-se a orar na devota capela, onde, cada manhã, celebrava os sagrados mistérios. Passou-se muito tempo; mas não posso

esquecer as conversações douradas e familiares. Ligado, pela amizade, aos homens mais ilustres pela ciência e pelas letras, acompanhava o rápido movimento impresso nos espíritos, pelos estudos recentes, mas não mudou nada de seus princípios, porque nada tinha para mudar.

Em toda a par te destacou-se a integridade e a firmeza de seu espírito. Jamais se enredou nos falsos mantos da diplomacia; jamais se inclinou para os humildes com fins menos retos, usados pelos poderosos; jamais seguiu a prudência da carne, que é morte, porque inimiga de Deus, mas guiou-se sempre, pela iluminada sabedoria do espírito. E como aqueles, que não possuíam nem esperança, nem ambições humanas, não soube nunca o que fosse obediência sem amor, nem autoridade sem paternidade. Soube unir a fortaleza do mando com a doçura da palavra e do olhar paterno; porque possuía um coração grande, como todos os que olhavam as criaturas em Deus” (G. Cattaneo, “O Imigrante italiano na América”, 15-2-1914).

O engenheiro César Nava, um dos primeiros “deputados católicos” no Parlamento, disse de D. Scalabrini:

“Ele abraçou tanto quanto pode, o conhecimento humano, para valer-se dele como meio indispensável de ação; mas, sem deter-se com complacência intelectual e de sábio, embora conservando a atitude indagadora para aprofundar uma disciplina especial. Eram-lhe familiares as ciências positivas, a história, a sociologia e as línguas modernas; porque todo esse património de conhecimentos, ele considerava útil ao seu ministério e ao seu apostolado.

A serenidade do juízo e do senso positivo, de que era dotado, não lhe permitia ser um apriorista, de cada fato, de cada postulado, de cada sistema filosófico ou social, de cada ato político, porquanto audazes e contrastantes com suas convicções próprias; ele queria aprofundar-lhes as razões e fazia-o com absoluta objetividade de exame, declarando o bem, onde o encontrasse, mesmo se misturado com escórias e sem temer as críticas fáceis e superficiais dos outros e os protestos escandalizados dos pusilânimes.

Tais disposições de espírito, a inata gentileza de ânimo e a bondade de coração deviam natural e necessariamente imprimir um comportamento de grande discrição – nunca, porém, com sacrifício da verdade e da justiça – a todas as manifestações exteriores de sua atividade espiritual e levá-lo a tentar a reconciliação de todo dissídio, que não fosse fundamental e substancialmente irreconciliável.

Toda a obra de D. Scalabrini revela sua inteligência pronta, límpida, vasta e prática, a ponderação do homem de governo e a infatigável e generosa operosidade do apóstolo. Quando uma determinada instituição, idealizada por ele, começa a realizar-se, pode-se estar seguro de que ela fora precedida de um estudo consciencioso e completo das necessidades, às quais deve prover, dos meios mais oportunos para atingir as finalidades definidas, e das dificuldades que naturalmente devem ser vencidas. Nenhuma maravilha, então, se – com o auxílio da Providência – tais instituições afirmam-se imediatamente e prosperam maravilhosamente” (C. Nava, D. João Batista Scalabrini, bispo de Placência, Roma, 1916).

3) O retrato do homem J. B. Scalabrini traçado no processo sobre as virtudes

Os testemunhos dos contemporâneos podem, talvez, ser suspeitos de apologia e também de agiografia. A história, dizia o Cardeal Roncalli, escrevendo sobre D. Scalabrini, encarrega-se ou de cobrir de poeira o sepulcro dos “grandes”, ou de varrê-la com o vento da verdade.

“Fiz, de D. Scalabrini, um alto e claro conceito: um bispo piedosíssimo, douto, zeloso e generoso, no serviço de Deus e das almas. No meu humilde parecer, a introdução do Processo Apostólico será em acontecimento que exaltará a natureza e as tarefas do Episcopado Católico. Passados já uns decênios de situações delicadas e difíceis, que podem haver levantado um pouco de poeira, é de absoluta competência de a Suprema Autoridade dizer a última palavra: se o Senhor já dissipou a poeira do sepulcro do bispo placentino, suscitando sinais celestes, indicadores de insuperável grandeza” (Carta Postulatória de A. G. Rocalli, 9-7-1955).

O longo itinerário do Processo Apostólico teve o seu momento crucial no Congresso Peculiar dos Consultores Teológicos da Congregação pelas Causas dos Santos, chamados a pronunciar-se sobre o que fora apresentado pelo III Consultor:

“Pouco se pode excluir ou discutir sobre a eminente personalidade do Servo de Deus. D. João Batista Scalabrini foi realmente um bispo exemplar, de profunda piedade eucarística e mariana, incansável no cuidado das almas, organizador infatigável, inovador, pioneiro do movimento catequético moderno, de espírito apostólico, missionário, benemérito da Igreja e da Pátria. Como foi simplesmente ilustrado.

Aqui, porém, trata-se de responder ao aspecto de santidade, fundada sobre o exercício das virtudes, não só eminente, extraordinário, admirável, apaixonante, mas em grau heroico, isto é, constante, ininterrupto, simples, exato, equilibrado, pronto, sereno, tranquilo, por toda a vida ..." (*Relatio et vota congressus Peculiaris super Virtutibus* die 25 novembris an. 1986, Voto III, Roma, 1986, p. 29. Citamos somente o voto, porque o nome dos Consultores deve permanecer em segredo).

Aqui estabelece-se o dilema que se apresentou, ou se apresenta a muitos daqueles que se colocam frente à figura de D. Scalabrini: foi um homem santo, ou foi somente um grande homem? E apresenta-se outro dilema: são santos somente os que são canonizados, diante de "sinais celestes", isto é, de milagres, ou todos aqueles que viveram em união com Cristo, o Filho de Deus, o qual, com o Pai e o Espírito Santo, é proclamado o "único Santo", amou a Igreja, como sua Esposa, deu-se a si mesmo por Ela, a fim de santificá-la (L. G., 39)? "Aqueles que seguiram fielmente a Cristo" e nos indicaram uma via segura, pela qual, entre as coisas transitórias do mundo, podemos chegar à perfeita união com Cristo, isto é, à santidade, segundo o estado e a condição de cada um: (L. G., 50)?

Pressuposto, portanto, como D. Scalabrini, tantas vezes ensinou, que a santidade não consiste em fazer milagres, ou coisas extraordinárias, mas, na união com Cristo, deve também ter presente que a santidade é pessoal; traz, portanto, em si, as características da pessoa, e desenvolve-se constantemente. Somos pessoas reais, existentes numa ordem histórica concreta; pessoas humanas, vivendo na "história da salvação", "divinizadas" pela Encarnação e Redenção de Jesus Cristo. Assim como a elevação do homem à ordem sobrenatural, não lhe suprime a personalidade humana, torna-se difícil fazer uma distinção entre o que é «humano» e o que é "santo". Santo é o que está unido a Cristo, mas a união pessoal de cada um a Cristo corresponde às mais íntimas tendências da pessoa como tal. E verdade, que antes de tudo, "a cada um de nós foi dada a graça, segundo a medida do dom de Cristo", (Ef 4,7), mas, também a verdade que a graça não destrói a natureza, antes, a pressupõe e aperfeiçoa.

Dado que estamos agora falando de D. Scalabrini, como "homem espiritual", espiritual sim, mas humano, interessa-nos conhecer a ideia de teólogos, a quem cabia a tarefa de verificar se o Bispo de Placência exercitou as virtudes em grau heroico. E comecemos pelo único que deu resposta negativa:

“Numerosíssimas foram as iniciativas programadas e realizadas por ele, nos quase trinta anos de episcopado, não só na Diocese de Placência, mas, em âmbito nacional e também mundial ... Um trabalho realmente intenso e superior, mais que à capacidade intelectual e volitiva, às forças físicas de um homem; entretanto, atuadas sem medidas e com grande generosidade, dedicação e retidão, entre tantas dificuldades internas e externas, em casa e fora dela, eclesásticas, civis, sociais e políticas” (Voto III).

O IX Consultor vê em D. Scalabrini, o “homem de Deus” e o “homem do tempo”.

“Um homem sensibíllissimo à caridade de Cristo e ao Evangelho, a testemunhar-se e a anunciar-se ao homem de hoje, segundo as necessidades emergentes, em busca contínua dos meios mais adaptados às exigências mutáveis do mundo e dos homens. Realmente, até o fim, em meio às dificuldades que procuravam embarçar-lhe o serviço pastoral, D. Scalabrini, verdadeiro ‘homem de Deus’, como sem cessar, definiam-nos os confrades, bispos que o conheceram, enquanto tornava a vida um ‘clamor válido’ na oração incessante, sustentada por um estilo de vida apostólica, na pobreza austera, no desapego, no contínuo dom de si, para a catequese, para a cultura do clero e a vida espiritual dos fiéis; ao mesmo tempo, sentia-se atraído a socorrer o homem em todas as suas necessidades. Não olhando a saúde, críticas, calúnias, condenação, também por parte de alguns ‘bons’, ou que queriam passar como tais e que podiam utilizar-se de uma imprensa, aparentemente mais inclinada à divisão, que a união; queria que todos os homens começando pelos que formavam sua grei, sentissem que a caridade de Cristo alcança a todos, abraça a todos, preocupa-se com todos e a todos envia uma mensagem de interesse concreto, sinal da justiça e da libertação do Evangelho” (Voto IX).

E buscando o segredo de tanta atividade, acrescenta:

“Foi homem de paz, com notável senso da realidade histórica, do seu tempo, navegando contra a corrente, trabalhou e sofreu para que a Igreja tivesse seu rosto livre de toda a presilha do poder temporal, capaz de anunciar o Evangelho, livremente, a todos, e a todos chamar à salvação. Foi um apóstolo preocupado com a vida daqueles que estavam expostos à praga do tempo, a emigração. O segredo de tamanha atividade? Sua simplicidade da criança do Evangelho, jamais alterada pela sua cultura, pelas bênçãos de Deus às suas atividades, pelo reconhecimento que, sobretudo nos últimos anos, lhe advinham de tantas personalidades, e dos próprios Leão XIII e Pio X, a quem professou, embora com a liberdade de espírito, que brotava de sua humildade e do senso de responsabilidade para com a Igreja, profunda devoção, obediência sincera, disponibilidade de serviço. Somente uma fé intensa, vivíssima, profunda e ao mesmo tempo, de

criança, podia submeter seu espírito de modo a torná-lo tão dinâmico e tão moderno, tão aberto à cultura e pensador tão sensível à problemática teológica; um dos homens que merecem figurar entre os maiores cultores da presença real de Cristo, no Santíssimo Sacramento” (Voto IX).

Segundo o V consultor, tal “piedade” integrava suas qualidades humanas:

“O estudo pessoal ulterior e sobretudo, sua disponibilidade mental para abrir-se às realidades eclesiais e sociais, com viva sensibilidade pastoral, fizeram dele um homem de mente privilegiada, que aparece em todos os seus escritos: profundidade e clareza, precisão de conceitos, especialmente clarividência e senso do futuro. Mas, D. Scalabrini não é um homem de teorias; suas ideias e sua dialética estão em função de sua missão eclesial; vive aquilo que pensa e como bom lombardo, quer traduzi-lo em ação. Eis a causa de seu sofrimento, devido a mentalidades fechadas e inertes dos ‘intransigentes’, ancorados no passado, como também diante das controvérsias e do palavreado inútil, às incoerências e às posições ambíguas, que descobria nas altas esferas da Igreja.

Eis o porquê de sua criatividade e de suas iniciativas de ampla visão, que ultrapassam os confins de sua responsabilidade diocesana. Há, em seus comentários confidenciais com o bispo Bonomelli, seu amigo e admirador, uma *certa vis* caustica, que é mister situar, seja no fundo sentimental de quem escreve, seja naquele clima clerical, que ele conhecia bem” (Voto V).

Esta via caustica, de alguns desabafos confidenciais com o amigo da alma, escandalizou alguns (“parece-me estão indicando um ânimo exacerbado, que sente a necessidade de descongestionar-se com expressões não tão edificantes”, disse o II Consultor), mas para os outros Consultores pertence, não só a singeleza “lombarda”, mas também aquela franqueza cristã, que não é estéril no ânimo e nas atitudes de D. Scalabrini, não é estéril espírito de crítica, desabuso, falta de lealdade. Ao contrário, como se exprimiu o Promotor da Fé, na conclusão do Congresso Peculiar: é “lealdade eclesial, forte e convicta, fora de discussões”. Pertence àquela simplicidade de relacionamento, àquela sinceridade de palavras, que se abre ao diálogo, àquela capacidade de falar, e ao mesmo tempo, de ouvir, que encontrava sua mais alta expressão, no diálogo com Leão XIII:

“Falou com franqueza e respeito, para que o Papa fosse informado sobre a complexidade dos acontecimentos e sobre as diversas soluções que

poderiam ser tentadas. Julga que a obediência é também, exercício de inteligência e as observações feitas para esclarecer os aspectos complexos de um problema, são expressões de obediência e de caridade. Esta ou aquela expressão particular e reservada, não só, nada diz contra a fé, feita de amor e de obediência, mas apresenta - embora num clima de tormento interior, que, em certos casos de tensão externa, poderia manifestar uma humanidade forte e golpeada - as feridas de um amor, que sonhava a Igreja e o Papado, na mais plena pureza e liberdade, também a custo da renúncia ao poder temporal” (Voto IX).

Pertence ao senso de corresponsabilidade, que é fruto da liberdade dos filhos de Deus, por Ele chamados a responder pessoal e livremente ao dom do amor, sem esperar que um pensasse e decidisse por todos. Pertence, portanto, a outro fruto da parresia: a criatividade, a capacidade de mudança e de renovação. “Indubitavelmente, D. Scalabrini, que vivia a paixão da divisão, que, com tanto dano das almas, imperava na nação, depois de 1870, sentiu o dever de fazer tudo o que dependesse dele, para que as coisas tomassem novo curso, julgando irreversível, o retorno ao poder temporal, também se a propósito disto submetia-se inteiramente ao juízo concreto da Santa Sé e quis que a isso se ativesse” (Voto IX). Eis por que o Bispo de Placência pertence aos “não alinhados”.

“D. Scalabrini aceita o risco de ‘não alinhar-se’, sabendo que sua posição, enquanto desiludirá os ‘liberalizantes’, que no princípio, haviam-no saudado como um dos seus, atrair-lhe-á a aversão dos intransigentes, fortes diante da opinião pública, com seu órgão: o Observador Católico, publicado em Milão, e também, até certo ponto, a pecha de ‘liberal’, nos ambientes vaticanos” (Voto V).

Em sua preparação teológico-pastoral, em sua “sensibilidade concreta das novas realidades emergentes” no “senso exato de uma sociedade em rápida evolução social, com ruturas graves de tradições e formação dos tempos precedentes” (Voto IX), “o equilíbrio e a constância eram os caracteres inconfundíveis de sua personalidade interior, forte e harmoniosa, homem de ação, por vocação apostólica, D. Scalabrini, nas obras realizadas, verdadeiramente, previniu os tempos. Em tal contexto de exceção, ele soube, todavia, conservar uma amável simplicidade, e uma profunda humildade, em uma serena avaliação de si mesmo e do seu trabalho” (Voto VIII).

Estes aspectos de sua personalidade encontram explicações na “canalização de suas energias criativas e organizadoras, seja no empenho

“político”, ou no empenho ascético, na doação de si mesmo ao próximo. “Indubitavelmente, no sentido mais cristão da inserção na realidade temporal, senti sempre a “política”, no significado mais verdadeiro e melhor, como um conjunto de fatos, que deviam servir a Cristo e a sua Igreja, livre de compromissos temporais” (Voto IX) .

“Sua clarividência excepcional e sua têmpera poderosa emergiam com veemência, na duríssima realidade social e política de seu tempo. Recordando o drama da emigração, experimentado em sua própria família, sua vida compartilhava do drama da pobre gente, oprimida e marginalizada, indefesa, porque sem influência social. A defesa dos direitos humanos de seu povo – que tanto significado tem hoje, no empenho magistral e pastoral da Igreja – constituía, para D. Scalabrini, um empenho tenaz e coerente, de luta ideal e de solidez social, inspirado pelo pastoreio evangélico” (Voto V).

O mesmo deve-se dizer de seu esforço ascético de aperfeiçoamento. Tal desejo de perfeição, porém, não se encerrava em autossatisfação do dever bem cumprido, ou de uma forma refinada de narcisismo, mas, ao contrário, encontrava sua saída, na vontade de edificar o próximo, para o qual nutria imensa caridade” (Voto VII).

O VI Consultor, sintetizando, pergunta-se, se O. Scalabrini foi um “administrador”, ou um apóstolo:

“O núcleo central, ao redor do qual, gira toda a atividade de D. Scalabrini é uma riqueza de caridade, na qual se realizam plenamente, as palavras de Jesus: ‘Amarás o Senhor Deus, com todo o teu coração ... Amarás o teu próximo como a ti mesmo’.

Podemos parafrasear, se lícito, as palavras de Jesus, no caso de D. Scalabrini, como esta frase: ‘Amarás a Igreja, com toda a tua vida’.

D. Scalabrini coloca-se entre as grandes figuras que têm, não somente honrado, mas ‘edificado’, no sentido etimológico do termo, a Igreja italiana, na segunda metade de 1800 e na primeira de 1900; ao lado de D. Bosco, D. Orione, D. Guanella, o nosso Servo de Deus encontra seu lugar. Seu amor a Deus e aos homens foi limitado na intensidade e manifestou-se num fervor infatigável de iniciativas realizadas, a custo de qualquer sacrifício.

Se uma coisa emerge com clareza, do conjunto das testemunhas é a dedicação total do Servo de Deus, a sua vocação cristã de sacerdote e de

bispo; uma vocação vivida em todas atividades de apóstolo e em todas as direções, propostas como pastor.

Não é possível uma vida de tão intensa atividade, tão dinâmica na invenção contínua de novas propostas apostólicas, tão consumida pela generosidade jamais arrefecida, se não há na alma, um grande ideal: ou se trata de um ideal terreno e então, depara-se com um 'administrador' excepcional, ou trata-se de um ideal celeste e então depara-se com um apóstolo.

Que D. Scalabrini tivesse a capacidade de um grande 'administrador', em bora indiretamente, resulta das testemunhas que falam de uma sua 'astúcia', de uma capacidade de conhecer os homens e as coisas e de saber utilizá-los para realizar um grande desígnio. Mas D. Scalabrini não quer ser um 'administrador', mas um apóstolo; as testemunhas permitem afirmar que ele não foi um negociador de hábito talar, mas um pastor, ardente no zelo e incansável na atividade criativa e construtiva; um apóstolo que colocou toda a sua capacidade e prodigalizou todas as suas forças sempre e somente, a serviço da Igreja, isto é, para a glória de Deus e o bem das almas.

Uma atividade tão febril, prolongada pelos três decênios de seu episcopado, certamente teve também, momentos de dificuldades e de incompreensões: são os sinais da contradição, que acompanham a atividade do apóstolo. Mas, o complexo de sua atividade pastoral é tão imponente, que além de 'edificados' deixam também admirados pelo grande volume de trabalhos realizados por ele" (Voto VI).

Escolhemos agora, entre as testemunhas do Processo Diocesano, os elementos "humanos", que nos ajudam a compreender a personalidade de D. Scalabrini e a transformação que a graça de Deus operou no conjunto existencial de sua vida e atividade, mas especialmente nos relacionamentos humanos, criando aquela harmonia e unidade fundamental, que atraíam a atenção dos contemporâneos e dos pastores, sobre "este homem espiritual".

D. Scalabrini possuía um temperamento muito sensível; prova-o a frequência das lágrimas, que ele misturava com as dos sofrendores, ou daqueles que e convertiam; ou derramava por causa dos danos causados ao seu povo; prova-o também, a irascibilidade e a impulsividade, sempre prontamente corrigidas. "Todas as misérias humanas comoviam seu grande coração" (Test. L. Mondini, Processo Diocesano, f. 126). Visitando as surdas-mudas, comovia-se "até as lágrimas, quando constava

a aquisição da linguagem, por aquelas pobres criaturas” (idem, ff. 123-124). Durante o cisma miragliano, “enquanto narrava os tristes fatos que estavam sucedendo, ele chorava” (Test. C. Douglas Scotti, idem, f. 321).

Ele, às vezes, era um pouco repentista, mas reentrava em si imediatamente, e com grande generosidade, dava a mais ampla satisfação” (Test. F. Torta, idem, f. 345). “Que o Servo de Deus tivesse um caráter um tanto irascível, é coisa que admito. Devo, porém, ajuntar que, se alguma vez escapou-lhe um ímpeto súbito, eu ficava edificado vendo-o reprimir-se imediatamente (Test. L. Mondini, idem, p. 153).

Sua sensibilidade humana era-lhe de grande ajuda no exercício da caridade; por outro lado não lhe dificultou a concepção generosa do perdão.

“O exercício da caridade generosa para com todos os necessitados e sofredores foi a característica do episcopado de D. Scalabrini” (Test. A. Carini, idem, f. 433);

“Jamais ouvi dizer que alguém tenha se apresentado a Scalabrini e, sendo possível, não tenha sido ajudado” (Test. F. Calzinari, idem, f. 632).

“No que se refere à caridade para com o próximo, devo dizer que foi realmente ilimitado” (Test. C. Mangot, idem, f. 38);

“Era de uma excepcional generosidade” (Test. C. Douglas Scotti, idem, f. 320); “de uma caridade ilimitada” (Test. F. Torta, idem, f. 345).

“Podendo, doava sempre e a todos” (Test. G. Squeri, idem, f. 531). “Ademais, estava sempre presente em qualquer catástrofe pública: O Servo de Deus doava e levava a doar” (Test. A. Ranza, idem, f. 649).

Demonstrou uma “especial caridade” tanto para com as famílias dos “nobres decaídos” (Test. E. Morisi, idem, f. 455), quanto com os encarcerados: “Cuidava diretamente de todos e de cada um, vindo pessoalmente nas celas nos casos mais delicados e dando ajuda com coisas concretas e com dinheiro” (Test. L. Mondini, idem, f. 124). “Socorreu e possibilitou o ingresso no Seminário e a continuação da carreira eclesiástica a muitos provenientes das classes pobres” (Test. E. Morisi, idem, f. 455). “Não ia, mas voava para visitar os doentes” (Test. L. Tammi, idem, f. 838); toda vez em que fosse solicitado, o Servo de Deus visitava os enfermos em qualquer condição” (Test. F. Gregoro, f. 565), “ricos e pobres que fossem,

levando uma palavra de conforto, e frequentemente o socorro de sua grande caridade" (Test. E. Morisi, *idem*, f. 565).

Esse era o seu interesse constante e cotidiano para com os irmãos: é supérfluo relembrar os fatos que o tornaram famoso, como a assistência aos atingidos pela cólera, a distribuição de 3.000 sopas diárias durante o inverno de 1879 - 1880, a fundação do Instituto Surdos-mudos, as obras para os imigrantes, a Obra em favor dos Mondadores de Arroz, a organização dos Comitês da Obra dos Congressos por ele encaminhada sob a forma de assistência social e não em nome de uma política, mesmo que eclesiástica.

Mas a prova mais evidente foi a generosidade do perdão. "D. Scalabrini nunca conservou ressentimento para com adversários e ofensores; antes foi fácil ao perdão e teve frequentemente, gestos de delicada bondade, para com eles, até tornarem-se os prediletos" (Test. E. Morisi, *idem*, f. 455). "Era uma das características de sua caridade, a de beneficiar seus ofensores, para quem fazia todo o esforço para demonstrar-se particularmente benévolo" (Test. G. Squeri, *idem*, f. 532).

O episódio mais famoso foi aquele do perdão ao seu grande adversário, Pe. David Albertário. O Cardeal J. B. Nasalli Rocca acrescenta um particular significativo: "Devo dizer que nunca ouvi dele, uma palavra amarga contra este sacerdote publicista" (*Idem*, f. 750).

Para com os sacerdotes de sua diocese, demonstrou uma feliz associação entre o carisma da paternidade e um "saber fazer", que certamente pertencia ao seu temperamento: "Foi pai para todos, particularmente para o clero, que sabia conquistar com uma graça e "astúcia que os fazia realizarem o que ele queria" (F. Torta, *idem*, f. 337).

"Era sua constante preocupação, realizar obra de aproximação, buscando, em todas as ocasiões, aparar os ângulos, como fazia sempre ele mesmo. Era uma arte maravilhosa, que produzia grande bem a todos, sabendo conquistá-los com sua atração paterna. E quando não podia contentar alguém, dourava a pílula com suas palavras e modos tão corteses e amáveis, que o indivíduo quase ficava contente" (Test. G. Cardinali, *idem*, f. 305). "Nasceu diplomata e era uma sua prerrogativa aplinar as questões e impedir as divisões. Diversas vezes, ouvi dizer: Que fazer? Diante daquele homem, é necessário ceder sempre" (Test. F. Torta, *idem*, f. 352). "Ele sabia apresentar as coisas de tal forma que a gente sentia necessidade de atendê-lo. Experimentei-o em mim mesmo, quando me fez sempre ir onde eu não queria; e acabei ficando sempre contente" (Test. L. Tammi, *idem*, f. 831).

“Se há algo a ser censurado é o fato de ter sido sempre demasiado gene roso em sua bondade” (Test. A. Ghizzoni, idem, f. 773). Jamais, porém, deixou de empregar a firmeza, quando necessária:

“Um dia me narrou a pena que provara por ser preciso remover um sacerdote, de sua paróquia (...). “Quando o vi vir ao meu encontro com o pluvial, se me partiu o coração, particularmente atendendo à idade avançada do infeliz padre” (Test. G. Cardinali, idem, f. 295). “Quando o servo de Deus era constrangido a tomar medidas severas contra alguém, não abandonava aquela sua maneira paterna, habitual, que conquistava os ânimos e dobrava as vontades menos fúteis” (Test. E. Caccialanza, idem, f. 226). “Ia devagar e procurava desculpar sempre as culpas e de suavizar as penas” (Test. G. Squeri, idem, f. 533). “Sentia muita compaixão pelos sacerdotes que tinham profanado seu sacerdócio, e os acompanhava espiritualmente, procurando conduzi-lo a uma solução feliz” (Test. G. Polledri, idem, f. 593).

Particular ênfase é dado pelos testemunhos à superação das “autonomias espirituais” que, normalmente, fazem parte da psique humana. Já notamos que Scalabrini, apóstolo da unidade, criou-a e testemunhou-a, em primeiro lugar, em si mesmo. Observava D. Orione: “Era uma pessoa que não deixava passar a oportunidade para tornar-se ponte, com o santo objetivo de conciliar e unir, c mais possível, os filhos ao Pai comum dos fiéis. Deixando de lado as escórias, visava o núcleo das coisas, procurando abrandar a passionalidade que afligia os seus tempos” (Test. L. Orione, idem, f. 821). Não teria podido realizar a conciliação entre os outros se não a tivesse já realizado em si mesmo. Eis alguns exemplos dessa conciliação interior.

“Possuía o porte digno, mas de maneiras sempre afáveis: dele podia-se dizer, que temperava a dignidade real com o comportamento materno” (Test. F. Calzinari, idem, f. 628). “Possuía um temperamento intrépido e forte, e mesmo nas piores vicissitudes demonstrou uma extraordinária coragem, a ponto de não retroceder, quando assim o exigia o dever, diante dos abusos e das injustiças” (Test. E. Caccialanza, idem, f. 230). Porém, “não era soberbo” (Test. E. Preti, idem, f. 243) e seus modos foram extremamente delicados” (Test. A. Scarani, idem, f. 406).

“Era de uma têmpera adamantina; não desanimava, nem dava sinais de fraqueza, sustentado sempre, pela confiança em Deus. Foi sempre de uma grande retidão; era firme em seus princípios e comportamento, sem ser teimoso. Mantinha sua posição, mas sem ostentação” (Test. G. Radini-Tedeschi, idem, ff. 370-372). “Foi um homem de grandes iniciativas

e empreendimentos, sem resvalar na temeridade. Foi o homem justo, que deu a cada um o que lhe pertencia; foi forte e intrépido” (Test. G. Cardinali, idem, f. 296). “Nunca usou de parcialidade motivada por antipatia ou simpatia, que tivesse causado danos morais ou materiais a terceiros. Antes, posso afirmar, que se alguma vez estava em dúvida a quem conferir um cargo: se a uma pessoa particularmente estimada, ou a quem não tivesse especial motivo para a sua afeição, ele, por temor de seguir o impulso do próprio coração, antes que as normas da justiça, antes de decidir-se pedia o parecer de pessoas dignas de estima” (Test. L. Mondini, idem, ff. 139-140). “Foi sempre animado pela mais firme esperança na Divina Providência; porém, jamais transcurou os meios que a prudência e a sabedoria sugeriam” (Test. L. Mondini, idem, ff. 117-118). “Sentia, de modo extraordinário, sua responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, vivia em perfeito abandono à Divina Providência. Nunca o vi duvidar um momento, mesmo nas circunstâncias mais difíceis. Mas, nem por isso foi presunçoso, transcurando os meios humanos” (Test. F. Torta, idem, f. 347). “Dizia frequentemente que, com o crédito, não se faz nada, e com os débitos se faz alguma coisa... porém, empenhava-se a procurar ofertas de particulares e de Instituições” (Test. E. Caccialanza, idem, f. 218). “Ele dizia frequentemente, que não se deve desistir de fazer boas obras por temor de enfrentar despesas, com a condição de se usar de prudência e parcimónia” (Test. G. Cardinali, idem, f. 301). “Frequentemente dizia que, em todas as ocasiões é necessário ver, prever e prover” (Test. C. Mangot, idem, f. 39).

“Era afável com todos, e de modo particular entretinha-se com os pobres e os filhos de pobres” (Test. G. Dodici, idem, f. 171). “Era afabilíssimo, especialmente com o povo e não desdenhava, descer ao meio deles, e embora tratasse com muita cortesia os nobres e os ricos, não adulava ninguém” (Test. L. Mondini, idem, f. 143). “Não recusava o contato com pessoas de baixa condição; antes, poder-se-ia sintetizar essa faceta de sua virtude, dizendo que ele parava os pobres e pelos outros, deixava-se parar, salvo quando se tratava do bem das almas, em cujo caso, ia ele mesmo ao encontro de todos” (Test. L. Cornaggia Medici, idem, f. 738). “Não fazia distinção entre pobre e pobre, mas dava sempre, onde surgia a necessidade” (Test. L. Mondini, idem, f. 123). “Dava com muito prazer, repetindo sempre que, dando dez ao Senhor, Ele retribui com cem” (idem, f. 117). “O mote que repetia a seus familiares era: Dai e vos será dado, e colocava os pobres diante de qualquer obra que quisesse realizar” (Test. C. Mangot, idem, f. 39). “Embora ele soubesse tratar nobremente com os nobres, não desdenhava o contato com pessoas de esfera inferior, deixando que todos se aproximassem, sem nunca demonstrar aborrecimento” (Test. A. Carini, idem, f. 438).

Inculcava sempre o meio justo, tanto que, certa vez, disse ao tio: “Ainda não lhe quebraram os vidros? É sinal de que ainda não fez o seu dever”, e sorria, porque, modéstia a parte o tio era um digníssimo sacerdote. E a um arcepreste, que se prendera muito à letra de uma disposição geral, observava: *Noli esse nimis iustus!*” (Test. F. Calzinari, idem, f. 634). “No cumprimento de seus deveres, foi de uma constância edificante. E este apresentar-se sempre igual, nos diversos momentos e lugares, para mim, era uma virtude heroica” (Test. E. Preti, idem, f. 243).

Este conjunto equilibrado dos dons da natureza e da graça, explica o fascínio que ele exercia sobre o povo e sobre todos os que dele se aproximavam:

“Os contemporâneos de qualquer categoria e também de diversas religiões, tinham um elevado conceito do Servo de Deus, como homem e como bispo; estimavam-no pela sua inteligência, cultura e capacidade extraordinária de governo, mas sobretudo pela sua santidade, que se irradiava de cada palavra e de cada ato, edificando também, os menos favoráveis à Religião” (Test. L. Mondini, idem, ff. 146-147). “Luís Luzzatti, Ministro das Finanças, reconhecido como adepto da religião judaica, declarou no Parlamento, que se todos os bispos fossem como D. Scalabrini, também ele se tornaria católico. E isto, pelo fascínio pessoal, que D. Scalabrini exercia sobre ele” (Idem, f. 121). O publicista Galimberti, que fora diretor do jornal liberal e maçom “O Progresso”, costumava dizer que evitava estar em contato com D. Scalabrini, porque era voz corrente que ele ganhava para a fé, todos que se avizinhavam dele (idem, f. 130). “Tinha o dom particular de conhecer as pessoas e tomava decisão pronta e segura em negócios e nas questões e era fino no trato. Assim, conseguiu impedir frequentemente, ou abrandar as divisões e controvérsias entre o clero e conquistar a benevolência da sociedade e das autoridades civis” (Test. G. Squeri, idem, f. 533).

Por outro lado, “ele sempre demonstrou a necessária fortaleza para resistir às afrontas, à prepotência e à usurpação das autoridades civis” (Test. C. Spallazzi, idem, f. 89). “Quando se tratava de defender os direitos de Deus e da Igreja, o servo de Deus não se dobrava diante de ninguém, elevando a voz, também diante das autoridades civis” (Test. L. Mondini, idem, f. 141). “O período tempestuoso de seu episcopado, o conflito político de cunho massônico e o revezamento dos partidos hostis à Religião e o conservar-se, o Servo de Deus, digno e intrépido, a ponto de merecer a estima dos adversários, prova toda a sua fortaleza de ânimo» (Test. A. De Martini, idem, f. 266). Não obstante tudo, sabia

conservar bom relacionamento com as autoridades e impunha-se com sua personalidade e o seu “saber agir” (Test. L. Tammi, idem, ff. 830-831).

Todos admiravam sua serenidade de espírito, durante os períodos mais atormentados de seu episcopado, especialmente durante o cisma do Miraglia.

“Durante todos esses incidentes, via-se que ele sofria internamente, com tanta intensidade, que até se ressentia fisicamente e emagrecera de maneira impressionante. Porém jamais o vi cometer um ato de impaciência; conservou sempre a calma e nunca proferiu um lamento” (Test. C. Spallazzi, idem, f. 71). “Muitas vezes o vi chorar e prostrar-se com o rosto por terra, diante do Santíssimo Sacramento, a implorar misericórdia sobre aquele infeliz e para a salvação das almas que lhe foram confiadas. Porém, nunca percebi uma palavra, ou gesto, que demonstrassem impaciência ou irritação contra o infeliz apóstata. Aliás, se de algum de seus familiares escapava uma expressão hostil contra Miraglia, ele lhes lembrava os deveres da caridade cristã” (Test. L. Mondini, idem, f. 107).

Um dos períodos mais duros foi o das polêmicas com os “intransigentes”. “Sofreu muitas contrariedades, que suportou serenamente, não somente dos inimigos da fé, mas também, por parte de muitos considerados católicos, que não aprovaram seu zelo, considerando-o intempestivo (Test. C. Mangot, idem, f. 42). “A questão do Pe. Davi Albertário foi terrível; o Bispo Scalabrini teve grandes desgostos. Este sacerdote, jornalista considerado, era imprudente e pretendia ditar leis aos bispos. O Bispo possuía boas razões para que não se lesse o ‘Observador Católico’. Tendo Albertário reconhecido seu erro, o Servo de Deus perdoou-o, dando-lhe sinais de grande benevolência” (Test. P. Scarani, idem, f. 481), agindo energicamente junto ao governo, para obter-lhe a liberdade, depois dos acontecimentos de 1898, ou ao menos, a permissão de celebrar a missa e vestir o hábito talar. Antes já o havia convidado a fazer uma conferência no episcopado, e o sacerdote, “com palavras comovidas, referiu-se ao seu relacionamento com D. Scalabrini, afirmando o seu critério de que, ao anunciar a verdade, é necessário ser intransigente. Mons. Scalabrini respondeu com a mesma comoção e afirmou que, para a verdade, não basta ser intransigente, mas intransigentíssimo, usando, porém, também de caridade” (Test. A. Ghizzoni, idem, p. 766). “Defendeu os direitos da Igreja contra seus inimigos, com firmeza, mas também com caridade. Para mim, é fortaleza singular em D. Scalabrini, o ter sabido

sempre afirmar suas ideias, nas coisas mais opináveis, contra a corrente intransigente daquele tempo, também diante do Sumo Pontífice, não fugindo dos múltiplos desgostos, que sua atitude podia causar-lhe" (Test. F. Lotteri, idem, ff. 712-713).

Em todas estas circunstâncias, mais do que sua firmeza em si, admira-se aquele aspecto particular da fortaleza que é a paciência demonstrada por D. Scalabrini, no silêncio rigorosamente mantido, quando havia o perigo de ser atingido o prestígio do Papa, no suportar sem abatimento e sem tristeza, as ofensas, ou as desvantagens que atingiam somente a sua pessoa, e sobretudo na largueza do perdão insistentemente oferecido e abundantemente concedido, a quem o ofendera nos sentimentos mais caros, como o amor à verdade, a devoção ao Papa, o amor a sua Diocese e ao clero.

4) *"A integridade do caráter": o retrato do homem Scalabrini na correspondência com Bonomelli*

D. Scalabrini escolheu, para model o de seu episcopado e dos seus missionários, S. Carlos Borromeo, porque "foi exemplo de todas as virtudes que formam o verdadeiro apóstolo de Jesus Cristo" e também, porque via nele "um homem de ação, que não hesita, não se divide, não retrocede nunca e coloca em cada ato, toda a força da própria convicção, toda a energia da própria vontade, toda a integridade de seu caráter e todo o próprio ser" (Aos Missionários para os italianos na América, Placência, 1892, p. 13).

A integridade de caráter é um dos aspectos mais típicos do homem e Servo de Deus, Scalabrini. Ela se revela na amizade, que, humanamente falando, pressupõe uma virtude. Já dizia Cícero: "Sem virtude não há amizade". É a virtude que forma e conserva a amizade, porque nela encontra a harmonia, a estabilidade, a constância". E Santo Tomás afirma: "Mais que uma virtude, é a consequência da virtude". Na amizade, o crente "divinizado" pela conformidade com Cristo, codivide o modo teândrico de amar, próprio do Senhor: é amigo em Cristo, com Cristo e por Cristo.

Harmonia, estabilidade e constância caracterizam a emblemática amizade entre Scalabrini e Bonomelli, mas, mais ainda, a "filadelfia" isto é, o serem "amigos-irmãos", levando um, o peso do outro, a solicitude e

cuidados recíprocos, o amor desarmado e construtivo, que participa das esperanças, mas que se revela, sobretudo, no auxílio ao irmão, nas dificuldades, na colaboração do crescimento recíproco no amor, “com o qual Cristo nos amou”, na correção fraterna, que procura prevenir o risco de um mal moral, na coerência do Evangelho.

No Processo, o interrogatório a respeito desta amizade foi colocado em termos negativos: perguntava-se se D. Scalabrini “fora prudente, a ponto de não incorrer a nenhuma responsabilidade, pelos desgostos ocorridos àquele ilustre Prelado”. A atenção das testemunhas firmou-se mais sobre o aspecto prudencial, que sobre o aspecto humano e cristão, e alguns insistiram sobre o papel moderador que D. Scalabrini exerceu em relação ao amigo, lembrando até episódios que demonstram a sinceridade, a “santa liberdade”, e portanto, a autenticidade e a lealdade de um relacionamento, baseado na virtude. Não faltaram, todavia, testemunhas que colocaram em relevo, a fraternidade e a partilha. Basta citar uma testemunha que resume todas as outras: “D. Scalabrini foi para Mons. Bonomelli, o verdadeiro amigo, que toma para si todas as penas do amigo, aconselha-o com sabedoria e prudência, defende-o em público e em particular, até diante da suprema autoridade do Pontífice” (Test. L. Cornaggia Medici, f. 736).

Na realidade ninguém, além deles mesmos, podia conhecer a fundo, a amizade exemplar dos dois bispos, que se abriam o coração só na intimidade dos colóquios e na correspondência confidencial. Felizmente, esta foi conservada, e revela aspectos interessantíssimos de suas histórias pessoais e de suas vicissitudes humanas, que, além de particulares até pouco tempo, inéditos na história da Igreja italiana daquela época. Bonomelli, um ano após a morte do amigo, assim evocava os 37 anos de seu relacionamento:

“Vermo-nos, falarmo-nos e sentirmo-nos logo unidos por uma íntima amizade, foi uma coisa só. E aquela amizade tão franca, tão querida, tão afetuosa durou inalterada até o dia 1.” de junho do ano passado, quando D. Scalabrini trocou a terra pelo céu. Nossa relação mantinha-se viva e crescia, graças a uma correspondência periódica e interessante, na qual comunicávamos nossas ideias, nossas esperanças, nossos temores e nossas alegrias, com aquela santa liberdade, que não conhece segredos.

Em 1871, fui nomeado bispo de Cremona e poucos anos depois, ele era nomeado bispo de Placência. A Providência colocou-nos vizinhos e nosso

relacionamento, por cartas e visitas tornou-se mais frequente e se fosse possível, mais íntima a amizade, sobre a qual, no decurso de 35 anos, jamais passou a mais leve nuvem. Entre nós não havia segredos e nem suspeitas; ele, amigo, lia no meu coração como eu lia no seu e creio que dificilmente dois amigos foram mais uníssonos, que nós dois. E esta amizade, embora, íntima, não tolhia a liberdade de pensamento e ação sobre todos os pontos; antes, tornava-se mais suave e mais constante, e se necessário, heroica. D. Scalabrini deu-me repetidas provas, verdadeiramente sublimes, em momentos difíceis. Fiel à amizade até o heroísmo, não duvidava um instante sequer no tomar como própria a causa do amigo, e afrontava desgostos e desafiava perigos para prestar-lhe serviços" ("O Emigrante na América", junho, 1906, pp. 74-75.

Um dos "momentos mais difíceis" está ligado à publicação do opúsculo bonomelliano: "Roma, Itália e a realidade das coisas". Bonomelli manifestou ao amigo, a intenção de intervir publicamente sobre a Questão Romana, desde 1877". Sabeis que nada vos tenho escondido nada, nada. Antes de iniciar a causa, a vós, como amigo a toda a prova, abro minha alma e digo tudo, pedindo-vos conselho." (Bonomelli, a D. Scalabrini, 2-4-1887). O. Scalabrini, conhecedor das ideias de Roma, aconselhou-o a fazer uma edição reservada ao Papa, ao Rei e a alguns Prelados, e ir devagar (...). Os tempos vão amadurecendo, mas não me parecem suficientemente maduros, para dizer inteira mente certas verdades." (D. Scalabrini, a Bonomelli, 11-12-1887). Mons. Bonomelli, que não aguentava mais, transpôs a prudência de D. Scalabrini, publicando o opúsculo em 1.º de março de 1889 e advertindo o amigo, só de pois da coisa concluída. O Bispo de Placência não aprovou, mas não se ofendeu por essa impulsividade, como era seu estilo, aceitou os fatos concluídos, mesmo aqueles que, pessoalmente não teria feito, nem aconselhado e preocupava-se em evitar as consequências negativas e, se possível, obter delas, frutos positivos. Fez-se mediador entre o Papa e Bonomelli, quando o opúsculo foi colocado no "Index" e o Bispo de Cremona fez a célebre declaração pública de submissão, durante a Homilia da Páscoa; defendeu-lhe a sinceridade, suplicou a Leão XIII que não exacerbasse o ânimo ferido de quem havia obedecido, "como filho e não como servo." Deus vos a bençoe pelo que fizestes por mim, pelo afeto que me demonstrastes." (Bonomelli a D. Scalabrini, 26-4-1889).

E quando Bonomelli, "que devia ter a alma enfatiada e farta de tantos aborrecimentos") Scalabrini a Bonomelli, 11-5-1889) disse que "al-

mejava uma cela no deserto”, O. Scalabrini encorajou-o a acreditar nas ideias justas.

“Mas, que cela do Egito! Vá sepultar-se nela quem é causa da ruína de tantas almas, não um bispo que, como vós, disse, escreveu e fez tanto para impedi-la. Qual o quê! Deus colocou-vos no campo de batalha e é necessário permanecer nele, detonassem, embora de todas as partes, as balas inimigas. Sois um ferido glorioso. E as ideias caminham. São ideias de verdade, de caridade, de paz. Ficai na retaguarda e deixai-as caminhar. A vitória não pode faltar e vós podereis dizer que lhe abristes o caminho” (D. Scalabrini a Bonomelli, 6-6-1889).

No ano seguinte, Bonomelli foi denunciado ao Santo Ofício, por algumas notas acrescentadas à tradução das obras de Monsabré. O Scalabrini procurou tranquilizá-lo: “Fique tranquilo. A fase que se inicia, é dolorosa, mas cheia de luz. Deixemos a Providência agir. Quanto a mim é desnecessário dizer que farei por vós, o que não faria por mim. (...) Calma, coragem, confiança em Deus e avante” (Idem, 17-4-1890). Entretanto, a condenação veio e mais uma vez O. Scalabrini está junto do amigo

“Participo, de todo coração, de vossas dores e penas; mas, é mister ser forte, e carregar, com grande dignidade, o peso desta tribulação. Estou certo que um dia, não muito distante, vos será feita justiça. *In omnibus, escrevia Sto. Ambrósio, cupio sequi Ecclesiam Romanam: sed tamen et nos homines sensum habemus.* Parece-me que ele entendia dizer: Porque sou bispo devo deixar-me impor como se impõe a um jumento? Adeus, querido amigo; coragem, colocai vossa causa nas mãos de Deus, que vos confortará, como eu Lhe suplico cada dia” (Idem, 28-4-1890).

Em 1882, o Papa estava prestes a tirar Bonomelli de sua Diocese e enviá-lo em missão diplomática, na América Central. O Bispo de Cremona pediu a D. Scalabrini, que fosse falar pessoalmente com Leão XIII. O amigo interrompeu sua viagem à Sicília e dirigiu-se imediatamente ao Papa: “Falei-lhe com vigor. Respondeu-me que cuidaria, com o devido respeito, sob o ponto de vista de vosso interesse, e tratá-lo-ia pessoalmente convosco. É necessário sangue frio e firmeza. Se deveis corrigir alguma coisa, corrija-a, mas firme em vosso posto” (D. Scalabrini a Bonomelli, 16-5-1892). D. Scalabrini preparou para Bonomelli uma carta de defesa tão forte, que este não teve coragem de enviá-la a Roma. Vislumbra-se também neste caso, uma nesga do caráter de D. Scalabrini

“Espantam aqueles acentos fortíssimos e veementes. Mas dissei: ousaríeis escrever assim para Roma? Assombro-me de vossa coragem. Admiro-vos; deveras temo um raio, eu como eu. Vós sois um outro ser e não sei como, em vossa boca, certas canhoneadas passam, mas na minha, não. É outra coisa” (Bonomelli a D. Scalabrini, 30-5-1892).

D. Scalabrini, em resposta, fala, não de coragem, mas de dever. “Compreendo o respeito, a obediência, a piedade, o heroísmo; compreendo tudo; mas um bispo não é dono da própria honra, como pode ser em particular” (Scalabrini a Bonomelli, 10-6-1892). Bonomelli decidiu-se finalmente a defender-se junto ao Papa, que prometeu mandá-lo à América, por alguns meses, sem tirar-lhe o título de Bispo de Cremona. D. Scalabrini, a pedido de Bonomelli, esforçou-se para que fosse evitada também esta solução comprometedora, continuando a tranquilizar o amigo que estava sobre espinhos. (Dentro em pouco - far-me-ei frade, ou tornar-me-ei “Savonarola”).

“Fazer-se frade, tornar-se Savonarola? A primeira coisa seria boa para quem tem vocação, gloriosa; a segunda, para quem se sente capaz disso. Mas a melhor coisa será não fazer nada; e procurar, com o maior empenho possível, promover a glória de Deus e o bem das almas, seguros de que: *si scimus tacere et pati videbimus auxilium Domini*. Neste ínterim, trabalhemos, oremos e esperemos melhores tempos” (Scalabrini a Bonomelli, 10-7-1893).

Em 1895 estourou o cisma do Miraglia. Coube, então a Bonomelli confortar o colega. “Meus olhos, e com os olhos, o coração, estão voltados para Placência, a vós caríssimo entre os amigos vossa tribulação é incrível e sinto-a no coração, como se fosse minha.” (Bonomelli a Scalabrini, 27-1-1896). Em 1899, D. Scalabrini retribuiu-lhe correndo à cabeceira do amigo, vitimado por grave enfermidade. Em 1900, preveniu Mons. Bonomelli do perigo que a Obra dos emigrantes italianos na Europa, fosse politizada e instrumentalizada por interesses nacionalistas dos organizadores leigos. Pode-se discutir a reserva do Bispo de Placência: “Não gosto de leigos empreendedores”, nas coisas estritamente religiosas”, se se considera como princípio. Mas deve-se considerar também as circunstâncias concretas. Mons. Bonomelli foi sempre o inimigo mais feroz dos “bispos cabresteados”, quando se tratava de “intransigentes”. D. Scalabrini recordava-lhe que isto deve valer também para os transigentes”.

Não se gritou tanto contra os “bispos encabrestados”? Amo a equidade e a coerência para com todos. (D. Scalabrini a Bonomelli, 4-4-1900).

Mons. Bonomelli achou que a amizade estivesse se resfriando, porque no ano precedente, por ocasião de sua enfermidade, o amigo havia sido “todo para ele”. D. Scalabrini assegurou-lhe: “Se no ano passado, como dissesstes bondosamente, fui todo para vós, podeis estar seguro que todo para vós sou e serei para o futuro, mesmo quando certos enganos práticos não me agradam” (Idem, 21-6-1900).

Tal clareza e fraqueza não podiam arrefecer uma amizade autêntica. Quando Bonomelli não seguiu o conselho de não editar o opúsculo conciliatorista, D. Scalabrini disse-lhe: “Se continuardes assim, tirar-vos-ão até o batismo”. Não hesitou em demonstrar seu desgosto ao ver exposta a bandeira tricolor no palácio episcopal de Cremona, no dia 20 de setembro, aniversário da tomada de Roma: “O que fizestes? O que vos passa pela cabeça? Sois um homem inteligente, mas não compreendeis. Dir-se-ia que primeiro realizais as coisas e de pois refletis” (Test. L. Mondini, Processo Diocesano, ff. 1 34-135). “Vós e Albertário, em certos aspectos, vos assemelhais” (Test. F. Lotteri, idem, f. 21 0).

Mons. Bonomelli, na sua retidão e no seu sincero amor à Igreja, aceitava docilmente a “correção fraterna”, declarando que ela demonstrava a autenticidade da amizade, que nunca é egoísta e possessiva: “Esta amizade, ainda que íntima, não tolhia a liberdade de pensar e de agir em diversos pontos; antes, tornava-a mais firme e se necessário, heroica.

Também no campo da amizade, encontramos semelhança com São Francisco de Sales, que se definia: “Sou um homem e nada mais que isso”; e não hesitava em declarar: “Não há ninguém que vos ame mais cordialmente, mais ternamente, e para dizer com sinceridade, mais amorosamente que eu.” Lemos algumas passagens da correspondência: Scalabrini - Bonomelli.

“ *‘Omnia mea tua sunt’* e sabeis que vos amo, não só como coirmão, mas como um irmão afetuosíssimo” (D. Scalabrini a Bonomelli, 19-6-1886).

Não quis escrever-vos nestes dias, para respeitar vossa dor filial, que senti no íntimo do coração, como se se tratasse do meu pai. Tudo quanto vos pertence, toca-me vivamente (Idem, 25-4-1883).

O fogo de nossa amizade é tão intenso, que *nec flumina obluent illum*” (Idem, 27-11-1883).

“Para muitos, as felicitações são um cumprimento, um ato de conveniência, mas as minhas são feitas de coração, expressão de grande estima, de profunda e reverente amizade, de união inalterável” (Idem, 21-12-1883).

“Os primeiros e melhores votos de meu coração, pelas festas de Natal, são para vós, *dimidium animae meae*. Nossas almas estão unidas com vínculos misteriosos, e embora distantes, falam-se e se entendem sempre” (Idem, Natal 1892).

A amizade humana de um “homem espiritual” é amizade cristã, tornada transcendente pela caridade e participe da amizade que Cristo ofereceu aos homens; praticada por quem vive na intimidade com Deus e se expressa na medida em que Deus o faz participar de sua vida. Ela é ajuda recíproca para crescer no conhecimento e no amor de Cristo, e, em Cristo, da Igreja e de todos os homens. Em outras palavras: é experiência da caridade de Deus, da caridade eclesial e da caridade apostólica.

Já em 1941, o Teólogo Censor, encarregado de examinar os escritos de D. Scalabrini, declarava, sobre suas cartas:

“Estas revelam-no, muito mais que seus escritos públicos, um homem realmente santo. São documentos claríssimos de todas as virtudes: da fé do justo, com a qual o Servo de Deus aceitava das mãos de Deus, todas as coisas, favoráveis ou contrárias, orientando-as todas a Deus; da esperança sobrenatural, pela qual, jamais abatido no espírito, mas unicamente apoiado em Deus, acreditou, esperando contra toda esperança, e embora desprovido de dinheiro e de auxílio humano, empreendia obras grandiosas; da caridade ardentíssima, para com Deus e para com o próximo; da caridade, que é paciente e benigna; que não é invejosa, não se ensoberbece, não busca seu próprio interesse. Além das exímias virtudes teológicas, resplandecem também, as virtudes morais. Refulge a *‘pietas in Deum’* nutrida não pelo sentimentalismo mas genuína, brotada da caridade. Refulgem também, a prudência no agir, a justiça distributiva, a fortaleza em suportar as contrariedades, não só da parte dos inimigos, e as dificuldades da vida e das viagens por terra e por mar. Não menos admirável é a humildade, a doçura, a mansidão, o desinteresse, a mortificação interior e exterior” (*Positio super Causae Introductione, Iudicium prioris Theologi Censoris*, p. 11).

O mesmo censor não ignora “imperfeições e defeitos”, que bloquearam, por tantos anos, a Causa; mas o Congresso Peculiar dos Teólogos Consultores, em 1986, aceitou plenamente, o julgamento de 1941: “Men-

dae autem quae notari possunt apparent sicut levissimae nubes in lucidissimo coelo" (Idem, p. 12). O próprio Scalabrini, quando falava aos esposos, recomendava-lhes "que afastassem aquelas pavorosas nuvens que condensadas e obscuras, parecem toldar a luz do sol, ameaçando granizo e tempestade". E acrescentava: "Tendes visto frequentemente aquelas nuvenzinhas leves, leves, que adornadas de ouro e prata, circundadas de preciosíssimas e inimitáveis cores, descrevem em formas airosas, espetáculos surpreendentes, quase competindo, em beleza, com a serenidade do céu. Mas donde vem tanta formosura, aqueles vapores elevados, puros e reunidos a alterar-lhes a limpidez? Bem o sabeis: é o sol amigo que as reveste e embeleza-as invisivelmente. Amai o sol da caridade, que é Deus, tende sempre presente a caridade crucificada, que é Jesus Cristo; inflamai-vos na caridade que é infundida na alma cristã, pelo Espírito Santo" (Discursos para matrimônios. AGS 3018/29).

B- SCALABRINI EMPENHADO NA AÇÃO SOCIAL

1) "O socialismo e a ação do clero"

No século passado, talvez menos que na primeira metade do nosso, debatia-se a questão do empenho humano no cristão e, sobretudo, do cristão sacerdote e religioso, na busca da perfeição espiritual, que se atuasse através da ascese. Havia quem, em nome da ascese, que comporta um desprendimento dos bens terrenos, proclamava certo desinteresse pelo empenho no mundo; empenho que, em última análise, seria sempre transitório, porquanto a salvação do homem consiste na salvação da alma e a realização do desígnio salvífico de Deus dar-se-á somente nos "novos céus e novas terras" de escatologia.

Outros, porém, partiam da consideração de que, a encarnação de Cristo elevou a criação, consagrou-a em sua humanidade e em sua Pessoa humano-divina, recapitulou todas as coisas, as visíveis e as invisíveis, sujeitando-as à soberania de Deus. O mundo, portanto, tem um valor intrínseco e nós podemos e devemos usá-lo numa dimensão espiritual, enquanto continuação do mistério da Encarnação; e um cristão não pode deixar de participar de todo processo iniciado pela Encarnação.

No tempo de D. Scalabrini, a questão teórica já estava resolvida na prática, não tanto através ele uma “teologia das realidades terrestres”, quanto pela via mestra da caridade: basta lembrar São Vicente de Paulo, D. Bosco, Cottolengo, Guanella, Frederico Ozanam, limitando-nos aos que mais se aproximavam dele pela consonância de pensamento, ou pela proximidade histórica. A importância que ele dava ao conceito da continuação da encarnação na história, na Igreja e na pessoa humana, orientava-o para aquela dimensão essencial da ascética cristã, que é a assunção da realidade humana, tornada em Cristo, o “corpo” da divindade.

Já notamos que a espiritualidade de D. Scalabrini não era desencarnada e que, antes de induzi-lo à fuga da realidade e do desempenho da história, atirava-o, em cheio, no âmago da realidade viva e contemporânea, embora mantendo a “reserva escatológica” e o primado da contemplação sobre a ação. Santo Agostinho dissera: “Ninguém deve ser tão contemplativo, que não chegue, na própria contemplação, a pensar no próximo, nem tão ativo, que não procure a contemplação de Deus.” (*De Civitate Dei*, 1.19). D. Scalabrini traduziu para seus missionários “Por fundamento da própria vida apostólica, colocarão a grande máxima dos santos: não aplicar-se tanto à salvação das almas, a ponto de descuidar da própria, e não abandonar-se nunca às doçuras da vida interior até descuidar do exercício do ministério apostólico”. (Regulamento de 1888 C. XII, 2). “Ministério Apostólico” dos Missionários de São Carlos devia ser: “Manter viva no coração de nossos compatriotas, a fé católica, e procurar, quanto possível, seu bem-estar moral, civil e econômico”. (Idem, C. I, 2).

Certamente, ele não aprovaria quem se deixasse assoberbar pelo empenho social dedicado aos pobres, oprimidos, marginalizados, aos “párias” da sociedade civil, como ele definia os imigrantes, ao ponto de esquecer-se das formas da espiritualidade, da oração e da meditação; e julgaria um desvio, considerar estas formas, ou os sacramentos, como expressões de individualismo, de egoísmo e de alienação da realidade em que vive o próximo. Teria, ao contrário, condenado, alienante, uma visão da Cruz, que separasse os sofrimentos da Cabeça, dos sofrimentos dos membros do Corpo de Cristo. Sua devoção a Cristo presente na Eucaristia, já acenamos, foi também, dedicação a Cristo presente no pobre, no infeliz; sua devoção a Cristo Crucificado concretizou-se no serviço

compassivo e eficaz, aos membros do Corpo, que participam na história, dos sofrimentos de Cristo.

D. Scalabrini reflete frequentemente sobre as crises da sociedade contemporânea, indaga-lhes as causas, mede-lhes as dimensões, enquadra-as no contexto histórico eclesial e temporal, prevê as possíveis consequências. Aceita a realidade sem abater-se e sem fugir da luta, apresenta soluções e meios para atingi-las, procura aliados entre os amigos, mas também, além do círculo eclesiástico, e da ortodoxia pura, olha com confiança para o êxito final, prevê, talvez utopicamente, mas sobretudo, esperando em Deus, um amanhã melhor. E espera também nos homens, convencido de que Deus os quer colaborados de seus desígnios sobre o mundo.

Por isto conclama os cristãos à ação católica:

“É este, realmente, o objetivo da ação católica: promover, com uma organização que corresponda às exigências dos tempos, este movimento de retorno, já inserido na consciência de todas as pessoas honestas: reconduzir Jesus Cristo às escolas, aos costumes, à sociedade.

Nosso objetivo não é fazer política, como nossos adversários querem dar a entender. Queremos, antes de tudo, realizar obra de saneamento moral, e providenciar depois, às necessidades de ordem econômica, que respondam às legítimas aspirações, especialmente, da classe operária. Os exploradores do pobre povo fizeram até agora, magníficas promessas, mas todas foram vãs. Prometeram pão e justiça e hoje faltam justiça e pão para o povo.

Pois bem, nós queremos, para o bem do povo, organizar instituições beneficentes, aumentar o mútuo socorro, favorecer a indústria, ajudar o comércio, fecundar as obras de caridade, que, em nossos dias, são mais oportunas” (Ação Católica, Placência, 1896, pp. 7-8).

Quando pároco de Como, fundou uma sociedade de mútuo socorro para operários têxteis, procurava tecidos para que trabalhassem a domicílio, exortava os proprietários de terras a investirem o dinheiro em postos de trabalho; “tornava-se intermediário entre as indústrias de seda e os operários que reclamavam trabalho, cuja maior parte era socialista declarada”. (Test. A. Bianchi, Processo Diocesano, f. 670).

Bispo, diante do surgimento das lutas sociais, que corriam o risco de serem instrumentalizados pelo marxismo, incitou os sacerdotes a estudarem, antes de tudo, os problemas sociais; depois a favorecerem o

associacionismo a promoverem obras de previdência e mútuo socorro, bancos católicos e caixas rurais, cooperativas de produção, de consumo e de seguros; exortou-os a dedicarem-se a todas as formas modernas de fazer o bem ao próximo” (O socialismo e a ação do clero, Placência, 1899, p. 42).

“Entre vós já houve alguém que interveio para aplinar as divergências entre patrões e camponeses, e, eu mesmo, convosco, nas visitas pastorais, ocupei-me em fazer desaparecer usos e ônus de outros tempos. Continuai neste caminho com prudente firmeza e não permitais por quanto depender de vós, que abusos e imoralidade venham tornar mais pesada e dolorosa, a vida dos trabalhadores e dos pobres.

Aos colonos, podeis procurar outras vantagens, estudando com eles, as novas descobertas e sistemas agrícolas que aumentam consideravelmente, quase sem despesas e sem maiores fadigas, os produtos do campo.

Nestes vinte anos, vi muitas propriedades paroquiais, anteriormente quase incultas, transformadas em vinhedos e campos ubertosos, por louvável iniciativa dos párocos e, a seu exemplo, territórios inteiros, vivificados por um trabalho mais intenso e mais racional. Desejaria que, o que foi obra de poucos, seja, para o futuro, obra de todos. Institui, para este fim, entre outras, nos Seminários Diocesanos, Cátedras agrícolas, que administrem ao jovem clero, conhecimentos, que lhes facilitarão fornecer às populações, que um dia lhes serão confiadas, com o pão da alma, o alimento do corpo. Não será difícil, para quem o desejar, aprender dos livros, os conhecimentos a serem dados aos camponeses, frequentemente presos a antigos hábitos, sugestões oportunas e indicações fáceis de serem entendidas e aplicadas, que entretanto, são o resultado de longos estudos e de custosas experiências. Neste sentido, também são muito úteis, as Conferências agrárias, que vos recomendo vivamente” (Idem, pp. 43-44).

Para “reconduzir Jesus Cristo à sociedade” além do “saneamento moral” devem concorrer todas as iniciativas e providências de ordem econômica que correspondem às legítimas aspirações da classe, especialmente da operária.

A humanização do trabalho deve ser favorecida, e não obstaculizada, pelo progresso científico e tecnológico. Por isso o progresso deve ser “dirigido” pelo Evangelho.

“Estudar a questão social e interessar-se vivamente por ela é missão obrigatória dos católicos. É um novo campo, que o Senhor aponta ao zelo e à atividade de seus filhos. Trata-se de fazer o oposto do que faz a revolução.

Esta procura afastar as multidões da Igreja, especialmente os operários: é necessário agora aproximá-los da Igreja. É mister revigorar as mentes e os corações com as grandes verdades do Evangelho.

Queira-se ou não, somente aqui está o remédio para os males presentes e preservativo para aqueles piores que nos ameaçam. Avante, pois, com as máquinas, com as indústrias, com as descobertas, com as conquistas da ciência. Que o homem progrida, a custo de longas fadigas, que procure melhorar em todo o sentido e sob todas as formas, as condições da própria existência, está bem. Eu exulto de coração, porque tudo isto, enfim, converte-se na glorificação da obra de Deus.

O que nós, homens da Igreja, desejamos é que o Evangelho dirija estas transformações económicas e industriais: que a prática sincera de sua lei purifique e nobilite os progressos materiais” (Centenário de São Luis - Encíclica do Santo Padre - Óbolo de amor filial, Placência, 1891, pp. 10-11).

Como na imigração vislumbrava um meio de unificação da humanidade, destinado pela Providência, a preparar a grande “unidade”, isto é, a unificação da humanidade em Deus, por Cristo, na Igreja, assim no trabalho, guiado por Deus e na humanização do trabalho, após os aspectos negativos e dolorosos, resultantes do pecado, ele via um contributo à realização do desígnio salvífico de Deus: contributo que se concretiza no serviço de Deus e do seu Reino, na autorrealização da pessoa como participe da obra criadora (e também “do repouso”) de Deus, no serviço da comunidade, favorecido pela redescoberta da unidade e da solidariedade os trabalhadores.

O homem deve trabalhar e comerciar os talentos que lhe foram dados para realizar o plano divino, que se completa na eternidade, mas prepara-se com o empenho terreno.

“A religião católica, que fez o homem conhecer sua grandeza, revelando-lhe claramente o fim altíssimo a que está destinado, impõe-lhe também, deveres proporcionados à sublimidade deste mesmo fim. O cristão, no seu operar, não deve restringir-se aos estreitos limites da razão e do tempo, sem renegar sua origem divina e seu nobre destino. Nada está isolado neste desígnio grandioso; um ser une-se ao outro, uma ação à outra, todos os indivíduos, como todas as nações têm sua função e sua parte no trabalho destinado ao aperfeiçoamento do edifício. Cumprir-la é corresponder às intenções da Providência; é, no tempo, preparar a coroa eterna da justiça, que S. Paulo, já via, na própria frente, antes de

morrer; deixá-la imperfeita é perturbar a ordem estabelecida por Deus; uma traição à sua expectativa; é a renovação do gesto daquele servo que enterrou o talento, em vez de comerciá-lo” (Discurso pela posse anual dos Comitês Paroquiais, 1882. AGS 30/18).

Deus conferiu dignidade ao homem, não só na ordem da graça, adotando-o como filho, mas também, na ordem da natureza, que lhe foi submetida o que ele domina pelo trabalho.

“Se nós não somos o fim último das coisas criadas, certamente, na ordem física, somos seu escopo imediato; todavia, todos nós são submetidos e todos nós servem: *constituisti eum super omnia opera manuum tuarum; omnia subiecisti sub pedibus eius*. Por que o sol difunde as torrentes inesgotáveis de sua luz? Quem arrebatava a força da eletricidade, determinando-a a percorrer vias demarcadas e tornar-se instrumento de tração, de movimento, de vida nova? Quem constringe um raio solar a transformar-se em mágico pintor da obra da natureza e da arte? Quem junte o ar e ao vapor, ao próprio carro, para vencer, na corrida, o voo dos passarinhos? Toda essa maravilha não se explica, todas essas coisas não têm razão de ser, de multiplicar-se, de durar, sem o homem” (Discurso pela inauguração do templo do Carmo, Placência, 17-2-1884. AGS 3018/2).

Um dos elementos constitutivos da dignidade humana é a liberdade; a liberdade, que expandindo-se sobre o mundo exterior, torna-se trabalho que produz, modifica, aumenta, assimila as forças da natureza e imprime-lhe sua marca. O homem reencontra-se a si mesmo, com todos os direitos de seu ser, em tudo aquilo que brota de suas mãos, ou de sua inteligência, e o ser impedido de usá-lo, ou de operar a seu bel prazer, ou, pior ainda, ser obrigado a produzir ou usar os produtos de uma forma e não de outra, significa estar submetido a outrem, ser escravo. O trabalho é uma forma de liberdade, ou ao menos, a qualidade que o torna sagrado e lhe infunde a virtude de tornar a obra semelhante ao artífice e de tornar inviolável por todos, o produto de um só. Realmente ser livre significa ter a posse de si mesmo, e o uso de todas as faculdades corporais e espirituais e de empregá-las na obra que preferir, com a única limitação de não ofender os direitos dos outros. O homem que não pode exercer suas faculdades como lhe ‘apraz, ou pior, que é constrangido a empregá-las segundo o querer de outrem, o que não pode usar livre mente daquilo que produz, não se pertence a si mesmo: é um escravo” (O socialismo e a ação do clero, Placência, 1899, pp. 15-16).

Aos senhores de propriedades, que constrangiam trabalhar também aos domingos e dias santos, D. Scalabrini reprovava o atentado à “dignidade e liberdade humanas”.

“Para multiplicar vosso gozo, para aumentar a produção a vosso proveito, fazeis do homem, um escravo, uma besta de carga? Bárbaros que sois! Ignorais que naquele corpo bronzeado pelo sol, naqueles membros enrijecidos pela fadiga, vive uma alma imortal como a vossa? Não sabeis que, aos olhos da ciência e da fé cristã, o operário é em tudo, menos na condição, igual ao mais nobre dos príncipes, ao monarca mais poderoso? Ele, justamente porque é operário, reflete mais vivamente a imagem do Artífice eterno, que deu o ser e a forma às coisas, e do divino Artesão de Nazaré, que nobilita, com seu exemplo, a pobreza e o trabalho” (Como santificar o domingo, Placência, 1903, pp. 23-24).

É supérfluo recordar quanto O. Scalabrini apreciava a unidade e a solidariedade, indispensável no campo social.

“Dedica-vos, com todo o cuidado, às sociedades diversificadas em formas e objetivos, que florescem entre nós, pois o espírito de associação aumenta e estreita os vínculos da fraternidade humana, supre a fraqueza dos indivíduos e repara os golpes repentinos da desventura: ‘O irmão ajudado pelo irmão é como uma cidade fortificada’. Longe de contrariar este novo espírito de associação que se difunde e penetra em toda a parte, continuei a favorecê-lo e fiz o possível para orientá-lo no caminho reto, quando a inexperiência, ou os maus conselhos tentam desviá-lo. Em outros tempos, os Senhores dotavam a Igreja de conventos e de instituições públicas de caridade; hoje, fariam uma obra mais agradável a Deus, colocando-se à testa de associações operárias, de produção, de cooperação e de consumo, para melhorar as condições dos operários” (O socialismo e a ação do clero, Placência, 1899, pp. 42-43).

Não se pode, certamente, imputar a D. Scalabrini “uma espiritualidade de fuga”, acusação, que, generalizando muito, se atribui a espiritualidade do século XVIII, enquanto os “poderosos” e seus representantes da época, isto é, os governos, sob o pretexto da ordem, tentavam sufocar a voz da Igreja e acusavam-na de ser conivente com a subversão (prova disso foi a condenação de Albertário ao cárcere, acusado, com os chefes socialistas de haver fomentado os motins de maio de 1898).

“Os poderes civis estão errados se continuam a crer que o clero deseja formas reversivas e não percebe a inelutabilidade do caminho que a sociedade toma - preordenada a um princípio de indefinida perfectibilidade cristã - para as formas mais altas de convivência civil” (G. Borelli, O clero católico e as condições político-sociais da Itália. Um colóquio com D. Scalabrini. “L'alba”, 15-7-1900).

D. Scalabrini repudia a ética individualista e privativa e privilegia o empenho social do cristão e do sacerdote.

“A Igreja, enquanto se aplica ao cuidado das almas, não descuida o que concerne à vida terrena. Ela quer e procura que os operários sejam tirados da miséria. E isto ela o faz, primeiro indiretamente, retirando o homem do vício e formando-o na virtude; depois diretamente, criando e promovendo milhares de instituições beneficentes, inspirando-se naquela caridade que não pode ser substituída pela indústria humana, porque é virtude que brota unicamente do Coração santíssimo de Jesus Cristo” (O socialismo e a ação do clero, Placência, 1899, p. 31).

Não há caridade sem justiça. As obras de beneficência e de assistência eram necessárias então, mais que agora, por um motivo de suplência, derivado da caridade. O Estado ainda estava ausente, não possuía a mínima ideia do “Estado social”. D. Scalabrini chama-o ao próprio dever:

“Para resolver a questão operária requer-se. o concurso de cada um e de todos, e sobretudo, dos governantes. Estes devem concorrer, de modo geral, promovendo a prosperidade pública e particular, que deriva especialmente dos bons costumes, da boa ordem das famílias, pela observância da religião e da justiça, da imposição moderada e da distribuição equitativa dos impostos públicos, do progresso das indústrias e do comércio, do florescimento da agricultura e de outras coisas semelhantes.

O Estado deve prover, com igualdade, toda sorte de cidadãos, ricos e pobres, observando, com inviolável imparcialidade, à justiça distributiva.

Embora o bem social deva ser colocado principalmente na virtude, não obstante, numa sociedade bem ordenada, são necessários também, os bens materiais. Ora, estes provêm do trabalho dos operários dos campos e das oficinas. O trabalho dos operários forma a riqueza nacional. É justo, portanto, que o governo se interesse pelo operário, fazendo com que ele participe, em alguma medida, da riqueza que ele mesmo produz” (Idem, pp. 31-32).

Frequente é a denúncia da justiça social, feita em nome do Evangelho, que anuncia o bem, denunciando também o pecado.

“Instrumento precioso, em mãos alheias, poderoso fator de riqueza alheia, falta ao operário, em nossos dias, o necessário para viver; e enquanto o desenvolvimento comercial e industrial de um povo, o bem-estar econômico de uma nação é, ao menos na metade, fruto de um trabalho e ele não é chamado a participar desse bem-estar.

A injustiça nas legislações, a avidez do lucro, faz do operário, um escravo do trabalho, lutando com o presente, desesperançado do futuro, consumindo as forças e a vida, para ganhar o pão insuficiente para saciá-lo. É, portanto, uma obra de justiça, que deve ser iniciada, se se quer restituir a confiança e a tranquilidade da classe operária. Se os operários têm deveres, têm também direitos; e convém que a sociedade tutele esses direitos, se não quiser que eles mesmos os tutelem com a violência. Justiça, caridade. Justiça por todos, caridade para com todos" (Centenário de São Luís, Encíclica do Santo Padre. Óbulo do amor filial, Placência, 1891, pp. 6-9).

D. Scalabrini temia o socialismo do seu tempo, maximalista, "petroleiro", provocadoramente ateu e anárquico. Foi amigo de socialistas. (Os deputados Paulo Carcano, Angiolo Cabrini e de seu próprio irmão, Ângelo). Não escondia a simpatia por "aqueles que sentem viva piedade para com os infelizes, e forte e repelente náusea pela corrupção, que penetra e invade os organismos políticos e lhes atinge o fastígio; e mal podia tolerar sem protesto, as injustiças sociais, o ócio nutrido de poucos e a penúria dos trabalhadores, e, unidos em um indivíduo, a riqueza, o poder e a indignidade" (O socialismo e a ação do clero, Placência 1899, p. 4).

Na análise das causas, junta o fermento anarquia à vida social, "tomada selvagem" e o individualismo exasperado, "o espinho da dificuldade econômica", a prepotência do grande capital e a perda dos valores religiosos. Mas, qualquer que seja a interpretação do fenômeno, ele adverte que se trata de uma "admoestação que seria loucura não ser atendida". Estudando os remédios, condena tanto a resignação fatalista quanto a repressão policial e militar, enquanto julga necessário atacar suas causas: arrancar com sabedoria e justiça, os males religiosos, morais e econômicos, que estão na raiz da atual situação explosiva.

Aborrece-o não poder usar, devido aos possíveis equívocos, o termo: "socialismo cristão". Mas a Igreja deve mover-se. O clero deve, antes de tudo, atualizar os estudos porque "a moral ensinada nas escolas, não dá sempre respostas adequadas porque (os quesitos) referem-se a novas formas de vida social, direitos e deveres novos." Não deve restringir-se a ver no socialismo uma seita infernal, nem limitar-se a chorar e a rezar: "é necessário descer a campo", aceitar e atuar os "postulados justos" do socialismo, como o direito da coparticipação dos bens, com o salário suficiente, o direito legal ao trabalho, o direito à instrução, o direito à saúde, à integridade pessoal, à previdência contra as doenças e

a velhice. “Já no Antigo Testamento, era imposta, com muita energia de palavras e de pensamento, a tutela dos direitos dos trabalhadores. Cristo confraternizou-se com os miseráveis e marginalizados; ajudou a todos, pregou a fraternidade humana e a igualdade universal. “A regeneração da sociedade, almejada por Cristo, começa na terra, irá terminar no céu; e a regeneração moral para os ricos, os poderosos, os fortes, os sábios; e a redenção moral e material para os deserdados”. (Idem, p. 22).

A Igreja, intervindo recentemente, com a *Rerum Novarum*, “enquanto se aplica à cura das almas, não descuida do que pertence à vida terrena. Ela quer e procura que os operários, sejam livres da miséria”. (Idem, p. 31). Ela defende o direito de propriedade baseado no direito natural, mas, quanto ao uso, não ousa em declarar que o homem deve considerar os bens exteriores como comuns e partilhar com os outros, em suas necessidades” (Idem, p. 30). De sua parte, o Estado deve prover igualmente, a toda a classe de cidadãos, ricos e pobres, observando, com invariável imparcialidade, a justiça distributiva (Idem, p. 31).

D. Scalabrini acrescenta algumas considerações suas à Encíclica de Leão XIII: Se as causas da crise social são as dificuldades econômicas e o enfraquecimento do sentimento religioso, os remédios devem ser dois: sábias leis econômicas e revigoramento do sentimento religioso e do sentido do dever, especialmente nas classes dirigentes. Mas é necessário adotá-los simultaneamente:

“Impotente será a reforma econômica, já que a natureza humana é feita de tal modo que, se não contida por um instrumento elevado, deseja e quer aquilo que não tem e portanto, no caso concreto, toda a concessão alimentaria esperanças e desejos de melhores concessões. Impotente a educação religiosa e civil, porque compreende mal a palavra da fé, quem tem o desespero no coração e o pão da alma deve ser compartilhado com o do corpo” (Idem, p. 38).

Mas D. Scalabrini não se detém sobre princípios, que hoje parecem superados: (Nenhuma surpresa: basta confrontar a *Rerum Novarum* com a *Populorum Progressio* e a *Sollicitudo Rei Socialis*), e se detém sobre a ação que deve conduzir o clero: reavivar a consciência cristã no povo, ensinar aos pobres que a pobreza não é uma desonra e aos ricos, que seu dinheiro deve ser empregado utilmente para todos, ser incansável e até importuno na missão da caridade, condenar a anarquia, que quer destruir qualquer reino do mundo; enquanto ao cristão compete somente manter

o reino de Cristo sobre a terra, procede com serenidade, discernimento, equidade, ciência e consciência; procurar os remédios práticos.

Neste campo, o bispo pensa na configuração social de sua diocese, quase exclusivamente rural. Sugere o associacionismo, concretizado em obras de previdência e de mútuo-socorro; bancos católicos e caixas rurais que decesparia a usura, “praga do campo”; a modernização e a racionalização da agricultura (Cátedra agrária no Seminário, conferências agrícolas no campo); iluminar e dirigir a emigração.

Recorda energicamente, o princípio enunciado há pouco, pelo moralista, P. Lehmkuhl: “As mudanças realizadas na situação civil e nas disposições dos homens, levam necessariamente, a uma mudança de tática, no cuidado das almas. Um pastor, que não estabelece e não desenvolve associações em sua paróquia, esquece inteiramente do seu dever” (Um acréscimo feito na II edição, Turim, 1889, p. 82).

Os sacerdotes devem apoiar “os postulados do socialismo moderno”: “limitação da jornada de trabalho, o salário-mínimo, fixado pela lei, o direito ao trabalho, o direito de greve”, a previdência, sobre os “*probi-viri*”, sobre a aposentadoria dos operários inválidos, reconstituição do trabalho para mulheres e crianças, sobre a higiene dos locais de trabalho” (Idem, p. 45). “Mas, trabalhem sempre como sacerdotes”. Não deveis esquecer nunca, de que sois os pais espirituais de todas as almas confiadas a vossos cuidados, e que vossa intervenção nos trabalhos fora da Igreja e que julgais de utilidade pública, não deve alimentar iras ou partidos, mas unir a todos no santo pensamento de praticar o bem em prol dos pobres” (Idem, p. 45).

A questão social, questiona-se D. Scalabrini, é problema de justiça ou de caridade? Sua resposta parte de uma premissa: “O mal que aflige a sociedade hodierna não é, como afirmam os socialistas (e como diziam também os libertários), puramente econômico, mas é também moral; antes, sobretudo, moral. Portanto, “é problema de vivência do Evangelho, que insiste tanto na justiça, como na caridade”. Vós, portanto, conclamando os indivíduos à observância da caridade evangélica e dos preceitos da religião, fazeis obra de rei vindicação social, pois a salvação da sociedade está, primeiramente, na regeneração religiosa e moral dos indivíduos; o resto virá por si” (Idem, p. 47).

2) *Os problemas sociais da emigração*

O empenho de D. Scalabrini nos assuntos sociais revela-se em muitos outros campos; pensemos na criação da primeira sociedade de mútuo socorro para os operários têxteis, de sua paróquia de Como; no Instituto de Surdosmudos, na obra pró-Mondariso, na mediação na greve dos fabricantes de botões (que então constituía a maior indústria dos placentinos); na promoção da obra dos Congressos e dos Comitês Católicos, em quase todas as paróquias da diocese; na restauração da Catedral, também realizada por uma motivação social.

“Não posso esconder-vos uma outra razão de natureza completamente diversa, mas de grande peso; (como teve grande peso para mim, no fazer-me tomar a responsabilidade desta iniciativa) para todos aqueles para quem os sofrimentos dos operários não são um meio simples e fácil de declamação, mas um fato doloroso, ao que devemos, cada um, na medida das próprias forças, procurar alívio. A dificuldade econômica, grande em toda a Itália, é aqui maior pela falta de indústrias, que dão ocupação honrada aos que a buscam. Eu penso, com grande alegria, que o dinheiro que nós empregamos nesta grande obra, converter-se-á em pão para muitas famílias; penso que, dentro de alguns anos, graças a este trabalho, teremos em nossa cidade muito menos braços inoperantes e que todos os seus habitantes, direta ou indiretamente, se aproveitarão dela” (Pela nossa Catedral, Placência, 1894, pp. 6-7).

A intervenção mais importante foi a da obra para os emigrantes. No estudo do fenômeno revela-se, não só o ânimo do sociólogo, ou do economista, quanto a reflexão espiritual de um homem da Igreja, sobre a realidade pro fundamente humana, que exigia uma intervenção urgente, concreta e na medida do possível, completa. A lição, proveniente do levantamento das dimensões, “não termine numa querela estéril, mas seja o princípio de uma ação racional e prática” (A Itália no Exterior, Turim, 1899, p. 6). Começa por uma corajosa denúncia das causas injustas e de uma realista tomada de consciência dos fatores independentes do pecado individual e social. A denúncia da ausência do Estado, da iniquidade das taxas, dos agentes aliciadores, verdadeiros corretores de carne humana”, da avidez do padroado italiano, do escravismo dos “fazendeiros brasileiros”, do mafioso sistema dos patrões nos Estados Unidos, dos pseudo-banqueiros, cúmplices de atos de “extorsão bancária”, caminha paralelamente com a denúncia de todas as “infames especulações”

morais e as funestas consequências religiosas, das quais sobretudo, se preocupa o coração de um homem, que é cristão e bispo. Também não esconde as culpas e omissões da parte eclesiástica.

Sustenta o direito de emigrar, que deve ser exercido conforme a dignidade humana, fruto da livre escolha e não forçada alternativa à morte de fome ou à miséria, consequência de uma explosão capitalista, ou nacionalista. Defende o direito de uma tutela dos direitos da saúde, da família, do salário, da cultura, da assistência e da previdência por parte do Estado. Defende o direito da própria identidade étnica, ameaçada pela “assimilação forçada”, também por parte da Igreja, que tem a missão universal de “evangelizar os filhos da miséria e do trabalho” e deve olhar “com coração trepidante a tantos filhos seus, que, em um isolamento forçado, vão perdendo a fé de seus pais, e com a fé todo o sentimento de educação cristã e civil”.

A fundação da Congregação dos Missionários de São Carlos, da Sociedade de São Rafael e da Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeo, é fruto, não só do zelo apostólico, mas do empenho humano “pela miséria errante da pátria”. A São Rafael devia encontrar ajuda financeira para os missionários e para a abertura das missões, procurar assistência religiosa durante as viagens marítimas e, ao mesmo tempo, buscar a assistência sanitária, a abertura de escolas, a tutela legal e social em matéria de obrigações jurídicas e contratuais. A instituição de ofícios de informações e de colocação no trabalho etc. Como acenamos, os objetivos religiosos e humano-sociais mesclavam-se à finalidade proposta às Congregações religiosas.

Ao “grito dos pobres” “emigrantes”: estamos aqui como animais, vive-se e morre-se sem sacerdote, sem mestres e sem médicos; as três formas sob as quais se apresenta ao raciocínio do pobre: o consórcio civil. O Apóstolo dos Migrantes responde com uma “Congregação de Missionários (...) que realiza seus objetivos, fundando igrejas, orfanatos, hospitais, por meio de sacerdotes congregados numa família, pelos votos religiosos, prontos a voarem para onde forem enviados: apóstolos, mestres, médicos, enfermeiros, segundo as necessidades. “As Irmãs, devem adaptar-se a viver também em pequenas comunidades, ensinar sem pretensões, nas escolas primárias, ensinar o catecismo e assistir os doentes, também a domicílio. À Sociedade de São Rafael convida todos os homens de boa vontade, “sem distinção de classes, ou de partidos”,

cidadãos de todas as categorias; embora não tenham todos a mesma opinião, mas todos circundados pela estima e consideração universal e notáveis pelo ardente sentimento de amor verdadeiro pela pátria e da caridade iluminada”.

É confusão de funções ou é a convicção de que o homem não se divide em compartimentos estanques, e, que sua salvação e promoção é a salvação é a promoção do homem todo? O comportamento e o pensamento de D. Scalabrini não deixam dúvida. Não lhe podia passar pela mente o temor de uma “dicotomia” a quem proclamava na mesma página de uma Pastoral, que o padre é “o homem sagrado por excelência” e “o homem social, por excelência” (O padre católico, Placência, 1892, p. 22). Não podia criar inquietações, o temor da “dupla fidelidade”, a Deus e ao homem; ao bem-estar humano e ao bem-estar eterno, a um bispo, que continuamente havia bradado a seus sacerdotes, de saírem da sacristia e do templo, “mas tendo sempre o olhar voltado para o templo” e saindo do templo, “como o sol sai de seu tabernáculo, resplandecente da luz de Deus e do fogo da caridade, que ilumina, aquece, fecunda” (Ação Católica, Placência, 1896, p. 13).

C - D. SCALABRINI EMPENHADO NO CAMPO POLÍTICO

1. Uma escolha política em clave pastoral

A espiritualidade de D. Scalabrini não é histórica. Está sempre presente em seu pensamento “a reserva escatológica”, mas é uma reserva que se traduz em “tensão escatológica”, isto é, lê a história como “sinal dos tempos” por tanto, como sinal do advento do Reino. Tem presente que a plenitude da salvação realizar-se-á numa dimensão ultra-temporal e ultra-mundana, mas sabe que a salvação se prepara aqui na terra, no espaço, na história dos homens.

Não é um “teólogo” no sentido profissional, mas lê a teologia nos homens e em sua história; nos homens que são como pessoas livres, artífices da história, e por isso mesmos instrumentos conscientes da economia divina. “Os servidores de Deus, que trabalham, sobre a terra, pelos seus

desígnios, são numerosos em todos os tempos, mas nas grandes épocas históricas da renovação social existem muito mais do que se vêem ou se conhecem, que trabalham inconscientemente às suas ordens, pela sua glória". (Discurso pelo Centenário de Cristóvão Colombo, 1-12-1892 - AGS. 3018/21).

Pela fé, ele percebe na história, a presença de Deus que misteriosamente é ao mesmo tempo absolutamente soberana e respeitosa da liberdade do homem, o qual pode, com o pecado, perturbar o desígnio de Deus, mas não cancelá-lo; antes, é chamado por Deus mesmo, a colaborar com seu plano providencial. Assim resolve outra contradição espiritual: aquela que existe entre estar tranquilo e satisfeito na conservação da ordem e o tender ao progresso. Se de um lado, reconhece que o mundo vai mal, do outro, não fica chorando a maldade dos tempos, porque acredita que, com o auxílio de Deus, infalivelmente, aos homens de boa vontade, tudo, ou quase tudo, pode ser mudado.

Ouvimo-lo rejeitar o conservadorismo dos intransigentes cujo axioma é o de "nada ceder, nem no terreno dos fatos; de lutar contra as inovações; de enclausurar-se na imobilidade, na abstenção, nas pirâmides da antiguidade, atacando aqueles que não sabem curvar-se para representar o sistema da mumificação, ou da idade da pedra". (Intransigentes e transigentes, Bolonha, 1885, pp. 21-22).

Na ordem histórica existe uma "cadeia de causas e efeitos", da qual "a Providência ordena e rege a totalidade das séries, aos fins estabelecidos por ela". Os acontecimentos da humanidade são efeito dos acontecimentos presentes e causa dos acontecimentos seguintes. O homem do passado influenciou sobre o presente; o homem do presente influirá sobre o amanhã. Portanto, é irracional «pretender destruir os grandes fatos contemporâneos, os quais são consequência dos precedentes; querer aniquilá-los com um 'doce fazer nada', ou com uma sistemática oposição a priori" (Idem, pp. 22-23).

Explicando-se, D. Scalabrini responsabiliza a "revolução de ter dirigido contra o Pontífice (Pio IX) aquelas reformas, que tinham sido promulgadas pelo bem do povo. Como em 1846, Pio IX havia inaugurado "um sistema de governo, diferente daquele de seu Predecessor, porque considerava-o exigido pelas mudadas condições dos tempos", assim era legítima a política do "ralliement" com a França, empreendida por Leão XIII; não era a justificação da revolução, mas tomar realisticamente cons-

ciência “dos grandes fatos contemporâneos”: discernir o bem do mal, colocar na história, o fermento do Evangelho, para “reconduzir a humanidade às leis da moral e da justiça”.

O homem pode fazer o bem e o mal. O mal pode ser praticado, permanecendo-se também, inertes e passivos:

“Coisa fácil e muito cômoda, é colocar-se numa política passiva de inércia, e na expectativa de cataclismos, que, com lei histórica, ignorada pelos sábios, levem o mundo às épocas pré-históricas. Este sistema deverá esperar até o dia do cataclismo mundial, que será seguido pela grande restauração, ou palingenesi. De nossa parte, preferimos a política dinâmica à extática e se, da melhor maneira possível, tivermos conseguido que a sociedade moderna, torne-se cristã, e tivermos evitado maiores males que ameaçam a humanidade, estamos persuadidos de que colaboramos para o bem da Igreja e da Pátria” (Idem, pp. 28-29).

“Se, ao contrário, não desconhecendo o que os tempos realizaram, distinguindo o bem do mal, então, poder-se-á esperar que os acontecimentos, penetrados no domínio da história, sejam purificados da escória que os envolve e sejam orientados, para o verdadeiro bem do gênero humano” (Idem, p. 23).

Até aqui, poder-se-ia falar de uma filosofia ou de uma teologia da história, mas para D. Scalabrini, a leitura dos sinais dos tempos é viva e criativa, porque penetra no íntimo de seu ser, crente em Deus e na Providência e torna-se paixão pelo homem concreto; torna-se paciência, isto é, vontade de superar os obstáculos, de enfrentar as provas, de não temer as contrariedades; capacidade de esperar que as ideias justas percorram seus caminhos; coragem de pagar em primeira pessoa, imitando a Cristo, que deu sua vida pelos homens.

Colocando-se diante da situação religiosa dos italianos, de seu tempo, na quela conjuntura histórica, provocada pela perda do poder temporal dos Papas, e declarando que um cristão não pode adotar a política da “não intervenção”, D. Scalabrini dedicou-se de fato, na política, mas com um único objetivo: a glória de Deus e da Igreja, e a salvação dos homens. Prova-o a escolha política da “transigência”, que ele mesmo se atribui, dando-lhe, porém, um significado diferente daquele do qual os intransigentes servir-se-ão para acusá-lo de “liberalismo”.

Segundo ele, toda a questão esteve circunscrita ao terreno dos fatos: “Intransigente” é aquele que nada cede, nada concede ao adversário, no

terreno da política, mas conserva toda a herança dos avós, para transmiti-la, intacta, aos netos. E. “transigente”, pois, por razões contrárias, aquele que julga necessário, ou oportuno transigir, isto é, de fazer alguma concessão a seus adversários políticos. Como no júri, também na política, o conceito de transação, não só não envolve concessão alguma no terreno dos princípios, mas os exclui por si mesmos”. Idem, p. 4).

A fim de desembaraçar o terreno nos equívocos, indica:

“1.º) Admitimos com a mente e o coração todos os ensinamentos doutrinários e todas as normas práticas propostas pela Autoridade religiosa. Entre os ensinamentos do Romano Pontífice, fazemos ampla declaração de reconhecer e aderir especificamente àqueles que se referem a seu principado civil. Queremos o Papa poderoso, moralmente grande, soberanamente livre; só Ele, juiz da forma, da extensão e da quantidade da liberdade, que lhe é necessária para o governo da Igreja universal.

2.º) Portanto, repelimos acusações de que somos católicos liberais, os quais, ainda que transigentes nos princípios, são essencialmente repudiados pelo nosso programa.

3.º) Não entendemos referir-nos a quem quer que seja e nem diminuir o respeito que, por qualquer título, lhe é devido” (Idem, pp. 4-5).

Nossas propostas moviam-se no campo das hipóteses e das discussões: a inteligência raciocinava, mas a vontade sempre subordinada às predições da Igreja”. É conhecida a hipótese de D. Scalabrini:

“Estávamos convencidos de que o concurso dos italianos às urnas políticas, bem dirigido e disciplinado, daria à Câmara Legislativa, um contingente de Deputados católicos. Portanto, a probabilidade de impedir a aprovação de leis contrárias à Igreja e a esperança de revogar, ou abolir as já existentes. Mas quando compreendi que, por sérios motivos, só foi concedido aos católicos concorrerem às eleições municipais, inclinamo-nos reverente àquelas augustas palavras e retiramo-nos da discussão de uma hipótese, que era considerada inconveniente.

Apoiamos constante e laboriosamente, as eleições municipais, esforçando-nos para eleger ao Conselho Municipal, ao menos em grande parte, aqueles cidadãos, cuja fé religiosa fosse incontestável, ou ao menos, apresentassem garantias seguras, de não atacá-la. Nossos eleitos não puderam sempre impedir o mal, mas conseguiram frequentemente, atenuá-lo, pelo menos, em suas consequências. E certamente, as gerações presentes e futuras ser-lhe-ão reconhecidas, por haverem conservado a instrução religiosa nas escolas elementares” (Idem, pp. 32-33).

Não nos interessa julgar o valor político, ou estratégico dessa escolha, mas sim, conhecer-lhe a motivação moral e saber qual era, segundo Scalabrini, a ética de um cristão empenhado na política. Entrevemo-la nas descrições contrapostas: (também aqui não se trata de emitir um juízo histórico sobre a exatidão da contraposição), que ele faz dos intransigentes e de Leão XIII:

“Estes, descomedidos, Ele moderadíssimo na linguagem, estes violentos nos ataques, Ele, conselheiro da moderação, e da caridade; estes intolerantes e exclusivos, Ele piedoso e compassivo; os raios dos intransigentes são dirigidos à destruição; os raios do Papa buscavam iluminar, aqueles querem matar. Ele quer sarar; para eles, a ovelha perdida é objeto de desprezo, para ele, de afetuoso labor, que quer reconduzi-la ao redil” (Idem, p. 34).

O órgão dos intransigentes mais extremistas, o “Observador Católico” de Milão, dirigido por Albertário, havia radicalizado a polêmica contra o rosminianismo, considerando-o o “substrato filosófico” da transigência, elevando-o a nível de “princípios” de “doutrina”. Renegando a teoria “dos fatos consumados”, identificava, porém, a liberdade da Igreja com a liberdade política do Papa e deduzia a necessidade da abstenção política e a condenação, em conjunto, de tudo o que tivesse um sabor de “liberalismo”.

Os “transigentes” ao invés, embora condenando os fatos consumados e reclamando a reparação por parte do culpado, o governo italiano, pensava obter a liberdade de magistério e de ministério, do Sumo Pontífice, com um ajuste de fato, com uma reconciliação e com um *modus vivendi* semelhante ao que Leão XIII estava estabelecendo com a França e a Prússia, Estados não menos “pecaminosos” do que o Estado italiano.

Um acordo teria obviamente comportado uma transação de fato: (a renúncia da cidade de Roma), que removeria o obstáculo que dificultava a missão da Igreja, na Itália. O problema era “político”, mas só no sentido de tratar-se de encontrar e escolher os meios mais práticos para realizar a missão da Igreja, naquela determinada conjuntura histórica. D. Scalabrini sustentava ainda a ideia belarminiana da Igreja: “sociedade perfeita”, mas não deduzia que ela devesse usar também, os meios temporais e políticos, como qualquer outro Estado e refutava uma eclesiologia que via na soberania temporal do Papa, a defesa da “sociedade cristã”, da liberdade pessoal e da civilização produzida pelo cristianis-

mo. Cristianismo, liberdade, civilização, deviam continuar a encontrar no Papa, o seu defensor, mas no seu “primado” de autoridade divina, e de magistério guiado pelo Espírito Santo e participado pelo Colégio Episcopal, no seu “poder espiritual” e não mais em seu poder temporal, que ultrapassou a função de garantir-lhe a independência e a liberdade, segundo o direito vigente dos povos.

Os “intransigentes”, ao invés, faziam dele um problema político, no sentido de querer impor a todos os cristãos e também aos bispos, um programa político, isto é, um “partido” que possuía, se não o nome, todas as características de um partido político. Ora, D. Scalabrini repelia a ideia de um partido político confessional, que criaria a confusão, a “babel”, continuamente deplorada pelo bispo de Placência, convencido de que o religioso não se deve confundir com o político; que o “Papa deve ser superior aos partidos”. As diretrizes políticas “não devem ser superiores” aos “direitos da religião”, a religião não tem por si o direito a um Estado, mas somente à liberdade e à autonomia, como meios para desenvolver sua missão apostólica e salvífica. E tal missão devia ser desempenhada na situação real em que a Itália, ou melhor, o povo italiano encontrava-se historicamente. Como nas outras nações europeias, também na Itália difundiram-se as aspirações à liberdade e à unidade nacional. Urgia um discernimento, uma avaliação e uma valorização do que havia de positivo em tais aspirações, nas correntes vitais do pensamento moderno, que eram fundamentalmente cristãos: (liberdade, igualdade, fraternidade), ou ao menos, livremente opináveis; ao invés, os “intransigentes” opunham indiscriminadamente ao “mundo moderno” negação, resistências e desconfianças, entervando assim o caminho, à necessária “inculturação” da mensagem evangélica.

O “Amigo do Povo”, jornal diocesano de Placência, e em certo sentido, o “braço” político do bispo, retomava ironicamente as acusações que o “Observador Católico” dirigia diretamente ao jornal, mas indiretamente ao autor do “Intransigentes e transigentes”.

“Nós temos um grande pecado na consciência e é de haver escrito blasfêmias como esta: a liberdade do pensamento e da palavra é a aspiração, a necessidade, a conquista do espírito moderno, da civilização avançada sobre a barbárie dos séculos, uma flor desabrochada ao sopro de novos tempos; falamos de fraternidade, até (sic) de solidariedade universal dos povos. O meio para tolher ou diminuir os males do tempo, não é o de negar tudo, e condenar tudo o que o século moderno trouxe, entrenchei-

rando-se num anacronismo ridículo, se não funesto, dos interesses mais vitais da Igreja e da sociedade; é preciso procurar separar o bem do mal, reconduzindo aos seus verdadeiros princípios, estas ideias de progresso, de liberdade, de civilização, onde se faz belo o nosso século e mostrar que a Igreja e o Evangelho não são contrários ao verdadeiro progresso e à verdadeira liberdade, mas antes lhes são os tutores e os vingadores” (O Amigo do Povo, 6-3-1886).

Outra preocupação fundamental de D. Scalabrini em vista da recristianização da sociedade, era a concórdia entre os católicos, que só podia ser garantida pela simultaneidade da unidade dogmática e da unidade hierárquica, porquanto, esta última era posta em discussão pelos intransigentes extremistas que chegavam a pregar, em Placência, a desobediência aos bispos, sob o pretexto de obediência ao Papa.

“Os partidos que ora tomam um pretexto, ora outro, para subjugar, pouco a pouco, o Episcopado; e conduzir a seu modo, a orientação da opinião pública católica, estão se tornando cada vez mais audazes, até tornar os bispos impotentes no exercício de seu sagrado ministério” (Carta a Leão XIII, 26-9-1881. AGS 3042/2).

Para D. Scalabrini, esta era a “revolução” que ameaçava a Igreja italiana, naquele momento, e desejava publicar um livro intitulado: “a revolução na Igreja”.

“O conceito é simplíssimo. A revolução é essencialmente demolidora e tudo já demoliu com suas artimanhas, na ordem civil, começando pelo princípio da autoridade. O mesmo, para quem observa bem, acontece agora na Igreja, por obra de um partido, que, usando talvez com maior deslealdade, as mesmas artimanhas daquela, arrogou-se e se arroga o dever de denegrir pernósticoamente, indivíduos e comunidades, Prelados e Bispos, por medida em que lhe é mais ou menos oportuno para conseguir seu intento, isto é, seu interesse particular” (Carta a G. Boccali, 29-11-1881, Arquivo Biblioteca Ambrosiana de Milão).

Dois meses depois, Leão XIII manifestava as mesmas preocupações: “Agora tal concórdia dos ânimos corre perigo devido aos partidos opostos que, colhem a oportunidade nos contrastes entre um periódico da Lombardia, (o Observador Católico) e a doutrina de um ilustre filósofo (Rosmini) assaz renomado entre os modernos”. E deplorava a falta de moderação e a demasiada veemência do estilo, e o levantar, com muita leviandade suspeitas sobre outros, e de quem se distancia da justa

reverência e do respeito devido às pessoas” (Leão XIII, *Cognita Nobis*, 25-11-1882).

O pensamento de D. Scalabrini, portanto, coincidia com o do Papa, seja sobre a necessidade da unidade da ação, seja sobre o primado da caridade. Seu pensamento era coerente com sua ação. Em respeito à vontade do Papa, renunciou sustentar em público, a necessidade da participação dos católicos às eleições políticas, embora previsse, com a abstenção, o perpetuar-se e o exasperar-se de um conflito, que provocava “gravíssimo dano às consciências e à própria autoridade da Igreja” (Carta a Leão XIII, agosto, 1882 - AGS. 3019/2).

Em particular, porém, nas audiências que, sempre benevolente, Leão XIII lhe concedeu, não ocultou ao Papa, seu sofrimento de bispo, todo dedicado ao zelo pelas almas, pela causa da Igreja e do Vigário de Cristo. Consideraria “delito” abdicar, à própria responsabilidade de pastor, uma covardia interesseira, calar, ou dissimular, diante da deterioração progressiva da prática cristã, do escândalo da discórdia e da desagregação, provocada por polêmicas, que ele considerava pretextuosas, porque a intenção dos intransigentes mais exagerados era a imposição de uma linha política, que ele considerava prejudicial ao maior interesse da Igreja, a Evangelização e a reconciliação com Deus. Na maneira de eles conduzirem a luta política via uma flagrante violação da primeira lei da Igreja: a caridade. De fato, os polemistas intransigentes criaram nas fileiras do episcopado, especialmente na Alta Itália, um clima de intimidação que impediu, em muitos casos, e sob muitos aspectos, a renovação da pastoral requerida pelas mudadas condições sociais e políticas; freou as iniciativas de atualização cultural e adequação às novas exigências de confusão e perturbação das consciências, os sentimentos religiosos e pátrios, naturais no homem, e, por isso mesmo, conciliáveis.

D. Scalabrini estava convencido de que sua atitude arruinar-lhe-ia a carreira e expunha-o a dores indizíveis, até perder a saúde, mas não era o interesse pessoal que o movia.

Coerente com suas ideias, não pensou nunca em um “partido católico”. O editorial programático do primeiro número do “Amigo do Povo” revela o pensamento do bispo: o novo jornal seria “católico” em toda a extensão da palavra, sem restrições, exageros ou subterfúgios; seria por si mesmo, superior e independente de todos os partidos, porque o catolicismo, para nós, não é um partido”. (*O Amigo do Povo*, 2-1-1886).

Católico, para D. Scalabrini, significava confessional e a política não deveria confundir-se com a religião. Sustentando a necessidade da participação dos católicos na vida da nação, ele não admitia a hipótese, nem de católicos deputados, nem de deputados católicos, mas simples e claramente: católicos e deputados. Para ele, a questão era de pessoas e não de partidos, mesmo porque o sufrágio era muito restrito e os católicos não podiam sequer manifestá-lo. Os partidos que estavam então no governo não representavam realmente a população italiana, mas só o interesse de grupos econômicos e ideológicos, direcionados à conquista do poder para imporem seus interesses e suas ideologias. Era notório que dentre 500 deputados, 300 eram maçons. A ideia de D. Scalabrini era de enfraquecer essa fortaleza anticlerical, reforçando a oposição com homens organizados. Ele imaginava que teriam feito parte, ao menos no início, do partido liberal-conservador, mas com uma reserva substancial, quanto à linha prática. De fato, os recriminava “por nunca terem tido a coragem em suas mais acalentadas tendências”, quer dizer: “da liberdade moderna”, um voltairianismo retardatário e singularíssimo impedia-o ainda de falar. Os conservadores liberais vivem de preconceitos e de medos”. Ao invés, uma compacta força católica, presente no Parlamento seria “o princípio mais sã e profundo de conservação política e social. Digo conservação, não reação; e os poderes públicos erram se continuam achando que o clero deseja formas reversivas e não sinta a inelutabilidade da caminhada fatal da sociedade predestinada a um princípio de indefinida perfectibilidade cristã, em direção às mais altas formas de convivência social”. (G. Borelli, *O clero católico e as condições político-sociais da Itália*. Um colóquio com D. Scalabrini “A Alba”, 1 5-7-1900).

Segundo D. Scalabrini, os grandes males da época eram o naturalismo e o racionalismo que conclamavam um progresso, que na realidade era retrocesso, porque contradizia as ideias da liberdade, igualdade e fraternidade. Pregando estas ideias falsas (“verdades enlouquecidas”, definição de culto historiador), a revolução conquistara vasto terreno, que agora os católicos poderiam retomar, descendo ao “terreno legal” ou seja, no campo das liberdades, garantidas pelo Estatuto Albertino. A conservação, pregada por D. Scalabrini, era a proclamação da ordem cristã, baseada na paz social, que se obtém, reconhecendo a autoridade de Deus, tanto por parte de quem obedece, quanto por parte de quem governa legitimamente; se as leis humanas são conformes às leis divinas

e respeitam os direitos de todos e de cada um; se a primeira lei é o amor e se à Igreja é devolvida a condição de liberdade, com a qual possa exercer eficazmente sua influência benéfica em favor de sociedade humana". (Carta Pastoral. Quaresma de 1879- Placência, 1879, p. 19). Liberdade, não privilégio:

"Liberdade! Somente isto ela pede. A liberdade de seus altares e dos dias do Senhor, isto é, a liberdade de oferecer a Deus, o culto supremo; a liberdade do ministério e da palavra evangélica; a liberdade da sagrada hierarquia, isto é, a liberdade à vocação de seus levitas e da necessária relação dos bispos com seu Chefe Supremo; finalmente, a grande e fecunda liberdade do ensino e da educação" (A Igreja Católica, Placência, 1888, pp. 21-22).

Uma falange forte e compacta de católicos no Parlamento teria preparado o caminho para a conciliação, proporcionando a liberdade e a independência ao Papa, o qual, por sua vez, teria garantido, não política, mas moralmente, a verdadeira independência e liberdade dos italianos, em consonância com a "verdadeira italianidade", cuja cultura permanecera até então, católica e cuja vida da maioria do povo, era regida pela fé e pela moral cristã. Ter-se-ia assim, dissipado, segundo D. Scalabrini, o equívoco, pelo qual os católicos eram apontados como "inimigos da pátria" e ter-se-ia resolvido o "caso de consciência" provocado pela Questão Romana.

"No espírito de todos, como já aconteceu de muitos, imprima-se a profunda convicção de somente do Romano Pontífice a Itália pode esperar salvação e verdadeiro bem-estar. Abandonada toda disputa partidária, o esforço comum, deve voltar-se para este nobre e santo entendimento, inspirado pelo mais puro amor à Igreja e à Pátria" (Ao venerável clero e diletíssimo povo da cidade da Diocese, Placência, 1894, p. 2).

Operosidade comum, sem disputas de partidos, era a utopia de D. Scalabrini, contraposta à imobilidade de tantos católicos, que esperavam a ruína infalível do Estado liberal e "revolucionário", sob a mão vigorosa de Deus.

"Não é bondade, não é fé, mas presunção condenável a de tudo esperar dos milagres. O verdadeiro fiel crê, sim, nos milagres, mas sabe muito bem, que estes não são os meios ordinários com os quais Deus governa o mundo; crê nos milagres, mas está bem persuadido de que estes, Deus não opera nunca para satisfazer a vã curiosidade dos tolos, para premiar

a inércia e a preguiça de ninguém” (Discurso na abertura da IV Reunião Regional - 11 de junho, 1897. AGS 3018/18).

“Hoje já não é mas permitido permanecermos ociosos em nossas casas, suspirando ou orando. Saíamos de nossas tendas é antes de tudo recordemos que não possuímos outras armas, além da fé e da caridade. Com elas, entremos na vida pública, conforme as leis ‘civis e ao que a consciência católica consente, sem olhar a partidos políticos; prontos a morrer antes de pactuar com a falsidade e a’ injustiça. Entremos na vida pública, não como inimigos do poder constituído, mas como infatigáveis adversários do mal, onde este se encontre; entremos como homens da ordem que saibam, seguindo o exemplo de Jesus Cristo e de sua Igreja, tolerar também o mal, mas nunca aprová-lo, ou praticá-lo” (A Igreja Católica, Placência, 1888, p. 41).

Com este quadro ideal, ele agia, promovendo o associacionismo católico, apoiando a “ação católica”, representada então pela Obra dos Congressos, mas reprovando o “integrismo, o confessionalismo e o temporalismo” subentendido. A ação católica deveria inserir-se na vida política do país, somente cumprindo sua missão sócio-religiosa; informar a sociedade em todos os seus elementos, de Cristo e de seu Evangelho. A obra dos Congressos, a quem era atribuída oficialmente a ação católica, era abençoada e recomendada pelo Papa, mas D. Scalabrini arrazoava, o fim que a Sé Apostólica se propunha e só podia ser “o bem da Igreja”, e os meios para atingi-lo poderiam ser diversos. “Em matéria puramente política a Igreja deixava liberdade de opinião; em todos os casos, os meios não podiam estar em detrimento do fim”. O poder temporal fora, até certo momento, útil; agora já não o é mais, a não ser na medida em que tornava “toleráveis” as condições do papado. Muito mais importante antes, necessário “para preparar lenta, mas seguramente, um futuro melhor”, era reconciliar, no coração dos italianos, seu amor pela Igreja e pela Pátria, ambas livres e independentes.

Mons. Scalabrini foi um dos que superou “o temporalismo-legitimista”, “sem, por outro lado, propor a capitulação diante do Estado italiano” (F. Fonzi, Os católicos e a sociedade italiana depois da unidade, Florença, 1977, p. 37). A aceitação dos “fatos consumados” não era a legitimação dos atos políticos realizados pelo Estado, duramente condenados por D. Scalabrini; mas o tomar conhecimento de uma realidade histórica irreversível, cujos problemas jurídicos poderiam ser resolvidos por uma concordata, que assegurasse ao Papa aquele “pedacinho de terra”, com

o qual se contentaria o próprio Pio IX. Sua verdadeira preocupação era a religiosa, da qual estava convencido que dependia também a situação social. Faz parte da utopia política de um cristão, de “um homem espiritual”, o interrogar-se em relação a que futuro se deve construir a presente sociedade. A resposta da Bíblia é inequívoca: o Reino de Deus, que é Jerusalém celeste, que porém começa a ser construído no mundo, na história, na pátria temporal.

“Elevemos, portanto, nossos corações à Pátria celeste e aprenderemos a maneira de amar retamente este lugar de exílio, que se chama pátria terrena; julgaremos então, em que consiste a sua verdadeira glória, resolveremos favoravelmente o difícil problema, que só tem uma solução: o bem comum e a verdadeira grandeza da nação encontra-se unicamente na observância das leis de Deus e da Igreja” (Palavras, por ocasião do Ofício fúnebre, pela morte dos soldados na África, celebrado em 26 de fevereiro de 1887, em Santo Antonino. AGS 3018/24).

O ideal político de D. Scalabrini constata no esforço de fazer com que voltasse a ser católica a sociedade, mediante uma legislação e um respeito à liberdade, que levasse a coexistência entre a fé e razão, dogma e liberdade, Igreja e Estado, religião e pátria; transigência no aspecto político da Questão Romana, intransigência no plano doutrinário e disciplinar; reconhecimento de quanto havia de bom na evangelização moderna; condenação total de tudo quanto contrastava, no plano teórico e prático, ao ideal cristão da sociedade, defesa da autoridade do Papa, e da autonomia legítima das pessoas, particularmente dos bispos, responsáveis pela pastoral e pela direção das consciências; concórdia dos católicos e também dos outros homens de boa vontade, sem distinção de partidos, na “conservação” da “ordem cristã”; apoio à ação social da Obra dos Congressos, mas, reserva quanto à confusão entre o religioso e o político causada pelos dirigentes. Entre estas margens, D. Scalabrini procurou navegar, com sua utopia política.

A utopia política do cristão não se perde nas nuvens. Quando “a virada” de 1887, com o recíproco enrijecimento intransigente da Santa Sé e do governo italiano, varreu as esperanças de reconciliação, D. Scalabrini, vendo desvanecer-se seu sonho de conduzir ao Parlamento, católicos para prepará-la sobre terreno político, voltou seus esforços para uma reconciliação de fato, com a instituição das obras para os emigrantes: “um meio prático, uma iniciativa daquela pacificação das consciências, que é

sempre um dos votos de minha alma” (0 projeto de lei sobre a emigração italiana, Placência 1888, p. 46). Com a cordial aprovação de Leão XIII, pode elevar em Roma, um hino à conciliação.

“Religião e Pátria: estas duas supremas aspirações de toda alma gentil, entrelaçam-se e completam-se nesta obra de amor e de redenção, que é a proteção ao fraco e fundem-se num acordo admirável.

As miseráveis barreiras, levantadas pelo ódio e pela ira, desaparecem; os braços abrem-se em fraterno abraço; as mãos se apertam, cálidas de afeto, os lábios desabrocham-se ao sorriso e ao ósculo e cancelada toda distinção de classe ou de partido, aparece bela, de esplendor cristão, a sentença: *Homo homini frater* (...).

Possa a Itália, sinceramente reconciliada com a Santa Sé Apostólica competir com suas glórias antigas e juntar-lhes outra, dirigindo sobre as veredas luminosas da civilização e do progresso, também seus filhos distantes” (I Conferência sobre a emigração, 8-2-1891. AGS 3014/6).

“Olhar fixo sobre as coisas maiores e melhores, sobre os símbolos do definitivo, é o segredo da utopia. Este segredo é prometido aos discípulos de Cristo” (S. Spinsanti, v. Utopia, Novo Dicionário de Espiritualidade, 1885, p. J 660). Sua intervenção no campo da emigração é uma das provas que demonstram quanto sua “utopia “ era “encarnada” na história do homem, especialmente do “homem pobre e infeliz”, isolado e marginalizado, e quanto ela se traduzia num empenho histórico de libertação e de promoção humana integral, na convicção de que tal empenho é uma dimensão fundamental da existência do cristão, o qual , como homem , deve tomar parte ativa no esforço de toda a humanidade para a humanização do mundo.

2) Política humana e política evangélica

D. Scalabrini saudou com entusiasmo, a abertura pastoral e cultural do Papa da “*Libertas*”, da *Immortale Dei* e da *Rerum Novarum* mas não temeu fazer restrições a certas atitudes de Leão XIII, que ele julgava ditas mais por uma política humana, que pelo Evangelho. Exaltou-lhe as linhas mestras doutrinárias e as diretrizes gerais dadas à ação eclesial, no mundo contemporâneo; mas criticou-lhe a política trocada em miúdos

e quotidiana, o modo de reagir nas situações conjunturais, o relacionamento com as Igrejas particulares e com os movimentos católicos, e mais frequentemente, criticou a diplomacia da Cúria Romana e da Corte Pontifícia. Não eram críticas públicas, mas feitas diretamente ao Papa, e à Secretaria de Estado, e expressas na correspondência confidencial com Bonomelli e com outros amigos íntimos, com os quais codividia a paixão pela Igreja e pelas “almas”, isto é, pela causa de Cristo.

Dois eram os pontos críticos: o modo diferente de conceber a solução da Questão Romana e a diversa consideração prática da autonomia do episcopado, na ação pastoral imediata e quotidiana, nos confrontos não do Papa, mas dos centros de poderes administrados por “particulares” sacerdotes e leigos. Em nível de princípios, tanto Leão XIII, como o Bispo de Placência desejavam uma solução da Questão Romana, que salvaguardasse os direitos inalienáveis do Supremo Pastor e Mestre da Igreja. Leão XIII declarou frequente e solenemente que o Bispo é o anel indispensável da coesão hierárquica da Igreja, e como cabeça colocada pelo Espírito Santo, a reger a Igreja particular, deve ser obedecido e respeitado por lei divina. Mas D. Scalabrini não encontrou sempre, no Vaticano, a coerência dos fatos com os ensinamentos e chamou referindo-se à Cúria Romana, de “babel”, de confusão das línguas, de política humana e não evangélica.

A “confusão das línguas” era segundo ele, tão “espantosa”, ameaçando tornar as dioceses “ingovernáveis”; os bispos eram constrangidos a circundar-se de “grandíssima reserva”, porque “observados por certos fariseus mais malignos, talvez que os antigos, que buscam avidamente cada “pretexto”, para conduzir diante de seus tribunais, os bispos e fazê-los aparecer em contradição com a Santa Sé, agitando o habitual espectro do liberalismo e de seu “substrato”, o rosminianismo. Em 1881 falou claramente a Leão XIII, talvez com excessiva franqueza, sobre impossibilidade de governar as Dioceses, se não fosse freado aquele partido audaz, que se tornava intangível também diante dos bispos, com o exagerar o seu “apego” ao Papa. (Carta a Bonomelli, 22-9-1881). Mas o Papa não queria desmentir o “Observador Católico”, porta-voz da aquele partido e defensor encançado dos “direitos” reivindicados pelo Augusto Prisioneiro do Vaticano. O Bispo deduziu: “inútil esperar de Roma, um ato enérgico, que seria necessário na ocasião. Eles respondem com o habitual: *utantur jure suo*” (Idem, 14-10-1881).

De fatos, os bispos não podiam usar seus direitos para impedir a ingerência indébita numa diocese, como sucedia em Placência.

O nó político da questão estava no seguinte: Um grupo de bispos não tem mais autoridade para frear dois padres, e que padres! Mesmo porque o Papa os protegia; Pe. Albertário e Pe. Bonacina, impediam os bispos italianos de constituírem um “corpo”, porque colocavam em dúvida a obediência, ou absolutamente a ortodoxia, quando não tivessem a mesma ideia política do “Observador Católico”, que era muito querida do Papa Leão XIII, o qual, até o fim da vida, pretendeu que lhe fosse restituída, ao menos, toda a cidade de Roma.

D. Scalabrini interrogava-se se ele preferiu os interesses e os direitos, porquanto legítimos, do Estado Pontifício e do soberano destronado, aos interesses e direitos da Sé Apostólica e do Vigário de Cristo. A confusão entre Sé Apostólica e Estado Pontifício não existia só na mente dos “liberais” italianos, mas também nos ambientes integralistas da Obra dos Congressos, dirigida então por Paganuzzi. Os “paganuzzianos”, afirma Gambasini, não percebiam a invasão da religião, na política e o hibridismo temporal-ecclesial de sua ação, que se tornou grave, quando se invocou a bênção da autoridade para autenticar programas e escolhas operacionais. De fato, à investidura pontifícia do presidente, os paganuzzianos atribuíam o peso de um tácito e explícito mandato de agirem, em nome do Papa, no âmbito da polis e da diocese, em todos os níveis,” (A. Gambasini, *Hierarquia e laicato na segunda metade do século XIX*, Pádua 1969, p. 215). D. Scalabrini via Leão XIII, atado a uma posição que para ele não era evangélica, mas humana, de defesa de seus direitos, a ponto de deixar campo livre às manobras dos “intransigentes”, que invocavam, sistematicamente, a autoridade do alto, para vencer as “oposições” e lutando para “arrancar breves e cartas credenciais”; (A tentativa também foi feita pelos adversários encançados de D. Scalabrini, os cônegos Rocca e Rossi), envolveram a autoridade suprema nas mínimas questões, até arrastá-la ao vórtice das polêmicas, nos congressos e nas edições jornalísticas; reivindicaram o monopólio interpretativo dos documentos de Leão XIII entendendo garantir a pureza das doutrinas, a regularidade da disciplina eclesiástica” (Idem, p. 224).

O Bispo de Placência lamentava-se de outra incoerência do Vaticano, que declarava sempre, mas, com termos genéricos, sustentar o episcopado e admoestar, como era justo, os jornalistas imprudentes. Fazia-o

realmente, às vezes, também, com termos duros, mas os avisos eram enviados secretamente, enquanto as benções e os subsídios, por vontade explícita de quem os enviava, eram tornados públicos. Ao invés, quando os bispos acusados publicamente de desobediência, ou de pouca reverência ao Papa, pediam uma palavra pública do Santo Padre, era-lhes respondido que tivessem paciência, que seria providenciado, etc. (cf. Carta a Bonomelli, 30-11-1881). Assim, aos bispos ultrajados ou suspeitos publicamente, não era permitido defender-se publicamente, “não a causa pessoal, mas a do Episcopado atemorizado, da Igreja manipulada, da Religião traída” (Carta a Leão XIII, 30-11-1881 - AGS, 3042/2).

O Papa, portanto, não devia admirar-se de que D. Scalabrini, falasse de revolução e de artes revolucionárias, surgidas na Igreja. “Homens audacíssimos e astutos aprenderam a maneira de conseguir a impunidade, gritando a mais não poder, contra autores e pessoas que acreditam suspeitos ao Sumo Pontífice” (Carta a Leão XIII, 19-11-1881, AGS 3042/2). A mesma manobra era realizada pela “questão filosófica”: “Persuadiram-se e infelizmente são-lhes dadas ocasiões, que tudo é obra de um partido que engana o Papa, nessa matéria” (Carta a G. Boccali, 29-11-1881. Arquivo Biblioteca Ambrosiana de Milão).

D. Scalabrini comentava amargamente:

“Todo governo, seja mesmo eclesiástico, que não se apoia inteiramente nos princípios do Evangelho, mas reage e sustenta-se com a política humana, só poderá ser um governo de pequenos expedientes, de equívocos e de esplendor passageiro, que oferece um espetáculo doloroso, de contínuas e inexplicáveis contradições e que será julgado com máxima severidade, por Deus e pelos homens” (Carta a Bonomelli, 13-12-1882).

Citando esta “grave sentença”, acrescentava: “Não façamos aplicações; consideremos e sirvamo-nos deste aviso para regular-nos”. Em outras palavras: procurar, quanto possível, fazer distinção entre o Papa e uma parte da Cúria:

“Quando o homem, em tudo, se orienta segundo a política humana e não segundo a política do Evangelho; quando, com a mesma facilidade se diz e se desdiz, louva-se e se censura ao mesmo tempo; quando se dá maior importância aos sediciosos clamores de escandalosos particulares, antes que aos solenes pronunciamentos dos bispos, animados unicamente pelo desejo de praticar o bem: quando se consideram os atos mais solenes dos bispos, como atos de crianças irrefletidas, caríssimo Monsenhor, o que

não será possível? Devemos, porém, confortarmo-nos, pois temos um Leão XIII como Papa, que certamente saberá conservar alto o prestígio de sua e nossa autoridade e seguramente não permitirá sejam anuladas suas prescrições públicas e particulares a este respeito” (Idem, 1-2-1883).

Porém, algo lhe permanecia inexplicável: “Era o maior mistério ver o Papa, que sabe dizer e escrever coisas tão belas sobre a obediência e respeito devido aos bispos, favorecer, ao menos aparentemente, certos indivíduos algozes e perpétuos caluniadores dos bispos” (Idem, 22-2-1884). Resumia assim uma carta que escrevera ao Arcebispo de Perugia, amigo pessoal de Leão XIII. Um ano mais tarde, em 1885, Leão XIII aprovou calorosamente a carta pastoral de D. Scalabrini, sobre o “caso Pitra” e o opúsculo: “Intransigentes e transigentes”, mas verificou-se pontualmente o que o Bispo intuía na atitude do Papa:

“Compreende-se que conhece muito bem com que raça de católicos deve tratar, mas parece-me que o detém o temor de exacerbar mais e de suscitar, sabe-se lá, que escândalos!” (Idem, 13-11-1885). “A teoria dominante de Roma, agora é boa, mas a política é aquilo que é» (Idem, 31-12-1885). “Seriam necessários fatos, e fatos, que não admitam réplica; aqui está a dificuldade, porque, quem poderia realizá-los, ou não quer, ou não pode” (Idem, janeiro de 1886).

Em 1886 realizaram-se as eleições políticas, para as quais D. Scalabrini eligiu segundo as instruções diretamente pedidas e obtidas da secretaria particular do Papa e não obstante foi denunciado ao Santo Ofício. O Bispo, aturdido pelo comportamento do Vaticano, manifestou ao amigo mais íntimo toda a sua amargura, provocada não somente pela incoerência, mas também, e sobretudo, pelas consequências que resultariam para a Igreja.

“Nenhuma coerência de princípios, nenhum conhecimento dos tempos, nenhuma orientação uniforme e segura. Uma confusão e um bizantinismo incalculáveis. Entretanto, cada vez mais se extingue a fé; resfria-se sempre mais a caridade e cresce sempre mais o ódio do laicato contra o clero. As consequências só podem ser fatais e quem sabe, por quanto tempo teremos de aguentá-las. O pior é que em Roma regozijam-se, convencidos de que estamos no princípio do fim! Pobres iludidos! Pobres cegos!” (Idem, 1-1-1886).

É necessário notar que Leão XI II, embora cioso de seu prestígio e de sua autoridade, permitia ser admoestado em particular, naturalmente, pelo Bispo de Placência: sinal evidente de que julgava corajosa sua to-

mada de posição, ditada unicamente por sinceridade apostólica e pela preocupação pastoral de verdadeiro amor a Cristo e à Igreja. Movido pela preocupação pastoral, D. Scalabrini manifestou indubitavelmente sinais de impaciência contra os cálculos humanos e políticos. Talvez tenha sido intempestivo como julgaram alguns; mas qual “profeta” não é intempestivo? Temei o pecado de omissão; não temais o risco e o sofrimento de descontentar e de ser mal-entendido.

“No seu ofício de superintendente, sempre difícil e perigoso, o Bispo, ó senhores, tem sempre três coisas diante dos olhos, que o conservam em constante tremor: os perigos das almas, o delito do silêncio e o julgamento de Deus. Não, à ambiguidade, ao equívoco, aos fins secundários. Sua boa vontade poderá ser enganada, mas ele não engana ninguém; antes é para subtrair os outros do engano que se expõe constantemente a contradições e dores incríveis. Não, à comodidade própria, ao interesse próprio, às mesquinhas satisfações próprias, ou de outrem, mas a verdade, somente a verdade é sua regra, e tudo ele sacrifica antes de trai-la” (Discurso no Jubileu Episcopal de Mons. Geremia Bonomelli, Cremona, 1896, pp. 10-11).

Profeta é aquele que, remando contra a corrente, antecipa com suas ideias e com sua ação, concepções e métodos, que a manhã tornar-se-ão comuns. Bonomelli recorda-o a Pio X: “Condenam-se sentenças e opiniões, que agora, a alguns, parecem audazes e erradas, mas dentro de alguns anos, serão comuns. Assim dizia-me, muitas vezes D. Scalabrini, do qual Vós apreciastes os méritos”. (Carta de Bonomelli a Pio X, 7-10-1911). D. Scalabrini considera errôneo e nocivo sentir-se preso a uma época política e historicamente superada; ligou-se, ao invés, ao porvir de seu tempo, em transformação, procurou conhecer-lhe os problemas e encontrar-lhes as soluções; lutou, crendo e esperando não na “política humana”, mas na política evangélica, que se baseia, não em cálculos terrenos, mas na fé e esperança em Cristo, Senhor da história, e na Igreja, guiada pelo Espírito Santo, que renova todas as coisas. Se contestou tão severamente a política vaticana de seu tempo, foi porque sentia imperioso, o reclamo à coerência entre a fé e a vida, entre a palavra de Deus e a práxis humana, entre o ensino e o exemplo. Sua contestação profética e autenticada pela caridade e pela santidade de vida; de sua coerência pessoal entre o que dizia e realizava; do sacrifício de si mesmo para liberar o caminho às ideias do itinerário” desesperadamente “longo”. É preciso que algum trapo vá para os ares e esse trapo serei eu: seja bendito o nome do Senhor!” (Carta a Bonomelli’, 31-12-1885).

O exame escrupuloso do comportamento “político” de D. Scalabrini, feito pelo Relator da Causa da Beatificação, Pe. Valentin Macca, conduz a uma conclusão que ilumina a figura deste “homem espiritual”. Respondendo à objeção de quem acreditava discernir, no Servo de Deus, um desdobramento de personalidade, que passaria do excessivo misticismo ao amoralismo, escreve:

“Pessoalmente, vejo unidade absoluta no único empenho de amor a Cristo na Igreja, e à Igreja, no Cristo; em toda atividade, a propósito de D. Scalabrini, grande místico, mesmo quando, por amar a verdade, como ele mesmo rebate, fala do que é necessário apressar-se e mudar paro bem das almas.

O amor a Cristo e à sua Cruz, eram experiência viva dá paixão de cruz que a Igreja vivia. Ele não pretendia que o Papa renunciasse ao poder temporal, embora percebesse os prejuízos espirituais. Queria só ajudar Leão XIII, a medir a realidade das cosas, que o Papa não conseguia perceber, e isto, unicamente por amor à Igreja e ao Papa, para o qual nutria uma devoção extraordinária.

Mas era esta mesma veneração, amadurecida em autêntica caridade teológica, por sua autoridade moral, por sua responsabilidade diante das consequências negativas “pelas almas”, que o impelia interiormente a intervenções pessoais e particulares, junto ao Papa, em vista de auxiliá-lo na compreensão de um momento histórico particular, cuja importância, também na perspectiva dos novos tempos que se preparavam, parecia fugir a Leão XIII e a quem o cercava. Também o problema doloroso e de consequências tão “funestas” para a Itália católica qual o “*non expedit*” é proposto ao Papa pelo bispo em uma luz totalmente sobrenatural, cheia de amor pela Igreja e pelo mesmo Papa. (...)

Julgo que toda a documentação, lida com serenidade, prova que D. Scalabrini, embora na força que punha em ideais, a cuja realização dava toda a sua contribuição de bispo, cheio do Espírito de Deus, era um grande enamorado da Igreja e do Papa, um homem disposto a tudo sacrificar, até a si mesmo, para ajudar a quem tinha a responsabilidade de ler a passagem de Deus na história do tempo, para favorecer ao máximo, “o verdadeiro bem das almas”. É o ideal de todo o verdadeiro amigo de Deus, a Quem espera, em virtude de seu episcopado, colaborar, com todas as forças, para a salvação do mundo” (*Relatio et vota Congressus peculiaris super virtutibus*, Roma, 1896, pp. 143-145).

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E ABREVIACÕES

As obras publicadas de D. Scalabrini estão citadas em grifo sem o nome do Autor.

A correspondência entre Scalabrini e Bonomelli é tirada do “Carteggio Scalabrini Bonomelli” aos cuidados de C. Marcora, Roma, Edição Studium, 1983.

Os escritos inéditos estão citados com a respectiva catalogação de Arquivo.

AGS = Arquivo Geral Scalabriniano (Roma, Via Calandrelli, 11).

Processo Diocesano = Cópia Cartorial Pública do Processo Diocesano sobre a forma de Santidade do Servo de Deus J. B. Scalabrini, realizado em Placência de 1936 a 1940 (AGS).

“Propósitos” = Notas pessoais escritas por D. Scalabrini por ocasião de retiros espirituais (AGS).

J.C. = Jesus Cristo.

V.I. = Veneráveis Irmãos.

I.C. = Irmãos Caríssimos. F.D. = Filhos iletíssimos.

Para uma uniformização completa sobre fontes e bibliografia relacionada com D. Scalabrini, cf. M. Francesconi, *Giovanni Battista Scalabrini, vescovo di Piacenza e degli emigrati*, Roma, Città Nuova, 1985, pp. 8-28.

